UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

FRANCISCO BATISTA DURÃES

DAS TERRAS LIVRES AOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO ARAGUAIA PARAENSE: TRAJETÓRIA, INTERESSES E CONFLITOS

ARARAQUARA - SP
2025

FRANCISCO BATISTA DURÃES

DAS TERRAS LIVRES AOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO ARAGUAIA PARAENSE: TRAJETÓRIA, INTERESSES E CONFLITOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho.

ARARAQUARA - SP
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

D951t Durães, Francisco Batista

Das terras livres ao território do agronegócio no Araguaia Paraense: trajetória, interesses e conflitos/Francisco Batista Durães. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2025.

316f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

1. Frente pastoril. 2. Araguaia paraense. 3. Pecuária. 4. Agronegócio de grãos. 5. Camponeses. 6. Desenvolvimento. 7. Produção familiar. I. Título.

CDU 577.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: **Francisco Batista Durães**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.
Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval

Prof. Dr. Fernando Michelotti

gov.br Documento assinado digitalmente
RAFAEL GONCALVES GUMIERO
Data: 10/03/2025 15:35:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rafael Gonçalves Gumiero

Prof. Dr. Luis Antonio Barone

Araraquara – SP, 06 de fevereiro de 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Entidade Superior Invisível e Inexplicável de várias denominações pelo planeta afora, por iluminar meus percursos em todos os momentos desta caminhada.

“A arte de fazer ciência consiste em saber extrair daquele nada que se entendeu da vida todo o resto; mas, concluída a página, retoma-se a vida, e nos damos conta de que aquilo que sabíamos é realmente nada” (Adaptada de Calvino, 1993).

Dedico este trabalho a três personagens importantes e figuras inesquecíveis na minha vida. O poeta de pés descalços Manelão, João Ramalho e Dulce Whitaker (in memoriam).

“Aprendo com abelhas do que com aeroplanos. É um olhar para baixo que eu nasci tendo. É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criei tendo. O ser que na sociedade é chutado como uma barata – cresce de importância para o meu olho. Ainda não entendi por que herdei esse olhar para baixo. Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas. Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão antes que das coisas celestiais. Pessoas pertencidas de abandono me comovem: tanto quanto as soberbas coisas íntimas.”

Manoel de Barros - Do Livro “Retrato do Artista Quando Coisa”

APRESENTANDO O PESQUISADOR

Nasci no sertão da Bahia em meados da década de 1960. Venho de uma família de 11 irmãos, quase todos agricultores. Cresci plantando roça, ouvindo rádio e lendo cordel. Convivi com a seca e vi pessoas registrando seus nomes para trabalhar nas Frentes de Serviço de combate à seca, ou buscando cestas básicas e alimentos. Ouvia falar da personagem A Graúna, do cartunista Henfil, que criticava a Ditadura Militar. Admirava essa personagem e comparava com o sertão onde vivia.

Minha curiosidade pela leitura e pesquisa partiu de meu pai, que recitava cordéis enquanto trabalhávamos na roça. Aprendi a gostar e repetir essas histórias para os colegas, o que abriu caminho para leituras de gibis, literatura brasileira e obras científicas. Meu interesse foi da agronomia à geografia, até ouvir falar de Teologia da Libertação, o que despertou minha compreensão do mundo e dos problemas da minha "aldeia".

Como muitos amigos, cansei das constantes secas. Após concluir o 2º grau, aos 21 anos, migrei para o Araguaia paraense em 1986. Decidi fixar na cidade e trabalhar na educação, o que facilitou minha entrada no curso de Sociologia na Universidade Federal do Pará, UFPA em 1994.

Em 2012, encontrei um programa de mestrado na UNIARA-SP. Falei com a professora Vera Botta, que me convenceu a fazer a seleção. Pedi exoneração do cargo e fui morar dois anos em Araraquara no Estado de São Paulo. Na minha dissertação de mestrado, pesquisei sobre os impactos ambientais da pecuária na região do Araguaia. Dez anos depois, voltei para o Doutorado na UNIARA. Ao apresentar meu projeto de tese, a professora Vera Botta disse: "O Francisco poderia ir para a Unicamp ou outra universidade, mas escolheu o nosso Programa de Doutorado. Seja bem-vindo, Francisco!" Escolhi o Doutorado na UNIARA, e foi uma escolha acertada.

A realização desta pesquisa só foi possível com a colaboração de muitos parceiros. Gostaria de agradecer a um grupo especial de pessoas, algumas longe, outras perto, e algumas vistas à distância, que contribuíram de forma imperativa e interativa para esta pesquisa, com apoio, incentivo, amizade e espiritualidade. Agradeço sinceramente aos entrevistados moradores do Araguaia paraense: secretários municipais de Agricultura dos 11 municípios do Araguaia paraense, Adelmar, Geraldo Teixeira, Gibson, Anastácio, Romes, José Paulo, João Ramalho (in memoriam), Flávio Watanabe, José Valdir, Leomarques Fernandes, Maria Oneide, Aninha da Comissão Pastoral da Terra, CPT, Valmisoria da FETAGRI, Vitorino Coelho, Amarildo Paulino, Willian, Mazinho, Alex Silva, Airton

Pereira, Francisco Walter (Ceará), Francisco Chagas, Ceiça. Agradeço a Ismael Amorim pela confecção dos mapas. Obrigado a todos pelas palavras de incentivo nos momentos de tensão sociopsicológica!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPGMA) por financiar parcialmente essa pesquisa. Agradeço aos órgãos públicos e privados e os servidores que me receberam nas Unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA em Conceição do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, nas pessoas de Jair e Djheni Barbosa, ICMBio, Lino Rocha, Secretários Municipais de Agricultura dos municípios pesquisados, e à Secretaria Municipal de Educação de Xinguara, na pessoa de Genival Fernandes. Meu muito obrigado aos pesquisadores e professores Dr. Fernando Michelotti, Rafael Gumiero da Unifesspa por aceitarem o convite de participar na banca.

Elaborar uma tese de Doutorado envolve desafios. Quero registrar minhas frustrações com alguns negacionistas que ajudaram a fechar portas e boicotar informações, impedindo um melhor avanço na pesquisa. Contudo, a esperança sempre vence. Sou grato a todas as pessoas que compartilharam informações, conhecimento, memórias, culturas, decepções e esperanças ao longo dos quatro anos de estudos.

Agradecimentos Institucionais

Quero agradecer de coração ao parceiro orientador, Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, pelo apoio e orientação clara, objetiva e profissional em todos os momentos desta pesquisa. Obrigado pela força e ensinamentos, grande Joelson!

Igualmente, agradeço às professoras e aos professores do programa de Doutorado: doutoras Vera Botta, coordenadora do Programa, Helena Lorenzo, Janaina, Alessandra Santos, Maria Lúcia, Sandra, doutores Adriano, Hidelbrando, Marcos, José Maria, Henrique Carmona, Guilherme, Juliano, Leandro, Joelson Carvalho, Nemésio Zildo Gallo, Oriowaldo Queda e Leonardo Rios, pelo conhecimento e incentivo ao longo dessa caminhada.

Agradeço à Banca Examinadora de defesa, composta pelo orientador Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, Prof. Dr. Fernando Michelotti, Dr. Rafael Gonçalves Gumiero da Unifesspa e Prof. Dr. Henrique Carmona, Dr. Luís Antônio Barone da Uniara, pelas valiosas contribuições para a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos de copo, prosa, boteco, cerveja e churrasco em Xinguara/PA e região: Rivelino, José Paulo, José Rodrigues, Lázaro Borba, Rildo, Geraldo, Danielle, Everaldo Linhares, Viviane, Ana Maria, Ray, Nilson.

Aos órgãos financiadores que concederam a Licença Doutorado e à Secretaria Municipal de Educação de Xinguara (SEMED) por conceder a Licença Aprimoramento sem burocracia.

À minha família, nas pessoas de Cristiane Coelho, Yara Durães e Gabriel Durães, que me deram apoio, motivação, força e perseverança para enfrentar e superar esse novo desafio da vida.

Aos meus amigos do curso: Erasmo, Erica Reis, Alessandra, José Aldo, Cristiane, Antônio Campoi, Denise, Cláudia, Francileide, Juliano Gil, Kilson, Leonor, Rubens, Rodrigo, Sérgio, Lázaro, Marcelo Mazeta, Terezinha e demais colegas pelo companheirismo nas aulas e na convivência social e acadêmica.

Às funcionárias carinhosamente conhecidas como “meninas” da Secretaria do Doutorado pela atenção durante o curso. Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram com este sonho agora realizado, meu muito obrigado.

RESUMO

Na virada do segundo milênio, a região do Araguaia paraense começou a conviver com a presença de sojicultores e empresas de grãos, presenciando de uma hora para outra o desembarque de equipamentos pesados, verdadeiros "dragões de ferro" que devoravam a vegetação de cerrado, reviravam a terra, semeavam e faziam emergir lavouras verdejantes. Esse processo transformou a região em um verdadeiro "deserto verde", trazendo uma revolução na vida dos pacatos agricultores e criadores locais. Tomando como pano de fundo as novas configurações do cenário regional, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar o avanço do agronegócio sobre o território do Araguaia paraense, buscando identificar os impactos da simbiose das modernas forças de produção com o capital mercantil sobre o desenvolvimento territorial desta região. Especificamente, analisaram-se os impactos econômicos, sociais e ambientais do avanço das frações mais atrasadas do capital mercantil na região, considerando o discurso ruralista e as linguagens empregadas pelas elites no controle sociopolítico e econômico, contrapondo-os às implicações concretas geradas pelo avanço do agronegócio. A pesquisa também analisou as dinâmicas econômicas das cadeias de pecuária, agroindústrias frigoríficas, produção de abacaxi, processo de ocupação da fronteira de destruição ambiental e invasão de terras indígenas em São Félix do Xingu. Metodologicamente, a pesquisa se baseou em importantes teóricos e estudos sobre as estratégias de ocupação do território e suas manifestações de caráter econômico, cultural e socioambiental da região. Além disso, foram realizadas visitas à região investigada, alicerçadas em anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas, que permitiram compreender in loco a dinâmica do agronegócio, bem como o contexto ambiental vivenciado pelos assentados de Projetos de Assentamento (PAs) e pequenas propriedades rurais. A pesquisa destacou a presença de dois modelos de desenvolvimento locais antagônicos. O primeiro é a concepção de desenvolvimento vista pelo invasor, que se apropriou das riquezas da região, promovendo o saque, a concentração fundiária, a violência e o domínio político e econômico do território. O segundo modelo é o de resistência na terra, representado pela luta e permanência na terra, nas formas de produção familiar de subsistência que garantem a qualidade de vida e a permanência das famílias no presente e para as gerações futuras. O tema é justificado pela necessidade de dimensionar as consequências econômicas, sociais, políticas e ambientais degradantes derivadas do avanço do agronegócio, muitas vezes secundarizadas pela narrativa da modernidade que o setor sustenta. Lançar luz a essa temática contribuiu para conhecer melhor as implicações e impactos na produção e reprodução social das populações locais.

Palavras-Chave: Ocupação Pastoril; Agronegócio; Capital Mercantil; Araguaia Paraense; Conflitos.

ABSTRACT

At the turn of the second millennium, the Araguaia region in Pará began to experience the presence of soybean farmers and grain companies, suddenly witnessing the arrival of heavy equipment, true "iron dragons" devouring the cerrado vegetation, turning the soil, sowing, and bringing forth lush crops. This process transformed the region into a true "green desert," revolutionizing the lives of the once peaceful farmers and local ranchers. Against the backdrop of these new regional configurations, this research primarily aimed to analyze the expansion of agribusiness in the Araguaia region, seeking to identify the impacts of the symbiosis between modern production forces and mercantile capital on the territorial development of this region. Specifically, it examined the economic, social, and environmental impacts of the advancement of the more backward fractions of mercantile capital in the region, considering the ruralist discourse and the languages used by elites in socio-political and economic control, contrasting them with the concrete implications generated by the advance of agribusiness. The research also analyzed the economic dynamics of the cattle farming chains, meatpacking agro-industries, pineapple production, the process of occupying the environmental destruction frontier, and the invasion of indigenous lands in São Félix do Xingu. Methodologically, the research drew on significant theorists and studies on territorial occupation strategies and their economic, cultural, and socio-environmental manifestations in the region. Additionally, visits were made to the investigated region, supported by field diary notes and semi-structured interviews, allowing an in loco understanding of agribusiness dynamics, as well as the environmental context experienced by settlers in Settlement Projects (PAs) and small rural properties. The research highlighted the presence of two antagonistic local development models. The first is the development conception seen by the invader, who appropriated the region's riches, promoting plunder, land concentration, violence, and the political and economic domination of the territory. The second model is resistance on the land, represented by the struggle and permanence on the land, through subsistence family production that guarantees the quality of life and permanence of families in the present and for future generations. The theme is justified by the need to measure the degrading economic, social, political, and environmental consequences derived from the advance of agribusiness, often overshadowed by the narrative of modernity that the sector insists on maintaining. Shedding light on this topic contributed to a better understanding of the implications and impacts on the social production and reproduction of local populations.

Keywords: Pastoral Occupation; Agribusiness; Mercantile Capital; Araguaia Paraense; Conflicts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ANA - Agência Nacional de Águas
ANEC - Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
APA - Área de Proteção Ambiental
APROSOJA - Associação Brasileira dos Produtores de Soja
BASA - Banco da Amazônia Sociedade Anônima
CEASA - Central de Abastecimento S/A
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSN - Conselho de Segurança Nacional
CTI - Centro de Tratamento Intensivo
CTMG - Companhia de Terras da Mata Geral
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEPA - Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FBC - Fundação Brasil Central
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNO - Fundo Constitucional do Norte
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GTS - Grupo de Trabalho da Soja
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDESP - Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará

IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFPA - Instituto Federal do Pará

IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia

IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA - Instituto Sócio Ambiental

LO - Licença de Operação

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MPF - Ministério Público Federal

MIRAD - Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA - Projeto de Assentamento

PAM - Pesquisa da Pecuária Municipal

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDA - Projeto de Desenvolvimento Agrícola

PDU - Plano Diretor Urbano

PIB - Produto Interno Bruto

PIC - Programa Integrado de Colonização

PIN - Programa de Integração Nacional

PENAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PM - Plano de Manejo

PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal

PNA - Parque Nacional do Araguaia

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODES - Programa de Cálculo do Desenvolvimento da Amazônia

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SAD - Sistema de Alerta de Desmatamento

SAF - Sistema Agroflorestal

SAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Pará

SECTAM - Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará

SEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SESPA - Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará

SIPRA - Sistematização dos Projetos de Reforma Agrária

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

SR - Sindicato Rural

SIMLAM - Sistema de Monitoramento e Licença Ambiental

STF - Supremo Tribunal Federal

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TI - Terras Indígenas

UC - Unidade de Conservação

UDR - União Democrática Ruralista

UEPA - Universidade Estadual do Pará

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIARA - Universidade de Araraquara

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajeto percorrido na pesquisa de campo no território do Araguaia paraense. 38
Figura 2 - Mapa dos municípios do território do Araguaia paraense e São Félix do Xingu. 48
Figura 3 - Correntes migratórias das frentes pastoris do Nordeste para a região do Araguaia paraense, séculos XVIII- e XIX. 56
Figura 4 - Imagem infográfica das construções da época. 72
Figura 5 - Cemitério de castanheiras devorado pelo em área de antigo polígono dos castanhais, Marabá, Pará,1985. 76
Figura 6 – Área de atuação dos religiosos dominicanos no Araguaia no início do século XX..... 86
Figura 7 – Populações indígenas Carajás no Araguaia. 88
Figura 8 - Rodovias de interligação do Araguaia paraense com as demais regiões brasileiras. ... 154
Figura 9 - Rodovias de integração do Centro-Oeste como o território do Araguaia paraense..... 163
Figura 10 - Evolução do Crédito Rural no Brasil (Bilhões de Reais) – 2003-2019..... 170
Figura 11 - Índices de salário médio e mortalidade infantil dos municípios do Araguaia paraense. 186
Figura 12 - Síntese do IDH e PIB dos municípios do Araguaia paraense..... 186
Figura 13 – Localização do Território do Araguaia paraense em relação ao Brasil. 187
Figura 14 - Vegetação de bioma cerrado na Ilha do Bananal, Tocantins..... 188
Figura 15 - Localização da Ilha do bananal Estado do Tocantins e a ligação ao contexto do Araguaia paraense. 189
Figura 16 - Leito do rio Arraias na vila Alacilândia - Conceição do Araguaia PA. 195
Figura 17 - Gravuras. Sítio Lajeiro do Cadena, Conceição do Araguaia - Pará. 196
Figura 18 - Planta da Horizonte Minerals e instalação dos fornos rotativos e secador..... 197
Figura 19 - Obras de instalações de mineração na ocupação camponesa Jacutinga, Talismã, Conceição do Araguaia – Pará. 199
Figura 20 - Raio de atuação das unidades de abate da JBS na região do Sudeste do Pará e Araguaia paraense..... 202
Figura 21 - Capacidade de abate por frigorífico no Araguaia paraense (%)..... 204
Figura 22 - Rotas de transporte animal na região do Araguaia e São Felix do Xingu. 205
Figura 23 - Distribuição do rebanho bovino no território do Araguaia paraense..... 206
Figura 24 - A influência da pecuária na propaganda local..... 213
Figura 25 - Plantação de abacaxi na zona rural de Floresta do Araguaia – Pará. 222
Figura 26 - Produção das SAFs nos assentamentos no Araguaia paraense..... 228
Figura 27 - situação do município de São Felix do Xingu, com destaque para a parcela do território ocupada com áreas protegidas..... 232
Figura 28 - Evolução do desmatamento em São Félix do Xingu-PA em vegetação primária e secundária (1987-2023)..... 233
Figura 29 - Avanço das monoculturas de soja na rota Terra do Meio em direção à BR 163..... 236
Figura 30 - Escavações para exploração de cassiterita na região da vila Taboca, São Felix do Xingu..... 238
Figura 31 - Escavações de garimpo ilegal na TI Apyterewa, São Felix do Xingu..... 239
Figura 32 - Evolução da área desmatada na TI Apyterewa..... 240
Figura 33 - Desmatamento e áreas protegidas no município de São Félix do Xingu-PA. 241
Figura 34 - Estrutura de armazenamento de grãos no município de Conceição do Araguaia..... 252
Figura 35 - Monocultura de soja na região de Conceição do Araguaia Pará. 252

Figura 36 - Distribuição dos Assentamentos de reforma agrária na região do Araguaia paraense e São Felix do Xingu..... 254
Figura 37 - Empresas do ramo do agronegócio que atuam na região do Araguaia..... 256
Figura 38 - Colheita de soja em Santana do Araguaia PA. 259
Figura 39 - Área de expansão de grãos em Santa Maria das Barreiras 262
Figura 40 - Avanço do cultivo de grãos no cerrado paraense. 262
Figura 41 - Desmatamento do cerrado na região de Conceição do Araguaia. 266
Figura 42 - Floresta de castanhais no Araguaia paraense. 267
Figura 43 - Manchas de relevo e vegetação favoráveis à expansão da soja no Araguaia paraense. 271
Figura 44 - Expansão de áreas e produção de grãos na região sentido curso do rio Araguaia..... 273

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de ocupações no Brasil por ano (1990 a 2016). 132
Gráfico 2 - Número de famílias assentadas por política de obtenção de terras – Primeiro mandato Lula (2003 a 2006). 136
Gráfico 3 - Número de famílias assentadas pela reforma agrária até 1994 e por ano e mandato presidencial entre 1995 e 2018 (em mil) 137
Gráfico 4 - Projetos de assentamento criados no Brasil (1995 a 2018). 142
Gráfico 5 - Produção de abacaxi na região do Araguaia Paraense 2012-2022 (em x 1000). 217
Gráfico 6 – Evolução da produção de abacaxi na região do Araguaia Paraense (2012-2022). 218
Gráfico 7 - Quantidade produzida em (x1000 frutos) entre os anos de 2009-2022 no município de Floresta do Araguaia. 220
Gráfico 8 - Area desmatada na TI Apyterewa 2001-2022 (em hectares). 241
Gráfico 9 - Evolução do desmatamento na TI Apyterewa. 243
Gráfico 10 - Evolução do rebanho bovino no município de São Felix do Xingu 2012-2022. 244
Gráfico 11 - Evolução da área plantada na região do Araguaia 2012-2022 (em ha) 253
Gráfico 12 - Áreas de desflorestamento na região do Araguaia paraense e São Felix do Xingu (em km²). 264
Gráfico 13 - Número de focos de calor ocorridos na região do Araguaia paraense e São Felix do Xingu (2022). 265
Gráfico 14 - Percentual de Estabelecimentos agropecuários uso de agrotóxico na região pesquisada. 269
Gráfico 15 - Evolução de área plantada de soja 2012-2022 (em ha). 272
Gráfico 16 - Evolução da área plantada de soja nos municípios do Araguaia paraense 2012-2022 (Em ha). 274
Gráfico 17 - Evolução em percentuais de área plantadas de soja na região do Araguaia 2012-2022. 274
Gráfico 18 - Participação percentual da produção de milho em grãos por município (em t). 275

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das transformações socioambientais, econômica na região do Araguaia paraense ao longo das décadas. 231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios da pesquisa em extensão territorial e população. 49
Tabela 2 - Terras devolutas vendidas pelo governo do Pará para a iniciativa privada entre os anos de 1924-1976. 151
Tabela 3 - Movimentação de trânsito animal na região do Araguaia paraense – (2020). 202
Tabela 4 - Relação entre as empresas, localização e distância para compra de gado bovino. 203
Tabela 5 - Evolução do rebanho bovino no território do Araguaia Paraense e São |Felix do Xingu (2012-2022)..... 206
Tabela 6 - Participação dos municípios do Araguaia paraense em exportação de carne 2021/2022 (em mil t)..... 207
Tabela 7 - Quantidade produzida em (x1000 frutos) nos anos 2012-2022 no município de Floresta do Araguaia. 219
Tabela 8 - Dados estruturais dos estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica no Araguaia Paraense..... 248
Tabela 9 - Estimativa, produção de grãos no Brasil, região Norte, Pará e Araguaia Paraense 2022/2023..... 249

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO DO TEMA, METODOLOGIA E DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 22
1. Objetivos e desenvolvimento do tema 30
1.2 Procedimentos Metodológicos 34
1.3 O Uso do diário de campo 38
CAPÍTULO II - DAS "TERRAS LIVRES" A OCUPAÇÃO PASTORIL, EXTRATIVISTA E RELIGIOSA NO ARAGUAIA PARAENSE 51
2. O Araguaia paraense: visões do território, ocupação religiosa e extrativista 65
2.1 As frentes pastoris, extrativistas e camponesa no contexto local 70
2.2 A organização social, econômica e pastoril no Araguaia 80
2.3 Leão Leda e o fim de um ciclo de oligarquias 81
2.4 Os povos do Araguaia: notas sobre a ocupação indígena e a formação do campesinato 86
CAPÍTULO III - A QUESTÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA NACIONAL: UM BREVE HISTÓRICO 94
3. A formação fundiária e o papel da lei de terras na estruturação do latifúndio no Brasil 95
3.1 Concentração de terras e movimentos de contestações 101
3.2 A Revolução Verde e o avanço da agricultura empresarial 109
3.3 A questão agrária e a ditadura militar 113
3.4 Da abertura política à constituição de 1988: novos desafios, velhos problemas 118
3.5 Os governos Fernando Henrique (FHC) e as políticas de assentamento rural 130
3.6 Governos Lula, Dilma e os entraves para o avanço da reforma agrária 134
3.7 O avanço neoliberal e o desmonte das políticas de reforma agrária dos governos Temer e Bolsonaro (2016–2022) 141
CAPÍTULO IV - A OCUPAÇÃO DO ARAGUAIA PARAENSE PÓS-1950: O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA A SERVIÇO DO CAPITAL 147
4. Estrutura fundiária local: Os novos bandeirantes e a mercantilização da terra no Araguaia 147
4.1 Conflitos e resistência: A tradição rebelde dos camponeses no Araguaia 159
4.2 Agronegócio e agricultura familiar 168
4.3 Algumas notas sobre as visões de desenvolvimento do grande capital 178
CAPÍTULO V – O RECORTE DA PESQUISA NO ARAGUAIA PARAENSE: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, DINÂMICAS PRODUTIVAS PECUÁRIA, AGROINDÚSTRIAS E MONOCULTURAS 185
5. A Bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e os impactos socioambientais no território 185
5.1 Mineração e desequilíbrio ambiental: os impactos na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia no território paraense 196

5.2 As dinâmicas de pecuária extensiva e agroindústria: A marcha do boi em benefício da acumulação do capital 201
5.3 O discurso do agronegócio enquanto instrumento de controle social no contexto regional 211
5.4 A dinâmica do abacaxi: Uma monocultura de produção familiar 216
5.5 Um outro modelo de desenvolvimento é possível: As experiências de produção camponesa no Araguaia paraense 225
5.6 Sã Felix do Xingu: O paraíso da carne temperada, da concentração fundiária e do colapso ambiental 231
5.7 As frentes de destruição ambiental: Pecuária e monoculturas de grãos em São Felix do Xingu 236
5.8 Apyterewa: Grilagem, pecuária e desmatamento 237
CAPÍTULO VI - O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO ARAGUAIA..... 247
6. O Avanço das monoculturas no Araguaia paraense 247
6.1 Nova fronteira especulativa: O agronegócio de grãos no Araguaia 250
6.2 Empresas, pecuaristas e produtores de grãos no Araguaia 255
6.3 Monoculturas, agrotóxicos, reconcentração fundiária e tensões sociais 261
6.4 Mercado de terras e conflitos sociais recentes no território do Araguaia 269
6.5 Monoculturas em expansão: dados, perspectivas e riscos 272
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 278
REFERÊNCIAS 293
ANEXOS 306
Anexo I - Questionário elaborado para entrevistas com lideranças regionais do campo do pensamento progressista que atuam em movimentos (sociais, sindicais, religiosos, educacionais, associativos) na região..... 306
Anexo II - Questionário elaborado para autoridades ligadas à questão ambiental, como IBAMA, ICMBio, Secretarias de Meio Ambiente (SEMA), e lideranças ambientalistas com atuação na região. 308
Anexo III - Questionários para entrevistas com lideranças e autoridades ruralistas ligadas ao agronegócio, presidente de Sindicato Rural, fazendeiros, associados de sindicatos patronais, líderes de Associações comerciais com atuação na região. 310
Anexo IV - Questionário elaborado para entrevistas com Secretários Municipais de Agricultura da região do Araguaia paraense..... 312
Anexo V - Questionário de entrevistas dirigido para com líderes de movimentos sociais, rurais, sindicatos de trabalhadores rurais a respeito da dinâmica socioeconômica de São Geraldo do Araguaia e região da Diocese de Conceição do Araguaia..... 314

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO DO TEMA, METODOLOGIA E DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa que resultou nesta tese de doutorado foi concebida em quatro momentos históricos que se entrelaçam. O primeiro, a partir das frentes de ocupação extrativista, pastoril e de religiosos dominicanos no final do século XIX e início do XX, caracterizado pelas antigas formas de produção econômica extrativista e pastoril e relações pré-capitalistas de produção. O segundo momento, marcado pelas mudanças radicais que ocorreram nos desenhos territoriais no contexto agrário brasileiro, sobretudo na Amazônia e, em particular, no território do Araguaia paraense, na década de 1960, que se configura em debate teórico entre as relações de produção de fato capitalistas que se materializaram nos campos de disputas pela ocupação do território brasileiro, exigindo desse sistema ajustes econômicos em face da acumulação do capital entre as antigas formas de produção extrativista, pastoril, campesina e as novas formas modernizadoras, as *commodities*, viabilizadas através da reestruturação e ordenamento oferecidos pelo Estado que propiciou as condições ideais de expansão e reprodução do capital nesta porção do território. A terceira frente formada por empresas de capital nacional e estrangeiro, que instalaram projetos minerais, madeireiros, agropecuários, agroindústrias frigoríficas que receberam incentivos fiscais do governo federal, alavancando seus empreendimentos e consolidando na região enquanto polo "modelo" predatório de desenvolvimento.

O quarto momento é caracterizado por nova frente de expansão (migração interna e externa) que se evidenciou no cenário regional, marcado, sobretudo, pelo avanço acelerado das monoculturas (soja, milho) progredindo a passos largos nas áreas do bioma cerrado e zona de transição. Em linhas gerais, a expansão econômica no território que, no passado, foi preservado pela pecuária pastoril, na atualidade representa risco socioambiental das terras em processo de exploração econômica pelas monoculturas.

Para a concretização desse cenário socioeconômico de expansão capitalista regional, o Estado brasileiro proporcionou ao capital a infraestruturas necessária (concessão de terras, estradas, créditos, incentivos fiscais), que possibilitaram o surgimento de novas formas de exploração econômica, fenômenos que foram analisados nesta tese, a expansão do agronegócio, no campo de disputa entre o Capital, representado pelas empresas agropecuárias, movimentos sociais ligados ao pensamento da Teologia da Libertação da igreja Católica no território do Araguaia paraense.

Nesta pesquisa, compreende-se como território do Araguaia paraense o espaço de atuação sociorreligiosa da ordem dominicana representado pela atuação de catequização indígena e apoio social aos camponeses de diferentes frentes de expansão e ocupação que se intercalaram na região.

A partir desses esclarecimentos, evidenciou-se a história social da região por meio das frentes de expansão de pecuária pastoril e suas especificidades, estratégias e objetivos na cronologia sócio-histórica a seguir: frente pastoril e extrativista (1880-1950), composta por sertanejos de maioria nordestina de origem pastoril, que ocuparam campos naturais no território do Araguaia no final do século XIX. Além das frentes pastoris, nesse mesmo período, a região recebeu missionários franceses da Ordem Dominicana para missão e catequese de povos indígenas. Frente pioneira capitalista (1950–1960), composta por empresários da terra, negociantes, madeireiros e fazendeiros, que deram início ao processo de privatização das terras livres e devolutas da região. Formada por empresários com experiência em produção pecuária, profissionais liberais e corretores de imóveis rurais que atuaram junto aos governos Federal e do Pará na apropriação fundiária de grandes extensões de terras para especulação imobiliária. Frente capitalista empresarial (1960–2000), formada por empresas de capital nacional e estrangeiro, que instalaram projetos minerais, madeireiros, agropecuários, indústrias frigoríficas e laticínios. Esses grupos empresariais receberam volumosos incentivos fiscais do governo federal, alavancando seus empreendimentos e consolidando o atual polo modelo de desenvolvimento.

Além disso destaca-se a nova frente de expansão de monoculturas (2000–2023), de migração interna e externa, que se projeta no cenário regional, marcada, sobretudo, pelo avanço acelerado das monoculturas (soja, milho), que avança, a passos largos, nas áreas do bioma do cerrado e zonas de transição. A construção da ferrovia Norte-Sul com terminal de cargas em Colinas do Tocantins e o aparelhamento da Rodovia BR-155 é um marco por sua utilização como corredor de transporte de grãos até os Portos de Itaqui no Maranhão e Vila do Conde, próximo de Belém no Pará. A expansão pelo cerrado é o centro das atenções de monoculturas e representa sérios riscos socioambientais para as terras pouco exploradas do território do Araguaia.

A partir desses diferentes contextos de ocupação humana na Amazônia, analisou-se inicialmente a trajetória das frentes pastoris provenientes de diversas correntes migratórias, sobretudo as advindas do Nordeste que avançaram pelo Brasil Central e posteriormente expandiu-se para a Amazônia oriental na década de 1940, período do Governo Vargas, caracterizado como a “marcha para o Oeste”. Por outro lado, as frentes pioneiras alargaram

as fronteiras do norte goiano chegando à margem esquerda do rio Araguaia, convertendo-se, naquela ocasião, na última fronteira de ocupação de criadores pastoris em campos naturais.

A análise de pesquisadores da economia primário-exportadora, a exemplo de Celso Furtado (2003) e Caio Prado Junior (2011) é que as frentes pastoris que alcançaram o Araguaia alargaram-se enquanto estratégia socioeconômica de expansão e povoamento do campo brasileiro pautado na criação extensiva de gado em campos naturais, resultado de um longo processo de expansão, temática que se abordou com maior evidência no segundo capítulo desta pesquisa.

Assim como em suas origens no Nordeste brasileiro desde o século XVII, a atividade pastoril no Araguaia paraense e persistiu por meio século, ocorreu concomitante ao extrativismo e a ação de evangelização indígena dos religiosos dominicanos persistindo até a década de 1950, quando a região foi inserida no processo de integração nacional e ordenamento territorial através da implantação de planos e projetos tuteladas pelo Estado brasileiro, envolvendo empresas públicas e privadas.

A partir de 1960, a estratégia política de ocupação territorial — e também ideológica — utilizada pelo Estado autoritário brasileiro, sob o comando dos militares (período obscuro da história brasileira que durou até 1985), serviu de pilar para justificar à sociedade brasileira a ocupação da Amazônia. Nutrido do discurso de integração e desenvolvimento, os militares almejavam tirar a região do isolamento por meio de implantação de um conjunto de rodovias e projetos de desenvolvimento idealizado no discurso de "integrar para não entregar". Com isso, os militares esperavam superar o "atraso" e o isolamento em relação ao restante do país e desenvolver a Amazônia através do incentivo à ocupação da terra. No aspecto econômico de médio e longo prazo, aspiravam o equilíbrio da balança comercial por meio do aumento das exportações de produtos primários, a exemplo de madeira, minérios e carne bovina.

O Estado brasileiro, na busca de seus objetivos, implantou uma série de projetos e ações cuja finalidade era promover o desenvolvimento e o progresso nacional, a partir de vertentes, a exemplo de concessões de terras para empresas nacionais e internacionais, incentivo ao povoamento e assentamentos rurais às margens das grandes rodovias, como a Belém-Brasília, Transamazônica, BR 163. Este conjunto de medidas mirava a ocupação territorial por migrantes e camponeses pobres de diferentes regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste. Os militares esperavam com isso arrefecer as tensões sociais e os conflitos agrários em várias regiões do Brasil, que, naquele contexto, oferecia forte resistência ao modelo vigente, sobretudo às ligas camponesas das quais a ditadura militar esperava desarticulá-las através do esvaziamento e desmobilização.

O processo de ocupação por meio de projetos de desenvolvimento e as ideias de modernização forçada tiveram como resultado a desestruturação das formas de uso e exploração da terra por camponeses e pecuária pastoril, mudando a lógica de organização do território pautados na produção mercantil e capitalista que se delineava.

Assim, procurou-se evidenciar à luz das reflexões de Martins (1986) e Ianni (1978), a compreensão do processo de modernização autoritária e seus efeitos desastrosos sobre as populações locais, que culminou na expulsão e violência no campo, processo que obrigou os migrantes a se tornarem mão de obra nas empresas madeireiras, agropecuárias, mineradoras, incorporando-se ao sistema capitalista de trabalho assalariado favorecidos por investimentos públicos ao capital nacional e internacional.

A pesquisa dedicou-se a analisar ainda ao cenário socioambiental que se apresentou na região no decorrer da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, quando as ações implementadas pelo Estado brasileiro no território do Araguaia paraense tiveram como objetivo a concessão de terras e investimentos em obras de infraestrutura, os quais permitiram as condições ideais para a expansão do Capital, mediante disponibilidade de terras para implementação de empreendimentos privados.

Buscou-se explicar como a modernização capitalista da Amazônia agenciou a chegada de um personagem muito conhecido da população local, a figura dos "sulistas, ou dos paulistas", os pioneiros, desbravadores atraídos pelos incentivos de governos locais e do discurso dos militares traduzidas nas palavras do então Presidente da República General Emílio Médici na cidade de Manaus em 1970 "terras sem homens para homens sem-terra", slogan responsável pela disseminação das ideias de concentração fundiária e reprodução do capital mediante a intervenção do Estado brasileiro, sustentado no pilar da modernização conservadora que atraiu milhares de migrantes e camponeses, culminando nos conflitos agrários que se sucederam a partir de sua ocupação.

Ancorado em estudos de pesquisadores, autores renomados da questão agrária na Amazônia, analisou-se as trajetórias camponeses e demais seguimentos sociais que resistiram aos invasores. Neste processo, posseiros e milharas de trabalhadores migrantes, expulsos pelo latifúndio apelavam para os órgãos públicos do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na esperança de receber a terra de reforma agrária anunciados pelo governo.

A negação da terra e as experiências camponesas de longo processo de migração forçada deram origem a variados movimentos sociais e organizações de resistência assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Desse modo, os camponeses

reforçavam as fileiras nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para a luta contra o latifúndio. Nestes espaços, aprenderam a buscar os direitos através da participação nas ocupações, protagonizando ações de enfrentamento ao modelo excludente pregado pelo Estado que ora se expandia na Amazônia.

Os investimentos públicos de infraestrutura do Estado atraíram o grande capital e migrantes de todo o país em busca de melhores condições de vida, terra, emprego — realidade distante da propaganda governamental. A visão equivocada ou intencional dos militares sobre a realidade do território modificou profundamente a dinâmica local interrompendo o modo de vida pacata nos campos naturais afetando drasticamente a vida de extrativistas, criadores pastoris, ribeirinhos. Enfim, a modernização imposta pelo estado brasileiro interferiu-se nas formas de sobrevivência das populações locais que tiveram seus espaços transformados radicalmente.

De um dia para outro, os moradores do Araguaia paraense passaram a conviver com a presença de pessoas estranhas e intenso movimento de máquinas pesadas, caminhões e motosserras. Modernização que provocou um choque entre o "arcaico e o moderno" e os efeitos desse avanço avassalador do Capital sobre o bioma amazônico tiveram como consequência o aniquilamento das formas de sobrevivência das populações locais.

O contraste entre a visão de desenvolvimento considerados modernos e as formas arcaicas demostrados nos estudos de Cano (2002), contribuíram para se buscar respostas e análises dos impactos socioeconômicos, políticos e ambientais provocados pelas frações mais atrasadas do Capital, qualificada por este autor como mercantil.

A pesquisa, procura desmistificar a ideia de modernidade, utilizada nos conceitos de agricultura empresarial modernizadora instaurada a partir da década de 1960 pelos governos militares. Como se percebeu posteriormente, ocorreu o contrário, esse modelo não representou a modernização, ao contrário, apenas lançou à luz a face arcaica desse processo perverso — conhecido como agronegócio. Nesse sentido, os conceitos de território e capital mercantil, apresentados por Cano (2002, 2010), são periódicos nesta tese, que se dispôs a aprofundar na análise da expansão capitalista no Araguaia, frente às profundas transformações ocorridas nas relações de produção no contexto regional.

Para não cair no risco dos discursos midiáticos e dos consensos sociais de modernidade deles decorrentes, buscou-se, a partir dos estudos das contradições entre capital e trabalho e a relação capital–Estado, compreender os incrementos da questão agrária e agrícola no território em nível nacional e local, com foco no avanço do agronegócio, ao qual as ações do Estado e dos grandes proprietários privados trazem em seu cerne elementos que

nos permitiram compreender esse avanço frente às contradições na relação entre sociedade e natureza, determinadas pelo capital, que no presente têm como marca a expansão da monocultura, com crescentes riscos à vida, à biodiversidade e à permanência de populações locais. Tal reflexão nos consentiu apontar algumas reflexões que possam contribuir com as políticas públicas locais que, historicamente, são colocadas à margem dos interesses das populações locais.

O avanço do agronegócio, trajado pela pecuária extensiva de gado bovino, agroindústrias frigoríficas e monoculturas no território do Araguaia expressa o dinamismo e a complexidade essenciais à questão agrária, bem como os resultados sociais desastrosos das políticas públicas voltadas para a pecuária na Amazônia, dinâmicas econômicas essas que representam, notadamente, a sustentação do discurso aparente de desenvolvimento local e de territorialização. Tratou-se de pensar uma pesquisa de caráter interdisciplinar, visto que a abordagem adotada na metodologia nos permite compreender os eventos de forma separada, como se fossem independentes. Propôs-se aprofundar o estudo das complexidades dos fenômenos sociais diversos de modo a evidenciar novos elementos presentes na realidade do território e seus atores.

Ao dedicar-se ao estudo da questão agrária nessa região da Amazônia — seus atores, contradições e conflitos —, verificou-se que, no passado, os espaços territoriais atualmente ocupados foram os locais de conflitos entre colonizadores e povos indígenas. Isso revela quão nefasto, desigual e contraditório foi, e continua sendo, o modelo expansionista de desenvolvimento adotado no passado, sob a égide dos militares na década de 1960, o qual, no presente, apresenta-se moldado pelo capital e, por extensão, pelas elites detentoras da terra e do poder político e econômico locais.

Dessa forma, ao demonstrar o avanço do agronegócio no território do Araguaia paraense e os desdobramentos dos planos e projetos de desenvolvimento e incentivo à ocupação da Amazônia, chega-se ao consenso de que o modelo concentrou a terra e excluiu os habitantes locais da possibilidade de melhoria da qualidade de vida. As análises sobre essa temática deixam claro que o desenvolvimento pautado no latifúndio e na monocultura, independentemente do local onde é introduzido, produz desigualdades, destruição ambiental, expulsa povos indígenas, extrativistas, camponeses e populações urbanas, como demostrado nos números do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, onde algumas cidades cercadas por *plantation* apresentam redução de populações, concentração de renda, baixos índices de desenvolvimento humano e exclusão social.

Na década de 1960, quando os militares anunciaram os projetos de ocupação da Amazônia por meio de propaganda ideológica representada no *slogan* “terras sem homens para homens sem terras”, a impressão inicial que se tinha naquele contexto era de que as populações pobres do Nordeste, ao migrarem para a Amazônia, teriam seu papel na história local, construindo novas possibilidades de vida e trabalho, uma solução encontrada pelo Estado brasileiro para garantir qualidade de vida aos camponeses expropriados. Porém, infelizmente, não foi o que ocorreu. O que se viu na Amazônia foi o latifúndio, longas extensões de terras concedidas a empresas agropecuários, que permitiu ao especulador capitalizar-se em poucos anos, um fenômeno que continua em evidência na atualidade caracterizada pela corrida pela aquisição de terras para monoculturas; uma prática intensa e lucrativa em relação aos valores pagos por hectare em outras regiões do país. Pelo que se vê, a onda expansionista e indiscriminada de busca pela terra está longe de terminar. Pelo contrário, ela continua em expansão.

O processo histórico de ocupação regional aqui analisado, abordando o avanço do agronegócio como extensão dos projetos de desenvolvimento na atualidade, evidenciou-se os desafios postos para as pesquisas na área interdisciplinar ante a necessidade de desvelar as contradições expressas no pensamento hegemônico pautado na perspectiva do modelo importado de outras regiões do Brasil para a Amazônia.

Cento e vinte e seis anos já se passaram desde a chegada das frentes pastoris e dos religiosos dominicanos ao Araguaia e, infelizmente, pouco mudou desde as primeiras tentativas de planejamento de políticas públicas locais na década de 1950, ainda presente nos discursos dos representantes políticos e de setores conservadores ligados à pecuária, às ideias concebidas pela visão de progresso e acumulação de riquezas em detrimento dos interesses das populações locais.

Nessa seara, a visão estereotipada de atraso econômico que se difundiu no passado e que se apresenta hoje no ideal de progresso foi, por décadas, disseminado no pensamento de diferentes literaturas. Uma visão de fora para dentro, equivocada, vendida como progresso contra o atraso. Um olhar que, no presente, continua sendo reproduzido por aqueles que se autodenominam pioneiros e desbravadores e que são cotidianamente representados na política, meios de comunicação, redes sociais e até mesmo na educação. Infelizmente, as narrativas aventureiras dos longínquos rincões da Amazônia se apresentam na atualidade carregadas de estereótipos, sobrepondo as resistências e formas de vida de populações locais.

Assim, a ocupação territorial do Araguaia paraense no contexto presente recoloca no debate, seja ele acadêmico, popular e dos movimentos sociais, a necessidade de se rever o

modelo de desenvolvimento predominante. Porque, ao priorizar a grande pecuária e a exportação de *commodities*, o Estado brasileiro coloca em xeque a sustentabilidade de milhares de agricultores, camponeses, pequenos produtores assentados, verdadeiros responsáveis pelo abastecimento de alimentos nas cidades, visto que os grandes grupos econômicos ligados ao agronegócio, não produzem alimentos, não distribui a riqueza produzida e pouco se aplica de seus lucros na região.

Migrar para a Amazônia, construir família e fixar-se num novo espaço adverso do bioma de origem, é um desafio para qualquer pesquisador. Analisar fenômenos que envolvem processos de expansão e disputas territoriais em meio à simbiose de sujeitos que aqui residem e constroem diariamente a nova fronteira, requer uma enorme reflexão sobre as formas de sobrevivência e suas realidades, bem como a necessidade de reinterpretar a história que, na maioria das vezes, apresenta-se carregada de ideologias e preconceito social; requer ainda efetuar análises científicas e obter resultados satisfatórios, exigindo de si a capacidade de desprender das contradições, envolvendo a concepção dominante de modernização que caracteriza a visão de progresso, um exercício que exige incertezas e nos obriga a se posicionar de forma dialética ao discurso de hegemonia do agronegócio.

Desvendar a história da ocupação territorial do Araguaia e suas formas de dominação exige análises aprofundadas sobre o avanço do agronegócio e faz compreender que as ideias e formas arcaicas de produção de riquezas que se vestem de modernas, ocorrem alheias às populações originárias ou que migraram na esperança de melhores condições de vida.

Não menos importante, cabe destacar que conhecer um território da Amazônia e desenvolver pesquisa em um cenário de transformações socioambientais avassaladoras no bioma local orienta nossa reflexão e nosso mergulho no imaginário de diferentes realidades e culturas, a exemplo de extrativistas, caboclos e ribeirinhos, grandes e pequenos proprietários, camponeses e suas relações com a terra, com o rio, com as práticas religiosas. Requer, portanto, a necessidade de mergulhar nas formas de olhar e compreender como se construíram as relações sociais de sobrevivência em um território que se projeta no cenário nacional como aquele que vem sofrendo profundas transformações na estrutura agrária e agrícola, ressurgindo e remodelando como espaço de disputas socioeconômicas e de poder político.

1. Objetivos e desenvolvimento do tema

O objetivo geral da pesquisa é analisar o avanço do agronegócio sobre o território do Araguaia paraense, no sul do Pará, buscando identificar os impactos da simbiose das modernas forças de produção com o capital mercantil sobre o desenvolvimento territorial desta região. Para cumprir este objetivo geral, este texto de tese se desdobra em três objetivos específicos, a saber:

i) identificar, hierarquizar e analisar as frações de classes que caracterizam o agronegócio na região, buscando identificar seus interesses econômicos;
ii) analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais do avanço das frações mais atrasadas do capital mercantil na região e,
iii) analisar o avanço das atividades ruralistas do agronegócio bem como as formas de dominação empregadas pelas elites locais no controle social, político e econômico da região, buscando contrapô-las às implicações socioambientais geradas pelo avanço do agronegócio.

Apresentados os objetivos a serem perseguidos, para o desenvolvimento desta pesquisa abordou-se o estudo inicial sobre o território do Araguaia paraense buscando situar questões metodológicas e traçar discussões e reflexões acerca do longo processo histórico de ocupação da região por criadores pastoris em campos naturais do cerrado paraense e do atual ordenamento territorial, implementado pelo Governo Federal a partir da década de 1950, e mais recente, na materialização pautado na pecuária extensiva, monocultura de soja, milho e abacaxi, fatores estes decisivos na formação da configuração regional de desenvolvimento local no presente

A pesquisa levou em conta o caráter interdisciplinar das ciências sociais de campo teórico de diversos autores que nos serviram de parâmetros para nortear na escolha do tema e no recorte dos sujeitos. Além disso, especificamos metodologicamente, passo a passo, como ocorreu o levantamento das informações imprescindíveis que sustentou as reflexões sobre a questão agrária e agrícola nacional e da Amazônia, tendo como pano de fundo as formas de organização social e econômica locais, o avanço da pecuária, a apropriação da terra, o avanço de monoculturas de grãos e a problemática socioambiental numa concepção dialética da história.

Atividades e estratégias de ocupação do território do Araguaia paraense têm suscitado debates, reflexões e discussões de pesquisadores, acadêmicos e movimentos sociais do espaço rural e urbano, sobretudo os que envolvem ocupação territorial, catequese indígena, conflitos agrários, contrapondo os modos de vida de populações locais, especialmente, a partir da intensificação de projetos, programas e modelos econômicos pautados no extrativismo madeireiro, pecuária monoculturas em áreas do bioma amazônico.

A opção pela história regional pode ter um caráter de cunho crítico ou conservador. Ela pode estar vinculada a um universo já conhecido cujas decisões dependem do posicionamento frente à realidade vivenciada seja ela visão dominante, no sentido de manter o status quo, ou crítica da realidade que requer adesão a teorias e pactos metodológicos e conceituais do que se pretende investigar ou desconstruir, daí porque as escolhas exigem posicionamentos e parâmetros de validação e de método particular de conceber os eventos e processos sociais e seus intercâmbios com o ambiente estudado.

Desse modo, elucidou-se a história do território do Araguaia paraense dentro de uma concepção dialética da história visto que seus atores principais aqui narrados são os migrantes que se deslocaram das mais variadas regiões do Brasil em busca de melhores condições de vida. São trabalhadores rurais fugindo da seca e da miséria social do Nordeste, dos caboclos e negros que se miscigenaram com os indígenas, enfim, são os que buscaram na terra as formas de sobrevivência econômica na lavoura de subsistência, na caça, pesca artesanal e no extrativismo.

De acordo com vários autores o território do Araguaia paraense, tem suas primeiras ocupações datadas no final do século XIX por colonizadores de pecuária pastoril, camponeses e agricultores de subsistência, extrativistas e pela presença marcante da ordem religiosa dominicana instalada nesse período para a catequização dos povos indígenas, organização e orientação sociorreligiosa de populações migrantes do espaço regional.

Na década de 1950, a região do Araguaia foi inserida no contexto nacional, quando da instalação dos projetos de desenvolvimento sob a tutela do governo Vargas e, posteriormente, dos militares, que aceleraram a apropriação de latifúndios culminando em numerosos e sangrentos conflitos sociais pela terra. Na atualidade, ocorre um avanço acelerado do capital nas áreas de monocultura de grãos, acompanhada de moderna infraestrutura de rodovias, logística de armazenamento e transportes.

Fez-se necessário estudar os espaços de avanço do agronegócio no contexto socioambiental na região. Essa opção se fez devido à localização estratégica da bacia geográfica Tocantins-Araguaia, que está sendo pressionada, desde o início do século XXI,

pelo avanço de monocultura de soja, milho, bem como pelas instalações de empreendimentos agroindustriais, com destaque para a agroindústrias frigoríficas e mineradoras.

Pesquisar o território do Araguaia exigiu uma compreensão minuciosa e um olhar aguçado sobre a realidade local, já que são as descrições e detalhes que fortalecem a compreensão crítica da história que, na atualidade, as de cunho qualitativos vêm ganhando espaço e aceitação e envolve enfoques teórico-metodológicos que requer aproximações de áreas do conhecimento ligado à antropologia, à sociologia, a história e às ciências agrárias, esta última, pelo pioneirismo na preocupação de estudos das relações sociais com o meio rural, neste sentido, a pesquisa assumiu um caráter quali-quantitativo enquanto estudo do conhecimento humano.

A partir de 1950, com a implantação dos grandes projetos responsáveis pelas mudanças estruturais nas relações de produção representadas pelas empresas madeireiras, minerais e agropecuárias na região, têm-se como resultado a concentração da terra, os conflitos culminando no rompimento das formas de organização e de sustentação econômica e laços de sociabilidade presentes nos grupos de camponeses, extrativistas e criadores pastoris instalados no território.

A nova configuração regional passou a ser pautado no discurso de progresso e desenvolvimento de cunho capitalista excludente que exalta o modelo com base na modernização conservadora da agricultura, sobretudo, os incentivos oferecidos para atividades de exportação de madeiras, instalações de empresas agropecuárias extensiva que nos dias atuais, continua alargando a fronteira em áreas de floresta e contrapondo as formas de sobrevivência locais.

Compreender as facetas proporcionadas pelo avanço do capital em sua versão moderna, materializada na pecuária, monoculturas de grãos no território do Araguaia requer, do pesquisador um mergulho profundo na análise deste modelo econômico que está se estruturando nas últimas décadas para atender às crescentes demandas de acumulação do capital interno e externo. A apropriação de riquezas da Amazônia e exploração de recursos naturais, iniciada desde o período da colonização com as drogas do sertão, saque de minerais preciosos, da borracha, e mais recente o avanço de lavouras de grãos explorados constitui um grande desafio na análise destes fenômenos.

Pesquisar o território do Araguaia requer ainda, compreender profundamente o caráter histórico e simbólico, que se revela na mística religiosa de mais de um século de atuação da ordem religiosa dominicana, responsáveis inclusive pela catequização dos povos indígenas

e proteção dos camponeses pastoris, extrativista em suas ações de resistência na luta pela terra, sobretudo no regime militar e de atuação da Guerrilha do Araguaia nos anos de 1969 a 1973.

A penetração do capital, e suas formas de reprodução no Araguaia paraense, foi marcada pela busca da terra, lutas camponesas, contradições típicas de exploração do capital, que enxergava a região como terra de oportunidades e, por outro lado, o campesinato na "esperança de ganhar um pedaço de terra para produzir". A dicotomia entre "conquistar a terra" e "oportunidades de investimentos" continua sendo um marco na história da região.

Os temas como migrações, conflitos sociais, campos verdejantes no inverno e amarelados no verão amazônico, floresta, queimadas, pastagens, roças de arroz se confundem com temas amadurecidos. A presença do vaqueiro tocando as boiadas nas estradas empoeiradas a paisagem de cerrados, a beleza do rio Araguaia se tornou marcas que estão retidas na memória deste pesquisador, um sujeito que se soma à população local no recorte das lutas sociais, produtos jamais passíveis de esquecimento.

Para além desse cenário, abordou-se as histórias de sofrimento e dor, conquistas, disputas pela terra e prática de "pistolagem", os relatos de trabalho escravo, as chacinas, o barulho de motoserra na floresta e mais recente a devastação do cerrado por tratores de última geração, a mecanização do solo, drones e aviões de pulverizações de agrotóxicos, colheitadeiras gigantes, silos de grãos às margens das rodovias, caminhões de transportes bitrens, agroindústrias frigoríficas, plantações de abacaxi, indústrias de sucos, fazendas e rebanhos de gado, muito gado completam o panorama local.

A definição de Araguaia paraense é bastante complexa e cheia de controvérsias. Para vários pesquisadores a região é compreendida como área geográfica do Sul-sudeste do Pará. Porém, apesar das diferentes visões históricas e geográficas sobre a região, optou-se, metodologicamente nesta pesquisa pelo conceito histórico de Araguaia paraense, que possui, na sua origem, a configuração de atuação dos religiosos dominicanos, na época abrangendo territórios do Sul e Sudeste do Pará, e, no início do século XX estendia-se até a confluência do rio Xingu. Um imenso território que por décadas, fez parte da jurisdição católica e atuação na catequização indígena e zona de exploração de borracha.

Portanto, levou-se em consideração a necessidade de resgatar a história, à mística, e a ação dos religiosos dominicanos quando a defesa e resistência camponesa contra o latifúndio invasor. Na década de 1970, a igreja católica, juntamente com as pastorais ligadas a teologia da libertação, as Comunidades Eclesiais de Base, (CEBs,) Movimento de Educação de Base (MEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicatos de trabalhadores

rurais desenvolveram um papel fundamental na luta pela conquista da terra, resistência e enfrentamento ao latifúndio, movimentos sociais que continuam resistindo ao modelo de desenvolvimento excludente no contexto atual.

A mística religiosa, os cânticos populares reforçado pela Teologia da Libertação fomentou os camponeses e comunidades locais à lutarem pela conquista da terra, que considerou ainda as múltiplas culturas populares presentes no cotidiano dos povos indígenas, caboclos, mateiros e ribeirinhos. Estes fenômenos socioculturais transformaram a região num imenso "caldeirão" de valores éticos, religiosos por agregar os migrantes despossuídos da terra, que assimilaram as práticas locais de sobrevivência dos indígenas, práticas estas adquiridas na convivência com a floresta e nela retirar o sustento.

Nesse aspecto, a hipótese dessa pesquisa é que as políticas públicas de desenvolvimento local implantadas pelo Estado brasileiro na Amazônia em termos gerais e no território do Araguaia paraense, de modo particular, em especial durante o regime militar (1964-1985), contribuíram para o fomento da expansão do agronegócio de pecuária e grãos na região. Isto por seu turno acarretou conflitos e disputas territoriais, que se perenizaram na região, entre trabalhadores rurais, camponeses e indígenas com as forças do capital nacional e internacional, responsáveis pela apropriação privada e concentrada da terra, desestruturando os modos de vida de populações pastoris, extrativistas e camponesas, localizadas no Araguaia paraense,

Dito isso, para desenvolver esta tese recorreu-se aos estudos de teóricos da questão agrária e agrícola, cientistas sociais, historiadores e estudiosos relacionados às reflexões sobre as estratégias de ocupação do território e atores que atuam no cenário regional. Por suposto, houve a necessidade de problematizar o debate teórico regional através da análise das dinâmicas econômicas, estratégias e ações, utilizadas pelas forças do capital e suas contradições, presentes como forma de se contrapor ao discurso do modelo de desenvolvimento de produção de *commodities*. Assim, delineamos os procedimentos metodológicos a seguir:

1.2 Procedimentos Metodológicos

Dada a vastidão de temas relacionados à questão agrária e às complexidades na discussão dessa temática em nível local, a qual seria impossível abrangê-los em sua plenitude. Por isso, optou-se por tratar as questões consideradas marcos sócio-históricos relevantes no entendimento territorial. Nessa seara, para abranger essa complexidade do

território, recorreu-se às obras de pesquisadores que abordam a questão agrária no contexto nacional a exemplo de Caio Prado Jr, Celso Furtado, Ligia Osorio, José de Sousa Martins entre outros.

No contexto local, analisou-se as obras de Gallais, Entre os índios do Araguaya, O Apóstolo do Araguaia, (1903, 1942), Silva, Nos Sertões do Araguaia (1935), Frei José Aldrin, Entre Sertanejos e Índios do Norte, os Sertanejos que eu conheci (1946, 1963) e Santos, Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930), (1986), sobre o papel social do Centro Catequético de Evangelização que se instalou no Araguaia em 1896, para catequese dos povos indígenas, abordou-se as obras acima citadas do religioso frei José Aldrin que viveu na região e registrou o cotidiano dos sertanejos pastoris, as condições sociais e as formas de organização socioeconômica dos moradores locais. Em Viagem ao rio Araguaia de Couto Magalhães (1934) e Moreira Neto, A Cultura Pastoril do Pau d'Arco (1960) que evidenciou as descrições históricas, antropológicas e geográficas da região do Araguaia.

No campo da análise das teorias sobre o estudo das frentes de ocupação pastoril nacional que chegou ao território do Araguaia, utilizou-se referências teóricos de pesquisadores nacionais e locais a exemplo de Capistrano de Abreu, Caminhos antigos e povoamento do Brasil (1930), Otávio Ianni, A Luta Pela Terra (1978), José de Souza Martins, Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político, A militarização da questão agrária no Brasil: Terra e poder, o problema da terra na crise política, O cativeiro da terra (1986, 1985, 1981), Octávio Guilherme Velho, Frentes de expansão e estrutura Agrária: Estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica (1976), Figueira, A Justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia, Gringo e Oneide, uma história no Araguaia. (1986, 2022), Vaz, A formação dos latifúndios no Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento (2013), Airton Pereira, Conflitos de terra e violência no Sul do Pará (1975-1990), A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo, Do posseiro ao Sem-terra: a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará. (2004, 2013, 2015), Porto-Gonçalves, Amazônia, Amazônias (2021), que forneceram elementos teóricos para elucidar a história, a ocupação do território, as migrações e os conflitos agrários. A partir de Maia, Estado, território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central (2012), Villas Bôas, e Villas Bôas, A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. (1994), analisou-se a criação da autarquia Fundação Brasil Central, FBC que se cristalizou no movimento expansionista conhecido como "A marcha para o Oeste".

A frente pastoril que penetrou no Araguaia paraense não está dissociada do contexto nacional. Portanto, recorreu-se a fontes teóricas de Prado Junior, A questão agrária no Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo: colônia (1994, 2011), Furtado, Formação Econômica do Brasil (2003), Capistrano de Abreu, Caminhos antigos e povoamento do Brasil, (1930) e Kageyama, A questão agrária brasileira: interpretações clássicas (1993) para a análise das contribuições dos clássicos das questões agrárias no Brasil, a exemplo de Ignácio Rangel e Alberto Guimarães, a qual Kageyama faz referência.

Considerada condição *sine qua non* por Cano (1994, 2002, 2010); Silva (2019), Carvalho (2021), sustentou-se o debate teórico envolvendo as grandes questões nacionais relacionadas à problemática agrícola e agrária, envolvendo desde a instituição da Lei de Terras de 1850, às políticas agrícolas dos governos militares e pós-ditadura. À luz das contribuições de Wilson Cano, *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*, (1930-1970; 1970-1995), *Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil*, (1998, 2010), levantou-se discussões sobre as questões regionais, a mercantilização da terra, reflexões acerca do capital mercantil e aspectos das frações mais atrasadas das elites locais que combina atraso, tradição, modernidade e relações pré-capitalistas e capitalistas.

A respeito dos órgãos oficiais públicos e privados, realizou-se pesquisa em fontes documentais e bibliográficas, websites de órgãos públicos e privados, Censo Agropecuário de 2007, 2017 e da pesquisa PAM, PPM (2012–2022), Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relatório de Assentamentos de Reforma Agrária, Números da Reforma Agrária das Unidades Regionais de Conceição do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), I e II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Relatório sobre População Kayapó do Sul do Pará da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), *Conflitos no Campo Brasil* de 2023, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Relatório de Monitoramento do Trânsito Pecuário, Trânsito Agropecuário – Bovídeos, Relatório de Monitoramento de 2021 (Adepará), websites da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), revistas, publicações e informações dos Sindicatos Rurais Patronais, Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura, escritório regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), associações camponesas de assentamentos e órgãos municipais das Secretarias de Agricultura.

As principais fontes de dados secundários, provenientes de órgãos ambientais oficiais, destacam-se: o escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), localizado no município de Pium, Tocantins; os dados sobre desmatamento e vegetação nativa do MapBiomas (2024); os bancos de dados sobre áreas protegidas do Instituto Socioambiental (ISA) e do Terra Brasilis, que divulga os índices do sistema PRODES/INPE; o banco de dados e imagens do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); o Boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON); e os websites do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR).

A pesquisa de campo envolveu a coleta de dados primários e secundários, realizada durante o verão (junho a novembro) e o inverno (janeiro a maio) dos anos de 2023 e 2024. A trajetória em busca dos dados totalizou 2.776 km, percorridos em veículo próprio, tendo como ponto de partida o município de Xinguara, onde este pesquisador reside desde 1986. O trajeto foi planejado para obter dados atualizados por meio de levantamentos fotográficos e entrevistas com uso de questionários pré-estabelecidos (Anexos I a V), abrangendo temas diferenciados para cada categoria, em entrevistas gravadas com roteiro aberto.

Foram entrevistados grupos específicos, incluindo autoridades locais, lideranças sindicais, pecuaristas, lideranças religiosas, autoridades ambientais, assentados da reforma agrária, secretários de agricultura, produtores de grãos, abacaxi, apicultores, entre outros. As entrevistas foram gravadas com 21 informantes, realizadas durante os anos de 2023 e 2024 no território do Araguaia Paraense e em São Félix do Xingu.

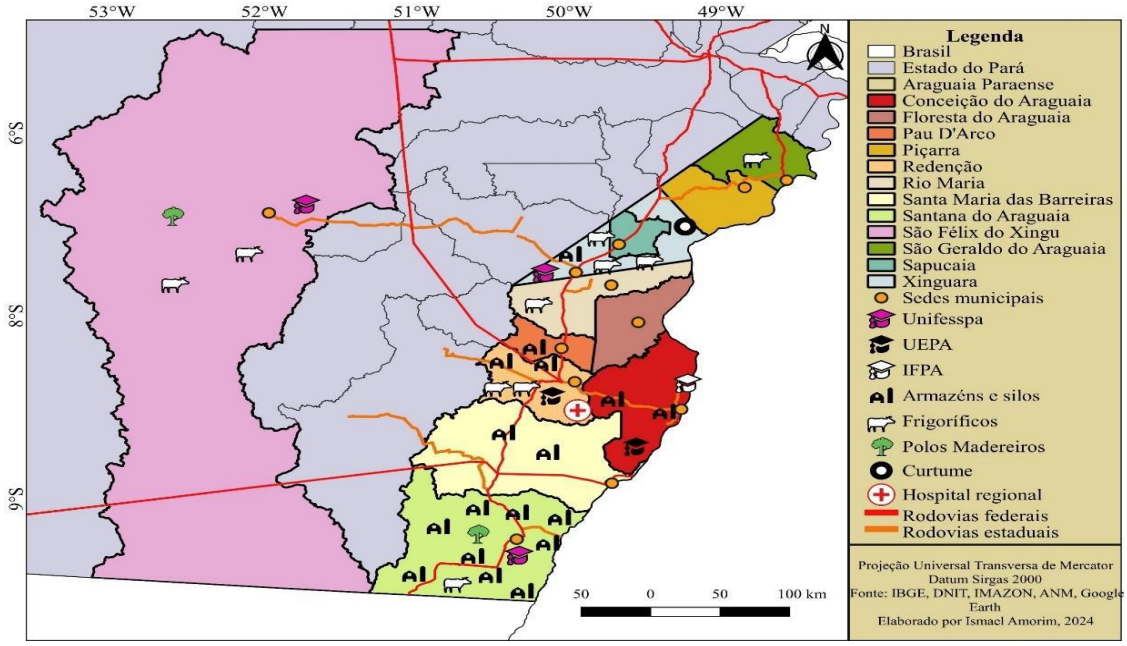
Entre os principais entrevistados, destacam-se: dois grandes pecuaristas ligados ao agronegócio da pecuária e de monoculturas de grãos; três agricultores familiares; dois integrantes de instituições executivas ambientais (federal e municipal); dois integrantes de unidades regionais do INCRA; dois representantes de sindicatos e federações de trabalhadores rurais; três integrantes de assentamentos de reforma agrária; três representantes de Secretarias Municipais de Agricultura da região; dois representantes religiosos — um leigo da Igreja Católica e um da Igreja Protestante, ligado à evangelização indígena; e dois integrantes de assessorias de movimentos sociais.

Com relação às entrevistas diretamente citadas na pesquisa de campo, fazem-se referências apenas à área de atuação da pessoa entrevistada, utilizando-se apenas as iniciais de seu nome, de modo a garantir seu anonimato.

Os dados primários foram obtidos por meio de anotações no diário de campo, gravações realizadas via WhatsApp e transcrições por meio da ferramenta de inteligência artificial *Take Blip Vira Texto*.

Em síntese, a metodologia seguiu um roteiro que incluiu visitas aos locais de instalação de silos e equipamentos de armazenagem de grãos nos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, além de propriedades rurais, rios e assentamentos rurais nos municípios onde a expansão das monoculturas de grãos está em maior evidência, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Trajeto percorrido na pesquisa de campo no território do Araguaia paraense.



Fonte: IGBE 2024, dados de campo, adaptado pelo autor.

No tocante ao avanço do agronegócio, realizou-se levantamento da produção e das cadeias produtivas junto aos órgãos responsáveis e nos *website*s da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA).

1.3 O Uso do diário de campo

A pesquisa de diário de campo buscou percorrer a região para obter uma percepção visual das mudanças na paisagem local, coletar dados e informações as propriedades, realizar levantamentos fotográficos e efetuar os contatos e as entrevistas que já estavam previamente agendadas com os diversas atores sociais selecionados.

Em 2 de fevereiro de 2023, a pesquisa de campo foi realizada em Floresta do Araguaia, onde se efetuou uma visita a plantações de abacaxi e monoculturas de grãos. Em maio de 2024, foram realizadas entrevistas com gestores municipais da Secretaria de Agricultura, com o objetivo de obter mais informações a respeito das dinâmicas econômicas do município.

Floresta do Araguaia tem como base de sustentação econômica a pecuária bovina, a produção familiar de abacaxi — sendo o maior produtor do estado —, a agroindústria de suco e a agricultura empresarial de grãos. Observa-se que as áreas mecanizadas de soja e milho vêm ganhando proporções cada vez maiores.

As primeiras ocupações ocorreram no início dos anos 1970, quando grupos de migrantes e pastoris que habitavam a região formaram uma pequena vila a cerca de 40 km da margem esquerda do rio Araguaia. Os moradores são, em sua maioria, migrantes que atravessaram o Araguaia e passaram a se estabelecer na região, atraídos pelas terras férteis e vastas pastagens naturais.

Durante o processo de colonização, os habitantes — pastores e extrativistas — contaram com o apoio dos religiosos dominicanos, que exerciam influência na vida religiosa e social, sobretudo orientando os moradores quanto às atividades econômicas e à fixação na terra. Os religiosos obtiveram do governo do estado do Pará a doação de 17 glebas de terra de 900 alqueires, que foram distribuídas entre os habitantes do povoado.

Foram realizadas entrevistas com produtores de abacaxi e levantamento da história local, além do preenchimento de questionário de entrevistas pela Secretaria Municipal de Agricultura, que disponibilizou informações a respeito da produção de abacaxi, da agricultura familiar e das monoculturas de grãos.

Em 4 de março de 2024, realizou-se coleta de dados e entrevistas no município de Xinguara, a partir de uma agenda pré-estabelecida na Secretaria de Desenvolvimento Rural. Nesse órgão, o pesquisador aplicou entrevistas com um gestor e um servidor que, na ocasião, disponibilizaram informações sobre as ações desenvolvidas no meio rural pelo município, sobretudo aquelas relacionadas ao apoio a assentados por meio do Programa Estadual Territórios Sustentáveis, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRE).

Prosseguindo com a pesquisa, seguiu-se o curso da rodovia BR-155, sentido norte, e visitou-se o município vizinho de Rio Maria, também no dia 4 de março de 2024. Este município ficou nacionalmente conhecido pelos violentos conflitos agrários envolvendo disputas entre posseiros e fazendeiros durante as décadas de 1980 e 1990. Em Rio Maria, o

pesquisador realizou entrevista com uma representante dos movimentos sociais e coletou informações sobre a produção nos assentamentos, regularização fundiária, monoculturas de grãos e piscicultura, junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

Em 5 de março de 2024, visitou-se o município de Pau D'Arco, onde foi cumprida a agenda na Secretaria Municipal de Agricultura. Pau D'Arco apresenta um diferencial em relação aos outros municípios da região devido à produção de mel, considerada um orgulho local. A cidade vem se destacando nessa atividade, com mais de 17 mil toneladas produzidas por ano. Contudo, segundo dados fornecidos pelos criadores, essa produção tem diminuído em função do avanço das monoculturas de grãos.

Um fato marcante na história do município foi o episódio nacionalmente conhecido como "O Massacre de Pau D'Arco", ocorrido em maio de 2017. Nesse trágico evento, dez trabalhadores rurais foram barbaramente assassinados durante uma ação ilegal realizada por agentes das polícias Civil e Militar do estado do Pará, na Fazenda Santa Lúcia. O massacre gerou grande comoção nacional e internacional, sendo amplamente denunciado em reportagens dos principais meios de comunicação, matérias de jornais e manifestações de órgãos de defesa dos direitos humanos. Este episódio reflete os projetos de desenvolvimento implantados no Araguaia Paraense pelo Estado brasileiro, que continuam a gerar tragédias humanas, evidenciando os desafios e conflitos persistentes no contexto agrário atual.

Percorrendo mais 25 km, chegou-se ao município de Redenção, onde, em 6 de março de 2024, deu-se continuidade à pesquisa de campo. Redenção está localizado na região central do Território do Araguaia. É também o município onde estão instalados os grupos empresariais responsáveis pelo fornecimento de serviços e insumos agrícolas, concessionárias de veículos, tratores e equipamentos, máquinas pesadas — enfim, praticamente toda a logística de apoio ao agronegócio de grãos.

Maior centro urbano regional do Araguaia, a cidade se transformou, em menos de uma década, no principal polo comercial, hospitalar e bancário da região. Boa parte desse crescimento deve-se ao avanço das lavouras de grãos, que vêm atraindo empresas agropecuárias, escritórios de consultoria e assessoria especializada em agronegócio. Um giro pela avenida principal da cidade é suficiente para perceber o movimento intenso de veículos e pessoas no comércio. A pesquisa foi realizada por meio da coleta de dados e informações fornecidas pelos técnicos da Secretaria de Agricultura e junto às lideranças de associações de trabalhadores rurais, assentamentos e do escritório regional da FETAGRI.

Em 7 de março, o trajeto da pesquisa de campo seguiu pela rodovia estadual PA-287 com destino a Conceição do Araguaia. Neste percurso de 90 km, observa-se intenso tráfego

de caminhões de transporte de grãos. Há 10 anos, esse trecho da rodovia era bastante despovoado e coberto por vegetação de cerrado totalmente preservada. Atualmente, encontra-se tomado por plantações de soja e milho. Às margens da rodovia, nota-se a presença de estruturas gigantes de silos de armazenagem de grãos e plantações extensas, formando verdadeiros "desertos verdes".

Em 8 de março, a pesquisa de campo foi realizada no município de Conceição do Araguaia. Neste município, concentram-se órgãos estaduais e federais, como as Unidades Regionais da Emater, Adepará, Uepa e Incra. O movimento na cidade mudou bastante nos últimos anos, especialmente a partir da instalação de uma mineradora multinacional, a Horizonte Minerals, que está montando uma gigantesca estrutura de exploração de níquel. Em função disso, Conceição do Araguaia teve sua rotina transformada: de cidade tranquila e pacata às margens do rio Araguaia, passou a ser um lugar agitado, com aumento significativo da violência, elevação no custo dos aluguéis e intenso movimento de veículos de transporte coletivo e de trabalhadores da mineração. A cidade vem enfrentando um boom da mineração e, atualmente, emprega cerca de cinco mil trabalhadores em regime de três turnos.

Abrigados em apartamentos, casas de aluguel e hotéis, a população volátil lota diariamente o comércio, as padarias e os restaurantes, causando filas até mesmo nas barracas de espetinhos — uma programação tradicional e imperdível para os moradores locais, consolidando o ditado popular de que “as cidades do Araguaia cheiram a churrasco”.

O contato com servidores do INCRA, Unidade Regional, ocorreu de forma bastante produtiva, com o fornecimento de dados e informações sobre a situação dos assentamentos rurais da região, o contexto agrário regional e as atividades produtivas do agronegócio. O mesmo ocorreu durante visita à Secretaria de Agricultura e de Meio Ambiente do município. Na mesma data, realizou-se ainda um levantamento fotográfico de plantações de soja e milho, do rio Araguaia e de monumentos históricos, como a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1917. Houve também contato com lideranças sindicais ligadas ao STR, leigos atuantes nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e com um pesquisador da Universidade Estadual do Pará (UEPA), do campus local.

Seguindo o roteiro pré-determinado, em 9 de março a pesquisa de campo ocorreu no município de Santa Maria das Barreiras. Distante cerca de 181 km de Conceição do Araguaia, o acesso ao município foi feito por rodovia asfaltada até o entroncamento da PA-287 com a PA-327, seguido de um percurso de 136 km por estrada de terra. À primeira vista, a cidade aparenta certa calmaria, mas, nos últimos dez anos, o agronegócio de grãos instalou

dezenas de silos nas margens da rodovia de acesso ao município e na vila de Casa de Tábua, às margens da BR-158. Estão sendo instalados enormes silos para armazenagem e escoamento da produção. Um dos distritos, conhecido como Casa de Tábua, já superou a sede do município em número de habitantes, o que forçou a transferência de alguns órgãos públicos da sede para esse local.

Durante a pesquisa de campo, entrevistaram-se assentados da reforma agrária, moradores ribeirinhos e um técnico da Secretaria de Agricultura. Também foi registrada a presença de grupos indígenas da etnia Carajás, residentes em pequenas possessões de terra nas proximidades da cidade. Após a coleta de dados, realizou-se ainda um levantamento fotográfico do rio Araguaia, das instalações e das plantações de grãos.

Historicamente, Santa Maria das Barreiras ficou conhecida por abrigar os primeiros camponeses foragidos dos conflitos entre as oligarquias de Boa Vista no final do século XIX. Foi nesse local que ocorreu a travessia desses camponeses para o lado paraense do rio Araguaia, na região conhecida como Barreira de Campos.

Santa Maria das Barreiras ocupa a segunda posição em áreas de plantio de grãos, com mais de 60 mil hectares de área cultivada. Essa realidade evidencia o elevado grau de reconcentração fundiária e o consequente fechamento de vilas e abandono de casas ao longo da rodovia que dá acesso ao município. O rápido avanço das monoculturas de grãos, que se estendem por longos trechos da rodovia, reflete a dimensão e o impacto do agronegócio na região. Ao percorrer a rodovia, ainda não pavimentada, é possível observar vastas áreas de cerrado desmatadas sendo substituídas por plantações de grãos. Além disso, notou-se o constante movimento de tratores e colheitadeiras de grande porte trabalhando na colheita da soja, bem como a aplicação de agrotóxicos nas plantações de milho safrinha.

Em 12 de março, a pesquisa de campo foi realizada no município de Sapucaia, localizado a cerca de 33 km, às margens da rodovia BR-155, sentido Marabá. A atividade teve início com uma tentativa de contato com a Secretaria de Agricultura, que não estava presente no momento; posteriormente, ficou encarregada de responder ao questionário. Um segundo entrevistado ficou de agendar uma entrevista com um pecuarista, o que não se concretizou.

Cercada por grandes fazendas de gado, boa parte da população de Sapucaia trabalha nas poucas vagas disponíveis no comércio local ou nas fazendas, atuando como peão, tratorista ou vaqueiro. Devido à escassez de oportunidades, as perspectivas de trabalho são bastante limitadas, o que leva muitos jovens a migrar em busca de melhores condições de emprego ou para estudar em cidades próximas. Sapucaia é o único município da região que

não possui assentamento de reforma agrária, o que faz com que a maioria dos produtos consumidos na cidade venha de outros locais. A economia local é, em grande parte, restrita à pecuária extensiva e às monoculturas, cuja produção é destinada majoritariamente à exportação.

Em 13 de março de 2024, a pesquisa de campo foi realizada seguindo o trajeto da BR-155, a cerca de 190 km de Xinguara, no município de Piçarra, onde se realizou o levantamento de dados e entrevistas. Piçarra, cujo nome se deve a uma base militar cascalhada (piçarra), foi, no passado, um acampamento do Exército Brasileiro destinado ao combate à Guerrilha do Araguaia no início da década de 1970. Segundo informações fornecidas pelos entrevistados, a cidade se desenvolveu com base na extração de madeira e na coleta de castanha-do-pará, pois sua sede abrigava entrepostos de carregamento e abastecimento de produtos extrativos. A região de Piçarra está localizada em áreas de floresta com antigos castanhais, caracterizada por mata densa e solos planos, que pertenciam a dois grandes latifúndios: as fazendas da Indústria Madeireira do Pará (IMPA) e as terras do senhor Neifa Murade, que detinha o maior latifúndio da região do Baixo Araguaia.

A coleta de dados ocorreu na residência da professora e historiadora Maria Oneide, viúva do sindicalista Gringo, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Geraldo do Araguaia e brutalmente assassinado em 1980. Os relatos de Maria Oneide — dirigente sindical, liderança religiosa e profunda conhecedora dos conflitos agrários da região — ofereceram um retrato fiel da história local, marcada pela crueldade, tortura e assassinatos praticados pelo Exército Brasileiro contra guerrilheiros e camponeses durante o período da Guerrilha do Araguaia.

Nos dias 12 e 13 de março, efetuou-se a pesquisa de campo em São Geraldo do Araguaia. No campo da pesquisa documental, foram realizados contatos e coletas de dados junto à Unidade Regional do INCRA, à Secretaria Municipal de Agricultura, à Secretaria de Cultura e ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR), órgão do governo estadual responsável pela gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) e do Parque Estadual da Serra dos Mártires. Com relação a esses órgãos estaduais, foi realizada uma visita ao Parque e à APA para registros fotográficos, coleta de dados e obtenção de informações.

Em São Geraldo do Araguaia, está em fase de finalização a construção da ponte sobre o rio Araguaia, que ligará o estado do Pará ao Tocantins. A obra visa facilitar o transporte de passageiros e, especialmente, promover a interligação das zonas de escoamento de commodities (carne bovina e grãos) com a Ferrovia Norte-Sul.

Nos dias 9 e 10 de abril, a pesquisa foi efetuada no município de Santana do Araguaia, território situado a cerca de 300 km de Xinguara, com o objetivo de coletar dados e informações por meio de contatos previamente agendados. Um dos entrevistados foi um produtor de grãos que exigiu anonimato, mas respondeu ao questionário. Também foram mantidos contatos com lideranças de movimentos sociais e representantes do setor do agronegócio. Santana do Araguaia é um município onde as monoculturas de grãos estão bastante consolidadas. A cidade abriga diversas empresas, nacionais e estrangeiras, ligadas aos setores da agroindústria frigorífica e da armazenagem de grãos.

Por fim, a etapa final da pesquisa de campo foi realizada no município de São Félix do Xingu, localizado a 257 km de Xinguara, e dividida em dois períodos. Entre os dias 6 e 7 de abril de 2023, foi realizada uma visita ao distrito de Vila Taboca, situado a cerca de 100 km da sede do município. Nesse momento, foi feito um levantamento fotográfico de questões ambientais relacionadas à atividade de garimpo e à situação de conflito na reserva indígena Apyterewa, que se encontrava ocupada por posseiros, fazendeiros e garimpeiros. Também foram coletados dados e informações fornecidas por um religioso que atua junto aos povos indígenas.

Em 9 de julho de 2024, retornou-se ao município para nova coleta de informações e realização de registros fotográficos.

Convém esclarecer que, além dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, publicados em 2019, utilizou-se os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). No que se refere a esses últimos dados, é importante destacar que eles são censitários e realizados apenas de 10 em 10 anos e, por suposto, apresentam limitações já conhecidas pelos pesquisadores do rural brasileiro. Nessa perspectiva, para entender a dinâmica dos últimos anos (2017-2022), completamos a análise dos dados censitários com as referidas e já citadas pesquisas PPM e PAM.

Em função da dinâmica econômica do agronegócio que avança de forma acelerada desde os anos seguintes a 2017, as pesquisas PAM e PPM ofereceram melhores condições de análise para demostrar o crescimento do rebanho bovino e da área plantada de grãos, independentemente do número de estabelecimentos. Considerando que as informações censitárias possuem um hiato temporal, ou seja, o Censo Agropecuário ocorreu em 2017, prendendo-se a estes números, a análise sobre o avanço do agronegócio na região prejudicaria o entendimento da dinâmica da agricultura e pecuária dos municípios estudados, diante disso, optou-se por trabalhar com as fontes de dados das citadas pesquisa PAM e

PPM, que trazem de maneira mais ilustrativa a dinâmica dos últimos dez anos que se tomou como base para a construção da análise.

Um fato inusitado, digno de registro, ocorreu na pesquisa de campo durante as visitas aos empreendimentos do agronegócio e áreas de assentamentos do Araguaia. Alguns entrevistados relataram um fenômeno social referindo ao nascimento de crianças propalados no imaginário popular da região como os "filhos do agro", definição dada às crianças nascidos filhos de gerentes, operários montadores de silos de grãos, tratoristas, pilotos de pulverização. Estes nascimentos dificilmente terão reconhecimento social, já que ao término de instalações os operários migram, abandonando mães e crianças. Exemplos de casos dessa natureza foram identificados em estudos de fronteiras agrícolas do país como os casos de crianças nascidas nas regiões de instalações de Parques Eólicos no Nordeste que se tornaram conhecidas como os "filhos do vento", referindo aos filhos de pais operários que migraram para trabalhar nestes Parques.

Por fim, buscou-se os dados fornecidos de instituições do setor agropecuário nacional e local, O futuro da soja nacional publicado pela APROSOJA, Perfil da pecuária no Brasil: relatório anual da ABIEC, relatório de Ranking das 100 Maiores Empresas de Soja no Pará por faturamento, (ECODATA). Utilizou-se ainda os relatórios Perspectivas para a agropecuária, Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, responsáveis pela disponibilização dos dados de exportações e projeções de safras de grãos nos aspectos áreas de plantio, produção e produtividade de grãos fornecidas pela Companhia Nacional de Abastecimento, (CONAB). Feito os devidos esclarecimentos metodológicos, prosseguiu-se com a análise dos dados e informações, buscando a compreensão almejada e para tanto, esse texto de tese está dividido em 6 capítulos, apresentados a seguir.

O Capítulo I apresentou a introdução e o desenvolvimento do tema da pesquisa, os objetivos, a metodologia, a definição da área de estudo e o diário de campo, que possibilitou trazer algumas impressões sobre o território estudado e identificar características socioeconômicas dos municípios analisados.

No Capítulo II, efetuaram-se discussões e reflexões a respeito do processo histórico de ocupação do território do Araguaia paraense por criadores pastoris em campos naturais de cerrado, bem como a migração das frentes de ocupação para o Araguaia e os conflitos violentos pela disputa territorial no norte goiano, envolvendo oligarquias, extrativistas e povos indígenas — ou seja, os atores sociais envolvidos nas relações socioeconômicas no período compreendido entre o final do século XIX e meados do século XX.

No Capítulo III, buscou-se suscitar o debate sobre a questão agrária nacional, desde suas origens no Brasil Colônia, que culminaram na estruturação do latifúndio no país e no atual modelo de concentração fundiária ainda presente. Abordou-se, também, a insurgência de movimentos de contestação e resistência ao latifúndio, que resultaram em verdadeiros confrontos armados e massacres de camponeses, a exemplo de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, entre outros. Discutiu-se ainda a questão agrária no período da ditadura militar, marcado pela forte repressão aos movimentos sociais e pelo alinhamento ao modelo internacional de modernização da agricultura empresarial nos moldes da Revolução Verde. Foram abordados o Estatuto da Terra, a criação de órgãos governamentais voltados à questão agrária, a abertura política com a Constituição de 1988 e os novos desafios enfrentados nos governos Fernando Henrique (FHC), Lula e Dilma, com ênfase nas políticas de assentamento rural, nos entraves ao avanço da reforma agrária e no avanço neoliberal e desmonte das políticas de reforma agrária nos governos Temer e Bolsonaro (2016–2022).

No Capítulo IV, suscitou-se o debate acerca das concepções de desenvolvimento, confrontando o modelo regional/territorial implantado pelo Estado a partir da década de 1960 no território com o fortalecimento das forças conservadoras, representadas pelas frações mais atrasadas do capital — o que Cano (2002, 2010) descreveu como capital mercantil. Buscou-se desmistificar a ideia de modernidade associada ao agronegócio, lançando luz sobre a face arcaica desse processo, com ênfase na estrutura fundiária local, na chegada dos "novos bandeirantes", na mercantilização da terra, nos conflitos e resistências e nas visões de desenvolvimento promovidas pelo grande capital.

De maneira abrangente, abordaram-se, a partir de autores da própria região, reflexões sobre a ocupação privada da terra, envolvendo as lutas camponesas e o avanço do capital, bem como as novas configurações e arranjos territoriais decorrentes da consolidação da pecuária extensiva. Também se discutiu o enfrentamento ao modelo capitalista e a construção de um novo modelo de desenvolvimento, com base nas conquistas camponesas por meio dos assentamentos de reforma agrária.

No Capítulo V, analisaram-se os impactos socioambientais no território, as dinâmicas da pecuária extensiva e da agroindústria, a "marcha do boi" em benefício da acumulação de capital, e o discurso do agronegócio enquanto instrumento de controle social no contexto regional. Examinou-se, ainda, a dinâmica da monocultura do abacaxi. Por fim, foi analisado o contexto sócio-histórico da ocupação da terra no município de São Félix do Xingu, destacando-se a expropriação da floresta por grupos econômicos madeireiros, agropecuários e de mineração, além das invasões promovidas por grileiros na Terra Indígena Apyterewa.

Finalmente, no Capítulo VI, analisou-se o contexto histórico da chegada dos sojicultores e a consolidação do agronegócio no Araguaia, envolvendo a instalação de empresas, pecuaristas e monoculturas de grãos, o uso intensivo de agrotóxicos, a reconcentração fundiária e as tensões sociais entre sojicultores e camponeses em áreas de assentamento. Também foram discutidos o mercado de terras, suas perspectivas e os riscos ambientais associados a esse processo.

Abordaram-se, ainda, as transformações no bioma local provocadas pelo avanço das monoculturas de grãos no cerrado e na zona de transição, bem como os impactos socioambientais nos assentamentos de reforma agrária decorrentes da expansão da pecuária e da monocultura. Por fim, analisaram-se os desafios enfrentados pelos camponeses diante do atual cenário econômico, marcado pela emergência de uma nova fronteira especulativa.

Nas Considerações finais, efetuou-se uma síntese envolvendo a trajetória histórica da ocupação do território e a necessidade de repensar as políticas públicas implementadas pelo atual modelo de desenvolvimento local, elencando os possíveis caminhos que se deve percorrer com relação à questão agrária na região e os impactos ambientais causados pelo modelo capitalista de desenvolvimento. Abordou-se ainda as perspectivas que se apresentam quanto à questão agrária e agrícola no território do Araguaia, procurando tecer alguns apontamentos e horizontes possíveis para a agricultura camponesa, as alternativas, espaço de luta e resistência ao modelo que se vislumbre a construção de componentes basilares de formas possíveis de desenvolvimento pautado no respeito ao meio ambiente, sustentabilidade socioeconômica e esperança de vida frente ao avanço do agronegócio.

A concretização desta tese de doutoramento, envolveu-se, necessariamente, o caráter interdisciplinar das ciências sociais e apresentou-se o campo teórico de diversos autores que serviram de parâmetros para nortear na escolha do tema, no recorte e nos sujeitos da pesquisa. Além disso, especificou-se metodologicamente como realizou-se o levantamento das informações imprescindíveis que sustentaram as reflexões sobre a história local, a questão agrária e agrícola nacional e da Amazônia e o avanço do agronegócio no território do Araguaia paraense, tendo como pano de fundo as formas de organização social e econômica locais, o avanço da pecuária, a apropriação da terra e a problemática socioambiental.

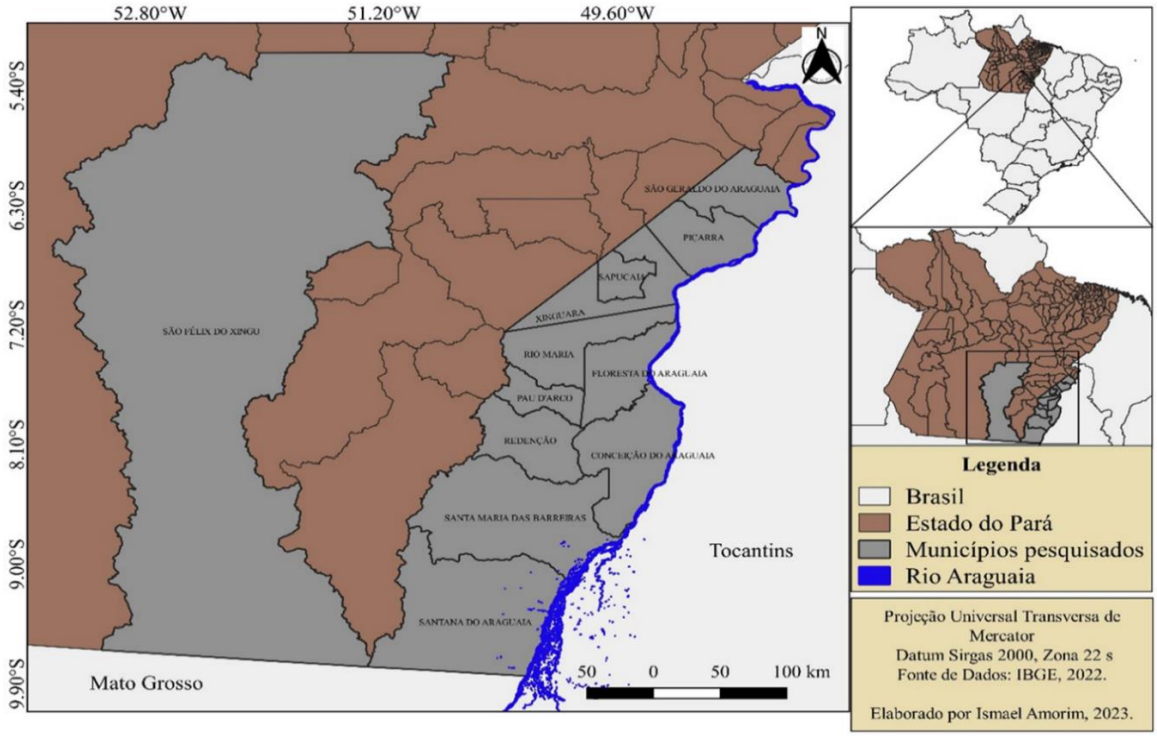
Desse modo, elucidou-se a história da região do Araguaia paraense dentro de uma concepção dialética da história visto que os atores principais aqui narrados são os migrantes que, independentemente de classe social, deslocaram-se das mais variadas regiões do Brasil em busca de melhores condições de vida. Empresários interessados em lucro fácil,

camponeses expropriados da terra, foragidos da seca e da miséria no Nordeste, escravizados que se miscigenaram com os povos indígenas. Enfim, os que sonharam e buscaram na Amazônia formas de sobrevivência econômica e construção de nova vida.

No que se refere à definição da área de estudo, segundo o IBGE (2022), a região norte na Amazônia legal, conhecida como Amazônia brasileira, possui área territorial de 3.853.575 km² e correspondente a 45% do território nacional. A população da região norte está estimada em 17 milhões de habitantes, 8,5% da população brasileira. A densidade demográfica é de 4,5 habitantes por km² e engloba o conjunto de oito estados.

Por sua vez, o estado do Pará localiza-se na Amazônia legal, região norte do Brasil, possui área territorial de 1.247.581 km² e população de cerca de 8.116.000 habitantes e densidade demográfica de 6,51 habitantes por km², distribuídos em 144 municípios. Nesse contexto, o território que abrange esta pesquisa, o Araguaia paraense, denominação histórica do espaço de ações da ordem religiosa dominicana, possui área territorial de 136.576,9 km² e população de 383.000 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em 11 municípios (Figura 2 e Tabela 1).

Figura 2 - Mapa dos municípios do território do Araguaia paraense e São Félix do Xingu.



Fonte: IBGE (2022), adaptado pelo autor.

Tabela 1 – Municípios da pesquisa em extensão territorial e população.

Município	Ano de criação	Extensão territorial (km²)	Censo 2022
Conceição do Araguaia	1908	5.829,5	44.617
Floresta do Araguaia	1992	3.444,3	17.898
Piçarra	1996	3.312,7	12.832
Pau D'arco	1991	1.671,4	6.931
Redenção	1982	3.823,8	85.597
Rio Maria	1982	4.114,6	18.384
São Felix do Xingu	1962	84.212,9	65.418
São Geraldo do Araguaia	1988	3.168,4	24.255
Santa Maria das Barreiras	1988	10.330,2	16.548
Santana do Araguaia	1961	11.591,5	32.413
Sapucaia	1996	1.298,2	5.847
Xinguara	1982	3.779,3	52.893
Total		**136.576,9**	**383.333**

Fonte: IBGE (2022). Elaborado pelo autor.

Para facilitar a compreensão da região, definiu-se alguns conceitos a respeito da questão fundiária local como o conceito de terras livres, e Araguaia Paraense levando-se em consideração aspectos que se assemelham, como a história, características naturais da paisagem, aspectos culturais, intervenções do setor público e do setor privado, ocupação humana, vegetação e dados socioeconômicos coletados no IBGE (2022).

Considerou-se relevante também a inclusão do município de São Felix do Xingu localizado na mesorregião do Sudeste Paraense, vez que São Felix está incluído entre os primeiros em desmatamento no Brasil em função da expansão da pecuária e maior rebanho bovino nacional. O Censo Agropecuário do IBGE, atualizado pela pesquisa PPM, demostrou que o município possui cerca de 2,5 milhões de bovinos e apesar da pecuária ser um indicativo importante na economia, esse rebanho bovino confere a São Felix do Xingu o título de maior desmatador da Floresta Amazônica do País. Segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, elaborado pelo Observatório do Clima (2021), o município emite 225 toneladas de dióxido de carbono por habitante, um volume 22 vezes maior que a média nacional.

Para analisar o contexto da devastação em São Félix do Xingu, utilizaram-se técnicas de investigação documental, entrevistas com pessoas conhecedoras da realidade local e o uso de dados secundários. Foram analisadas informações jornalísticas produzidas pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI),

referentes à Terra Indígena (TI) Apyterewa, do povo Parakanã Ocidental, bem como às Unidades de Conservação situadas no município.

Assim, a inclusão de São Félix do Xingu no rol de municípios estudados nesta pesquisa buscou compreender se os municípios do Território do Araguaia, com áreas já consolidadas de pecuária e monoculturas, estão forçando o deslocamento de rebanhos bovinos de áreas substituídas de pastagens por monoculturas no Araguaia para as regiões de fronteiras de desmatamento em São Félix do Xingu.

Feitas as devidas considerações, analisou-se a seguir o processo histórico de ocupação pastoril e religiosa, exploração extrativista, povos indígenas do território do Araguaia Paraense, no período que corresponde de 1896 a 1950, quando a região foi inserida no contexto do modo de produção capitalista.

CAPÍTULO II - DAS "TERRAS LIVRES" A OCUPAÇÃO PASTORIL, EXTRATIVISTA E RELIGIOSA NO ARAGUAIA PARAENSE

> […] para eles, nessa época, a terra era farta, dada, de ninguém, de quem quisesse, sem fim
> Octavio Ianni (1978, p. 65).

Este capítulo contextualiza o processo histórico de penetração de frentes pastoris, camponeses, extrativistas e religiosos dominicanos, bem como o desenvolvimento das relações socioeconômicas entre os atores envolvidos no período correspondente ao final do século XIX e meados do século XX no território do Araguaia Paraense.

Segundo Porto-Gonçalves (2008), existem várias concepções do que se considera Amazônia. Para esse autor, elas se apresentam em reflexões de diferentes estudiosos e envolvem um complexo de diversidades sociais, culturais e ecológicas, entrelaçadas nos biomas presentes no cerrado, floresta equatorial, zona de transição, várzea, entre outros. Essas diversidades são as que mais se aproximam da realidade. Contudo, é necessário considerar, em termos de ocupação humana, uma série de contradições existentes entre floresta e desmatamento, pastos e latifúndios, camponeses e fazendeiros, ribeirinhos e extrativistas, que, em linhas gerais, correspondem às várias Amazônias: uma que destrói, outra que preserva; uma que mata, outra que resiste; e uma de belezas naturais compostas por florestas, rios, várzeas, cerrados e manguezais.

Assim como na definição de Porto-Gonçalves (2008), a região da Amazônia tratada nesta pesquisa, o Araguaia Paraense, está inserida em um complexo social, cultural e ambiental, composto por diferentes atores e interesses econômicos em disputa. O recorte geográfico ao qual se recorreu para analisá-lo abrange áreas que apresentam diferentes processos de ocupação: frentes pastoris, camponesas, empresariais e os impactos do avanço sobre o cerrado e a zona de transição. Este contexto representa um desafio indispensável para suscitar investigações sobre as diferentes formas de uso do espaço pela pecuária e agricultura, elementos fundamentais para a investigação e compreensão desse cenário contraditório. Essas ocupações, inicialmente caracterizadas por formas pré-capitalistas de produção, como a pecuária pastoril e a agricultura de subsistência, e pelo mercantilismo da borracha, consagraram-se como uma nova forma de apropriação econômica do território no início do século XX. Assim, foram abordadas questões consideradas marcos sócio-históricos e sociorreligiosos relevantes para o entendimento da primeira forma de ocupação territorial da região, a partir das trajetórias e frentes de expansão ou

“onda” pastoril, conforme referiu Moreira Neto em estudos antropológicos datados da década de 1960.

De acordo com Velho (1986) e Santos (1986), as expansões territoriais por frentes pastoris ocorrem desde o período colonial, quando o Brasil esteve sob o domínio da metrópole portuguesa, que adotou como forma de colonização o sistema de concessão de sesmarias, conhecido como capitanias hereditárias. Para esses autores, esse sistema de concessão de terras permitia à Coroa Portuguesa, caso as sesmarias não fossem cultivadas, a reversão da propriedade. Esse processo administrativo impedia qualquer mudança no consentimento da propriedade. Mudanças expressivas nas concessões de terras só ocorreriam após a Proclamação da Independência, em 1822, com a inserção da propriedade da terra ao domínio do Estado brasileiro.

Segundo Arlindo e Almeida (2016), a origem da questão agrária nacional remonta à composição das capitanias hereditárias em 1530 e à instituição do Sistema de Sesmarias em 1549, o primeiro ordenamento jurídico de apropriação territorial, responsável, inclusive, pela formação dos grandes latifúndios no Brasil. Desse modo, as concessões de terras distribuídas pela Coroa Portuguesa foram destinadas àqueles que possuíam recursos para desenvolver lavouras de plantation, instalar engenhos e formar os latifúndios. Essa prática ocorreu especialmente no sertão nordestino, onde a pecuária se desenvolveu no bioma da caatinga. Segundo esses autores, a distribuição de terras em forma de latifúndios foi ainda mais ampla que aquela destinada ao cultivo de cana-de-açúcar no litoral.

Como mencionado, o sistema de sesmarias foi encerrado em 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil e a suspensão do ordenamento jurídico de terras, substituindo-se, como critério, o crescimento da população, o sistema de posses e a economia, portanto,

> O crescimento das posses também contribuiu para o fim do ordenamento jurídico, pois a apropriação de terras estava desordenada, fora do controle da administração colonial. A respeito das posses, cabe frisar, que, desde o início da colonização portuguesa, ela representou uma forma de apropriação da terra, principalmente pelos homens pobres. Entretanto, essa forma de ocupação se expandiu com o fim das sesmarias, multiplicando-se até 1850, quando foi criada a Lei de Terras (ARLINDO; ALMEIDA, 2016, p. 70)

Martins (1981), reforça este debate ao mencionar que a cessação do tráfico de escravos e a inserção do Brasil no mercado capitalista foram fatores proeminentes para a instituição de uma legislação de ordenamento de terras: a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Ainda segundo este autor, o novo ordenamento jurídico brasileiro, fundamentado nessa lei, surgiu para garantir o direito de propriedade do latifúndio, estabelecendo como regra

básica para a aquisição o instrumento do pecúlio, ou seja, mediante a compra, conforme delineia Martins:

> [...] O Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro [...] optou pela imigração estrangeira, de trabalhadores livres. [...] com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, [...] da economia escravista. [...] porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio (dinheiro) para a compra da terra [...]. (MARTINS, 2010, p. 9).

Portanto, a instituição da Lei de Terras de 1850 foi um arranjo jurídico criado pelas oligarquias rurais para impedir o acesso à terra por escravos que, posteriormente, viriam a ser libertos, assim como pela supressão de imigrantes europeus e camponeses pobres, obrigando-os a permanecer como vendedores de mão de obra nas grandes lavouras. Desse modo, a instituição de um regime jurídico de terras contribuiu para a concentração fundiária, já que as terras devolutas constituíam monopólio do Estado, e as oligarquias rurais mantinham o Estado sob seu controle (MARTINS, 1981). Em outras palavras, permaneceu um regime jurídico que excluía os camponeses do direito à terra. Conforme especificado no artigo 3º e seus parágrafos, a Lei de Terras dispunha de conceitos hábeis para a apropriação e definição, conforme segue:

> 1º - As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.
> 2º - As que não se acharem no domínio particular ou qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias, ou concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comissão por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.
> 3º - As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comissão, forem revalidadas por essa lei.
> 4º - As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei (BRASIL, 1850).

Nos interessa abordar apenas o cenário de expansão das frentes pastoris para a Amazônia Oriental, objeto desta pesquisa, especialmente no Araguaia Paraense, que, nesse período, apresentou-se sob circunstâncias semelhantes às da Lei de Terras de 1850.

O historiador Capistrano de Abreu (1930), que analisou o avanço das frentes de expansão pastoril desde a sua origem no Nordeste, esclarece que elas derivam de um longo processo de expansão que vinha ocorrendo desde o século XVII. Nessa mesma linha de pensamento, vários autores da questão agrária nacional colaboram com este debate ao mencionar que a ocupação do território pela pecuária pastoril é resultado do processo de expansão advindo da colonização brasileira, período em que o país alargava suas fronteiras pelo interior por meio de frentes pastoris. Essa expansão territorial esteve presente em diferentes regiões e contextos, contribuindo para a fundação de diversas povoações no interior do Brasil.

Por sua vez, Prado Junior (2004) reforça essa compreensão ao descrever que o movimento de expansão pela pecuária pastoril ocorreu em decorrência das penetrações de diferentes frentes pelo interior em busca de novas terras para os rebanhos. Ele menciona ainda que a criação de gado à solta em pastagens naturais exerceu um papel crucial na ocupação do território brasileiro, sobretudo durante os séculos XVIII e XIX, período em que as frentes pastoris do Nordeste e Sudeste efetuaram prolongadas migrações para as regiões Sul e Centro-Oeste.

Capistrano de Abreu (1930) acrescenta que, para compreender o processo histórico das frentes pastoris, faz-se necessário um mergulho no período conhecido como o "entendimento da sociedade nacional", especialmente a partir da expansão pelos territórios do Brasil central. Prado Junior (2004), corroborando com esse raciocínio, explica que essa expansão desempenhou um papel socioeconômico importante, promovendo o povoamento e o fornecimento de carne para o abastecimento de áreas de exploração mineral e de centros urbanos no litoral brasileiro.

Abordou-se com maior profundidade a expansão das frentes pastoris que avançaram em direção à Amazônia no final do século XIX e início do XX. Esta pesquisa restringiu-se ao contexto regional das frentes provenientes do sul do Maranhão e do norte de Goiás, considerando seus aspectos socioeconômicos e históricos a partir das relações pré-capitalistas de produção. Nesse contexto, os estudos históricos destas frentes nos séculos XVII e XIX tornaram-se cruciais, para se compreender, os deslocamentos pelo interior a partir de uma economia que circulava em torno do abastecimento proteico das economias da cana-de-açúcar e da mineração. A esse respeito, Nunes e Maia (2018), descrevem que, inicialmente, o couro, matéria-prima por excelência, destacou-se como produto mais importante do que a própria carne, sendo altamente valorizado como atividade comercial de exportação.

A expansão da pecuária no Nordeste brasileiro, especialmente nos vales do rio São Francisco, se destacou a partir da formação da sociedade dos currais, uma organização socioeconômica centrada na pecuária no médio São Francisco, que desempenhou um papel importante no processo de interiorização da colônia portuguesa entre a segunda metade do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII. Nesse contexto, o comércio de carne salgada e, sobretudo, do couro tornou-se um artigo comercial de destaque, associado à organização da sociedade de criadores de gado do sertão, conhecida como a “civilização do couro” ou “civilização dos currais”, sociedade caracterizada por seu dinamismo econômico, povoamento e ocupação de domínios territoriais do bioma caatinga.

Acerca da expansão das frentes boiadeiras nordestinas, Capistrano de Abreu (1930) salienta que elas tiveram como ponto de partida o rio São Francisco e se alargaram para as regiões

áridas, de caatinga. Seguindo essa lógica de expansão, a sociedade organizada a partir de domínios de criadores de gado e do mercantilismo de couro e carne necessitava de constante expansão em busca da incorporação de novas possessões territoriais para atender seus mercados, conforme explica Moreira Neto.

> A fisionomia, e a intensidade móveis dessas frentes pioneiras explicam-se e vinculam-se ao contexto da sociedade nacional, as suas características constitutivas, a seu grau de desenvolvimento material, às soluções de seus mercados internos e externos. Nesta dimensão, os processos expansionistas, encontram sua explicação mais vasta e final. Obviamente, nenhuma dessas frentes gera-se de modo espontânea, desvinculadas de conexões internas. O caráter da estrutura econômica do País determina o modo e os interesses pelos quais novas áreas são incorporadas à sociedade nacional pelas frentes pioneiras (MOREIRA NETO, 1960, p. 4).

Nos séculos XVII e XVIII, as frentes pecuaristas nordestinas estenderam seus domínios territoriais rumo ao sudoeste, alcançando a bacia do rio Parnaíba e os campos naturais do Piauí e Maranhão. À medida que essas frentes se expandiam pelo interior, fundavam-se vilas e cidades que serviam como entrepostos de abastecimento, possibilitando a abertura de caminhos cada vez mais distantes.

As narrativas históricas de Urbino Vianna (1935), explicam esse processo histórico marcante da ocupação pastoril no sertão nordestino. Segundo esses autores, um dos fatores responsáveis pela expansão da pecuária pelo interior do Brasil foi a publicação pela Coroa Portuguesa da Carta Régia de 1701, que proibia a criação de gado nas extensões de terras correspondentes a uma faixa de 10 léguas da costa brasileira. A Carta Régia também estabelecia a proibição de rebanhos de gado nas zonas de cana-de-açúcar cultivadas sem o uso de cercas, conforme descrições de Vaz,

> A expansão da lavoura açucareira no Brasil cresceu exponencialmente nos séculos XVI e XVII. De tal modo, acendeu igualmente a impraticabilidade de criar gado próximo ao litoral, devido a penetrações de animais nas plantações, o que proporcionou conflitos graves. Tardiamente, a coroa portuguesa, por meio de uma carta régia no ano de 1701, proibiu a prática da pecuária extensiva a menos de 10 léguas da costa. E assim, desenvolveu-se a atividade pecuária com características bem diferenciadas da atividade canavieira, entre elas a relação com a terra e a propriedade (VAZ, 2013, p. 22).

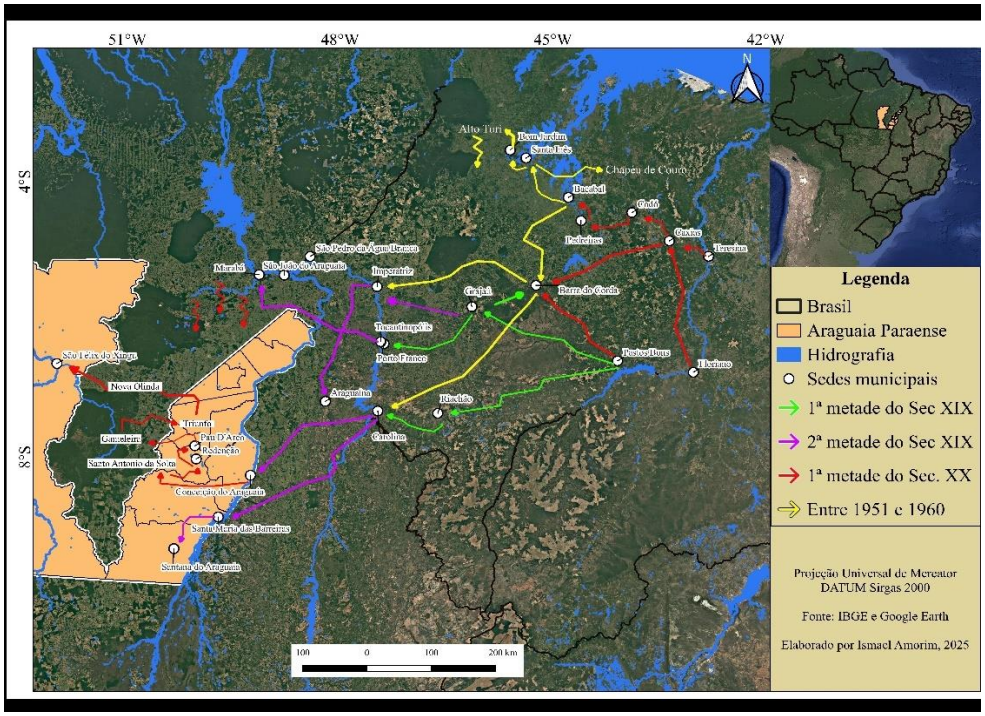
A partir da constatação prescrita na Carta Régia, Nunes e Maia (2018) mencionam que a organização da sociedade dos currais no interior nordestino viu-se obrigada, por determinação legal, a adentrar o interior, estendendo seus territórios pelo sertão e ocupando espaços de caatinga em busca de pastagens. Escolheram regiões onde encontravam pequenos rios com fontes de água e forragem para a alimentação dos rebanhos. Nesses locais, estabeleceram-se fazendas e currais destinados à criação, comercialização e realização de feiras de gado, conforme descrevem esses autores:

> [...] ocupação do solo pela prática da pecuária, com a disseminação crescente de currais e fazendas de gado após a proibição do criatório na zona canavieira (através da Carta Régia de 1701), primeiro ao longo do Rio São Francisco, depois ao longo dos vales férteis dos rios temporários (muitos deles afluentes do São Francisco), onde se produzia gado que servia tanto como fonte proteica quanto como força motriz em subsídio à economia da cana e à economia mineradora no contexto do mercantilismo (NUNES; MAIA, 2018, p. 6-7).

Para Vaz (2013), a sociedade do couro, ou dos currais, devido ao seu caráter latifundiário, expandiu-se pelo Brasil por meio da criação extensiva de gado. Esse expansionismo concentrava terras e impedia a ocupação por camponeses, estruturando-se como um sistema econômico voltado para o abastecimento do mercado de carne e a manutenção do latifúndio, conforme suas descrições (Figura 3).

> A cultura do couro, símbolo dos costumes dos sertanejos pecuaristas, atravessou os limites geográficos e também o tempo, sobre todo o período colonial brasileiro. Contudo, outras características, desse processo itinerante, do desbravamento de territórios por meio da pecuária, mantiveram-se do período colonial até as últimas décadas que antecederam a Proclamação da República Brasileira. Exemplos desses processos contínuos foram o contato e ou conflitos com as tribos indígenas e o afastamento das áreas já delimitadas como territórios de alguns grandes latifundiários, os quais no final do século XVII, já ocupavam, bem como disputavam entre si, grandiosas porções de terras inclusive nos sertões do Maranhão e Goiás (VAZ, 2013, p. 25).

Figura 3 - Correntes migratórias das frentes pastoris do Nordeste para a região do Araguaia paraense, séculos XVIII- e XIX.



Fonte: IBGE 2024, adaptado pelo autor.

A respeito das frentes e as trajetórias para o Norte, autores são unânimes em afirmar que se tratavam de famílias de nordestinos provenientes de longas migrações pelo sertão central, que carregavam consigo experiências e tradições de séculos de pecuária extensiva, mantendo a raça de gado conhecida como “pé duro” (chifre longo e grosso). Esses animais, rústicos e resistentes, eram adaptados a ambientes selvagens e típicos de criação em campos naturais que exigiam pouco manejo.

As frentes que adentraram o território sul-maranhense pelos rios Mearim, Grajaú e Itapecuru se desenvolveram entre os séculos XVII e XVIII. De Abreu (1930) esclarece que esses criadores, provenientes da Bahia, expandiram-se do vale do rio São Francisco rumo ao noroeste, contornando o rio Parnaíba nas proximidades de Teresina, para, em seguida, avançarem pelos campos do Maranhão. De acordo com esse autor, os grupos de sertanejos estabeleceram-se na região de Pastos Bons, território maranhense considerado favorável para a criação de rebanhos, devido às longas planícies úmidas que ofereciam boas condições de pastagem. À medida que os rebanhos cresciam, as frentes baianas, inicialmente fixadas no território maranhense, espalharam-se pelo norte goiano, segundo Vaz (2013, p. 21):

> […] os trechos mais difíceis desse processo de ocupação da frente de origem baiana, foram as áreas do Maranhão, mais especificamente em áreas dos rios Piauí e Canindé; apesar das dificuldades de deslocamento, parte desse grupo conquistou a fértil e distante região maranhense, logo denominada de Pastos Bons, região de origem das primeiras famílias sertanejas que chegaram em território paraense.

De Abreu (1930) menciona que, na região de Pastos Bons, os indígenas Timbiras ofereceram forte resistência aos pecuaristas, convertendo-se em um obstáculo ao avanço da colonização. Nessa região, ocorreram conflitos violentos envolvendo colonos pecuaristas no território indígena timbira, que, durante quase um século, frearam as ocupações pastoris por meio de confrontos intensos. Assim, a ocupação dos campos naturais tornou-se um verdadeiro desafio à colonização, devido à resistência indígena.

De acordo com Velho (1976) e Vaz (2013), somente após a aniquilação dos indígenas, ocorrida na segunda metade do século XIX, as novas gerações de pecuaristas puderam avançar com seus rebanhos, atravessando o rio Tocantins e estendendo seus domínios até a vila de Boa Vista, no norte goiano.

> Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do Norte de Goiás entre o Tocantins c o Araguaia. Para Leste, por volta de 1840, cria-se Barra do Corda, junto a um afluente do Mearim. E em 1868 surge São Vicente, atual Araguatins, já na margem goiana do Araguaia. A expansão, agora, parece fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens que permitiria uma densidade

> relativamente maior de cabeças de gado, mas também devido à resistência dos grupos indígenas timbira e à proximidade crescente da orla da floresta amazônica e dos vales úmidos a Leste (VELHO, 1976, p. 22).

Medeiros (2012) e Vaz (2013) acrescentam que, a partir do território de Pastos Bons, organizaram-se entrepostos de caravanas de tropeiros e aventureiros, onde vilas e povoados passaram a ser fundados constantemente, formando ajuntamentos populacionais, instalações de currais, abertura de trilhas e deslocamento de boiadas para feiras, comercialização e pontos de abate. As charqueadas, espécies de abatedouros rudimentares, preparavam a carne salgada (charque), movimentando um comércio que funcionava por meio de uma rede de rotas e deslocamentos de tropas e embarcações. Assim, as rotas de gado partiam de locais estratégicos como Pastos Bons, Grajaú, Carolina e Riachão e, posteriormente, eram distribuídas para os centros consumidores.

Medeiros (2012), argumenta que as atividades comerciais ligadas à produção de charque e couro, desde a origem no Nordeste, formava uma cadeia produtiva que envolvia comerciantes, produtores, tropeiros e barqueiros. Essa rede era controlada por diversas organizações e atores, incluindo comerciantes externos e setores oligárquicos locais. No aspecto político regional, as oligarquias se organizavam em agremiações políticas e mantinham o controle das atividades rurais e urbanas, ditando leis e exercendo controle social por meio de forças privadas formadas por jagunços armados. Em outras palavras, os coronéis mantinham rigoroso controle sobre a população pobre, que se via obrigada a trabalhar como agregados nas propriedades.

Esse cenário regional controlado pelos “coronéis” fez com que o Maranhão, especialmente a região de Grajaú e Boa Vista, no norte goiano, se tornasse o epicentro de violentos conflitos e disputas políticas e fundiárias. Essas agitações envolveram famílias tradicionais da região, que se revezavam no controle do poder político local como os Moreiras, Dias, Leda e Gomes Leitão.

Velho (1976), que realizou pesquisa na região durante o período de transformações causadas pela construção da rodovia Belém-Brasília, descreve que o avanço de frentes pastoris e camponesas, foragidas das constantes secas do Nordeste, por séculos desempenhou um papel importante na prática da pecuária em campos naturais e da agricultura de subsistência. Velho relata ainda o avanço da fronteira no sul-maranhense e norte goiano, bem como os conflitos agrários envolvendo oligarquias regionais, camponeses e indígenas. Segundo o autor, as disputas territoriais na região envolveram forças oligárquicas ligadas ao Partido Liberal, favorável à Proclamação da República, e Monarquistas Conservadores, que defendiam a manutenção do regime. Nesse contexto, os conflitos em Boa Vista, no norte goiano, entre 1892 e 1907, colocaram

em confronto grupos de coronéis que arregimentavam capangas armados que promoviam saques, pilhagens e apropriação de propriedades de adversários políticos. Essa prática, conhecida como "espólio de guerra", era corriqueira entre os "coronéis" e consistia na apropriação de bens dos derrotados, incluindo fazendas, gado, animais de tropa e objetos de valor, leiloados após os conflitos.

Nesta perspectiva, a ocupação pastoril, por meio de disputas territoriais oligárquicas no sul-maranhense e norte goiano, configurou-se como um prolongamento da expansão boiadeira proveniente do Nordeste que, após se estabelecer nos vales úmidos da região de Pastos Bons, se estendeu posteriormente para o leste. Segundo Monteiro; Paracampos,

> No escopo da expansão de base pastoril, aproximando-se do bioma Amazônia, em 1818, à margem esquerda do rio Tocantins, surge Boa Vista, atualmente, Tocantinópolis. No contexto do expansionismo em direção ao oeste, em 1835, às margens do rio Mearim, surge Barra do Corda; em 1852, Porto Franco; em 1852, Imperatriz; em 1872, São Vicente do Araguaia, atualmente Araguatins. Assim, "[...] a frente pioneira que parte dos Pastos Bons e atravessa agora o Tocantins é maranhense pelos elementos que a compõem, como há um século atrás foi baiana" (Moreira Neto, 1960, p. 10), (MONTEIRO; SILVA, 2023, p. 22).

De Abreu (1930) registra que, em meados do século XIX, o avanço das frentes já contava com cerca de 44 fazendas de gado e que, no final do século XIX, a expansão havia ultrapassado o rio Tocantins, onde fundou-se a vila de Boa Vista, na margem esquerda do rio Tocantins, no norte goiano. Conforme menciona Velho.

> De Pastos Bons saem expedições em todas as direções, e ao mesmo tempo vão-se espalhando as fazendas de gado. Em 1808 surge Riachão a oeste; em. 1811, para leste, Porto da Chapada, origem da cidade de Grajaú. Vão aparecendo fazendas de gado no Manuel Alves Grande, afluente do Tocantins da margem direita, que vão descendo o rio até alcançar o Tocantins. Na margem esquerda do Tocantins, do lado de Goiás, surge em 1810 Carolina, e em 1825 Boa Vista, do Tocantins, atual Tocantinópolis. Em 1831 a Vila de Carolina é transladada para a margem direita do Tocantins, e em 1854, uma vez decidida a questão de limites com Goiás é incorporada ao Maranhão (VELHO, p. 20, 1976).

Acerca do deslocamento das frentes em direção ao território do Araguaia paraense, os estudos de Moreira Neto (1960) e Santos (1996) registram que os conflitos oligárquicos do norte goiano afetaram diretamente famílias de criadores pastoris, camponeses, agregados e extrativistas. Essas populações se viram forçadas a migrar para regiões distantes dos conflitos, expandindo-se pelo cerrado e subindo o curso do rio Araguaia.

Em *Trilhas, Veredas e Ribeiras: os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales do Araguaia e Tocantins*, a pesquisadora Cormineiro (2010), descreve que essa região, historicamente, deve ser compreendida a partir da expansão de fazendeiros pastoris e levas de

camponeses pobres, agregados e pequenos proprietários provenientes do sul maranhense. Tratavam-se de grupos que carregavam larga experiência em pecuária pastoril e agricultura de subsistência. Segundo a autora, até a década de 1940, a fronteira ocupada pelas frentes se estendia do norte goiano entre os vales dos rios Tocantins e Araguaia. As áreas ocupadas eram possessões territoriais devolutas, portanto, livres de qualquer tipo de documentação ou domínio, exceto em raros casos em que um proprietário adquiria o domínio e efetuava algumas divisões para os agregados, permitindo, assim, sua permanência.

Nesse contexto regional, Cormineiro (2010) historiciza que alguns fatores facilitam a interpretação do universo camponês de meados do século XVIII, período em que as expedições estrangeiras exploraram os vales do Tocantins e Araguaia. Pelo menos dois personagens colaboram para compreender o contexto local por meio de expedições e suas finalidades: os naturalistas e exploradores franceses Francis de Castelnau e Augustin Saint-Hilaire.

O primeiro, Francis de Castelnau, chegou ao Brasil na década de 1840 para realizar uma expedição patrocinada pela Coroa Brasileira, cuja incumbência era reconhecer, recolher e catalogar recursos naturais. Em 1844, esse naturalista estendeu sua viagem até os vales dos rios Araguaia e Tocantins para atender aos interesses de empresários de navegação. Os relatos derivados dessa viagem contribuíram para compreender como esses pesquisadores interpretavam as relações sociais no sertão (populações camponesas, formas de produção, vegetação e geografia). Segundo Cormineiro (2010), as descrições sobre os hábitos e costumes das populações locais narradas por Francis de Castelnau são carregadas de equívocos e controversas em relação aos modos de ser e sobreviver dos camponeses e das populações locais.

O outro explorador, Augustin Saint-Hilaire, que também visitou os vales do Tocantins e Araguaia na primeira década do século XX, comete os mesmos equívocos acerca dos sertanejos, habitantes ribeirinhos da região. Ele os descreve como “atrasados e selvagens” quanto à maneira de trabalhar, plantar e explorar a terra, interpretando-os a partir de uma visão europeizada e preconceituosa. Saint-Hilaire narra, por exemplo, que as terras da região não eram apropriadas para a produção agrícola e que os camponeses empregavam tecnologias inadequadas, deixando evidente o preconceito em relação ao modo de vida das populações locais. Ele não reconhecia o sentido da existência dessas populações e reproduzia narrativas equivocadas, sendo que:

> Seu olhar reflete a imagem do mundo europeu organizado socialmente para produzir. Ou seja, os signos que lhe esclarecia o sentido da existência de uma “civilização” não eram reconhecidos por ele nesta região e, desta forma, o que prevaleceu como a imagem dos Vales foi o vazio absoluto, pois, não havendo qualquer aspecto reconhecível do mundo europeu, “nada poderia retirar o sertanejo da vida indolente”. Infelizmente, foi esta imagem, constituída a partir de um olhar desviante sobre as práticas dos sertanejos pobres e marcada por uma visão de mundo que reconhecia apenas os valores capitalistas

> europeus, que ficou registrada em parte da historiografia, como a realidade sobre os Vales (CORMINEIRO, 2010, p. 63)

Conforme Cormineiro (p. 63), “[...] o que prevalecia é uma imagem de vazio absoluto, de pessoas atrasadas que não possuíam seu modo de vida nesse território”. Portanto, os pesquisadores naturalistas mencionados registraram o modo de vida camponês a partir de uma ideia de mundo que não levava em conta o respeito ao cotidiano e às práticas campesinas dos sertanejos do Araguaia, que sobreviviam em um cenário marcado pela concentração fundiária e pelo controle social.

A obra, *Os Sertanejos que Conheci*, do religioso dominicano José Aldrin, é interpretada as narrativas desse autor a partir de suas experiências cotidianas, já que frei Aldrin conviveu por mais de três décadas com os sertanejos no Araguaia paraense e norte goiano. Desse modo, Cormineiro (2010), descreve que, as experiências e convivências compartilhadas envolveram religiosidade e os modos de viver e pensar dos sertanejos, agregados e vaqueiros. Contudo, apesar desse conhecimento e convívio, a obra de frei Aldrin apresenta forte vinculação com as oligarquias locais, prevalecendo sua visão eurocêntrica. Em determinados trechos, por exemplo, ele compara os costumes e hábitos culturais dos sertanejos aos costumes indígenas e africanos, interpretando os modos de vida dos camponeses pobres como “a causa e o lugar do atraso”. Trata-se, portanto, de um olhar colonizador, uma vez que as descrições se referem aos modos de ser e às práticas culturais como manifestações de populações sem preocupação com o futuro, adeptas de uma cultura herdada dos indígenas e da "indolência" atribuída aos negros africanos.

Ligeira observação quanto ao uso da expressão “sertanejo”, encontrada na literatura de pesquisadores da época, colabora para nossa compreensão acerca desse adjetivo utilizado nos estudos da questão regional do Vale do Tocantins e Araguaia. Segundo Nunes (2020), o termo “sertanejo” é derivado de “sertão” e referira-se às pessoas rústicas, rude, silvestre, habitantes camponeses que povoavam os territórios distantes da costa brasileira, ou seja, do litoral. Essa expressão amplamente utilizada por estudiosos no início do século XX, eram notadamente influenciados pelas narrativas euclidianas retiradas do livro clássico *“*Os Sertões*”*. No entanto, Nunes (2020) esclarece que o conceito de sertão surgiu na África e, em sua origem, escrevia-se “mulceltão”. No decorrer dos séculos, o termo sofreu variações para “celtão” e “certão” (com "c"). Ao ser introduzido pelos portugueses nas colônias, sofreu modificações até chegar à estrutura gráfica atual de “sertão”. Essa expressão é amplamente utilizada regionalmente, com o significado de "terra longe do litoral". A partir dessa construção, os pesquisadores de cunho regionalista daquele período cunharam novas expressões como “sertanejos do Araguaia”, “sertão

maranhense" e "sertão tocantinense", termos ligados às atividades socioeconômicas de pecuária pastoril.

Quanto à interpretação das narrativas de Aldrin Cormineiro (2010), observa-se que o autor compreende a condição dos camponeses que ocupavam o vasto sertão do Araguaia paraense como de indivíduos "não preocupados em manter uma estrutura econômica e moradia permanente". Tal compreensão revela-se totalmente estereotipada, fundamentada na ideia de que as terras não lhes pertenciam. Isso permitia aos coronéis praticantes de pecuária expandir sua propriedade para outro local e expulsar os ocupantes provisórios, ou seja, os camponeses. Esses fatores são, talvez, as razões que levaram frei Aldrin a colocá-los na condição de indivíduos de "cultura indígena" ou "indolentes", conforme esclarece Cormineiro:

> [...] é fato que parte dos sertanejos pobres viviam estabelecido nos domínios de um fazendeiro, sob a condição de agregado desde as primeiras décadas do século XIX. Estes agregados construíram suas moradas e plantaram suas roças, comumente em lugares distintos da casa do dono da terra. Nestas condições que durou mais ou menos até 1930, cultivavam a terra onde lhes fosse permitido derrubar uma área sem ter que pagar por arrendamento ou dividir a produção, configurando-se as relações entre agregado e fazendeiro muito mais uma relação de dominação, pois a preocupação dos donos de terra não era torná-los produtiva (CORMINEIRO, 2010, p. 71).

Como se percebe, a preocupação dos fazendeiros pastoris em garantir a estrutura agrária regional sustentada no princípio de que, quanto mais agregados pudessem ter, maior seria a possibilidade de poder. Essa concepção, no entendimento de Cormineiro (2010, p. 74), simbolizava o domínio quase absoluto da estrutura da terra, visto que "[...] o comando dos homens significava o mando da terra". As relações entre fazendeiros e agregados reforçavam a importância de atrair maior atenção do Estado, funcionando como uma demonstração de poder.

Nessa condição, o sistema de controle e apropriação da terra prevaleceu no norte goiano, estendendo-se posteriormente ao Araguaia paraense. A apropriação da terra pelo latifúndio desenvolveu-se em associação com os espaços de plantio e sobrevivência dos sertanejos pobres, que ocupavam o papel de agregados, conforme narrado por Aldrin:

> Vastíssimas, extensões, permanecem até agora, devolutas e primeiros aos ocupantes ou mais abastados. Atribui-se verdadeiros latifúndios em que soltam seus gados e outros animais e organizam fazendas. Outros, mais humildes contentam-se de pedir aos primeiros ocupantes, pequena área onde possa levantar a sua choupana e algumas braças de mato para plantações. Esses últimos chamam-se agregados. Todos por lá, de muitos ou de poucos recursos, escolhem cada ano, ou de dois em dois anos, um terreno nas proximidades de algum rio ou riacho, derrubam árvores e queimam-nas, para depois lançar sementes no chão adubado pelas cinzas (ALDRIN, 1963, p. 44).

A obra de Aldrin, ao tratar dos sertanejos do Araguaia, apresenta lacunas quanto à definição do que se considera os verdadeiros ocupantes, os chamados "donos da terra", conceituados como os de “primeira ocupação”. Aldrin compreende como verdadeiros ocupantes os latifundiários, detentores de grandes extensões de terras, sem o uso de cercas ou definição clara de fronteiras. Esse tipo de dominação territorial possibilitava a expansão permanente das propriedades, uma prática que se tornou constante, conforme analisado por Cormineiro (2010, p. 93):

> Por outro lado, para os fazendeiros, não cercar seus domínios era uma estratégia que tomava por si a expansão permanente das áreas dos criatórios e dos meios para comandar a terra, pois espalhar o gado criava a expectativa de uma ampliação de poder. Portanto, os conflitos eram a própria elite fundiária em torno da ocupação da terra e da posse do gado. Era permanente.

Ao considerar os grandes proprietários como “primeiros ocupantes”, Aldrin deixa claro, mais uma vez, que o camponês é visto a partir de uma situação de domínio. Desse modo, aqueles que possuíam as condições de “organizar o espaço” — pela marca para ferrar e soltar o gado — tornavam-se o parâmetro que definia quem deveria ou não ocupar a terra. Como os camponeses não possuíam gado, não se classificavam como ocupantes ou povoadores, criando, assim, uma circunstância que os forçava a conviver em constante deslocamento no território.

Os chamamentos, designação imposição para combater em organizações armadas ao lado dos coronéis era um fator que dificultava o acesso dos camponeses e agregados à terra. Conforme Cormineiro (2010, p. 84), “[...] aos sertanejos pobres restavam três condições: morrer, mudar-se ou, o mais comum, tornar-se agregado”, nas palavras da autora:

> Algumas vezes situações inesperadas abriam para os pobres do sertão algum espaço contra a exploração e a dominação. Chamamentos para pegar em armas eram ordens quase nunca questionáveis, tocaias e vinganças eram organizadas e a mão de obra necessitaria fazer o sertanejo pobre. Aqueles com as mãos sujas de sangue e aqueles que dificilmente passariam a vida sem sujá-las (CORMINEIRO 2010, p. 84).

As disputas pelas ocupações territoriais na região do Vale do Tocantins e Araguaia expandiram-se para a Amazônia Oriental durante as duas últimas décadas do século XIX. Narrativas contundentes sobre o contexto local encontram-se na obra *“*A Esfinge do Grajaú”, de Dunshee de Abranches, publicada no início do século XX. Oferece ainda contribuições significativas para decifrar o poder de mando das oligarquias, disputas oligárquicas locais, os conflitos regionais ocorridos no período de transição da Monarquia para a República, especialmente aqueles provenientes dos altos sertões maranhenses e de Boa Vista, no norte goiano.

Segundo Abranches (1993), a violência e atrocidades cometidas pelas oligarquias monarquistas contra adversários liberais forçaram dezenas de fazendeiros a migrar para o povoado de Boa Vista, do outro lado do rio Tocantins, no norte goiano. Essas migrações fortaleceram as oligarquias insatisfeitas e contribuíram para a formação de organizações armadas envolvidas nas disputas territoriais.

Cabe aqui, porém, fazer breves considerações sobre esse contexto: primeiro, é necessário destacar que a expansão da pecuária pastoril pelo Vale do Tocantins e Araguaia resultou de uma diáspora camponesa provocada pelos diversos conflitos armados ocorridos no sul maranhense e norte goiano. Esses conflitos foram liderados por forças oligárquicas liberais, a exemplo de "coronéis" como José Dias, Carlos Gomes Leitão e Leão Leda, que idealizavam a criação de um território independente. Porém, nenhum desses personagens representava, de fato, os interesses dos camponeses expropriados e espalhados pelo sertão, marcados pela falta de acesso à terra e pela exclusão social.

A adesão de camponeses e populações pobres às causas das oligarquias liberais, muitas vezes por meio de enfrentamentos armados, ocorria devido ao aliciamento, às ameaças ou até mesmo à necessidade de proteção oferecida pelos coronéis. Assim, as aspirações à criação de um território independente fundamentavam-se em visão de poder dominante, que visava ampliar as possessões territoriais no sul maranhense e norte goiano.

Embora o foco desta pesquisa não seja debater as aspirações de independência ou aprofundar as discussões a respeito das disputas entre as oligarquias regionais, considerou-se relevante realizar uma breve análise dos conflitos armados, especialmente os ocorridos no povoado de Boa Vista, liderados por José Dias, Gomes Leitão e Leão Leda. Isso se deve ao fato de que esses personagens estabeleceram alguns elos com o território do Araguaia paraense e, consequentemente, influenciaram as migrações e deslocamentos de famílias de criadores pastoris e camponeses pelos campos naturais paraenses no final do século XIX.

Segundo Medeiros (2012), os conflitos em Boa Vista repercutiram em todo o Araguaia e foram decorrentes das disputas entre as oligarquias maranhenses e do norte goiano, que pleiteavam o controle do poder, os conservadores e os opositores liberais, este último descendente dos movimentos da Balaiada, uma rebelião bastante conhecida na história regional que envolveu oligarquias insatisfeitas, camponeses e ex-escravos. Ocorrida entre 1838 e 1841 no Maranhão, a Balaiada foi um levante que contou com a adesão de populações pobres do sul maranhense, que aproveitaram a ocasião para se rebelar contra a situação de miséria social que contou também com o apoio de oligarquias monarquistas que se perpetuavam no poder.

Com a Proclamação da República em 1889, os movimentos de tendência liberal, liderado por José Dias, conhecido popularmente como o "General do Sertão", se fortaleceu como força política, formando uma organização armada de jagunços encarregados de atacar fazendas de rivais. General Dias reuniu camponeses, agregados e populações pobres para combater os monarquistas e tomar o poder local, garantindo, assim, seus próprios interesses políticos. Por outro lado, forças policiais maranhenses promoveram repressões aos grupos políticos liberais, ultrapassando até mesmo os limites do estado e estendendo os conflitos para a região de Boa Vista, no norte goiano.

Desse modo, os conflitos ocorridos na última década do século XIX e início do XX em Boa Vista provocaram a dispersão e migração intensa de famílias de criadores pastoris e camponeses para o Araguaia, conforme Aldrin:

> Neste remoto sertão do Norte de Goiás, as questões locais vão-se ajustar aos conflitos nacionais, particularmente com a subida ao poder de Floriano Peixoto, quando no Estado de Goiás se acende a luta entre os florianistas, chefiados por Leopoldo Bulhões, e um partido católico, liderado pelo Cônego Xavier (AUDRIN, 1963 p. 60.)

2. O Araguaia paraense: visões do território, ocupação religiosa e extrativista

Como já mencionado, as migrações pastoris e camponesas pela margem direita do rio Araguaia foram decorrentes dos conflitos em Boa Vista, no norte goiano, intensificados por grupos armados de tendência liberal e expansionista que atuavam desde a segunda metade do século XIX, no período de transição do Império para a República, episódios que colocavam em lados opostos conservadores monarquistas e liberais republicanos.

Nessa ocasião, dois eventos importantes marcaram o envolvimento da Igreja Católica nos conflitos regionais, a separação entre a religião católica e o poder civil no Brasil, oficializada pelo decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, ou seja, ocorre a desvinculação da Igreja Católica da tutela do Estado, alterando profundamente as relações entre religião e política no País.

As migrações pastoris no Araguaia ocorreram inicialmente pela margem direita do rio, já que o lado esquerdo apresentava obstáculos intransponíveis naquele contexto, devido à presença de populações indígenas e à densa floresta, que não permitia seu uso para a pecuária. Esta, por sua vez, era restrita às áreas de campos naturais. Assim, as migrações pastoris e camponesas avançaram no Araguaia paraense, subindo o rio até as proximidades da Ilha do Bananal, conforme Velho:

> É importante fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais. Numa espécie de círculo vicioso, seu isolamento e sua baixa produtividade não permitiam investimentos maiores, cuja ausência, por sua vez, ajuda

> a perpetuar suas características. Nessas condições, a mata se lhe apresentava como um obstáculo praticamente intransponível, e permaneceria basicamente como uma espécie de reserva, a ser explorada (VELHO, 2009, p. 22).

De acordo com Gallais (1942), as primeiras penetrações de frentes pastoris no território paraense ocorreram concomitantemente com a chegada dos religiosos dominicanos ao estado de Goiás, em 1886. A fundação de uma casa de apoio à catequese em Porto Imperial (atual Porto Nacional, TO) foi o ponto de partida para as missões em busca de indígenas, lideradas por frei Gil Vilanova, que realizou as primeiras incursões nas aldeias indígenas Krahó, na região de Pedro Afonso.

Nos anos seguintes, o religioso visitou algumas aldeias, levando crianças para catequização e educação. Seguindo as orientações da ordem dominicana, frei Gil Vilanova realizou diversas incursões em busca de indígenas em Goiás e Mato Grosso antes de chegar ao Araguaia, conforme descrito por Roberto (1983):

> Partindo em janeiro de 1888, frei Gil foi em direção a Rio Bonito, com a intenção de fazer dali um ponto de apoio para explorar a região em todas as direções. Em dois meses, saindo de Rio Bonito, frei Gil explorou a margem direita do Araguaia, até a colônia Marcedina. Avançou para o sul no caminho de Coxim, no Mato Grosso, atravessando a Serra do Espigão, até chegar à bacia do Parnaíba. Voltando a Rio Bonito, partiu em direção às bacias do Caiapozinho e rio Fresco, afluentes do Alto-Araguaia (ROBERTO, 1993, p. 48).

Roberto (1983) acrescenta que, em busca de contatos com os indígenas para a instalação de um Centro de Catequização no Araguaia, frei Gil exerceu trabalhos de catequização e desobrigas junto aos pastoris envolvidos nos conflitos de Boa Vista. O religioso acompanhou os conflitos de Boa Vista entre 1892 e 1894, atuando como mediador de paz ao promover um encontro entre grupos oligárquicos rivais. Esse encontro, porém, resultou no assassinato de um dos líderes do movimento, episódio que acabou afastando frei Gil da região.

Acusado pelas oligarquias rivais, o religioso teve que retirar-se para Uberlândia, Minas Gerais, onde permaneceu por dois anos. Em 1895, foi novamente designado pela ordem dominicana com a missão de escolher um local para a fundação do Centro de Evangelização Indígena. Nesse contexto, descendo o rio Araguaia, frei Gil contornou a Ilha do Bananal até a foz do rio Najá, onde reencontrou famílias de criadores e camponeses foragidos de Boa Vista. Esse período histórico é registrado por Gallais, que narra:

> Abaixo da foz, a margem do Araguaia é menos rasa que em geral, quase sem interrupção, desde Leopoldina. O aspeto da região parece convidar o fazendeiro a instalar ali sua tenda, prometendo-lhes belos campos para os rebanhos e não menos belas matas para as culturas. Quando ali chegou, em fins de 1896, o Padre Vilanova

> encontrou um núcleo de população composta de emigrantes de Boa Vista, gente pacífica e amiga do trabalho, que fugira dos horrores da guerra civil. Achava-se, pois, entre gente conhecida e tratou de se deixar ficar por ali mesmo. A aldeiazinha que acabara de se fundar tinha o nome de San'tana de Barreira, ou mais simplesmente Barreira (GALLAIS, 1942, p. 181-82).

Conforme as descrições de Gallais (1942), as famílias migrantes de Boa Vista atravessaram seus rebanhos pelo rio Araguaia apenas alguns meses antes da chegada de frei Gil. A travessia teria ocorrido em um local conhecido como Barreira, situado na margem esquerda do rio Araguaia, caracterizado por vegetação de campos naturais e solos planos, apropriados para a criação pastoril.

Nessa ocasião, frei Gil procurava um local para instalar o Centro de Catequese Indígena, juntou-se aos criadores pastoris na travessia do rio Araguaia no período de verão amazônico, em que o rio tem seu nível reduzido. As famílias de criadores transportaram algumas cabeças de gado em pequenas embarcações improvisadas e se estabeleceram nos campos naturais do cerrado, onde construíram as primeiras moradias. De acordo com Roberto (1983), o encontro de frei Gil como as famílias de criadores e camponeses não teria sido um evento casual, uma vez que:

> Essas famílias não perderam contato com os dominicanos depois do conflito de Boa Vista. Nas margens do Najá, havia sido visitada, meses antes da chegada de frei Gil pelo Bispo de Goiás e frei Joaquim Mastelan. Foi esses católicos derrotados que frei Gil fundou o povoado de San'tana de Barreira, com aproximadamente 30 habitações. Essas famílias ainda contavam com a vantagem dos contatos esporádicos com os índios Kayapós. setentrionais, das aldeias de Pau'Darco e Arraias (ROBERTO 1983, p. 58-59).

Estabelecidos os contatos com os indígenas, frei Gil Vilanova enfrentou ainda o período de inundações no Araguaia, que alagou a pequena povoação, obrigando-o a buscar outro local para a fundação da catequese. A solução definitiva para a instalação só viria em 1896, quando o religioso encontrou o explorador e geógrafo francês Henri Coudreau.

Coudreau, contratado pelo governo do estado do Pará para mapear áreas de exploração de borracha de caucho e traçar os limites geográficos do estado com o vizinho Goiás, orientou frei Gil a descer o rio 20 léguas abaixo, em uma área onde não havia riscos de inundação. Além disso, Coudreau abasteceu frei Gil com medicamentos e ofereceu instruções para a instalação da futura missão religiosa. Nesse ponto estratégico, em 1897, foi fundado o Centro de Catequização Indígena, que também deu origem ao primeiro povoamento:

> O explorador e os missionarios encantados por se encontrarem, ligaram-se em estreita amizade que jamais se desmentiu. Prestaram-se mutuos serviços, os missionarios fornecendo ao Snr. Coudreau informações topographicas preciosas e provisões mais necessarias ainda, e o Snr. Coudreau dando-lhes medicamentos, cuja falta se fazia sentir

> vivamente e differentes objectos de primeira necessidade, dos quaes não tinham meios de se prover […]. Pelas indicações do explorador os Padres reembarcaram e, a umas vinte leguas abaixo acharam o que procuravam, um pequeno planalto de accesso facil, cuja elevação o põe ao abrigo das inundações e que vai n'uma extensão de uma dezena de leguas até uma cadeia de serras que se avista ao longe. Entre o pé da serra e o rio estendem-se immensas planicies, maltas e campos (I), onde seria facil crear-se pastagens e campos de cultura (GALLAIS, 1903, p. 11).

Os registros de Henri Coudreau de 1897 e as narrativas de Gallais (1946) indicam que famílias de camponeses, extrativistas e indígenas acompanharam o religioso na travessia do Araguaia. O pesquisador e geógrafo Coudreau forneceu aos dominicanos informações valiosas sobre a região, incluindo a existência de redemoinhos no rio, pedrais perigosos, trilhas e picadas na mata, essenciais para a navegação e deslocamentos. Assim, o encontro entre Coudreau e frei Gil representou um marco importante para a fundação do Centro Catequético e do futuro povoamento no Araguaia.

Porém, há algumas inconsistências entre os números de famílias e indígenas descritos por Gallais (1946) e os registros estatísticos efetuados por Coudreau na sua obra "Viagem ao Tocantins e Araguaia", de 1897. Gallais menciona apenas as famílias foragidas de Boa Vista que acompanharam frei Gil na travessia do Araguaia e se deslocaram para os arredores da missão dominicana. Já Coudreau, faz um registro estatístico de algumas centenas de indígenas, ribeirinhos e camponeses residentes na região. Portanto, Coudreau registrou, em 1897, cerca de 499 pessoas residentes na região de Barreira, sendo 79 crianças, um número significativamente maior do que as 30 famílias descritas por Gallais no afluente do rio Najá,

> Cette populatíon. de la Barreira se compose actuellement de r I I familles compeenant un total de 499 personnes dont I 79 enfants, la plupart en âgc ue fréqnenter l'école. La tres grande majoriLé de ces familles appartient à la race hlanche pure. Cette popnlation lahorieuse, honnête, pacifique, parait vivre en paix profonde. Ces r 1 I familles ont pour centre la Barreira, mais elles habitent tempoeairement et orclinairement dans l'intérieur, entre les igarapés clu Chicão au noru et du Najá au suei, avec un tres petit nombre ele familles au sud dn Najá et au uord du Chicão (COUDREAU, 1897, p. 149).

Seguindo as orientações de Coudreau, a missão religiosa foi instalada em um local alto e livre de alagamentos. A fundação do Centro Catequético Indígena contou com um "olhar" geográfico e estratégico para a efetivação dos experimentos de catequese indígena. Ao desembarcar no local indicado, frei Gil Vilanova repetiu o gesto dos colonizadores portugueses, celebrando a primeira missa sob a sombra de uma árvore símbolo do bioma cerrado, um pequizeiro, que também se tornou um marco histórico na ocupação da fronteira oriental amazônica.

Um aspecto relevante com relação a fundação do Centro de Catequese Indígena, fundado por frei Gil na margem esquerda do rio Araguaia, é que ele desobedeceu às orientações da Ordem Dominicana da província, já que o Araguaia paraense estava fora da área de jurisdição vinculada a Porto Nacional, no estado de Goiás. Essa situação foi normalizada após os contatos estabelecidos entre frei Gil e o governo do Pará, que se comprometeu a apoiar os religiosos em seu território. Esse apoio se concretizou em 1902, quando frei Gil teve uma audiência em Belém, na qual recebeu suporte financeiro para a construção do Centro Catequético, além de ferramentas e sementes para distribuição entre camponeses e indígenas (GALLAIS, 1942).

Contudo, a ajuda financeira do governo do Pará também tinha como objetivo persuadir os religiosos a colaborar na definição das fronteiras do território, que estava em litígio com o estado vizinho de Goiás. Naquele período, os limites entre os dois estados eram referenciados pela Serra dos Gradaús. A instalação do Centro Catequético Indígena na margem esquerda do rio Araguaia, que deu origem à cidade de Conceição do Araguaia, forneceu elementos para redefinir os limites territoriais, tomando o rio Araguaia como marco divisório entre os dois estados.

A instalação dos religiosos dominicanos coincidiu com a descoberta de campos de exploração de borracha no início do século XX. Assim, milhares de migrantes extrativistas começaram a chegar à região, abrindo comércio, penetrando nas florestas, criando trilhas e adentrando a densa mata que se estendia por centenas de quilômetros no sentido sul-norte, estabelecendo zonas de exploração extrativista.

À medida que as frentes extrativistas alcançavam novas áreas de exploração, que se estendiam de Conceição do Araguaia ao Xingu, a região passou a atrair cada vez mais migrantes, consolidando-se como um importante centro econômico de produção de borracha. No outro extremo do território, na região conhecida como Baixo Araguaia, nas proximidades com o rio Tocantins, Emmi (1988) descreve que as frentes extrativistas lideradas pelo coronel Carlos Gomes Leitão penetraram floresta adentro, fundando campos de exploração de seringais na confluência dos rios Itacaiunas e Tocantins. Gomes Leitão, coronel derrotado nos conflitos de Boa Vista, fundou o burgo de Itacaiunas, que mais tarde passou a se chamar Marabá, no início do século XX. Em poucos anos, o povoado transformou-se em um grande centro comercial importante de produção de borracha e castanha.

No Araguaia, a missão dominicana tinha como principal objetivo a catequização que deveria ocorrer em espaços territoriais ocupados por populações indígenas. Entretanto, esse objetivo não foi plenamente alcançado, sobretudo porque as disputas territoriais já existiam antes mesmo da instalação da ordem religiosa. Registros históricos indicam a presença de extrativistas, criadores pastoris e diversos outros personagens na região, conforme descrito por Ianni:

> A área na qual se fundou Conceição do Araguaia, pois, não era nenhum território de simples vegetação, animais e rios, nem uma natureza povoada apenas por índios. Já havia sido palmilhada e navegada por cristãos de diferentes matrizes: Coletores de drogas do sertão, caçadores, pescadores, criadores de gado, roceiros, caboclos, viajantes, exploradores, em comércio com a natureza e com os índios. É verdade que em pequeníssima proporção, tendo-se em vista os recursos e a extensão dos territórios. Mas a área não era mais uma natureza inocente quando frei Gil Vilanova ali rezou a primeira missa (IANNI, 1978, p. 11).

Desse modo, a chegada dos religiosos somou-se à migração de novos atores, como os extrativistas de borracha de caucho, castanha e peles. Assim, a visão de Gallais de um território vazio e selvagem só fazia sentido como justificativa para a ocupação religiosa no território, ou seja, para oferecer aos indígenas "socorro espiritual" e catequização.

A partir das narrativas de viajantes e aventureiros do início do século XX, é possível compreender que, naquele período, os exploradores construíam narrativas pautadas em uma visão romântica da natureza. Descreviam a Amazônia como um mundo selvagem e inóspito, o que se tornou um marco na literatura da época. Essas obras procuravam mostrar ao mundo o imperativo de explorar as supostas riquezas inesgotáveis da região, um pensamento fortemente influenciado pelas concepções rousseaunianas de natureza e do "bom selvagem". Essa visão romantizada, na maioria das vezes, trazia descrições sobre os nativos, ribeirinhos e camponeses que entrava em contradição com a realidade das populações locais.

Um exemplo típico desse pensamento romantizado pode ser encontrado nas narrativas de Silva (1935), que navegou pelo rio Araguaia e registrou a realidade local da década de 1930. Ele descreve a paisagem como selvagem, habitada apenas por indígenas, uma visão distorcida da realidade, conforme suas próprias narrativas sobre o Vale do Araguaia:

> Entre as regiões mais bárbaras do Brasil está o vale do Araguaia, onde perdura em diversos afluentes e mesmo em distendidos trechos das suas margens um mundo bruto e indevassado. Aí dominam até hoje certas tribos de índios absolutamente arredadas dos olhos cristãos, pois que nos recessos das suas amplitudes nem os catequistas, nem os aventureiros penetraram. Essa é a feição das suas terras inexploradas, onde ninguém foi perturbar aquelas "criaturas bronzeadas", que nasceram ao lampejar dos raios, na selva assombrada, e que cresceram entre os gorjeios dos pássaros e o miar das suçuaranas (SILVA, 1935, p. 37).

2.1 As frentes pastoris, extrativistas e camponesa no contexto local

Segundo Ianni (1978), da fundação em 1897 até a década de 1950, o território do Araguaia foi marcado pela presença dos dominicanos, indígenas, criadores pastoris e migrantes extrativistas de caucho, peles e castanha. Nos primeiros anos após a fundação do Centro de evangelização Indígena, os religiosos se encarregaram de planejar a cidade, traçar as ruas, distribuir terrenos, instalar olarias e fornecer sementes aos camponeses para a prática da

agricultura de subsistência. Embora os dominicanos tivessem como principal objetivo a catequização indígena, eles também organizaram a produção local e incentivaram os camponeses a adotar práticas de trabalho coletivo, contribuindo para a formação das primeiras roças e colheitas.

No plano religioso, os dominicanos fortaleceram a convivência e os contatos com os indígenas, promovendo a catequização por meio de visitas prolongadas deslocamentos, desobrigas e, muitas vezes atuando na mediação de conflitos entre extrativistas colonizadores e indígenas.

Ianni (1978) destaca que, no campo das relações socioeconômicas, no início do século XX, as atividades pastoris e a agricultura passaram a desempenhar um papel importante como suporte para a economia extrativa, fornecendo carne salgada (charque) e alimentos provenientes da agricultura local. O predomínio da economia extrativa — baseada em cristal, peles, borracha de caucho e castanha — alcançou seu auge entre 1900 e 1918, período marcado por grande circulação de mercadorias e intensa migração de nordestinos atraídos pelos trabalhos extrativistas. Essa economia era sustentada por capital subsidiado por grandes grupos financeiros, com produção voltada exclusivamente para a exportação.

Velho (1976), em estudo sobre a expansão da fronteira pastoril e extrativista no norte goiano, acrescenta que, desde o final do século XIX, o estado do Pará mantinha interesse no controle da exploração extrativista, uma atividade que envolvia disputas territoriais e interesses econômicos e que atraía correntes migratórias provenientes de Goiás, estado vizinho com o qual o Pará estava em disputa.

A respeito dessa questão, Ianni (1978) esclarece que a descoberta de campos de seringais no Araguaia intensificou ainda mais o interesse do governo paraense em se fazer presente na região, visto que:

> O governo do Pará decidira explorar os principais rios e conhecer as riquezas do território dos Karajá e Kayapó. A essa época já se encontrava em franco desenvolvimento o ciclo da borracha amazônica, que estava mobilizando todas as forças produtivas preexistentes e arregimentando novas, de outras regiões do país, bem como de outras nações. As explorações de Coudreau naquela área faziam parte desse movimento geral fundado no surto da extração da borracha amazonense [...] (IANNI, 1978, p. 10).

Os registros de viagens de Coudreau, presentes na obra "*Voyage au Tocantins-Araguaya"* (1896/97), delineiam as atividades cotidianas das populações locais, os modelos de construções, além da catalogação e registros de fauna e flora da região. Na localidade de Barreira, Coudreau relata o encontro com seus conterrâneos, os missionários dominicanos, e realiza levantamentos

estatísticos e infográficos sobre os indígenas, modos de vida, habitações e práticas culturais (Figura 4).

Figura 4 - Imagem infográfica das construções da época.

Fonte: Henri Coudreau (1897).

Pelo menos três fatores fomentaram o povoamento do Araguaia no início do século XX: a instalação da missão religiosa dominicana, que deu origem a Conceição do Araguaia; a expansão pastoril, que inaugurou a abertura de rotas de gado; e as descobertas de campos de exploração de borracha de caucho.

A respeito dessa atividade econômica e, posteriormente, da exploração da castanha-do-pará, Gallais (1903) e Ianni (1978) mencionam que, no final do século XIX, foram descobertas zonas riquíssimas de caucho na região do Araguaia, estendendo-se da zona de transição até as florestas do rio Xingu. A grande concentração de árvores identificadas tornou-se atrativa para o mercado, atraindo migrações de extrativistas. Dessa forma, iniciaram-se as atividades econômicas relacionadas ao caucho (*Castilla elastica*), à seringa (*Hevea brasiliensis*) e à castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) — atividades que adquiriram importância econômica e transformaram a rotina pacata da região, que, de uma hora para outra, passou a conviver com um grande contingente populacional.

> Não somente a cidade crescerá, mas os arredores continuavam a povoar-se com extraordinária rapidez. Os campos das Arraias viam-se multiplicar-se os sítios e fazendas. As matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada "cabeceira", em cada "campestre" fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do trânsito ininterrupto de comboios de seringueiros. Era a verdadeira "marcha para o oeste", cujo resultado foi o encontro dos araguaios com os caucheiros do Xingu, nas florestas amazônicas (AUDRIN, 1963, p. 95).

Segundo Loureiro (1992), o extrativismo, de maneira geral, já existia na Amazônia desde o século XVI, período em que os comerciantes exploravam a floresta em busca das chamadas "drogas do sertão" — óleos, plantas medicinais, peles, essências, entre outros. No entanto, com a descoberta dos campos de exploração de borracha, criou-se uma rede de relações de atravessadores que se desenvolveu por meio da instalação de Casas Aviadoras ao longo do curso dos rios — uma prática de exploração comercial conhecida como Sistema de Aviamento.

De modo geral, esse sistema consistia na troca de mercadorias por produtos extrativos a serem coletados nos seringais. O comerciante, conhecido como aviador (proprietário das casas aviadoras), fornecia aos extrativistas os insumos necessários para o trabalho e, em troca, recebia parte da produção. Essa dinâmica caracterizava-se por intensa exploração e por uma relação de dependência econômica entre os extrativistas e os donos das casas aviadoras — prática que se desenvolveu tanto no Araguaia quanto em outras regiões da Amazônia.

No Araguaia paraense, a elevada demanda por mão de obra nas atividades extrativas levou os comerciantes de borracha a recorrerem ao trabalho indígena para a realização de serviços como transporte fluvial, abertura de trilhas e atuação como tropeiros, conforme ilustrado por Aldrin (1963, p. 245):

> Simultaneamente, os cristãos, isto é, os seringalistas, comerciantes, sitiantes e fazendeiros, ampliavam os seus contatos com os índios de várias formas. Procuravam absorvê-los em atividades extrativas, de transportes e outros. E negociavam com eles. Mesmo os índios que se achavam afastados mato adentro eram alcançados e envolvidos nas relações sociais que se desenvolviam na área. As estradas que conduziam às matas do caucho atravessavam os territórios dos índios, sendo que alguns passavam por suas aldeias. Tropeiros e seringueiros contratavam jovens silvícolas iludindo-os com promessas ilusórias e, ao fim de longas viagens e duras pelejas no interior da floresta, pagavam-nos com miseráveis salários.

As atividades mercantis da borracha e da castanha alteraram a lógica econômica predominante na região, substituindo parte da atividade pastoril pela economia extrativista da borracha. Esse processo sequer poupou os povos indígenas que estavam sob a proteção dos religiosos instalados nos arredores de Conceição do Araguaia. Conforme observa Ianni (1978, p. 28), "[...] a mercantilização das relações econômicas, devido ao surto extrativista de borracha de caucho, gerou situações, interesses e relações inesperadas para os religiosos".

Nesse contexto, os dominicanos perderam o controle político e administrativo de Conceição do Araguaia, e nem mesmo a proteção religiosa foi suficiente para conter os desmandos dos proprietários de seringais e das casas aviadoras.

Segundo Moreira Neto (1960) e Ianni (1978), o crescimento das rotas de exploração e a instalação de casas comerciais de borracha, por meio do Sistema de Aviamento, deram origem a

uma espécie de oligarquia local. Proprietários de fazendas de gado passaram a atuar também como donos das casas aviadoras, exercendo controle absoluto sobre a produção, comercialização e exportação dos produtos extrativistas. Conforme esses autores, até mesmo as instituições públicas do Estado encontravam-se subordinadas ao poder econômico dessas casas comerciais.

Dessa forma, consolidou-se uma oligarquia local voltada exclusivamente para o acúmulo de riquezas, sustentada pela exploração da força de trabalho e pela dizimação dos povos indígenas.

A produção extrativista da borracha era escoada pelos rios, em um processo logístico desafiador. Toda a carga era transportada por embarcações até Belém, capital do Pará, situada a aproximadamente 1.200 km de distância. Esse trajeto levava cerca de três meses para ser concluído e envolvia o uso de barcos de pequeno e médio porte.

Os “regatões”, espécie de barcos-supermercado, navegavam pelos pequenos rios, ancorando por alguns dias em trapiches improvisados à espera dos produtos extrativistas. Esses barcos abasteciam os extratores com mercadorias como querosene, charque, medicamentos, ferramentas e munições, retornando carregados de borracha, castanha-do-pará, peles de animais, óleos e essências. Os produtos, então, eram enviados para Belém, de onde seguiam para exportação.

No outro extremo da região, conhecido como Baixo Araguaia — correspondente à área de cobertura florestal —, predominou o sistema de exploração extrativista que, em termos de estruturação econômica, pouco diferia do modelo da borracha. Segundo Emmi (1988), a exploração da castanha no Baixo Araguaia ocorria sob o controle das oligarquias dos castanhais, que detinham grandes extensões de florestas.

Diferentemente da região de Conceição do Araguaia, onde predominavam os campos naturais e a vegetação de cerrado, favorecendo a pecuária pastoril, à medida que se avançava no sentido sul-norte — em direção às imediações da Serra dos Gradaús e ao rio Xingu —, a vegetação dava lugar a uma cobertura florestal densa, rica em madeiras nobres (mogno, cedro, ipê, angelim) e castanheiras, estendendo-se até a confluência dos rios Itacaiunas e Tocantins.

Até a década de 1970, ainda era possível encontrar na região grandes extensões de castanhais, explorados por grupos extrativistas ao longo de décadas.

Emmi (1988), na obra intitulada *As Oligarquias dos Castanhais*, descreve que, posteriormente, na década de 1960, as concessões e títulos de aforamento concedidos a famílias tradicionais de Marabá alteraram a lógica de ocupação da região. A exploração dos castanhais deixou de ser realizada por extrativistas individuais e livres, passando a ocorrer por meio de um sistema mercantilista caracterizado pela figura do barracão, ou seja, pelo Sistema de Aviamento.

Nesse modelo, as relações entre os barracões (patronais) e os castanheiros extrativistas configuravam um sistema de completa dependência econômica.

A quantidade de produtos extraídos nos campos de exploração da borracha e da castanha era, frequentemente, insuficiente para quitar as mercadorias recebidas como adiantamento nos barracões. Dessa forma, os proprietários das Casas Aviadoras mantinham os extratores em uma situação de dívida permanente, perpetuando práticas mercantis que constituíam um processo vicioso de subordinação. Os lucros exorbitantes ficavam restritos aos atravessadores, donos dos barracões e das casas exportadoras.

No campo das relações de trabalho, Emmi (1988) observa que a rotina dos exploradores de castanha, submetidos ao Sistema de Aviamento, consolidou-se como prática comercial predominante — modelo que se assemelhava à exploração da borracha, com apenas algumas adaptações:

> As relações de exploração que se estabeleciam, nem sempre apareciam em sua forma real; era mediatizadas por relações de caráter paternalista especialmente as que se davam entre os donos do castanhal e encarregados, em que aparecia a figura do "bom patrão" e do "mau patrão". As relações entre dono do castanhal e castanheiros — vítimas maiores da exploração que se estabelecia — revelavam aparentemente a aceitação da dominação/subordinação vigente. Entretanto a "passividade" dos castanheiros em relação à exploração não é real (EMMI, 1988, p. 75).

No Baixo Araguaia, a zona de exploração dos castanhais abrangia a margem esquerda do rio e avançava pela bacia do rio Inacianas. Segundo Emmi, Marin e Bentes (1987), as oligarquias proprietárias dos castanhais também se beneficiaram da legislação estadual que permitia a concessão de títulos de aforamento de terras públicas. Esses autores explicam que a Lei nº 1.741, de 1918, permitia a compra de terras devolutas do Estado, enquanto a Lei nº 1.947, de 1920, estabelecia o aforamento perpétuo em terras devolutas para o beneficiamento de produtos de origem extrativista, como borracha e castanha.

Assim, as oligarquias locais aproveitaram as mudanças na legislação para se beneficiar, mesmo antes da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento ocorridos a partir da década de 1960. Várias famílias oligárquicas tradicionais, como os "Mutran, Pinheiro, Carneiro e Almeida" (EMMI, 1988, p. 78), utilizaram-se das concessões de aforamento para se apropriar das riquezas florestais públicas dos castanhais, nas regiões de exploração conhecidas como o "Polígono dos Castanhais".

Almeida (1995) descreve que essas oligarquias, ao se apoderarem do Polígono dos Castanhais, obtiveram títulos de aforamento fornecidos pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA). Ou seja, o governo estadual encarregou-se de legalizar, para seus aliados políticos, extensas áreas de terra — grande parte delas localizadas no território do Araguaia.

Para ilustrar essa situação, considerando apenas os títulos de aforamento expedidos pelo governo estadual durante o Regime Militar (1964–1985), chega-se ao número de 218 títulos, totalizando 348.178 hectares, distribuídos em áreas de castanhais localizadas em sete municípios da região.

Esse autor acrescenta, ainda, que os antigos castanhais permanecem em mãos de particulares, legal ou ilegalmente, sob o controle de famílias tradicionais. Essas oligarquias, amplamente conhecidas, enriqueceram por meio de concessões de áreas de castanhais feitas pelo Governo do Estado, apropriando-se, de forma irregular, de terras nos municípios de Xinguara, Piçarra e Eldorado do Carajás.

Posteriormente, os antigos castanhais foram convertidos em fazendas de pecuária e continuam sendo alvo de disputas judiciais entre o Governo do Estado, fazendeiros e o MST, que mantém alguns acampamentos nas proximidades (Figura 5).

Figura 5 - Cemitério de castanheiras devorado pelo em área de antigo polígono dos castanhais, Marabá, Pará,1985.

Fonte: Nair Benedicto (OlharImagem), *apud* Monteiro, Bahia e Castro 2023, p. 47.

Com relação às reservas ambientais da região, segundo informações da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAS), existem atualmente duas áreas de preservação ambiental nos limites do território do Araguaia: o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, criado em 1996, com área de 24.889 hectares, e a Área de Proteção Ambiental (APA), com 29.655 hectares — ambas localizadas no município de São Geraldo do Araguaia. Essas áreas têm sido alvo de constantes invasões e ocupações ilegais. A APA encontra-se bastante degradada,

com grande parte da floresta original suprimida em razão da ocupação irregular. O Governo do Pará realizou negociações com cerca de 150 famílias de agricultores para seu remanejamento. No entanto, as áreas florestais situadas no chamado Polígono dos Castanhais foram devastadas e deram lugar a pastagens destinadas à criação extensiva de gado.

Portanto, o que se percebe é que os primeiros ocupantes da região do Araguaia — sobretudo extrativistas, camponeses e criadores pastoris — não se preocuparam com a regularização fundiária, ou seja, com a titulação das áreas devolutas que ocupavam. Em decorrência disso, os Governos Federal e Estadual passaram a exercer maior poder de interferência, concedendo terras a companhias imobiliárias, que se encarregaram de transferi-las ao capital privado. Na maioria das vezes, essa transferência de terras ocorreu sem o conhecimento das populações locais, que já habitavam o território há séculos.

Porém, a partir de 1918, a economia da borracha, sustentada pelo capital internacional, entrou em decadência, reduzindo drasticamente as exportações e provocando intenso desequilíbrio econômico. Esse declínio resultou no esvaziamento populacional, fechamento de comércios, abandono dos campos de exploração e retorno de populações para seus lugares de origem.

De acordo com Silva (1935) e Ianni (1978), a decadência da economia da borracha fez com que a população de Conceição do Araguaia fosse reduzida pela metade. Como consequência, ampliaram-se as atividades pastoris nos campos naturais e a agricultura de subsistência. Os barracões de comercialização de borracha, a circulação de mercadorias por embarcações e as incursões pela floresta cessaram completamente, dando lugar ao abandono dos campos de exploração, retornando ao cenário de calmaria.

> Hoje cessaram as penetrações da floresta, que se repetiam ao tempo do alto preço da borracha, no princípio do século. Os sertanejos que então afluíam do Ceará, do Maranhão e de outros Estados do norte retrocederam aos lares desanimados pelo colapso da formidável orgia do ouro, desarvorados pelas febres intermitentes. E os núcleos dos arranchamentos ou os bar-distâncias ou os barracões dos seringueiros despovoaram-se abandonados nas ínvias distâncias. Os gentios desbordaram novamente das furnas impenetráveis das serras, para onde refugiavam tangidos pela crueldade dos invasores. Por isso a gleba enorme tende a voltar ao primitivo despovoamento cristão, repetindo-se a cada ano as tropelias dos selvagens que pilham e matam as derradeiras famílias na explicável vingança daquela atrabiliária (SILVA, 1935, p. 195).

Ianni (1978) registra, entretanto, que as agitações em torno da economia da borracha retornaram durante o período da Segunda Guerra Mundial, em 1945, embora com menor intensidade. Segundo o autor, a partir de 1950, a região começou a ser incorporada ao contexto nacional por meio da implementação de projetos de desenvolvimento. Sob a tutela dos governos

Vargas, a chamada “marcha para o Oeste” alcançou o Araguaia, dando início a um novo processo de apropriação da terra, conduzido por empresas imobiliárias, concessões públicas e projetos de desenvolvimento.

A chegada de migrantes provenientes de várias partes do Brasil transformou a região em um espaço de disputas econômicas e políticas. Assim, de um ambiente de calmaria, a região passou a conviver com violência constante, convertendo a cidade de Conceição do Araguaia em uma verdadeira terra sem lei. Mesmo os religiosos, que anteriormente exerciam um controle religioso e social sobre os habitantes locais, não foram capazes de impedir a exploração da mão de obra indígena e as atrocidades cometidas na cidade, nas vilas e nos campos de exploração extrativista de borracha.

> Organizou-se a vida religiosa em torno da igreja rústica e das festas religiosas. À medida que crescia a população local desenvolvia-se a economia de subsistência e mercantil, a vida social da comunidade escapava, pouco a pouco, ao controle dos dominicanos. A medida que crescia a população local e desenvolveu-se a economia de subsistência e mercantil, a vida social da comunidade escapava, pouco a pouco, ao controle dos dominicanos, O comércio material dos homens, conferia novos significados a sua existência espiritual (IANNI, 1978, p. 27).

Ianni (1978) elenca o apogeu e a decadência da economia mercantil da borracha no Araguaia, destacando que ela se desenvolveu mediante a construção de uma teia de relações que era, ao mesmo tempo, consistente e frágil. Era consistente por possuir uma organização estruturada que começava na extração e produção no interior da floresta, passando por uma rede de barcos de apoio logístico, armazenamento e barracões situados em pontos estratégicos do Araguaia, responsáveis pelo transporte da borracha até os portos.

Por outro lado, o sistema era frágil porque dependia totalmente de capital externo, conforme suas descrições:

> O extrativismo da borracha era uma forma de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção totalmente determinadas pela reprodução e acumulação do capital industrial ligado à produção de artefatos de borracha. Ao mesmo tempo que eram rudimentares os processos e os instrumentos de extração, preparo e transporte da borracha, também foram rudimentares as forças produtivas e as relações de produção organizadas na economia (IANNI, 1978, p. 60).

Além disso, as atividades mercantis no Araguaia se desenvolveram fundamentadas em um conceito de apropriação de riqueza infinita, uma ideia sustentada na exploração predatória dos recursos naturais. Esse modelo, no entanto, tornou-se cada vez mais inviável devido à escassez e à distância crescente dos recursos, além dos custos elevados, que impossibilitavam a

exploração competitiva em relação à borracha asiática, produzida em sistemas florestais planejados e bem mais produtivos.

Ao contrário do modelo asiático, as penetrações extrativistas no Araguaia ocorriam de forma desordenada pelas florestas, em busca do caucho, cuja extração dependia da derrubada das árvores para a retirada da goma. Outro fator agravante era que a economia gomífera se sustentava em mão de obra volátil, que se deslocava conforme os campos de exploração se distanciavam. Com o tempo, vilas e centros de abastecimento foram sendo abandonados, resultando num intenso vazio populacional.

> A crise do extrativismo da borracha foi rápida e teve consequências econômicas e sociais mais ou menos profundas em toda a região amazônica. Afetou as condições de vida do centro, onde o seringueiro desenvolvia suas atividades, na beira onde o seringalista desenvolvia seus negócios e na cidade, pequena ou grande, Conceição do Araguaia ou Belém., onde o aviador e o exportador desenvolviam a suas transações. A crise veio de fora, do exterior, como um cataclismo, entrou pela cidade, beira e centro, mato-a-dentro. Provocou a estagnação e o retrocesso das atividades econômicas e sociais (IANNI, 1978, p. 57).

Para Ianni (1978), alguns fatores justificam a decadência do monoextrativismo da borracha, entre eles a necessidade de grandes deslocamentos em busca de árvores produtoras de goma elástica e o fim dos subsídios de capital industrial que financiavam a cadeia produtiva. No aspecto econômico, as riquezas geradas pela borracha não proporcionaram desenvolvimento nem acumulação de capital na região. Em outras palavras, o mercantilismo da borracha não trouxe benefícios capazes de promover o crescimento urbano ou a fixação de populações na cidade ou no campo.

A decadência do monoextrativismo provocou um verdadeiro colapso regional, afetando diretamente o sistema de fornecimento de suprimentos, como armas, utensílios domésticos, alimentos, ferramentas e medicamentos. Ianni (1978), menciona que o declínio da atividade mercantil fez com que a terra se tornasse o centro das atividades de recomposição econômica, gerando novos contornos e rearranjos sociais. Uma parcela expressiva de extrativistas de seringais passou a formar um setor camponês significativo, composto por sitiantes que se dedicavam à agricultura de subsistência, à pesca e à caça (IANNI, 1978).

> Formou-se uma sociedade de sitiantes, com suas roças, criações e atividades extrativas, para o autoconsumo. Em especial, a experiência do extrativismo (coleta, caça e pesca), aliada a alguma criação e roça, permitiu que se formassem núcleos de sitiantes e pequenos fazendeiros esparsos. Ao decair o monoextrativismo da borracha, voltado para o comércio e a indústria externos, ocorreu a diferenciação das atividades produtivas, voltadas para o consumo e o comércio internos, principalmente locais (IANNI, 1978, p. 64).

O colapso do monoextrativismo fez surgir uma espécie de campesinato proeminente do ponto de vista da ocupação da terra. Apesar de disperso pelo cerrado e pela zona de transição, devido às grandes dimensões territoriais, esse campesinato estava bastante presente no Araguaia. O mesmo ocorria com as atividades pastoris, que se adaptaram ao mercado de carne salgada para fornecedores de Belém ou ao comércio externo que exigia deslocamento de boiadas para centros de abate em outras regiões.

Quanto à estrutura fundiária local, pouca ou nenhuma mudança ocorreu, já que o extrativismo não alterou significativamente essa estrutura. Continuaram existindo terras livres e devolutas com baixa ocupação camponesa e pastoril, sendo que os interessados em permanecer nelas viam a terra como "[...] farta, dada, de ninguém, de quem quisesse, sem fim" (IANNI, 1978, p. 65).

Outro autor, Moreira Neto (1960) menciona que poucas mudanças ocorreram nos modos de vida locais até a década de 1950. Predominava no Araguaia uma economia fundamentada na pequena agricultura camponesa, no extrativismo de peles e castanha, e na prática de pecuária extensiva em grandes e médias propriedades. Os campos de cerrado, que se estendiam por cerca de 20.000 km², com marco divisório à margem esquerda do rio Pau D'Arco, representavam, naquele contexto, uma economia frágil e de baixo impacto ambiental, visto que apenas as pastagens naturais do cerrado eram utilizadas para a alimentação dos rebanhos.

2.2 A organização social, econômica e pastoril no Araguaia

De acordo com Moreira Neto (1960), ao se estabelecer no Araguaia, a pecuária pastoril trouxe consigo práticas culturais representadas pela figura do vaqueiro, personagem emblemático na trajetória das frentes boiadeiras nordestinas, responsável pela lida com o gado. Segundo o autor, estudos sobre a expansão da pecuária apresenta o vaqueiro como aquele que percorria grandes distâncias para reunir e conduzir as boiadas aos currais improvisados para marcação e salinização.

O arranjo da atividade pecuária nos campos naturais do Araguaia, descrito por Moreira Neto (1960), é explicado pelas obrigações do vaqueiro, que incluíam o cumprimento de rigorosos regimentos impostos pelo fazendeiro, como o cuidado com os equipamentos de montaria, a salinização e o manejo dos animais. No verão, os pecuaristas também realizavam partilhas e vendas em conjunto com outros criadores, duas vezes ao ano. O pagamento pelos serviços de vaqueirice era estabelecido em acordos de partilha da produção. Conhecida como "sorte", a regra consistia na divisão dos animais: a cada cinco ou seis que procriavam, uma cabeça era destinada

ao vaqueiro. Tratava-se de uma atividade que proporcionava baixa remuneração e gerava completa dependência econômica, conforme menciona Moreira Neto:

> Hoje, no Pau d'Arco, dificilmente um vaqueiro liberta-se do patrão ao fim de algumas partilhas. Grande parte do valor de seu trabalho é consumido sob a forma de fornecimentos antecipados feitos pelos patrões. Se ao fim do período o acerto de contas ainda lhe é favorável e toca-lhe um certo número de crias na partilha, o fazendeiro via de regra propõe a compra de seu lote "para não tirar o gado do pasto". Dificilmente o vaqueiro tem condições de resistir a tais ofertas. Mesmo que isso aconteça, entretanto, o que de modo geral ocorre é transferir o vaqueiro a sua dependência em mercadorias ao marreteiro ou ao regatão, pagando-os em gado (MOREIRA NETO, 1960, p. 22).

Além da partilha de gado, o regimento estabelecido dava ao vaqueiro o direito de abater alguns animais para a alimentação de sua família e de agregados — prática conhecida como *"*matalotagem". Embora o vaqueiro tivesse algumas permissões, como plantar uma roça, fazer queijo e produzir farinha, as relações trabalhistas eram de completa dependência econômica em relação ao fazendeiro, comparáveis à exploração extrativista ocorrida no sistema de aviamento dos seringais.

As relações comerciais ligadas à pecuária pastoril geralmente ocorriam anualmente e consistiam no deslocamento das boiadas por longas distâncias até os centros comerciais de abate, as charqueadas ou até as vilas de compradores boiadeiros (marreteiros ou atravessadores*)*. O mesmo acontecia com o gado adquirido pelo vaqueiro no sistema de "sorte", que também era vendido aos *"*marreteiros*"* ou ao próprio fazendeiro.

Moreira Neto (1960) faz ainda considerações sobre os regulamentos e rotinas de trabalho de vaqueiros e agregados, expressões formais das relações laborais oriundas do Nordeste, ainda no período colonial, mas que prevaleceram e se mantêm presentes em algumas regiões isoladas do Araguaia.

2.3 Leão Leda e o fim de um ciclo de oligarquias

De acordo com Medeiros (2012), um dos personagens marcantes na história do vale do Araguaia que possui relação com relação à ocupação e ao extrativismo, foi a breve passagem do coronel Leão Leda pelo Araguaia Paraense. Nascido em 1840, em Grajaú, no sul do Maranhão, a família Leda era descendente de grandes proprietários rurais e exercia forte influência política liberal. Seus familiares participaram do movimento rebelde da Balaiada (1838-1841), uma rebelião que contou com o apoio das oligarquias dos Moreiras e dos Leda, além de populares e escravos. Esse movimento colocou de lados opostos os liberais, de tendência republicana, e os monarquistas, favoráveis à manutenção do governo imperial.

Após o sufocamento do movimento, os Moreiras e os Leda foram duramente perseguidos pelas oligarquias maranhenses que estavam no poder, o que os obrigou a fugir da região de Grajaú. Suas propriedades foram saqueadas e queimadas pelas forças policiais e por grupos de capangas aliados ao governo maranhense.

Segundo Medeiros (2012), era comum, naquele período, saquear os bens de adversários políticos, prática conhecida como "espólio de guerra". Essa prática consistia em confiscar os bens de inimigos derrotados, incluindo o chamado "gado de morto", ou seja, rebanhos pertencentes aos vencidos que eram repartidos entre os vencedores. Assim, os bens dos derrotados eram confiscados pelo governo e pelos aliados vitoriosos nos conflitos.

De acordo com esse autor, a família Leda sofreu perseguições de adversários políticos governistas e grupos armados, sendo forçada a migrar do Maranhão para Boa Vista, no norte goiano onde aliou-se às forças políticas locais lideradas por José Dias e enfrentar as oligarquias lideradas pelo padre João de Sousa.

Em Boa Vista, Leda e seus aliados desencadearam um movimento armado conhecido como a Segunda Revolta de Boa Vista, em 1907, sendo suas tropas derrotadas pelas forças lideradas pelo padre João de Souza. Com isso, Leda e seus aliados foram obrigados a fugir. Medeiros (2012) acrescenta o aliado político de Leda, José Dias refugiou-se na Ilha do Bananal e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro. Carlos Gomes Leitão fugiu para as imediações dos rios Itacaiunas e Tocantins, onde descobriu campos de exploração de látex e fundou o burgo de Itacaiunas, atual cidade de Marabá no Pará.

Quanto ao coronel Leão Leda, este tentou reestruturar seu grupo de jagunços e procurou se estabelecer em Conceição do Araguaia, em 1909, onde residiam alguns de seus parentes. Contudo, a reação dos dominicanos foi imediata, conforme registrado por Gallais (1946):

> Em princípio de 1909, rumores ameaçadores começaram a espalhar-se pela região do Araguaia. Frei Domingos foi o primeiro a medir a gravidade do perigo, instruído de antemão por tudo o que presenciara outrora nas carnificinas de Boa Vista. Mais uma vez, a infeliz cidade goiana, havia sido ensanguentada em recentes conflitos, suscitados por elementos desordeiros, vindos do vizinho Estado do Maranhão e chefiados pelo Cel. Leao Leda. Este ambicioso, desbaratado nas beiras do Tocantins, imaginou tentar estabelecer seu predomínio nas margens do Araguaia. Sob o falso pretexto de procurar indenizar-se dos muitos prejuízos sofridos em Boa Vista, sabendo de fonte certa que alguns de seus vencedores estavam se enriquecendo em Conceiçao, ajuntou secretamente um poderoso bando de jagunços, angariou dentro mesmo da cidade antigos partidários e parentes, e de repente chega nas beiras do rio, atravessa-o, penetra no povoado sob o fogo de centenas de carabinas. Horas depois apoderava-se de um armazém repleto de caucho e soltava pelas ruas sua tropa desenfreada (GALLAIS 1946, p. 91).

Como se percebeu, a presença do coronel Leda em Conceição do Araguaia não foi bem aceita pelos religiosos, que temiam o controle das oligarquias de tendência liberal no território. Esses eram adversários conhecidos, envolvidos nos conflitos de Boa Vista. Os dominicanos demonstravam certa cautela devido aos acontecimentos do primeiro conflito de 1902, quando frei Gil Vilanova foi convidado a intermediar a disputa em favor de Carlos Gomes Leitão, no intento de conciliar as partes envolvidas. No entanto, a experiência não foi bem-sucedida em razão de um assassinato ocorrido durante o encontro de conciliação. Medeiros (2012) registra ainda que frei Gil foi acusado pelo coronel Carlos Gomes Leitão de "armar" o encontro de conciliação, mas acabou sendo inocentado em um processo posterior por falta de provas.

Dino Sávio (2021), na obra *"*Parsondas de Carvalho – um novo olhar sobre o sertão", ao debruçar sobre os escritos do correspondente dos conflitos, Dunshee de Abranches, analisa as guerras de Boa Vista e a atuação de grupos armados liderados pelo coronel José Dias, conhecido como "general do sertão". Os registros de Abranches são interpretados como decorrentes de disputas políticas entre monarquistas e liberais republicanos. Porém, de acordo com Medeiros (2012), os episódios de Boa Vista envolvendo José Dias são cercados de controvérsias e lacunas. Por exemplo, suas menções sobre a atuação de José Dias, que teria aterrorizado o vale do Tocantins e Araguaia por décadas, foram silenciadas a partir de 1890.

O desaparecimento dos escritos jornalísticos da época é envolto em controvérsias. Segundo os registros de Abranches, José Dias foi visto na Ilha do Bananal, acompanhado por uma pesquisadora que o levou até o Rio de Janeiro. Lá, ele morreu meses depois, vítima de varíola.

Portanto, as interpretações sobre os diversos personagens de cunho liberal e emancipacionista nos sertões maranhense e goiano são fundamentais para esclarecer as atrocidades cometidas pelas oligarquias e os desmandos na política local, que se mantinham no poder por meio do apoio de grupos de capangas armados, aliados às forças policiais dos governos maranhense e goiano.

Contudo, deve-se registrar que os atos dessa hecatombe insana ocorrida em todo o vale do Tocantins e Araguaia foram praticados pelas oligarquias locais e tiveram como principais vítimas os milhares de camponeses pobres, extrativistas e agregados, que perderam suas vidas lutando por causas que não os favoreciam. Restou a esses camponeses e extrativistas a alternativa de continuar a marcha forçada em direção à fronteira amazônica, em busca de terras para trabalhar.

Quanto ao coronel Leão Leda, sua passagem pelo Araguaia paraense está diretamente ligada à derrota em Boa Vista e à tentativa de se reerguer em Conceição do Araguaia durante o auge da exploração da borracha.

Vieira (2015), descreve que Leão Leda foi um personagem repleto de controvérsias. Os registros a seu respeito são encontrados nos escritos de Carlota Carvalho e Parsondas de Carvalho, publicados em periódicos de São Luís, como *"*A Pacotilha*"* (1902-1903), e no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro. Vieira (2015) descreve que Leão Leda (1851-1909) era originário das oligarquias maranhenses de Grajaú. De família rica e oligárquica, teria sido "[...] moço educado em um colégio ou liceu da capital, altivo, rico e munificente" (VIEIRA, 2015, p. 55).

Vieira observa ainda que os estudos sobre os diversos personagens do sertão maranhenses que viveram na segunda metade do século XIX e início do século XX, estão sendo conduzidos pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em um núcleo de estudos históricos que visa ampliar o conhecimento sobre os conflitos e personagens dos sertões maranhenses e norte goiano.

Contudo, os conflitos envolvendo os sertões maranhenses e o norte goiano são peças-chave para compreender a migração pastoril e camponesa para o território do Araguaia paraense.

Segundo Vieira (2015), na virada do século XIX, a *"*Guerra dos Leda", um conflito político que se estendeu por 11 anos na região de Grajaú, no centro-sul maranhense, espalhou-se para o norte goiano. Vieira (2015) e Nunes (2020) compreendem que as agitações entre as oligarquias de Pastos Bons e Grajaú, no Sul-maranhense, que se expandiram posteriormente para Boa Vista, no norte goiano, representavam disputas por espaços políticos e pelo comando do território

Os autores analisam ainda que, a liderança mais expressiva das oligarquias de Grajaú, Leão Leda, aproveitou a situação de abandono e miséria social que assolava as populações pobres para arregimentar grupos armados, prometendo-lhes a criação de um Estado independente denominado *"*República de *Pastos Bons"*. Medeiros (2012) menciona que os Leda eram liberais com ideais de libertação e almejavam proclamar a independência do sul do Maranhão e do norte de Goiás, criando nessa região um estado autônomo. Essas aspirações foram suficientes para que os adversários buscassem, a todo custo, desarticular essas organizações por meio de grupos de capangas armados. Com raras exceções, o controle absoluto da imprensa sobre esses episódios de lutas ideológicas e políticas dificultou a produção de registros consistentes sobre esses movimentos republicanos de ideais libertários.

Quanto aos aspectos da história regional no início do século XX, é importante destacar que, desde as guerras violentas envolvendo oligarquias do sul-maranhense e do norte goiano, a migração camponesa aparece nos registros do Araguaia paraense. Os escritos de Moura Lima,

em *"*A Serra dos Pilões, Jagunços e Tropeiros*"* (1994), por exemplo, oferecem valiosas contribuições para entender as disputas sangrentas entre coronéis, a miséria social da região e a situação de abandono das populações pobres do sul-maranhense e norte goiano nesse período.

Conforme descrições de Ramos (2020), os conflitos oligárquicos foram duramente repelidos pelas tropas do governo maranhense, forçando os envolvidos a refugiar-se em Conceição do Araguaia em 1909, onde Leão Leda tentou reerguer o movimento separatista de *"*Pastos Bons*"*. Segundo Ramos, Leão Leda enfrentou resistência tanto dos religiosos quanto das oligarquias locais, que o viam como um inimigo perigoso e sedento de poder. Além dos ideais separatistas, pairavam contra Leda rumores de que ele fosse judeu e maçom, acusações que na época, entravam em colisão com os princípios da Igreja Católica.

Formou-se, então, uma poderosa organização de moradores contrária à permanência de Leda em Conceição do Araguaia, que arregimentou 1.200 populares armados para defender a vila (FIGUEIRA, 1996). Cercado em uma residência e oferecendo pouca resistência, Leão Leda, seu filho Mariano e alguns capangas foram assassinados pela população enfurecida. Esse acontecimento marcou o fim dos conflitos e também o fim do sonho separatista dos liberais de criação de um território independente na região. A respeito desse episódio marcante no Araguaia, Gallais o descreve:

> Às doze horas desse dia, armados entravam em Conceição, vindos de Barreira de Santana e da região dos campos, à chamada urgente dos Padres. O número dos defensores do lugar subiu, com essa chegada, a 1200 homens. Leda e seu filho Mariano reconheceram pela vozeria formidável e pelas descargas mais violentas, que sua situação era desesperadora: Estavam totalmente presos num círculo de fogo, sem água, sem quase munições, expostos as intermitências de chuva e de sol, com diversos feridos e até com alguns cadáveres sepultados às pressas dentro mesmo da casa. Nenhum meio de continuar a resistência, nenhuma esperança de compaixão e perdão por parte dum povo que os odiava e reclamava vingança pelos seus crimes perpetrados em Boa Vista e Pedro Afonso (GALLAIS 1946, p. 92)

Como se viu, embora os Leda tenham apelado por suas vidas por meio de uma carta endereçada aos religiosos dominicanos, a multidão enfurecida não permitiu que os últimos remanescentes das oligarquias liberais do Vale do Araguaia continuassem existindo. Assim, esse episódio marcou o fim de um ciclo coronelístico que, por décadas, foi responsável por intensos conflitos no Araguaia, conforme os registros finais dos acontecimentos:

> Não queria, porém, sair do seu reduto a não ser acompanhado por mim. A isto o povo não quis consentir. Não podendo então prestar aos infelizes a única garantia que pediam, e não querendo vê-los mortos ao meu lado, deixei-os. Não tinha mais nada a fazer senão preparar-se para a morte. "Mal pude sair e o assalto verificou-se ardente, irresistível. Arrombaram as portas, invadiram a casa. Leao suplicou, mas em vão. Morreu na mesma hora, e com ele seu filho Mariano e sete dos seus jagunços. Treze outros foram presos.

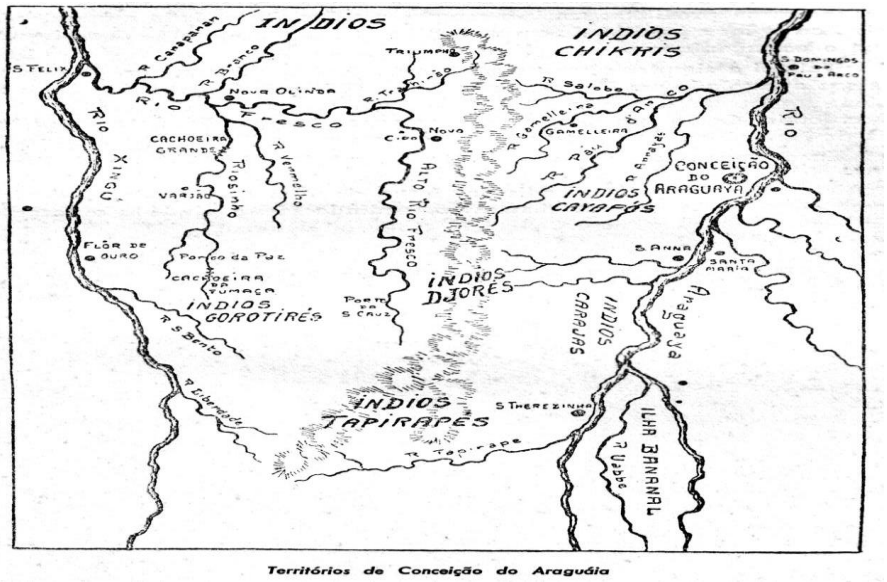
> Do lado do nosso povo felizmente não morreu ninguém". Apenas terminado o ataque e concluído o drama, nossos 1200 homens dirigiam-se para a igreja, aos gritos de "Viva Nossa Senhora da Conceição enquanto centenas de rifles dão repetidas salvas de alegria. [...]. Diga a todos que a paz reina agora perfeita em nossa Conceição (GALLAIS 1946, p. 92).

2.4 Os povos do Araguaia: notas sobre a ocupação indígena e a formação do campesinato

As contribuições sobre a questão indígena no território do Araguaia estão referenciadas nas obras de Gallais (1903), pela Prelazia de Conceição do Araguaia (1936), Audrin (1946), Arnaud (1971) e Moreira Neto (1960). Segundo esses autores, na segunda metade do século XIX, aventureiros, naturalistas e religiosos já haviam registrado a presença de povos indígenas das etnias Caiapós, Carajás, Gorotíres, Xicrins e de dezenas de outros grupos dispersos pelo território.

O indigenista Arnaud (1971), que exerceu cargo no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), registra que, desde meados do século XIX, os indígenas do Araguaia haviam estabelecido contato com colonizadores brancos, religiosos capuchinhos e sertanejos. A presença dessas populações era encontrada desde as nascentes do rio Araguaia até a Ilha do Bananal (Figura 6).

Figura 6 – Área de atuação dos religiosos dominicanos no Araguaia no início do século XX.



Fonte: Aldrin (1946, p. 70).

Gallais (1942) descreve que frei Gil Vilanova estabeleceu os primeiros contatos com grupos indígenas Caiapós na região de Barreira de Sant'Ana, uma pequena vila fundada por criadores pastoris. Segundo o autor, esses contatos iniciais tinham como objetivo estabelecer relações com os Caiapós para a catequização de crianças indígenas, conforme sua narrativa:

> Partindo de Barreiras com alguns homens que acederam em acompanhá-lo, chegou alguns dias depois à aldeia de um chefe chamado Paracantí. Acolheram-no bem e, para. consumar a aliança que de ambas as partes se prometeram, deu-se um grande banquete. O Padre Vilanova mandou matar um boi, presenteou generosamente seus novos amigos e expôs-lhes os motivos da missão que ali o levava. Deu a conhecer o projeto de construção de uma grande casa, uma "quicré" como jamais tinham visto, dentro da qual reuniria todas as crianças da tribo, para ensinar a bem vierem. Paracantí e Beca, chefe de uma aldeia vizinha, aceitaram sem dificuldade os propósitos do padre e mostraram-se dispostos a confiar-lhe no mesmo instante todas as crianças de suas tribos. Para ·o momento, já se contentava em ter a palavra deles; quando chegasse o momento de a pôr em prática, voltaria e levaria consigo as crianças que prometiam confiar-lhe (GALLAIS 1942, p. 182-83).

Concretizado a fundação do Centro Catequético em 1897, os Caiapós foram convidados por frei Gil a instalar suas aldeias nas proximidades da vila de Conceição do Araguaia, confiando-lhes algumas crianças para a catequese.

A catequese indígena às margens do rio Araguaia era vista pelos dominicanos como um grande avanço no cumprimento dos objetivos da ordem religiosa e, historicamente, um marco na educação dos primeiros moradores. O alvo central do desejo da ordem era a catequização de crianças provenientes das aldeias vizinhas, promovendo a "civilização" dos "selvagens", conforme as regras estabelecidas em um rigoroso regimento interno, elaborado especialmente para esse fim, conforme descrito por Gallais (1903, p. 50-51):

> As esperanças do porvir assentam-se, por consequencia, mais na educação christã dada ás creanças do que na conversão dos adultos. O plano dos missionarios seria, pois, de subtrahir bem cedo as creanças de ambos os sexos da influencia do meio em que nasceram, de impedil-as de contrahirem os habitos da vida selvagem e de lhes incutir ao contrario, os da vida christã, de lhes dar, com a instrucção religiosa, o ensino elementar que se dá nas escolas primarias, e depois quando estiverem na idade de se casar, formarem familias christã s que se fundam á massa da população já civilisada. D'esta maneira, o elemento selvagem se extinguirá por si mesmo, e depois de duas ou tres gerações, a tribu se achará incorporada, ao mesmo tempo, não só á Sociedade como a Egreja.

Os dominicanos focavam a catequização nas crianças, que, teoricamente, seriam "fáceis" de serem domesticadas. Essas crianças eram inseridas em uma formação que incluía hábitos cristãos, como o batismo, o casamento e a formação familiar. Contudo, a migração de milhares de nordestinos para o trabalho no extrativismo de borracha de caucho complicou a situação da catequese. As levas de migrantes e o rápido crescimento do povoado de Conceição do Araguaia fizeram com que os indígenas se tornassem alvos de aliciamento para tarefas e serviços ligados à pecuária pastoril e ao extrativismo, dificultando o trabalho de catequização.

> O processo de instalação foi um pouco conflituoso no novo território e apresentou certos percalços. O primeiro foi a disputa da atenção dos índios pela frente pecuarista, pois alguns produtores na ânsia de rapidamente ampliar o rebanho tentaram atrair homens indígenas para o trabalho forçado, geralmente oferecendo pequenos utensílios, mas principalmente cachaça (VAZ, 2013, p. 32).

Desse modo, o aumento repentino de contingentes populacionais de migrantes extrativistas resultou em impactos desastrosos na vida dos indígenas da região. A ambição pelo lucro da borracha e a ausência de normas de exploração do látex levaram os exploradores a se embrenharem nas matas, invadindo territórios indígenas, culminando em verdadeiros conflitos violentos.

Expedito Arnaud (1971) e Santos (1986) relatam dezenas de atrocidades ocorridas durante o período de exploração extrativista da borracha no território, incluindo chacinas, conflitos armados e deslocamentos forçados. Segundo Santos (1986, p. 60):

> O contato do branco com o índio foi um encontro marcado pela dinâmica guerreira. A violência do branco gerou a violência no índio, iniciando assim o círculo vicioso da violência. Os brancos veem os índios como salteadores que invadem as propriedades dos brancos, matando, destruindo e roubando tudo que encontram pela frente. Dentro desse quadro a conclusão dos "civilizados" é lógica: somente a violência é capaz de deter a fúria destas feras indomáveis. Por sua vez o índio vê o branco com desconfiança e ódio. Por isso a preocupação fundamental do índio é a guerra.

Ao contrário dos comerciantes extrativistas da borracha, as ações dos religiosos dominicanos focavam na pacificação, embora isso não tenha impedido a ocorrência de verdadeiras atrocidades cometidas por ambas as partes. Arnaud (1971) menciona que, apesar dos métodos de educação indígena repetirem os mesmos erros do período colonial — a evangelização por meio de aldeamentos (Figura 7).

Figura 7 – Populações indígenas Carajás no Araguaia.

Fonte: Prelazia de Conceição do Araguaia (1936).

No entanto, as ações de catequização não se mostraram suficientes para impedir a disseminação de doenças, a violência e o aliciamento para trabalhos diversos. Em outras palavras,

as tentativas de incorporar os indígenas às atividades mercantis da borracha aceleraram o processo de aculturação, dizimação e invasão de seus territórios, conforme Arnaud (1971, p. 83):

> Todavia, face a expansão pastoril que transformou suas terras em pastagens, a exploração do caucho nas matas circunvizinhas com sua participação na coleta, transportes e fornecimentos de gêneros de alimentação, e a catequese dominicana, cuja maior finalidade era separar as crianças dos pais orientando-as para uma nova vida, foram eles sofrendo drásticas reduções, tanto pelas doenças contraídas como pela disseminação de seus membros (ARNAUD, 1971, p. 83).

Santos (1986), ao analisar a atuação dos dominicanos junto aos indígenas do Araguaia, argumenta que a pedagogia de evangelização de São Tomás de Aquino, utilizada pelos dominicanos na América Latina — como no caso de Bartolomeu de Las Casas, entre outros —, consistia na persuasão, buscando explicar, convencer e persuadir por meio da evangelização.

Por essa razão, apesar dos conflitos e da violência generalizada provocados pelo processo de ocupação pastoril e extrativista, os dominicanos desempenharam um papel fundamental na proteção dos povos indígenas. Eles compreendiam que essa proteção só seria possível por meio da convivência no seu lugar de origem, isto é, permanecendo nas aldeias.

> Frei Gil Vilanova em suas excursões pelo sertão para catequizar percebeu esse espírito guerreiro do índio e chegou à conclusão que seria impossível organizar a evangelização em um ambiente tão violento assim. A obra catequética somente seria possível em regiões onde os índios são os únicos ocupantes e onde vivem em paz. Aí então o missionário poderia colocar em prática a sua pedagogia da paz, já desde os primeiros contatos. Por isso o missionário dominicano, desde o início, estabelece um relacionamento amistoso com o índio. Também o índio acolheu com carinho esta práxis pacífica do missionário (SANTOS, 1996, p. 68).

Sem pretender esgotar a temática, esta pesquisa limita-se a elencar algumas considerações relevantes a respeito dos diversos grupos indígenas que habitavam a região. Contudo, vale ressaltar que, apesar de todos os esforços empreendidos pelos religiosos, os diversos grupos indígenas (Carajás, Caiapós, Gorotíres, entre outros) foram duramente afetados pelas atividades de exploração extrativista e pastoril. As invasões de seus territórios por colonizadores e as tentativas de utilizá-los como barqueiros, guias, tropeiros nos seringais e nas fazendas de gado culminaram em violentos conflitos e massacres.

A ideia de civilização e cristianização dos povos indígenas, assim como no período colonial, contribuiu para a desagregação de suas culturas e a desestruturação de laços familiares, deixando como legado o abandono forçado de várias aldeias e o deslocamento de grupos para outras regiões (ARNAUD, 1971; MOREIRA NETO, 1960).

Segundo Moreira Neto (1960), no início do século XX, a área territorial que se considerava o sul do Pará correspondia a um gigantesco território que se estendia até o rio Xingu,

com aproximadamente 600.000 km². A vastidão desse território coberto de florestas facilitou o deslocamento de diversos grupos indígenas que fugiam de perseguições de colonizadores e extrativistas. Em 1961, por exemplo, com a criação do Parque Nacional do Xingu — já habitado por várias etnias —, muitos desses grupos foram deslocados para áreas do Parque, com o objetivo de garantir sua proteção e sobrevivência.

Pesquisas realizadas pela FUNAI em 2024, demonstram que os indígenas que habitam o Araguaia paraense estão acomodados em três territórios demarcados. A Terra Indígena Caiapó, localizada nos municípios de Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu, possui uma área demarcada de 3.284.005 hectares e uma população de 4.536 habitantes. Os povos indígenas Carajás estão localizados nos municípios de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, em uma área em processo de demarcação de 1.485 hectares, com uma população de 69 habitantes. Já os povos Caiapós do Pau D'Arco, Redenção e Floresta do Araguaia residem na Terra Indígena Las Casas, com área demarcada de 21.470 hectares e uma população de 456 habitantes (IBGE, 2022).

Apesar das terras indígenas estarem demarcadas, são constantes as tentativas de invasão por garimpeiros, madeireiros e pecuaristas e os conflitos e denúncias sobre invasões de territórios são recorrentes.

Nos municípios de Santa Maria das Barreiras, a FUNAI registra a Terra Indígena Karajá Santana do Araguaia, com área de 1.485 hectares, e a Terra Indígena Maranduba, também de etnia Karajá, com uma área de 375.153 hectares, abrangendo os municípios de Santa Maria das Barreiras, no Pará, e a margem direita do rio Araguaia, no município de Araguacema, estado do Tocantins. A FUNAI registra ainda, no lado paraense, estudos para a criação das Terras Indígenas Jeju e Areal, pertencentes à etnia Tembé.

A pesquisa de campo realizada em março de 2024, complementada pelos registros da FUNAI, constatou que as aldeias Karajás localizadas às margens do rio Araguaia, no município de Santa Maria das Barreiras, enfrentam sérias dificuldades. Essas populações estão bastante reduzidas e descaracterizadas culturalmente, sobrevivendo em uma área de apenas 1.485 hectares. Essa área é insuficiente para a sobrevivência devido às constantes alagações no período de inverno. Além disso, a vegetação de cerrado do local é rala, e o solo impróprio dificulta as práticas de agricultura, caça e coleta de frutos.

Por fim, nos limites do território do Araguaia paraense, destaca-se a Terra Indígena Sororó, localizada no município de São Geraldo do Araguaia, com uma área de 26.257 hectares e uma população de 594 habitantes (IBGE, 2022).

No caso da ocupação camponesa no Araguaia paraense, conforme descrições de Santos (1986) e Vaz (2013), as populações foragidas dos conflitos de Boa Vista foram forçadas a migrar para o Araguaia em busca de novas terras. Assim, no final do século XIX, grupos de famílias que estavam nas proximidades do rio Najá, na região de Barreira, atravessaram o Araguaia durante o verão amazônico, carregando consigo algumas cabeças de gado em pequenas embarcações improvisadas. Essas famílias adentraram os campos naturais do cerrado paraense.

Moreira Neto (1960) esclarece que esse processo expansionista, em meio século de pecuária pastoril e ondas boiadeiras, deixou como consequência a apropriação de terras livres e devolutas, sem custo para os invasores. Isso demonstra que, naquele contexto, a terra "nua" tinha pouca ou nenhuma valorização econômica. A imensidão de campos naturais apropriados pela pecuária pastoril no Araguaia variava de 5.000 a 6.000 hectares, algumas propriedades chegavam mesmo a atingir cerca de 8.000 hectares. Segundo esse autor (1960, p. 34): "Não só no Nordeste as frentes pioneiras pastoris efetuaram um tipo de ocupação em que o valor das posses se media não pelo tamanho da terra, mas pelo gado que continha. "[...] as posses nada valiam certamente', nelas não havia sinais de trabalho humano."

Outro autor, Silva (1935), narra que os campos do Araguaia, na década de 1930, eram habitados por moradores que levavam uma vida pacata, cuidando de suas roças e da lida com o gado. O gado era o único bem com valor econômico, já que a terra era abundante e devoluta.

> No sertão o gado equivale ao mais ambicionado patrimônio que é dado a um mortal reunir. De tal arte os fenômenos econômicos giram obrigatoriamente em torno da sua posse. A terra tem, em relação, um valor mínimo, talvez bem mais de metade dela seja devoluta. E as benfeitorias nunca existem, não sendo raro ouvir-se que "fulano foi procurar um lugar para mudança da fazenda" frase que bem indica o desmerecimento das propriedades (SILVA, 1935, p. 24).

De acordo com Ianni (1978), o campesinato e a pecuária pastoril no Araguaia no início do século XX, se classifica como atividades econômicas sustentadas no autoconsumo. A criação de rebanhos de gado rústico, conhecido como curraleiro, proveniente do Nordeste, desenvolvia-se em áreas devolutas. Para esse autor, a comercialização do gado se compensava enquanto atividade econômica apenas em um sistema de economia fechada e semifeudal, em que as terras não representavam custos financeiros, os rendimentos eram baixos e os animais possuíam pouco valor de mercado.

Bucar (2011), pesquisador regional, retrata que a margem direita do Araguaia apresentava dificuldades diversas enfrentadas pelos criadores pastoris como a falta de mercado e a necessidade de longas travessias das boiadas por trilhas até os centros de venda, em cidades como Caxias, no Maranhão, e Feira de Santana, na Bahia. Há relatos de boiadas que deslocaram até

mesmo para a região de Registro, no interior de São Paulo. Somente a partir da instalação das charqueadas nos municípios de Araguacema, no Tocantins, e Marabá, no Pará, na década de 1930, houve mudanças significativas no mercado de carne salgada (charque), que passou a ser exportada para centros urbanos da região e para Belém, capital do Pará.

Embora algumas mudanças tenham ocorrido no mercado de carne salgada, Ianni (1978) compreende o contexto do Araguaia, no período pós-extrativismo da borracha, como aquele marcado por relações pré-capitalistas de produção e pelo atraso patriarcal dos "coronéis" que ainda predominavam. Em maior proporção, havia a presença de campesinato, sertanejos coletores extrativistas, pescadores e pequenos criadores que se dedicavam à agricultura de subsistência.

Na mesma perspectiva, Furtado (2003), ao analisar o abandono e o atraso econômico da sociedade brasileira na primeira década do século XX, entende esse período como resultado de um processo histórico de colonização pautado na agroexportação, elementos amplamente presentes naquele contexto. Assim, Furtado mostra uma imagem de um país em transição da economia de agroexportação para a industrialização, vez que:

> O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a renda impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia dos estilos de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de considerável parcela da população aos padrões mais adiantados de vida material e cultural (FURTADO, 2003, p. 7).

Como superação dessa realidade, Furtado (2003) entende que somente o trabalho assalariado poderia criar uma dinâmica de crescimento interno no país. Para ele, o cerne da questão agrária brasileira residia no problema da mão de obra e na base do mercado de trabalho, que, via de regra, se estabeleceria pela imigração de mão de obra estrangeira e pela economia de subsistência responsável pela produção de alimentos. Nessa perspectiva, Furtado (2003) compreende o subdesenvolvimento como uma situação histórica, decorrente das condições estruturais do país.

No contexto da expansão camponesa, Santos (1986) interpreta as frentes pastoris e camponesas um processo de busca pela terra, um lugar onde os camponeses pudessem ocupara terras livres, plantar sua roça, criar algumas cabeças de gado. Segundo o autor, tratava-se de famílias que ao longo dos séculos vinham sendo empurradas para a fronteira, que já haviam sido expulsas pelo latifúndio nas terras de origem e que, mais uma vez, migravam para a Amazônia em busca de nova vida. Em suas trajetórias, chegavam em pequenos grupos onde exerciam

serviços diversos em fazendas, lida com o gado, construção de casas ou como coletores de produtos extrativistas.

Durães (2016), em sua pesquisa sobre a ocupação do baixo Araguaia, relata várias experiências de camponeses que migraram para o Araguaia. Ao se estabelecerem na terra, dedicavam-se ao cultivo de pequenas roças, praticando uma agricultura incipiente, conhecida como *"*lavoura sobre queimada ou *roça de toco"*. Essa prática, aprendida na convivência com os povos indígenas, consistia em separar um pequeno pedaço de mata (às vezes um hectare), derrubar a vegetação original e atear fogo para preparar o solo para o plantio.

Moreira Neto (1960), em suas narrativas sobre os camponeses da região do Pau D'arco descreve que a preparação das roças no Araguaia fazia parte de uma rotina anual com estações definidas. "Depois do pequizeiro derrubar suas flores", iniciava a limpeza da área, retirando as madeiras carbonizadas e preparando a terra para o plantio. Após a colheita, a área era abandonada por alguns anos para permitir a regeneração da mata. Em outro local, o mesmo procedimento se repetia, configurando um ciclo de rotação do uso da terra.

> A derrubada e preparo do terreno para o plantio se fazem anualmente. Antes da derrubada da mata, que se realiza comumente em junho, procede-se à roçagem ou "broca" da vegetação menor: "Brocar se compreende fazer uma roçagem daquele mato mais baixo, deixando os paus grandes. Broca é com foice ou terçado, o que é mais comum. Isso se faz em fins de abril ou em maio. Depois se derruba. A queima em agosto ou setembro. A gente corta a madeira para fazer cerca em outubro. Depois do corte vem a encoivaração do garrancho; faz os montes de cisco ou garrancho e toca fogo. As cercas são feitas em fins de outubro e em novembro começa o plantio". Neste mês são plantados milho, jerimum, cabaça e melancia. No seguinte, procede-se ao plantio de arroz e mandioca. As roças são capinadas em fevereiro e, em marco, se faz a colheita do milho (MOREIRA NETO, 1960, p. 59).

Considerando a agricultura de subsistência, atividade econômica secundária, já que a pecuária pastoril era predominante, ela representava a base de sustentação das famílias. De modo geral, as atividades agrícolas de subsistência, pecuária pastoril e extrativismo prevaleceram até a década de 1950, quando a região passou a sofrer influência externa de novos atores sobretudo a partir da chegada de empresas imobiliárias, especuladores que transformaram a terra em negócio que visava a acumulação de capital.

CAPÍTULO III - A QUESTÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA NACIONAL: UM BREVE HISTÓRICO

> "Até então o Brasil estivera entregue a degredados, a desertores, a traficantes de madeiras que lhe deu o nome"
> Capistrano de Abreu (1930, p. 55).

Neste capítulo, efetuou-se uma contextualização histórica da questão agrária e agrícola nacional. Buscou-se suscitar o debate acerca da questão agrária, desde a sua origem no Brasil Colônia, evidenciando os fatores que contribuíram para a estruturação do latifúndio e a conservação do atual modelo de concentração fundiária presente no contexto atual. Abordou-se ainda a insurgência dos movimentos de contestações, confrontos armados e massacres, bem como as formas de resistência camponesa ao latifúndio, a exemplo de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso. Discutiu-se ainda a questão agrária no período da ditadura militar, envolvendo a repressão aos movimentos sociais e o alinhamento dos militares ao modelo internacional de produção agrícola, a modernização da agricultura nos moldes da Revolução Verde, o Estatuto da Terra, a atuação dos órgãos governamentais voltados para a questão agrária, a abertura política e a nova Constituição de 1988, enfatizando os desafios das políticas públicas nos governos Fernando Henrique (FHC), Lula, Dilma, bem como os entraves, avanços e retrocessos das políticas neoliberais de reforma agrária nos governos Temer e Bolsonaro (2016–2022).

De acordo com Prado Junior (2011) e José de Sousa Martins (1981), a questão agrária no período colonial brasileira pode ser compreendida a partir de pelo menos quatro normas significativas adotadas no requisito distribuição de terras no Brasil: o sistema de capitanias hereditárias, a Lei de Terras de 1850, as alterações na Constituição de 1891 e o Estatuto da Terra de novembro de 1964. Outras mudanças de menor impacto ocorreram na legislação agrária brasileira, mas nada que pudesse impactar a estrutura agrária no campo brasileiro.

Porém, a partir da década de 1960, sobretudo com a tomada do poder pelos militares, algumas mudanças impactantes viriam a ocorrer através da instituição do Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, e da decisão dos militares de modernizar a agricultura brasileira por meio de incentivo às grandes empresas, conhecido como Modernização Conservadora da Agricultura ou Revolução Verde. Com relação à pequena agricultura, percebeu-se posteriormente que assim como nas capitanias hereditárias, a instituição da Lei de Terras e Estatuto da Terra, que apesar de proporcionar algumas mudanças na economia, manteve a questão agrária praticamente inalterada diante das grandes contradições existentes no campo que se apresentavam como a grande

concentração da propriedade nas mãos de latifundiários, agora favorecida pelo grande capital, nacional e internacional, um modelo que sempre excluiu a pequena propriedade rural e os milhares de trabalhadores sem a terra para trabalhar.

3. A formação fundiária e o papel da lei de terras na estruturação do latifúndio no Brasil

A questão da terra na realidade brasileira é um problema pouco ou nada resolvido diante das inúmeras contradições que se apresentaram no passado, que ainda se apresentam no presente e que estão latentes no mundo rural brasileiro, visto que os trabalhadores do campo, camponeses e posseiros continuam sendo cerceados do acesso à propriedade. Segundo Fiorini (2022), desde o período colonial, apenas a elite que desembarcou no Brasil teve acesso à exploração da propriedade, convertendo-se depois em uma elite aliada à Coroa Portuguesa, que se sustentava aos custos do braço escravo e do controle da propriedade.

Seguindo a trilha de Prado Jr. (2011), constata-se que o Brasil, apesar de ser um país com grandes dimensões territoriais, possui desigualdades gritantes no tocante à distribuição da terra. De um lado, existe uma elevada concentração herdada do período colonial, de outro a exclusão de milhares de trabalhadores que não possuem terra para trabalhar. Segundo esse autor, a distorção fundiária é fruto de um processo de ocupação territorial adotado pela metrópole portuguesa na sua origem, fundamentada na concentração latifundiária-escravista da propriedade cimentada nas mãos de fidalgos portugueses, tendo como resultado a injusta distribuição da propriedade, uma realidade que se vivencia até os dias atuais.

Trilhando pelo mesmo caminho, Emília Viotti da Costa (1999), argumenta que a concentração da terra no Brasil tem suas raízes desde o descobrimento, quando o rei de Portugal Dom João III resolveu dividir a nova colônia em capitanias hereditárias. Essa divisão ocorreu de maneira bastante restrita, na qual apenas uma reduzida parcela da nobreza teve acesso. Diante desse quadro reduzido de privilegiados, a colônia foi fracionada em quinze capitanias que, por sua vez, foram fatiadas em grandes latifúndios cedidos aos aristocráticos portugueses para o cultivo de cana-de-açúcar.

Ao se analisar a história da questão agrária nacional, percebe-se que a origem da estrutura fundiária brasileira, que se desenvolveu de forma concentradora da terra, formou-se a partir desse cenário de exclusão absoluta da pequena propriedade. Nesse bojo, os grandes latifúndios sustentados na mão de obra escravista prevaleceram no período colonial, adentram no regime republicano, mantendo a distribuição injusta e desigual de terra. Vale ressaltar que, no item concentração fundiária, os latifúndios do passado colonial pouco se diferenciam dos empresários

de terras do Brasil contemporâneo, ou seja, o campo brasileiro é consequência desse processo histórico e nefasto de desigualdade.

Observa-se, desse modo, que, desde o período colonial, o Brasil adotou uma política pautada na apropriação privada e concentrada da terra, já que as concessões eram dirigidas para os donatários, representantes da coroa portuguesa, que tinha a função de administrá-las e distribui-las aos nobres portugueses.

Prado Junior (2011) esclarece que esse sistema colonial de distribuição fundiária consistia na divisão da nova Colônia em grandes extensões de terras, entregando-as a nobres portugueses que, por sua vez, distribuíam aos seus aliados políticos — a aristocracia —, e não aos camponeses: "Não era a posição de modestos camponeses que aspirava o novo mundo, mas os grandes senhores e latifundiários" (Prado Junior, 2011, p. 31). Além disso, outro fator relevante acerca da conquista das novas terras por Portugal diz respeito ao modelo de colonização adotado, cujo objetivo era exclusivamente a exploração das riquezas naturais.

> É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira (PRADO JUNIOR, 2011, p. 11).

Ressalta-se que, nesse período, o Brasil oferecia recursos naturais em abundância e grandes extensões de terras a serem exploradas para a agricultura de cana-de-açúcar, alvo de intervenção da metrópole para investimentos na produção de mercadorias de interesse comercial. Desse modo, a partir de 1530, a metrópole portuguesa passou a concentrar seus esforços no cultivo de cana, para a produção de açúcar, tornando-se depois a principal mercadoria de exportação de grande valor comercial na Europa.

Prado Jr. (2011) descreve ainda que essa forma de organização socioeconômica na qual a estrutura fundiária brasileira se organizou perdurou por todo o período colonial, vez que a economia da época dependia desse sistema de latifúndios fundamentado na monocultura da cana-de-açúcar, cultivada em grandes extensões de terras localizadas no litoral, sobretudo no Nordeste, onde se desenvolveram grandes plantações sustentadas no uso de trabalho escravo.

Segundo esse autor (2011, p. 43), a especialização da cana comprometia o abastecimento de alimentos, já que praticamente não existia a pequena propriedade para alimentar a grande estrutura de mão-de-obra escrava em torno da produção de açúcar.

> O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, volta à agricultura de subsistência determinou um problema dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre uma regra.

Outro autor, Fiorini (2022), delineia que a base que sustentou o sistema de latifúndio no Brasil colonial teve como princípio a produção de açúcar, amparado na escravização dos indígenas e de populações negras transferidas forçosamente do continente africano para mão de obra escrava nos engenhos de açúcar. A escravidão foi o sustentáculo da economia colonial proveniente das lavouras de cana no Nordeste do Brasil dos séculos XVI ao início do XVII. Como todo o sistema de terras era calcado no *plantation*, o resultado foi a formação de uma elite latifundiária em prejuízo da pequena propriedade, que permaneceu quase inexistente até a Proclamação da Independência do Brasil em 1822, período que a legislação portuguesa de distribuição de terras deixou de existir.

> O modelo de exploração adotado foi o plantation a forma de apropriação de terras utilizada pelos europeus foi o monopólio da propriedade de todo território pela Coroa. Para que o modelo agroexportador surtisse efeito a Coroa concedeu o uso das terras, com direito hereditário e sem direito a venda, aos capitalistas que se interessavam em investir seu capital no Brasil, tendo como critério que o investidor produzisse os produtos que seriam exportados para o mercado europeu (FIORINI, 2022, p. 13).

De acordo com De Abreu (1930), no período auge do Brasil açucareiro, a Colônia também presenciou a ocupação pela pecuária extensiva de gado bovino, sobretudo no Nordeste, onde as frentes de expansão adentraram pelo interior. Séculos depois, essas frentes já tinham chegado às margens do rio São Francisco, onde se dedicaram à criação de gado e fornecimento de carne, utilizada no abastecimento das populações do litoral canavieiro.

Desse modo, os criadores adentraram pelo interior da Colônia, pelas áreas de caatinga onde a lavoura pouco ou nada produzia e o gado necessitava percorrer grandes distâncias em busca de pastagens e água para a sobrevivência. Essa atividade econômica secundária colaborou com o alargamento da fronteira, já que a prática da agricultura no sertão pouco se desenvolveu devido ao clima semiárido e as secas prolongadas que impedia as lavouras e a fixação do homem em determinados locais.

Vale ressaltar que a pecuária extensiva, desenvolvida em áreas de caatinga e nas vazantes do rio São Francisco, contribuiu para o alargamento das fronteiras entre o litoral e o interior, adentrando regiões inóspitas e pouco povoadas, onde apenas o gado conseguia chegar.

> Do que não pode haver dúvidas é que as caatingas pouco remuneram a lavoura, como então, mais ainda do que hoje se praticava — simples latrocínio da natureza, sem

> compensação alguma oferecida, por parte do homem. Urgia dar-lhes destino, mesmo porque a arte dos catingais era enorme, e descurá-la tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do país. A criação do gado resolveu o problema (DE ABREU, 1930, p. 80).

Prado Jr. (2011), descreve que a pecuária ganhou destaque na ocupação do sertão, sobretudo nos estados da Bahia e de Pernambuco, de onde partia a maioria das frentes pelo interior, estendendo-se ao longo dos séculos até o rio São Francisco, e posteriormente para as regiões de cerrado no Brasil Central. Segundo esse autor, a pecuária foi durante séculos a principal economia responsável pelo abastecimento do litoral e das zonas mineradoras de Minas Gerais. Nessa longa travessia pelo sertão, a pecuária pastoril ganhou rumo norte no final do século XVII, avançando para regiões de campos gerais no Piauí onde passou a encontrar condições de forragem natural para a alimentação dos rebanhos.

> A outra direção que toma a progressão das fazendas de gado depois de atingido o rio São Francisco, é para o Norte. O rio é transposto, e em fins do séc. XVII começa a ser ocupado o interior do atual Estado do Piauí. As condições naturais já são aí melhores que no setor ocupado anteriormente: pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos de água permanentes. Daí também uma forragem natural de melhor qualidade. As fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o Nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse de percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho (PRADO JUNIOR, 2011, p. 45).

Ainda segundo Prado Junior (2011), no século XVIII, novas configurações econômicas ganharam força, sobretudo a partir do desenvolvimento das lavouras de café, que se desenvolveram nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esses estados se tornaram, em poucas décadas, os principais exportadores de café para os Estados Unidos, responsáveis pela compra de cerca de 50% de toda a produção nacional. Ressalta-se que, em termos de estrutura fundiária e economia agrícola, fundamentada na monocultura, agora o café, em vez da cana-de-açúcar, manteve o sistema político e econômico vigente e inalterado.

Costa (1999) e Martins (1981), ao analisar a questão agrária desse período, mencionam que, somente a partir da segunda metade do século XIX, o país pôs fim ao regime de escravidão, fato histórico que não representou mudança significativa na estrutura fundiária, a não ser pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho dos imigrantes europeus. Esses imigrantes, que começaram a chegar ao Brasil na segunda metade do século XIX, foram atraídos por propostas espalhafatosas de vida melhor, que não se concretizaram. As regras rígidas adotadas pelos aristocratas de escravos nas lavouras de café foram motivos de diversas contestações e rebeliões de imigrantes nesse período.

A esse respeito, Costa (1999), descreve que no período monarquista, o Brasil necessitava de uma relação direta entre a distribuição da terra, a mão de obra e a economia. O contexto de mudança e o crescimento urbano, o desenvolvimento da indústria e a expansão do modo de produção capitalista em busca de novos mercados fizeram com que esses acontecimentos exigissem necessidades de ajustes nas legislações relacionadas à questão da terra, bem como das inovações e configurações estabelecidas pela economia industrial e comercial. Neste sentido, ocorreu uma ligeira expansão do cultivo agrícola de exportação e, consequentemente, a retirada de trabalhadores do campo das atividades agrícolas relacionadas ao arrendamento e à expropriação de pequenas propriedades rurais. A autora argumenta ainda que ocorreram várias mudanças significativas relacionadas às legislações de terras em diversos países, variando em grau e intensidade devido ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Nesse contexto, o Brasil colonial se organizou como empresa fruto de uma aliança entre a Coroa portuguesa e a burguesia mercantil, ficando a primeira de mãos atadas aos ditames do capital mercantil, já que estes financiavam as navegações visando ampliar as rotas comerciais: "essa aliança refletiu-se numa política de terras que incorporou concepções rurais tanto feudais como mercantis" (COSTA, 1999, p. 174).

Quanto a Lei de Terras de 1850, Costa (1999) e Martins (1981), explicam que a Lei de Terras surgiu para regulamentar a propriedade rural, adequando-as às novas transformações sociais e econômicas que o mundo vinha sofrendo, ou seja, ajustar as mudanças no ordenamento jurídico imperial de domínio da Coroa portuguesa para o domínio público da República. Nesse novo rearranjo jurídico, a terra passa a ser adquirida mediante compra ou explorada lucrativamente, ou seja, deixa de ser um bem doado pela Coroa para se transformar numa atividade comercial mercantil, conforme descreve Costa (1999, p. 173):

> No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu status social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do *arbitrium* real e não de um direito inerente ao pretendente. Por volta do século XIX, o conceito foi modificado. A terra tornou- se domínio público, patrimônio da nação.

Em estudo comparativo da Lei de Terras de 1850 no Brasil e a Lei da Propriedade Rural nos Estados Unidos, que regulamentou a distribuição de terras, a *Homestead Act* de 1862, Costa (1999) esclarece que ao contrário daquele país, a legislação de terras brasileira mais uma vez privilegiou as oligarquias que detinham o poder econômico e o prestígio social. Como a aquisição

da terra se dava mediante compra ou herança, apenas um número reduzido de pessoas gozava do acesso à terra, mantendo, mais uma vez a concentração nas mãos de grandes latifúndios.

Outra questão, a Lei de Terras brasileira manteve a mão de obra escrava mesmo sofrendo pressão da Inglaterra para pôr fim à cativeiro, provando mais uma vez que as elites ultraconservadoras se apresentavam como obstáculos a qualquer mudança.

Martins (1981) analisa esse processo argumentando que mesmo a libertação dos escravos não significaria avanço na estrutura agrária brasileira. Ela contribuiria apenas com o avanço das formas capitalistas de produção mercantil pelo fato de esse sistema se reproduzir social e economicamente através do trabalho livre, ou seja, a libertação significou apenas uma mudança nas formas de produção de mercadorias, de mão de obra escrava para agora livre, no sentido de ser explorado, passa agora a vender a força de trabalho.

Por sua vez, Costa (1999) observa que a *Homestead Act* americana contribuiu para uma melhor divisão da propriedade rural, visto que a mão de obra livre poderia agora ser incorporada às pequenas e médias propriedades, ou seja, os interessados em trabalhar na terra teria, por parte do governo a oportunidade de produzir:

> A propriedade da terra era vista como uma fonte fundamental de todas as virtudes. O *yeoman* (camponês médio) era invocado como um símbolo de frugalidade, moralidade, diligência e independência. Assim, a pequena propriedade era considerada uma garantia da moralidade pública, da riqueza, da igualdade e da estabilidade política. Alguns desses conceitos estavam enraizados na ética puritana e na sociedade colonial e agrária da Nova Inglaterra. Mas ganharam novo significado na sociedade competitiva emergente (COSTA, 1999, p. 187).

Martins (1981) observa que, ao contrário da legislação americana, o objetivo da nova Lei de Terras no Brasil era impedir que os camponeses, ex-escravos e estrangeiros pudessem ter direito à propriedade rural, ou seja, a Lei de Terras de 1850 foi instituída meramente para garantir a continuidade do latifúndio, mantendo a exclusão dos camponeses do acesso à propriedade.

Ainda sobre essa questão, Martins (1981) e Fiorini (2022) esclarecem que o modo de produção capitalista consolidado na Europa e já expandido para as colônias da América, tinha como princípio o conceito de liberdade assimilado da Revolução Francesa de 1789. Desse modo, países como a Inglaterra passaram a exigir do Brasil a abolição definitiva da escravidão e a substituição da mão de obra pelo trabalho assalariado.

Convêm destacar que, de acordo com os princípios liberais do capitalismo, a libertação dos escravos no Brasil visava apenas torná-los livres para venderem a força de trabalho, não para torná-los proprietário de terras. Em síntese, a Inglaterra pressionou a Coroa brasileira para que

se promulgasse a primeira Lei de Terras apenas como uma representação direta da garantia da propriedade privada, ou seja, a mercantilização estabelecida nos moldes capitalistas de produção.

Reforçando esse entendimento, Martins (1981) e Stedile (2012) compreendem que a Lei de Terras no Brasil foi criada com base no princípio de que qualquer cidadão do país poderia ser proprietário mediante a compra. No entanto, um escravo livre ou mesmo um pequeno produtor dificilmente teria condições de comprar a terra, vez que o fator econômico impedia o acesso, já que somente as oligarquias latifundiárias possuíam as condições econômicas. Como escreveu Stedile (2012, p. 25), "[...] a Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil", ou seja, pelo estabelecimento da Lei de Terras de 1850, camponeses e imigrantes, geralmente sem recursos, tornavam-se praticamente impossível o acesso à propriedade.

Assim, o incentivo à migração europeia para o trabalho nas lavouras de café e o crescimento das atividades econômicas do Brasil, agora café em vez de cana, mesmo com a libertação dos escravos não representou mudanças na estrutura agrária vigente, persistindo o sistema de cultivo e concessões de latifúndios.

3.1 Concentração de terras e movimentos de contestações

Martins (1981), ao referir-se aos diversos movimentos de contestações e luta pela terra no Brasil argumenta que o domínio político e econômico através de latifúndios sempre sofreu contestações de diferentes movimentos populares que buscavam na terra seus meios de sobrevivência. Os conflitos violentos de Canudos (1897), no interior da Bahia, Contestado (1912) no sul do Brasil, Trombas e Formoso (1954), no Centro-Oeste, Guerrilha do Araguaia (1969-1972) no Pará são demonstrações da insatisfação dos camponeses e trabalhadores rurais quanto à estrutura agrária instalada naquele período. Os vários movimentos de contestação que se organizaram para enfrentar o latifúndio nos ajudam a compreender os fatores que levaram os camponeses a não aceitaram pacificamente a exclusão social e a concentração da terra nas mãos das elites. Apesar da violência e da repressão, eles sempre procuraram se organizar para exigirem dos poderes do Estado o direito à propriedade rural.

Segundo esse autor, uma crise econômica na atividade açucareira no Nordeste ocorrida nos anos de 1950, contribuiu para uma ação da burguesia, no intuito de promover uma política regional de industrialização, criando uma aliança que uniu forças conservadoras e progressistas.

Essa aliança possibilitou o fortalecimento das ligas camponesas no Nordeste e o crescimento de um forte movimento sindical no campo.

De maneira geral, durante um longo período da história do Brasil, as formas de organização e rebeldia no campo restringiam-se praticamente aos movimentos messiânicos e ao cangaço. As diversas lutas contra os latifundiários e proprietários de engenho de açúcar liderados pelas ligas camponesas fortaleceram esses movimentos. Nesse contexto, a partir da década de 1940, grupos de camponeses começaram a se organizar em diversos movimentos de luta pela conquista da terra em todo território nacional. Na década seguinte, esses movimentos ganharam experiências e maior consistência quanto aos seus objetivos.

Em dezembro de 1963, os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais ganharam força e organização, culminando na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), durante um Congresso Nacional realizado no Rio de Janeiro. O evento reuniu representantes de 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 29 Federações, consolidando a entidade como um movimento social de caráter nacional voltado para as lutas e conquistas no campo.

Nesta pesquisa, mencionou-se apenas uma análise sintetizada de alguns dos principais movimentos de luta armada no campo brasileiro, com destaque para Canudos (1896–1897), ocorrido no interior da Bahia; o Conflito do Contestado (1912–1916), ocorrida na divisa entre Paraná e Santa Catarina; os movimentos organizados pelas Ligas Camponesas no Nordeste; e os conflitos de Formoso e Trombas, no Centro-Oeste (1946–1964).

Esse breve histórico permitiu compreender o significado desses movimentos do ponto de vista da luta e conquista da terra no Brasil, evidenciando sua importância enquanto formas de contestação, organização e enfrentamento dos diversos regimes políticos excludentes que se estabeleceram ao longo do período republicano brasileiro.

No livro *Os sertões*, publicado em 1902, Euclides da Cunha redige um parágrafo revelador enquanto compreensão da questão agrária brasileira. Ele utiliza uma expressão que sintetiza bem o que representou o movimento de Canudos em termos de resistência camponesa na luta pela terra, a ideia de que “Canudos não se rendeu” (CUNHA, 1902, p.351).

Domingues (2005), ao referir-se a Canudos, infere que esse movimento surgiu no Nordeste devido a uma série de acontecimentos. Seu principal líder, Antônio Conselheiro, era um personagem místico e religioso que perambulou por vários estados do Nordeste, aconselhando as pessoas, realizando trabalhos comunitários e pregando a busca de nova forma de vida para os sertanejos expropriados pelos latifundiários e vítimas da seca e do abandono de governos locais. Cunha (1902) narra ainda que Conselheiro conviveu de perto com a miséria

social e a opressão estabelecida pelas oligarquias locais contra os sertanejos, um período de transição política da Monarquia para a República bastante conturbado do ponto de vista econômico e social. Segundo Domingues (2005, p. 40):

> Em suas andanças, não aceitava esmola mais do que o suficiente para aquele momento: comia pouco, fazia jejuns e não aceitava leito, sempre dormia numa tábua dura. Percorreu o Sul do Ceará, a Bahia, Pernambuco e Sergipe, sendo solicitado a dar conselhos e acompanhado por pessoas, as quais não convidava a acompanhá-lo. Apenas depois de proclamada a República Conselheiro começou a incomodar as autoridades, quando, além de fazer suas pregações, passou a opor-se à República.

Inicialmente, Conselheiro não representava perigo para as elites locais, já que sua preocupação inicial não afrontava o sistema político, devido a seu caráter aparentemente de religiosidade. Contudo, suas pregações se levantaram contra a cobrança de impostos, instigando a desobediência civil, passando a adquirir uma conotação social que passou a atrair um número cada vez mais elevado de seguidores, expropriados da terra, para a sua causa. Desse modo, Conselheiro atraiu um número expressivo de populares, que foram organizados em trabalhos comunitários em uma fazenda abandonada às margens do rio Vaza Barris, no interior da Bahia. As atividades comunitárias reguladas no trabalho coletivo passaram a incomodar as oligarquias, que começaram a enxergar esse movimento como uma insubordinação à ordem vigente.

Assim, a organização comunitária do arraial de Belo Monte, como foi batizado por Antônio Conselheiro, ganhou importância social, chegando a acomodar uma população de sertanejos de 30 mil habitantes. O trabalho comunitário em Belo Monte passou a representar uma ameaça aos coronéis, que reclamava à falta de mão de obra nas fazendas e à insubordinação as autoridades locais, que se encarregavam de cobrar pesados impostos. Dito de outra forma, Belo Monte se tornou um espaço de convivência e partilha, no qual tudo que se produzia era repartido igualmente entre os moradores. Contudo, essa organização passou a ser vista pelos coronéis como perigosa para os latifundiários, segundo Domingues (2005, p. 40).

> Conselheiro assumiu, a partir de 1893, uma feição combatente inteiramente nova. Esta feição combatente caracterizou o episódio em que ele reuniu o povo em um dia de feira e mandou queimar as tábuas de cobrança de impostos afixadas pela Câmara de Bom Conselho, na Bahia, quando foi decretada a autonomia dos municípios. Esta atitude o levou a fugir com seus seguidores para Canudos, perseguidos pela polícia. […] por não se sujeitar ao novo regime e não pagar impostos, Canudos passou a representar, na visão do governo republicano, um mau exemplo para a população, que já se revoltava com a cobrança de impostos e via em Canudos um modelo a seguir.

A organização cunhada no trabalho coletivo, na distribuição justa da terra e na religiosidade caracterizou esse movimento, que se transformou em um dos principais focos de resistência contra os abusos e a opressão dos coronéis. A resposta do Estado brasileiro aliado às

oligarquias locais contra Belo Monte foi o envio de várias expedições armadas, conflitos violentos e milhares de camponeses mortos.

O que se percebeu nesse movimento é que infelizmente o novo regime republicano que surgiu no Brasil, sustentado pelas forças militares do Exército Brasileiro, foi utilizada para reprimir as populações pobres do sertão nordestino, defender os latifúndios e combater os camponeses que há séculos eram impedidos do acesso à terra — "[...] a batalha de titãs conta moribundos" (CUNHA, 1902, p. 329). Apesar das forças desproporcionais — de um lado, o exército "armado até os dentes"; do outro, os sertanejos munidos apenas de foices e facões —, Belo Monte resistiu bravamente até seu esgotamento final, recusando-se a se render à opressão do Estado brasileiro. Após meses de conflitos sangrentos e milhares de mortos, os sertanejos foram covardemente massacrados pelo exército, lutando até o último momento, conforme a descrição de Cunha (1902, p. 352):

> Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados […].

Segundo Domingues (2005), outro movimento de contestação aos regimes políticos oligárquicos brasileiros ocorreu no início do século XX no sul do Brasil. O movimento do Contestado assim como o de Canudos foi proveniente de forte fanatismo religioso. O conflito ocorreu na divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, em 1912, em uma região de litígio entre esses Estados.

Liderado pelo beato José Maria, o conflito do Contestado representou a resistência camponesa diante da invasão de suas terras pela Companhia Brazil Railway, encarregada de construir a estrada de ferro São Paulo–Rio Grande. As considerações de Domingues (2005) esclarecem que a existência desse movimento foi provocada pela expulsão de posseiros que ocupavam uma extensa área de terra do Paraná, conhecida como Contestado. Sem consultar os moradores, o governo concedeu essas terras como pagamento à companhia férrea que se encarregou de expulsar os posseiros, dando início ao conflito.

Os trabalhadores da ferrovia abandonados pela empresa à toda sorte juntaram-se aos camponeses e se organizaram em torno da liderança do beato José Maria, que se encarregou de preparar a resistência camponesa. José Maria, enquanto líder espiritual e motivador dos camponeses, pregava um mundo de paz, justiça e fraternidade, uma vida onde os perseguidos e injustiçados pelo governo republicano poderiam viver e trabalhar na terra. Desse modo, ele

conseguiu agregar milhares de camponeses, trabalhadores e desempregados da antiga companhia férrea.

Porém, apesar da forte resistência camponesa sob a liderança do beato, as forças conservadoras das oligarquias juntaram-se às tropas policiais do governo. Porém, apesar da forte resistência camponesa, o beato José Maria acabou sendo assassinado. Contestado, apesar de ter sido massacrado, ofereceu forte resistência conforme descrições de Domingues (2005, p. 41):

> Para vencê-los, as tropas federais foram chamadas a intervir, já que as estaduais não conseguiriam derrotá-los. Foram cerca de 7.000 homens, que utilizaram como estratégia o cerco. Impediram a chegada de alimentos e munição aos redutos, o que levou muitos à rendição, principalmente velhos, mulheres e crianças. Os que se rendiam, se considerados inofensivos, eram libertados; se não, mortos.

Como se viu, mais uma vez as forças armadas brasileiras foram utilizadas para cumprir a missão de garantir os interesses da companhia férrea e a defesa do grande latifúndio, impedindo a repartição justa da terra.

Outro movimento representativo de luta camponesa foi o de Formoso e Trombas, ocorrido no antigo norte de Goiás, hoje Tocantins, palco de intensos conflitos agrários. Nessa região, formou-se uma poderosa organização camponesa pela realização da reforma agrária, envolvendo grileiros, oligarquias e o governo de Goiás, que prometeu instalar uma colônia agrícola e assentar milhares de famílias nessa região.

De acordo com Dourado (2017), o movimento camponês de Trombas e Formoso ocorreu na região do Médio-Norte goiano, um extenso território que, na época do conflito (1947–1957), era praticamente despovoado, devido às dificuldades de acesso e isolamento. Nesse contexto, o Brasil vivenciava um período de forte organização e politização dos camponeses, sobretudo no Nordeste, devido às ações das ligas camponeses orientadas pela influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por outro lado, o Brasil também vivia o avanço do sistema capitalista no campo, pleiteando o controle do espaço agrário brasileiro através da usurpação de grandes extensões de terras, sobretudo no Centro-Oeste.

> A emergência de organizações e conflitos no campo, como as Ligas Camponesas, a Revolta de Porecatu e a própria Luta de Trombas e Formoso, se deve à expansão e à consolidação capitalista no campo, que atingiu, sobremaneira, camponeses e posseiros de todo o Brasil. Nessa época se instauraram projetos de interiorização e colonização das fronteiras brasileiras, realizadas por meio de ações como a Marcha para Oeste, a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 1950, e a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos de 1960. Tais episódios ajudaram a desenhar o complexo quadro fundiário no Brasil e movimentaram as fronteiras do país (DOURADO, 2017, p. 103).

Segundo Dourado (2017), o período que corresponde a 1940-1957 foi de intensas movimentações no norte goiano devido, aos incentivos à migração e à ocupação territorial promovida pelo governo goiano. O resultado dessa política de incentivo à ocupação, foi a migração de milhares de camponeses em busca da terra prometida, deslocando-se de várias regiões do Brasil, principalmente do Nordeste.

Nesse contexto, a pretensão do governo goiano era de expandir a ocupação de seu território através da criação de colônias agrícolas e assentamento de milhares de famílias de trabalhadores. Para concretizar seu intento, impulsionou, através de forte propaganda no rádio (o meio de comunicação de massa do país), incentivando as famílias a assentarem nas colônias planejadas pelo governo.

Porém, a promessa de atender os camponeses nas colônias agrícolas não foi cumprida já que as metas de assentar milhares de famílias não se concretizaram. O governo conseguiu assentar poucas famílias, que chegavam diariamente na região, ficando milhares de camponeses à espera da colônia agrícola. As tensões sociais e os conflitos se acentuaram com a construção da rodovia Belém–Brasília, que já havia sido planejada pelo Governo Federal para interligar a região Norte ao restante do Brasil. Vista como sinônimo de integração nacional, a construção da rodovia atraiu a cobiça de empresários e latifundiários interessados na especulação da terra.

Segundo Dourado (2017), o governo goiano não atendeu à demanda por terras reivindicadas pelos camponeses, que aumentava a cada ano. Diante dessa situação de abandono, vários grupos de posseiros foram, aos poucos, ocupando as áreas devolutas do norte do estado, que eram almejadas também por latifundiários que exploravam os moradores através de cobranças de taxas sobre as colheitas. A cobrança de parte das colheitas e as ameaças constantes de despejos deram início aos conflitos, devido aos fazendeiros organizarem capangas armados para, à força, arrecadarem dos camponeses um terço da sua produção de alimentos.

O conflito se deu em um contexto de disputa de terras devolutas entre posseiros e fazendeiros e envolveu uma área de 67.760 hectares. Diante das tensões e da ausência do Estado em tentar mediar os conflitos entre camponeses e fazendeiros, a situação foi se agravando quando os camponeses se recusaram a pagar arrendamento e desocupar a área reivindicada pelos grileiros, liderado pelo seu representante, o senhor João Soares que se encarregou de organizar um bando de capangas armados para enfrentar os camponeses, culminando em confrontos violentos e mortes. A respeito dessa questão, Dourado (2017), argumenta que o poder público, notadamente do lado dos grileiros não se preocupou em resolver a situação:

> A recusa desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, consequentemente,

> no conflito armado. A organização ganhou força, recebeu apoio de estudantes, parlamentares estaduais e federais, intelectuais e militantes políticos, principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que chegaram a enviar membros do partido para auxiliar na luta armada. Com a chegada de militantes do PCB, as bases e alianças que caracterizaram o conflito foram formadas: os posseiros e o Partido Comunista de um lado, os grileiros e o Estado de outro (DOURADO, 2017, p. 103).

Enfrentando grileiros e as próprias forças policiais do estado de Goiás que se posicionava a favor dos latifundiários, o movimento camponês de Trombas e Formoso se manteve ativo por quase dez anos. O que se percebeu no movimento de resistência contra o latifúndio e o avanço do capital no campo é que os camponeses se caracterizaram através de formas de organização social e política, de resistência armada, e obtiveram relevante sucesso, obrigando o Estado goiano a recuar e procurar soluções negociadas para o conflito.

Trombas e Formoso se tornaram exemplos de conquista da terra, vez que os camponeses organizados em grupos e associações em defesa da terra obtiveram resultado junto ao governo goiano na negociação da área em disputa, exigindo a demarcação das terras e titulações. Estes movimentos demostraram força na organização adquirindo um caráter popular, que contou com o apoio significativo da sociedade civil, intelectuais e partidos de esquerda, a exemplo do PCdoB.

O movimento de Tombas e Formoso começou a ser desarticulado a partir da instalação da Ditadura Militar (1964–1985) no país. Com os militares no poder, começou então um período de perseguição, prisões, torturas e o assassinato de um dos principais líderes do movimento, José Porfírio, segundo Dourado:

> Porfírio, mediante sua força representativa dentro do âmbito político camponês, se tornou o principal alvo da perseguição militar na região. Fugiu, sendo preso em 1972, na Fazenda Riachão, no município de Angical, no Maranhão. Foi condenado a seis meses de prisão, sendo solto em 07 de junho de 1973. Nesse dia José Porfírio teria comprado uma passagem para Goiânia — estava preso em Brasília - tendo sido deixado na rodoviária por sua advogada. Nunca mais foi visto e é considerado, hoje, desaparecido político (DOURADO, 2017, p. 105).

Para concluir a temática dos movimentos de contestação no contexto agrário nacional, destaca-se a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1969 e 1972, na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (atual Tocantins). Esse movimento apresentou um caráter de contestação política e de enfrentamento armado à Ditadura Militar, além de defender a luta pela Reforma Agrária numa região marcada por conflitos violentos e disputas pela terra na Amazônia.

A Guerrilha do Araguaia contou com a participação de intelectuais, estudantes universitários e camponeses, que ocupavam terras devolutas no Araguaia paraense. Segundo Sader (1990), esse movimento armado foi liderado por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e teve como liderança o guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como

Osvaldão. Durante quatro anos (1969–1973), guerrilheiros, com o apoio de camponeses, enfrentaram as forças de repressão dos governos militares no distrito de São Geraldo do Araguaia e em cidades circunvizinhas, localizadas na região conhecida como Bico do Papagaio. Essa região foi, durante décadas, palco de violentos conflitos agrários, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Os conflitos de Cajueiro e Ubá marcaram a história local pelo alto grau de tensão e violência exercida contra os posseiros.

A Guerrilha do Araguaia, contou com a participação de estudantes universitários, sindicalistas, camponeses no enfrentamento à Ditadura Militar instaurada no país, por meio de organização armada e forma de resistência. Utilizando táticas de focos estratégicos de insurgência, o movimento buscava derrubar o governo militar, que havia tomado ilegalmente o poder através de um golpe de Estado em março de 1964. Paralelamente, o movimento reforçava organizações camponeses, indígenas e castanheiros para conquistar a terra através da luta pela reforma agrária.

> […] segundo o general Viana Moog, citado por jornalistas da revista História Imediata (nº 1), "foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da FEB" na campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. A área de atuação da guerrilha estendia-se pela margem esquerda do Rio Araguaia, portanto no Pará, desde São Geraldo (abrangendo Xambioá em Goiás, na margem direita) até Marabá. A região do Bico do Papagaio — nessa época pertencendo ao Extremo Norte de Goiás, hoje fazendo parte do Estado de Tocantins — recebeu a visita das duas partes em conflito: militares e guerrilheiros (SADER, 1990, p. 118).

Para Sader (1990), o movimento armado da guerrilha serviu de inspiração para as organizações camponesas que nele encontraram a possibilidade de permanecer na terra, uma vez que, a partir da década de 1980, as grandes empresas agropecuárias que receberam concessões do governo federal atuaram para expulsar posseiros, utilizando métodos de pistolagem e organizações de jagunços armados. Com o fim da guerrilha, os camponeses passaram a enfrentar uma *segunda guerra*: a guerra contra os latifúndios que se apoderaram das terras do Araguaia.

Do ponto de vista da luta camponesa, a Guerrilha do Araguaia representou um marco importante na resistência camponesa contra os latifundiários. Apesar da intensa repressão do exército e de tortura e execução dos líderes da guerrilha, os camponeses que participaram dos conflitos no Araguaia adquiriram larga experiência de luta pela terra, aprendizado que contribuiu no fortalecimento da organização e no enfrentamento de milícias armadas por fazendeiros. Várias glebas de terras conquistadas para reforma agrária no Araguaia tiveram a participação de lutas armadas.

Assim, a gravidade dos conflitos obrigou o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins GETAT, a distribuir a terra nesses locais, de modo que as lições da guerrilha estão

fortemente presente no imaginário das populações locais e o enfrentamento armado dos guerrilheiros do Araguaia deixaram um legado de resistência e luta pela reforma agrária em toda a região.

Em linhas gerais, os movimentos agrários e democratização no Brasil e a concentração fundiária da terra nos períodos da Monarquia, República e Ditadura Militar demostram que o país teve uma longa trajetória de insurgência e rebeldia contra as oligarquias rurais brasileiras. Eles exerceram um papel relevante enquanto força política e organização, servindo de inspiração às gerações de camponeses que continuaram construindo espaços de luta e resistência, nos sindicatos de trabalhadores rurais, nas confederações de trabalhadores e no MST, entre outros.

3.2 A Revolução Verde e o avanço da agricultura empresarial

> "Com a crença na ciência e na técnica, os deuses foram todos expulsos para os céus e o homem passou a reinar todo poderoso sobre a natureza" (DUNCK, 2016, p. 97).

A frase de Dunck (2016) nos remete ao debate sobre o avanço das ciências e o desenvolvimento das tecnologias, que facilitaram aos homens o domínio quase que absoluto sobre a natureza e o planeta como um todo. Desse modo, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a expressão que passou a fazer parte das discussões acadêmicas no que diz respeito à questão agrária mundial, sobretudo ao modo como o sistema capitalista se organizou no campo para a produção de comodities:

> A expressão "revolução verde" tem sido usada para definir o conjunto de transformações ocorridas nas técnicas de produção agropecuárias, a partir de 1960. Relacionam-se ao intenso processo de mecanização da agricultura e pecuária, percebido pela intensificação no uso de tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos e também no uso de sementes selecionadas etc., empregados de forma crescente nos diversos processos de cultivo e de criação de animais. Trata-se da transformação capitalista da agricultura e da pecuária, implementadas sem preocupação com a dinâmica ecológica dos diversos ecossistemas, e constituída com vista a dois objetivos básicos que são o aumento da produção e a maximização dos lucros (DUNCK, 2016, p. 26-27).

Ainda de acordo com Dunck (2016), a Revolução Verde está relacionada diretamente à subordinação do conhecimento e da natureza à ciência e à tecnologia. Ela foi introduzida no Brasil regulada no discurso ideológico de produção capitalista no campo de valorização e no aumento da produção de alimentos. Os defensores desse pensamento, notadamente os países desenvolvidos e industrializados, onde a tecnologia no campo de produção agrícola é aplicada, apresentam-na como solução da escassez de alimentos, o que levaria a humanidade a superar os problemas da fome em todo o planeta.

Para essa autora, o alinhamento à política de expansão americana fez com que a Revolução Verde chegasse ao Brasil no período da Ditadura Militar, período em que o país passava por um modelo político de dura repressão contra os camponeses e os movimentos sociais urbanos que, desde a década de 1950, vinham se fortalecendo através das várias organizações de classe em torno da bandeira de luta pela reforma agrária.

Porto-Goncalves (2012), observa que o alinhamento político e militar dos Estados Unidos com a Ditadura Militar brasileira fazia parte da estratégia americana de conter a expansão dos movimentos revolucionários de tendência socialista e aliados da então União Soviética, da China e de Cuba, daí porque no campo social e técnico os Estados Unidos caminharam juntos com a ditadura brasileira, como menciona Dunck (2016, p. 30 *apud* Porto-Goncalves, 2012):

> Lembremos que a expressão "revolução verde" se opõe à "Revolução Vermelha", que ganhou grande visibilidade na luta contra a fome quando milhões de camponeses brandiram suas bandeiras vermelhas na Revolução Chinesa de 1949. Desde então há um esforço sistemático para demonstrar que a questão da fome é um problema técnico, a ser solucionado com uma "revolução verde", ideia que pouco a pouco se afirmaria contra a ideia de que é necessária a Reforma Agrária e uma revolução de outra cor nas relações sociais e de poder.

A filósofa e ambientalista Vandana Shiva (2015) destaca que essa investida tecnológica no campo da produção agrícola recebeu elevados recursos financeiros e investimentos desde 1945, sobretudo aqueles financiados e administrados pela Fundação Rockefeller, que inicialmente realizou experimentos para melhoramento de trigo e milho no México, espalhando-se posteriormente a todo o Terceiro Mundo sob o nome de "Revolução Verde", uma tecnologia genético-química de bastante êxito em monoculturas geneticamente uniformes, isto é, o desenvolvimento de culturas homogêneas com multiplicidade de sementes e plantas de laboratório, opostas aos sistemas agrícolas praticados de forma tradicional.

Dunck (2016), menciona que no Brasil as políticas de expansão agrícola da Revolução Verde exportadas dos países desenvolvidos contaram com o apoio de governos locais e empresas privadas que foram estimuladas a se expandirem por todo o planeta. Elas tiveram o incentivo dos governos militares e grupos empresariais interessados na especulação da terra. As empresas de capital internacional associadas ao capital nacional receberam incentivos fiscais governamentais para investimentos na apropriação de grandes extensões de terras em todo o planeta.

> Composto por um conjunto de medidas impulsionadas por governos e instituições privadas, intensificaram a apropriação da renda da terra por setores em todo o mundo. Esse pacote tecnológico teve uma função econômica, política e ideológica. Mudaram a política agrícola de um modelo ecológico para uma modelo exógeno e intensivo,

> encontrando, claro, parceiros em parte da elite, porque o novo modelo adequava-se às suas prioridades e interesses políticos (DUNCK, 2016 p. 28-29).

O caráter ideológico da Revolução Verde está representado nos pacotes tecnológicos defendidos por especialistas de grandes grupos internacionais que frequentaram os países periféricos para assessorar na divulgação e no apoio à criação de empresas públicas para desenvolver tecnologias de sustentação deste sistema agrícola.

No caso brasileiro, no início da década de 1970, o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA. (Lei n.º 5.851), órgão de pesquisa vinculado ao Ministério da Agricultura que, na época, recebeu volumosos recursos financeiros de capital estrangeiro para o fortalecimento e o desenvolvimento de pesquisas em áreas de interesses econômicos de grandes empresas agropecuárias, sobretudo em genética de plantas e animais.

Segundo Dunck (2016), outro fator relevante no contexto de modernização da agricultura empresarial foi quando o regime militar passou a cooptar os pequenos proprietários com a ideia de modernidade, desestimulando a prática da agricultura de base familiar tradicional, que passou a ser vista pelos órgãos de assistência técnica como sinônimo de atraso. Os desestímulos pregados pelas empresas de assistência técnica iam desde a negação de crédito à obrigatoriedade de compra de sementes, defensivos agrícolas e insumos para se modernizarem.

A propaganda governamental intensificada na ideologia de modernidade construiu uma forte propaganda estatal, reforçada pela indústria de insumos agrícolas, criando uma impressão positiva de agricultura empresarial produtiva, moderna e eficiente em oposição à agricultura de base tradicional, ou seja, a agricultura empresarial passou a ser vista pela opinião pública como simbologia de progresso e desenvolvimento conforme reforça Dunck (2016, p. 28):

> Para implantar a série de políticas conhecida como “revolução verde” em nível mundial seria necessário criar uma imagem perante a opinião pública de que este modo de produção provinha de *avanços* tecnológicos reconhecidos de maneira universal. Tal ideia vem acompanhada da propaganda sobre as supostas vantagens desta política agrícola para o aumento da produtividade, no sentido de gerar abundância de alimentos. Alguns dos elementos centrais para justificar este modo de produção na agricultura são a uniformidade e extensão dos cultivos, o uso de máquinas e insumos químicos, além da intensificação do uso de água e energia no processo produtivo.

A propaganda de adesão aos pacotes tecnológicos foi massificada e ocorreu em nível mundial com resultados desastrosos na agricultura em todo o planeta como a contaminação do solo, concentração da terra e impactos sociais relacionados a redução da pequena agricultura, expulsão de camponeses, êxodo rural, sobretudo na América Latina e na África. Além disso, a modernização conservadora da agricultura provocou dependência de insumos e sementes,

submetendo os agricultores ao controle de grandes grupos multinacionais detentores das tecnologias. Nas palavras de Shiva (2015 p. 26-27 *apud* Dunck, 2016):

> […] três grupos de agências internacionais estavam envolvidos no processo de difusão da "revolução verde" — as fundações privadas americanas, o governo americano e o Banco Mundial. O trabalho das fundações Ford e Rockefeller foi facilitado por entidades como o Banco Mundial, que forneceu o crédito para introduzir um modelo agrícola intensivo a nível de capital nos países pobres. […] no período anterior à adoção deste modelo, a produtividade agrícola era abundante e diversificada. A escassez de alimentos se agravou na medida em que prevaleceram os monocultivos e a dependência de insumos industriais produzidos por empresas estrangeiras, causando redução da fertilidade do solo e da diversidade genética.

Apesar disso, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou a presenciar o avanço de movimentos ambientalistas preocupados com o futuro do planeta. Com o acelerado crescimento da indústria de bens de consumo abrangendo cada vez mais a população mundial, começaram a surgir problemas ambientais relacionados à industrialização, como a poluição, a escassez de matérias-primas, o desmatamento, o uso em larga escala de recursos naturais não renováveis, o aumento da poluição e o aquecimento global.

Segundo Shiva (2015, p. 26), enquanto pesquisadores cientistas e políticos comprometidos com a ideia de desenvolvimento sustentável e de alternativas ecológicas começavam a debater uma nova alternativa da agricultura para o planeta, na contramão desse pensamento eclodiu a visão de dependência tecnológica e conquista da natureza, através da uniformização de cultivares, de adubos químicos e pesticidas se contrapondo às ideias ambientalistas de autonomia e diversidade agrícola no campo. Além disso, a dependência desse modelo de produção associa-se ao uso de máquinas, equipamentos e insumos em geral, sustentando-se apenas no uso de tecnologias desenvolvidas em laboratórios, que por sua vez provoca completa dependência econômica.

Acerca dos impactos das atividades agrícolas da agricultura empresarial na Índia, Shiva (2015) descreve sobre as experiências negativas dessas experiências desastrosas em seu país. Ela exemplifica que, na Índia, existia grande variedade de espécies de mantimentos cultivados por pequenos agricultores e que, com a introdução da agricultura empresarial nos moldes da Revolução Verde, esses agricultores tradicionais perderam suas terras para as monoculturas de exportação de grãos, o que resultou em uma severa redução da diversidade e das fontes de água potável, contaminação dos solos e aumento do uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Como mencionado anteriormente, no Brasil, a política agrícola de incentivo à modernização da agricultura empresarial teve início com os militares da década de 1960 e continuou estimulada pelos governos que os sucederam. A Revolução Verde passou a ser

subvencionada com dinheiro público e disseminada através de forte propaganda e promoção da ideia de progresso e desenvolvimento. O conceito de modernização da agricultura passou a se associar à produção em larga escala envolvendo o uso de tecnologia. Contudo, o modelo capitalista de produção mediante o uso de tecnologias voltadas para a produção agrícola de exportação, continua sendo dependente de recursos públicos condicionada a financiamento de governos devido a dependência de insumos químicos e industriais, de crédito financeiro, bem como a elevada concentração de terras e consumo de recursos naturais para continuar existindo.

Por fim, a ideia pregada por grupos empresárias de que os problemas relacionados a escassez de alimentos seriam solucionados a curto prazo caíram por terra, porque as estatísticas da Organização das Nações Unidas, a ONU, tem demostrado que a fome continua assolando a maioria dos países pobres, sobretudo na África e na América Latina. Ou seja, a Revolução Verde não soluciona o problema da fome e das desigualdades sociais no planeta.

> O êxito produtivo da Revolução Verde parece incontestável, e hoje convivemos com o paradoxo de mais de 1 bilhão de habitantes passarem fome ao lado da enorme produção de alimentos. A concentração fundiária em grandes monocultivos, os pacotes tecnológicos que subjugam os agricultores com seu alto consumo de energia e insumos, inclusive agrotóxicos, e o controle das sementes, cada vez mais produzidas nas novas fábricas-laboratórios das grandes corporações — e não mais pelos camponeses e povos originários em seus próprios lugares — adaptadas criativamente às mais variadas situações ecológicas, não só são capazes de produzir muitas toneladas de grãos, como também produzem milhões de pobres expropriados de suas terras, bosques, campos, várzeas […] (DUNCK, 2016 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 99).

3.3 A questão agrária e a ditadura militar

Mencionou-se anteriormente que, com o golpe militar de 1964, as organizações camponesas e trabalhadores urbanos foram duramente reprimidas. Os sindicatos de trabalhadores foram fechados e seus principais líderes presos, torturados e mortos; muitos deles continuam desaparecidos até os dias atuais e as lideranças de movimentos rurais e urbanos, da época, tiveram que se exilar em outros países.

Segundo Prieto (2017), ao contrário do que ocorreu nos outros países, a burguesia e os proprietários de terras no Brasil tiveram a mesma origem, uma herança colonial que, no decorrer dos séculos, prevaleceu constituindo uma aliança entre terra e capital, ou seja, produziu-se no Brasil um verdadeiro pacto entre as oligarquias do campo e a indústria, delineando um modelo de desenvolvimento regulado na agroindústria, na especulação e na concentração da terra, conforme Prieto (2017, p. 21):

> O capital expande a produção capitalista no campo, mas gera também o latifúndio e a reprodução dos camponeses. Essa lógica de desenvolvimento é explicitada por uma

> característica que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil realizou: o predomínio dos latifúndios não é um obstáculo para a reprodução capitalista, mas a possibilidade, por meio da especulação, de se produzir capital fora dos circuitos produtivos, demonstrando peremptoriamente sua faceta rentista.

Prieto (2017) e Martins (1986) consideram que um golpe militar no Brasil não seria possível de acontecer sem o aval político dos grandes latifundiários. Nesse sentido, a partir da consolidação dessa aliança, o Brasil se viu diante de um novo rearranjo envolvendo as frações do capital representado pela burguesia, que também apoiou o regime militar em consonância com as oligarquias rurais, constituindo um pacto político, social, econômico e territorial que culminou na modernização do Estado, reproduzindo, dessa forma, os interesses das elites no poder. Ou seja, sob a tutela dos militares, as elites de tendência golpista dos setores urbana e rural desejavam uma modernização capitalista, com participação ativa no cenário político tornando-se os protagonistas ativos no controle do Estado brasileiro, conforme enfatiza Prieto (2017, p. 3):

> Disseminados pelo território nacional, os latifundiários funcionaram como catalisadores do processo de aglutinação de interesses de classe, reunindo ao redor de si a burguesia urbana (empresariado e industriais), frações das classes médias, parte do aparato militar e repressivo do Estado (principalmente as forças armadas) e grupos conservadores do clero na profunda crítica às reformas de base do governo do presidente João Goulart e aos supostos "atentados" (morais e ideológicos) representados pelos comunistas, sindicalistas e movimentos camponeses aos "valores da tradição": Deus, família e propriedade privada.

Prieto (2017) e Martins (1994) mencionam ainda que as oligarquias rurais brasileiras se preocupavam com os avanços de organizações de camponeses desde a década de 1950. Essa década foi marcada por revoluções comunistas e mobilizações por toda a América Latina, sobretudo a Revolução Cubana de 1959, em que os camponeses daquele país tiveram um papel importantíssimo na tomada do poder.

Desse modo, ao assumir o poder político no Brasil no início da década de 1960, o presidente João Goulart (1961–1964), que se identificava com a pauta camponesa de reforma agrária e de reformas profundas na estrutura fundiária brasileira, contrapôs o discurso ideológico das elites rurais. Assim, uma reforma agrária pensada nos moldes das revoluções socialistas inquietava a burguesia urbana e os latifundiários, daí porque a aliança entre os militares com o apoio dos Estados Unidos se configurou como necessária para reprimir os camponeses e desestruturar as formas de organização no campo porque:

> […] as lutas camponesas entorno da pauta da reforma agrária e de uma transformação da estrutura fundiária concentrada inquietavam vividamente os grandes proprietários de terras desde a década de 1950 em plena associação com as forças militares — vide, por exemplo, os confrontos entre camponeses e latifundiários em Porecatu (1950–1951) e Francisco Beltrão (1957) no Paraná; em Santa Fé do Sul em São Paulo (1959–1960);

> no Engenho da Galileia em Vitória de Santo Antão – Pernambuco (1955) e os conflitos em Trombas e Formoso, no norte de Goiás, entre 1955 e 1956, em que militares atuaram brutalmente no sentido de reprimir as mobilizações agrárias (PRIETO, 2017, p. 3).

Outra questão relevante referia-se a um conjunto de organizações empresariais para conter o avanço das diversas frentes camponesas que se encontravam estruturadas pelos estados. Para Prieto (2017), tanto a burguesia industrial quanto os proprietários de grandes extensões de terras se aglutinaram em entidades patronais de caráter conservador para combater o avanço das organizações camponesas.

Exemplos basilares foram as atuações dessas entidades patronais conservadoras, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Sociedade Rural Brasileira (SRA), esta última, inclusive, foi responsável pela organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, um movimento responsável pela divulgação em escala nacional da ideologia capitalista que reforçava o conservadorismo político, o anticomunismo e a propagação do *perigo comunista* que as organizações camponesas representavam.

Para Prieto (2017), ao chegarem ao poder por armas e tanques, os militares necessitavam manter o controle político. Nesse sentido, tanto os militares como as organizações de empresários urbanos e rurais desejavam fazer algumas mudanças na estrutura agrária brasileira, uma espécie de reforma agrária por meios de critérios técnicos que pudesse oferecer estabilidade para as empresas agroexportadoras de capital nacional e internacional e, ao mesmo tempo, atenuar os conflitos no campo por meio de distribuição de lotes a pequenos agricultores como forma de desmobilizar as fortes organizações de trabalhadores que resistiam ao regime militar, já que:

> […] a proposta de reforma agrária articulada pelo IPES e pelo IBAD se desenvolveu tendo como norteadores os seguintes objetivos: produção do projeto por "especialistas" e a partir de critérios "técnicos" e redação alinhavada ideologicamente por forças políticas liberais no plano econômico, pró-estadunidense no plano das relações externas e "antipopulista" no plano social e político (PRIETO, 2017, p. 4).

Para manter a estrutura agrária inalterada, isto é, sem promover mudanças na política de modernização conservadora de base latifundiária, os governos militares utilizaram vários instrumentos e meios jurídicos que visavam arrefecer os conflitos no campo. Um desses mecanismos utilizados pelos governos militares foi a criação do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), que contou com uma equipe de técnicos especializados na sua elaboração, para estabelecer normas de controle na distribuição da terra, ou seja, encontrar uma saída que levasse em conta uma reforma agrária *ordeira* capaz de conter os avanços das organizações camponesas e efetuar

a distribuição da terra sob o controle do Estado, conforme as palavras do próprio presidente Castelo Branco, proferidas num discurso em maio de 1964:

> […] o instrumento legal para a efetiva realização da reforma agrária. Uma reforma agrária que, livre dos radicalismos demagógicos, atenda as reais aspirações do trabalhador rural e, também, o crescente aumento da produção nacional. Isto é, um conjunto de medidas que, a partir da modificação do regime de posse e uso da terra, vise a tornar mais numerosa a classe média rural, o que equivale a dizer que, promovendo a justiça social no campo, destinar-se-ão a aumentar o bem-estar do trabalhador rural e de sua família, contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento econômico do País e a progressiva extinção dos erros há muito acumulados (BRASIL, 1964a, p. 52-53).

Percebe-se, portanto que através desse discurso, a reforma agrária desejada pelos militares seria efetivada de forma controlada pelo governo, conforme as regras estabelecidas no Estatuto da Terra. Segundo Martins (1981, p. 96) "O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma típica, de emergência, destinada a mobilizar o campesinato sempre onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos", pensamento também compartilhado por Prieto (2017, p. 6) ao descrever quer:

> É fundamental constatar que o Estatuto da Terra e a proposição jurídica materializada na lei de uma reforma agrária da ditadura civil-militar foi a estratégia utilizada pelo Estado autoritário para o apaziguamento jurídico das lutas camponesas, sendo implementado prioritariamente em regiões de conflito fundiário, e, simultaneamente, garantindo aos latifundiários que a letra fria da lei seria produzida, aprovada e discutida no Congresso, mas não implementada.

Segundo Martins (1981), o Plano de Reforma Agrária concebido pelos militares teve como princípio político o Estatuto da Terra, que se configurou mais como um ordenamento jurídico mirando para a modernização da agricultura nos moldes capitalistas, priorizando os latifúndios e atuando como instrumento eficiente na implementação de grandes projetos de colonização idealizados pelo governo. Em outras palavras, a aplicação do Estatuto da Terra beneficiou apenas os grandes proprietários, uma vez que tal lei não teve sua justa aplicabilidade. Os artigos nele inseridos que beneficiavam os camponeses sequer foram aplicados na prática.

Conforme análise de Oliveira (2007), o Estatuto da Terra se configurou como uma grande contradição entre o querer a reforma agrária e a sua não realização, já que a ideia central dos militares era distribuir a terra e estabelecer uma ampla modernização da agricultura empresarial, mantendo a concentração fundiária, a repressão e a desmobilização das organizações camponesas.

Ainda seguindo esse autor, o Estatuto da Terra utilizou três definições de propriedade, sintetizadas em minifúndio, latifúndio e empresa rural. A empresa rural era beneficiada

duplamente por se isentar da desapropriação, visto que, segundo o Estatuto da Terra, cumpria a função social. Os minifúndios, considerados antieconômicos, deveriam ser remembrados. Em outras palavras, os latifúndios que não cumpriam a função social, imóvel superior a 600 módulos rurais seria considerado antissocial.

Nesse aspecto, Martins (1981), Oliveira (2007) e Prieto (2017) partilham da mesma crítica ao entenderem que, sob a proteção do Estatuto da Terra, a reforma agrária dos militares apenas reforçou a agricultura empresarial, oferecendo-lhes condições de se modernizarem e se transformarem em empresa rural, mantendo, dessa forma, o latifúndio, e se vendo livre das desapropriações.

> Além disso, ao estabelecer a reforma agrária como desenvolvimento rural, a ditadura civil-militar apoiou enfaticamente o processo de modernização das grandes propriedades com incentivos fiscais e créditos fartos. E mais, a definição de latifúndio por dimensão foi praticamente abandonada, já que incentivos massivos para a sua transformação em empresas rurais foram realizados durante a ditadura civil-militar por um conjunto de programas de atração de grupos empresariais urbanos para o campo (PRIETO, 2017, p. 7).

A partir da década de 1970, ao mesmo tempo em que os governos militares desenvolviam os programas agrícolas de distribuição de terras, também priorizavam o grande capital, incentivando a ocupação de terras por meio de empresas rurais, com destaque para o Centro-Oeste e a Amazônia legal. Nessas regiões foram efetuadas concessões de milhões de hectares a empresas de capital nacional e estrangeiro.

Assim, grandes grupos econômicos, estimulados pelos incentivos fiscais (isenção de impostos, empréstimos a longo prazo e juros baixos), instalaram-se no Brasil Central e na Amazônia, acarretando impactos desastrosos do ponto de vista socioambiental na estrutura agrária do país, conforme Hébette (1992, p. 124-125) “o que aconteceu foi o contrário da Reforma Agrária: não mudou coisa nenhuma, não se reformou nada, fez-se na Amazônia o mesmo que no Nordeste, em São Paulo, no Paraná: concentrou-se mais uma vez a terra”.

Martins (1981) e Pedro Cassiano de Oliveira (2018) explicam que o INCRA foi criado em plena ditadura militar (Decreto 1.110, de 9 de julho de 1970), uma autarquia federal que carregava a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Com a redemocratização em 1985, e instituição do governo civil, o INCRA passou a exercer um papel relevante na aplicação das políticas públicas de reforma agrária, gerando expectativas na organização de trabalhadores do campo, que posteriormente não se concretizou. Este tema foi analisado com maior profundidade

no quarto destaque para a apropriação da terra, os conflitos sociais e as novas configurações que se desenvolveram a partir das décadas 1960–70 aos dias atuais.

3.4 Da abertura política à constituição de 1988: novos desafios, velhos problemas

No artigo *"A Reforma Agrária em Debate na Abertura Política (1985–1988)"*, Oliveira (2018) destaca que um dos discursos políticos dos militares, no início da década de 1980 — período de abertura política —, era o de que a reforma agrária deveria ocorrer de forma gradual e ordeira. Contudo, na prática, isso não se concretizava, pois o país ainda vivia sob censura, e as contestações contrárias ao regime, promovidas por movimentos sociais urbanos e rurais, eram silenciadas pelos meios de comunicação.

Um ligeiro levantamento das manifestações de trabalhadores urbanos e rurais do final da década de 1970 e início de 1980 já seria suficiente para compreender a conjuntura agitada desse período de economia marcada pelo colapso do *milagre econômico*, que acarretava inflação, desemprego, conflitos sociais. Além disso, efetuava-se a transição de poder do regime ditatorial para a democracia burguesa, somente concretizado de fato a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Como mencionado, embora os meios de comunicação controlados pelos militares não noticiassem os acontecimentos, diversas manifestações de trabalhadores estavam ocorrendo em todo o Brasil. Destacavam-se, nesse contexto, as greves no ABC paulista, lideradas pelo metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva. No meio rural, o mesmo fenômeno acontecia por meio de manifestações camponesas lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente na região Sul do Brasil. Vale ressaltar que, nesse mesmo período, a Amazônia registrava conflitos violentos pela terra envolvendo posseiros e grileiros, com destaque para as regiões sul e sudeste do Pará e o Bico do Papagaio localizado no antigo norte goiano (atual Tocantins).

Oliveira (2019) destaca que a tese defendida pelos militares, de uma abertura política lenta e ordeira, já não se sustentava mais. O poder de convencimento do regime, seja por meio dos meios de comunicação controlados ou pela repressão, encontrava-se bastante desacreditado devido às mobilizações e manifestações políticas contrárias ao regime. Essas pressões exigiam um novo posicionamento do governo militar.

Nesse cenário, os aliados do regime e as elites políticas buscaram uma "saída honrosa" para os militares, articulando a formação de uma aliança liberal composta por diversas correntes políticas, incluindo alguns setores progressistas. Essa aliança política elegeu, por meio de voto

indireto no Congresso Nacional, o ex-governador de Minas Gerais Tancredo Neves como presidente, com José Sarney como vice. Essa conjuntura política, marcada pela transição entre o regime milita e a redemocratização, representou o início da restauração do regime democrático burguês, que se consolidou com a promulgação da Constituição de 1988. Conforme destaca Oliveira (2018, p. 164):

> Por alguma peripécia do destino, Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência, vindo a falecer antes de sua posse. Seu vice-presidente, José Sarney — político tradicional do partido da ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) — assumiu a faixa presidencial e manteve de início todo o gabinete proposto por Neves. Dessa forma, a estrutura ministerial montada por Tancredo Neves favoreceu o trânsito da dominação de classes, porém tendo que conciliar algumas reivindicações dos movimentos populares que não podiam mais ser calados pela censura e repressão política como no momento anterior, com o objetivo de acalmar as tensões sociais que se alastravam nesse momento. O fato é que o novo governo com um presidente civil à frente depois de quase duas décadas de generais presidentes e a instabilidade social, política e econômica geravam expectativas de mudanças reais.

No início do mandato do governo Sarney, foi publicado o Decreto nº 91.214, em 30 de abril de 1985, que criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de planejar e executar as políticas públicas de reforma agrária. O governo federal buscava, assim, atender à demanda por terra que estava reprimida há décadas pelos militares. No entanto, os movimentos sociais do campo esperavam do novo governo respostas satisfatórias às suas reivindicações, como a distribuição justa de terras para os milhões de camponeses acampados em todo o Brasil, especialmente na Amazônia, onde os militares haviam incentivado a migração para a região, nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período, os conflitos envolvendo camponeses, posseiros e grileiros, que se encontravam latentes, se espalhavam por toda a região, conforme descreve Oliveira:

> Diante deste quadro, o primeiro governo civil tentaria formular algum tipo de resposta aos movimentos sociais no campo. Frente à questão agrária, o presidente eleito indiretamente, José Sarney criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), ao qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tornou-se subordinado, saindo da esfera do Ministério da Agricultura. Este novo ministério foi criado especificamente para tratar a reforma agrária e foi ocupado pelo político Nelson Ribeiro. Para assumir a presidência do Incra, foi convidado o agrônomo paulista José Gomes da Silva — histórico defensor da reforma agrária, um dos relatores do Estatuto da Terra de 1964 e fundador da ABRA. Silva seria responsável pela elaboração da primeira versão do I Plano Nacional de Reforma Agrária, que movimentou a luta de classes na sociedade civil (OLIVEIRA, 2018, p. 166-167).

Ainda segundo esse autor, apesar do governo Sarney representar uma grande aliança de conciliação nacional com maioria conservadora e contrária a Reforma Agrária, havia a expectativa de avanço na perspectiva dos camponeses já que, pelo menos algumas personalidades

ligadas aos movimentos sociais, como Nestor Ribeiro e José Gomes da Silva, intelectuais com amplo conhecimento na elaboração de políticas públicas de reforma agrária se tornaram colaboradores na elaboração do Estatuto da Terra, chegando mesmo a assumir a presidência do INCRA no governo Sarney. Além disso, o governo Sarney pronunciou-se nos jornais de grande circulação nacional por diversas vezes que iria atender as promessas de Tancredo Neves, uma situação que colocava o Governo Federal em uma encruzilhada, já que se tratava de um governo composto por uma aliança política alinhada com os latifundiários e grandes grupos econômicos.

Segundo Oliveira (2018), a promessa de Sarney de atender as reinvindicações dos trabalhadores e democratizar a distribuição da terra, atraiu a ira dos grandes grupos empresariais rurais e urbanos, base de sustentação do governo no Congresso Nacional. Na prática, a base do governo no Congresso pretendia apenas atenuar as fortes tenções sociais e mobilizações de trabalhadores no campo. Como se percebeu posteriormente, a tradição histórica do Brasil em tratar as questões de terra, no quesito conflitos sociais, mais uma vez, saiu vencedora.

Ariovaldo Oliveira (2001), reforça esse pensamento ao elucidar que dada a intensidade da situação agrária no campo brasileiro, o governo Sarney, no intuito de cumprir algumas promessas aos trabalhadores rurais, lançou em 1985, o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Um plano que contou com a colaboração de vários movimentos sociais e entidades ligadas ao campo e foi apresentado no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Entre as metas incluídas nos planos estava as de estabelecer um consenso no sentido de atender as reinvindicações dos movimentos dos trabalhadores rurais que se encontravam mobilizados pela conquista da reforma agrária. Segundo Oliveira (2001), houve uma reação muito forte dos setores conservadores, a Sociedade Rural Brasileira por exemplo, organização de cunho conservador mobilizou o país por meio de entidades reacionárias contrárias ao PNRA e de defesa dos interesses da grande propriedade privada, o latifúndio e combate à reforma agrária — a mais expressiva delas foi sem dúvidas, a União Democrática Ruralista (UDR), instituição que foi criada inicialmente no estado de Goiás e se espalhou rapidamente no meio rural brasileiro provocando uma situação de tensão e enfrentamento aos movimentos sociais.

Segundo Fernandes (1999), nesta atmosfera de tensão no meio rural brasileiro nasceu a União Democrática Ruralista (UDR). Acerca desse conturbado contexto, Fernandes descreve que, sob a liderança do ruralista e político de família tradicional Ronaldo Caiado, a UDR foi instituída em 1985 a partir da união de várias federações de criadores de gado e latifundiários, proprietários de grandes extensões de terras em regiões de conflito na Amazônia Oriental.

A entidade tinha como objetivo claro de conter o avanço das desapropriações de terras previstas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que visava implementar uma reforma agrária progressista, beneficiando os camponeses. Nas palavras de Sautchuk (1986, *apud* Fernandes, 1999, p. 103), a criação dessa entidade ocorreu nas seguintes circunstâncias:

> A UDR nasceu em maio de 1985, quando nós tivemos acesso ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Um grupo de quatro pessoas se reuniu aqui na FAEG (Federação da Agricultura de Goiás). [...] Nós começamos a ver como aquele Plano tinha de tendencioso. O quanto eles omitiram a participação do produtor rural. Os dados que constavam no plano eram todos da CPT, da ABRA e da CONTAG. O grupo se reuniu e convocou todos os órgãos representativos dos produtores rurais de Goiás. Coincidiu que naquela época nós recebíamos a visita de um companheiro de São Paulo que nos mostrou o que o Secretário do Montoro (José Gomes da Silva na época presidente do INCRA) fez lá no Pontal do Parananema. A fazenda dele, a Santa Marina, campeã de produtividade por cinco anos, foi desapropriada para instalar os barraqueiros da região. Resolvemos levar aquilo para todos os fazendeiros do interior. Não era para discutir a reforma agraria em todos os níveis? Pois nós fomos discutir. Formamos grupos de três ou quatro pessoas e visitamos 58 cidades-polos de Goiás.

Para Fernandes (1999), após sua criação como entidade representativa dos ruralistas, a UDR expandiu-se rapidamente para outras regiões e estados, especialmente nas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, como Araguaína, Bico do Papagaio, em Goiás (atual Tocantins), e a região do Araguaia, no Pará. Esses espaços eram marcados por altos índices de concentração fundiária, além de intensas disputas e conflitos violentos por terras, conforme descrito por Fernandes:

> Não é por coincidência que o denominado “Bico do Papagaio”, a mais violenta área rural de todo o Brasil, possui também altos índices de concentração de terras. [...] no sul do Pará, entre 1978 e 1981, oito empresas expandiram suas propriedades em 4,5 milhões, chegando a um total de seis milhões de hectares. Esse número era equivalente a toda a área de terras públicas tituladas desde 1963, ou 40% de todas as propriedades até 100 hectares (FERNANDES, 1999, p. 103).

No que tange à Amazônia Oriental, sobretudo no Vale do Tocantins e Araguaia, a criação de núcleos regionais da UDR contribuiu para intensificar ainda mais os conflitos e as tensões sociais no campo. Essa organização envolveu empresas agropecuárias, fazendeiros e grileiros, que se uniram em defesa das propriedades rurais adquiridas por meio de concessões e incentivos fiscais, com destaque para ações deliberadas na Amazônia Oriental. As atividades da UDR foram responsáveis por transformações radicais no contexto agrário regional, desencadeando esforços para legalizar terras disputadas por camponeses ocupantes desde o final do século XIX. A violência resultante dessas disputas e as reações dos camponeses em defesa de suas terras elevaram as tensões sociais na região, criando um clima de conflitos que incluiu assassinatos de posseiros, sindicalistas e religiosos.

No contexto nacional, a formação da UDR ocorreu em 1986, contando com personalidades ligadas à Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma entidade que organizou mobilizações contra a Reforma Agrária e apoiou o Golpe Militar de 1964. Esse mesmo padrão foi observado na criação da UDR nacional em 1986, quando pecuaristas, majoritariamente criadores de gado, começaram a filiar-se à entidade. Da região sul e sudeste do Pará, destacaram-se figuras de expressão regional, bastante conhecidas no Araguaia paraense, como os fazendeiros Roque Quagliato (SP/PA), Jairo de Andrade (GO/PA), Cesmar Moura de Oliveira (MS/PA) e Célio Vilela Andrade (MS/PA), que integraram a diretoria nacional da UDR.

Fernandes (1999), destaca que a base de sustentação do discurso da UDR era a defesa da propriedade da terra. No caso das regiões de conflito na Amazônia Oriental, embora grande parte dos latifúndios já tivesse sido privatizada nas décadas de 1960 e 1970, a região ainda registrava disputas acirradas entre latifundiários e camponeses. Essas áreas ainda não estavam totalmente institucionalizadas, ou seja, não havia uma consolidação que oferecesse segurança jurídica aos latifundiários. Conforme esclarece Fernandes (1999, p. 107-108):

> Marcadas por grandes disputas entre os segmentos camponeses e os grandes proprietários, as propriedades, nestas áreas, ainda não eram institucionalizadas, ou seja, a estrutura agrária ainda não estava institucionalizada como em algumas regiões do país. Questionadas pelos segmentos camponeses tinham nas instâncias da burocracia estatal a sua sustentação. Entretanto, com a vigência da proposta do PNRA, surgem alterações substanciais no conteúdo do questionamento da estrutura fundiária e, em particular, dessas propriedades onde existiam conflitos. O próprio Poder Estatal reforça o questionamento em vigência, ao considerar as áreas em conflitos como áreas prioritárias para reforma agrária.

No caso da Amazônia Oriental, a estratégia da UDR concentrou-se na regularização fundiária de milhões de hectares de terras concedidos pelo Estado ou adquiridos a preços irrisórios durante o período da ditadura militar. Essa estratégia contou com subsídios por meio de incentivos fiscais e empréstimos milionários da SUDAM. Além disso, uma parcela expressiva das terras da região foi simplesmente apropriada por fazendeiros, ou seja, grilada da União.

Neste contexto, a principal preocupação da UDR era assegurar que as terras adquiridas na década de 1960, que ainda não tinha sido regularizada, fossem garantidas em favor de seus proprietários, conforme destaca Fernandes (1999):

> A União Democrática Ruralista, assim, pode ser entendida como expressão política de um poder centrado na estrutura fundiária brasileira, forjado inicialmente a partir dos elos mais frouxos dessa estrutura, que, na época, se localizavam na região amazônica, em particular na Amazônia Oriental e em alguns outros pontos do país, mais ou menos escassos, onde houve desapropriações com consequências de conflitos. Dado que a propriedade da terra na região não corresponde apenas aos proprietários de terras nativos da mesma, explica-se por que a condição estrutural da propriedade da terra na Amazônia repercute enfaticamente em outras regiões do país. É que os donos de terras,

> na fronteira amazônica, que tinham suas propriedades conflitos, e, em 1985, pelo próprio estado, por meio da proposta do PNRA, tinham vida social, econômica e política em outros estados, particularmente em São Paulo, Minas e Goiás, transferindo também para essas federações a defesa da estrutura fundiária como um todo, a partir de uma nova expressão coletiva de representação (FERNANDES 1999, p. 108).

Outra questão levantada por Fernandes (1999) em relação à UDR é que suas ações estavam diretamente ligadas à defesa da propriedade em áreas de fronteira e contou com mobilizações articuladas em nível nacional. Nesse contexto, a defesa das propriedades na região era conduzida por famílias tradicionais, conhecidas como "pioneiras" ou "desbravadoras", como as famílias Lunardelli, Junqueira Franco, Roberto Barbosa e irmãos Bueno, todas filiadas à UDR em seus estados de origem. Essas famílias contribuíram articuladamente para que as reivindicações da entidade se tornassem bandeiras nacionais, que iam desde a defesa da propriedade rural até a capitalização financeiro desta entidade mediante a realização de leilões de gado, conferindo-lhe projeção nacional.

Na região do Araguaia paraense por exemplo, a UDR foi inicialmente estruturada em 1986, na cidade de Redenção, reunindo 350 associados, em sua maioria grandes proprietários ligados à pecuária de elite. Muitos desses proprietários adquiriram terras na região por meio de transações realizadas com imobiliárias que atuavam como intermediárias para concessões de terras públicas.

Segundo Fernandes (1999), um levantamento realizado na época envolvendo 167 propriedades revelou uma ocupação de 1.764.872 hectares. Entre essas propriedades, 10 apresentavam áreas médias de 63.000 hectares, 17 possuíam acima de 40.000 hectares, 22 variavam entre 10.000 e 20.000 hectares, e 118 tinham áreas entre 1.000 e 5.000 hectares. No entanto, menos de 10% do total dessas áreas estavam classificadas como produtivas. Tratava-se, portanto, de grandes latifúndios ainda não consolidados como propriedades rurais, que, segundo os parâmetros do PNRA da época, poderiam ser consideradas disponíveis para a Reforma Agrária.

Fernandes (1999) acrescenta ainda que, das áreas ocupadas por membros da UDR na região do Araguaia, cerca de 56% possuíam títulos de propriedade, enquanto 44% eram apenas títulos de posse. Um exemplo notório é o caso do grupo Bannach, que atuava na exploração madeireira durante a década de 1980 e possuía terras em vários municípios. Uma de suas propriedades, com 199.000 hectares localizada entre Altamira e São Félix do Xingu, era ocupada apenas com título de posse adquirido por ocupação.

Levantamento das propriedades realizada por esta autora revela que os autodenominados "pioneiros" ou "desbravadores" filiados à UDR, que se instalaram na região, eram compostos

por grupos empresariais paulistas atuantes em diversos setores agroindustriais e comerciais. Esses grupos tornaram-se beneficiários das políticas de incentivos creditícios e fiscais implementadas durante o período de instalação de projetos agropecuárias na região, com destaque para a região geográfica dos vales dos rios Tocantins e Araguaia. As áreas de implantação dos projetos foram estrategicamente cortadas pela rodovia federal Belém-Brasília e por diversas rodovias estaduais construídas nas décadas de 1960 e 1970, com o objetivo de promover a ocupação.

Nesse contexto, os empresários do setor agropecuário que se deslocaram para a nova fronteira agrícola, eram, em sua maioria, produtores rurais com ampla experiência no setor e interessados em expandir seus negócios. É importante ressaltar que todos os grupos empresariais, da primeira geração de pecuaristas que se estabeleceram no Araguaia paraense, incluindo paulistas, mineiros e goianos, possuíam forte tradição rural e foram amplamente beneficiados pelos créditos e incentivos fiscais promovidos pela SUDAM, conforme detalha Fernandes (1999):

> Quanto à participação dos beneficiários dos incentivos fiscais na UDR, aparece os seguintes dados. Foram aprovados 72 projetos agropecuários no Pará entre os anos de 1966 e 1983. Dentre estes, 62 situam-se na região do Araguaia paraense. Nada menos que 46 empresas agropecuárias, incluindo cinco grandes madeireiras, estavam na UDR, o que corresponde a mais de 70% do total dos projetos incentivados nesse período. (1999, p. 116).

Como se percebeu posteriormente, os incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo Governo Federal para a Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 pela SUDAM, ocorreram sob o discurso de promoção do desenvolvimento regional. Contudo, a promessa de desenvolvimento, geração de empregos não se concretizaram, já que a maioria das empresas financiadas não realizaram os investimentos esperados na região. Isso fez com que essas políticas públicas se tornassem um verdadeiro fracasso do ponto de vista da geração de empregos e da promoção do desenvolvimento local. Conforme relata Fernandes (1999, p. 116), a maioria das empresas agropecuárias tornaram-se improdutivas, o que demonstra a ineficiência das políticas de incentivos fiscais, segundo avaliações técnicas elaboradas pela própria SUDAM.

Outra questão relevante diz respeito às relações de trabalho nas propriedades dos filiados à UDR. De acordo com as pesquisas apontadas por Fernandes (1999, p. 119), "[...] somente em 1991, a Polícia Federal resgatou 800 homens em regime de trabalho escravo." Além disso, entre os anos 1980 e 1990, 31 propriedades na região do Araguaia utilizaram práticas de trabalho análogas à escravidão, sendo que 19 dessas propriedades pertenciam a representantes da UDR.

Portanto, desde a década de 1960, com a abertura da rodovia Belém-Brasília, a situação agrária nas áreas de fronteira da Amazônia Oriental tornou-se bastante tensa, em virtude das disputas de terras entre latifundiários e posseiros. A região do Araguaia Paraense nesse período, viu sua estrutura agrária ser profundamente abalada na transição do regime militar para a Nova República, especialmente em função do novo PNRA.

Nesse contexto, a desativação do principal órgão fundiário que oferecia suporte à estrutura agrária local, o GETAT, agravou ainda mais a situação de instabilidade. Além disso, a proposta do PNRA acirrou as disputas por terras entre camponeses e latifundiários, colocando em xeque a legitimidade do novo programa.

Diante desse cenário, empresários de terras instalados na região articularam-se com o objetivo de contestar o PNRA da Nova República e garantir a preservação das propriedades cuja legitimidade estava sendo questionada. Foi nesse contexto que surgiu a UDR, uma organização conservadora voltada para a defesa dessas propriedades.

> Sob a inspiração autoritária das concepções de segurança e desenvolvimento, imensas extensões de terras devolutas foram privatizadas, ao arrepio dos interesses da nação e das futuras gerações. O privilegiamento aos grupos econômicos nacionais e estrangeiros facilitou a devastação das florestas, a concentração anti-social da terra e [...] a impunidade nas espoliativas relações de trabalho (Proposta do PNRA, 1985, p. 84). Nesse contexto, emerge a UDR como repressão política na defesa da estrutura fundiária regional (FERNANDES 1999, p. 120).

Convém advertir, porém, que os conflitos agrários na região do Araguaia são anteriores à criação da UDR. Deste modo, eles não surgem com a entidade, mas esta contribuiu para manter os conflitos em sua essência. Dessa forma, os conflitos passaram a ser resolvidos por ações militarizadas do Estado, especialmente durante as desocupações de posseiros, com ou sem ordem judicial, ou por meio de milícias privadas. Tais práticas já eram recorrentes desde a década de 1960, repetindo-se com a instalação dos projetos agropecuários na região. Ressalta-se que a UDR não era composta exclusivamente por sócios residentes na região. Tratava-se, em grande parte, de empresários bem-sucedidos, profissionais liberais e homens de negócios prestigiados na sociedade, que frequentemente procuravam negar ou minimizar a prática da violência, seja por meio de documentos e depoimentos públicos, seja através das redes de comunicação.

Porém, a negação da violência praticada pela UDR no Araguaia Paraense é contestada por órgãos de segurança pública e entidades de direitos humanos. Segundo o *Anuário Estatístico Pará Agrário*, no período que compreende a ditadura militar e a atuação da UDR na região, foram registrados 110 mil vitimados no Estado do Pará, envolvendo 15.671 famílias ameaçadas de despejo e 3.799 efetivamente expulsas. Essa violência se materializou em 121 pessoas feridas,

129 espancadas, 463 presas, 7 sequestradas, 116 desaparecidas e 142 ameaçadas de morte (FERNANDES, 1999, p. 125 *apud* Pará Agrário, 1990).

No entendimento de Fernandes (1999), boa parte desses conflitos agrários ocorridos no Araguaia paraense envolvia empresas agropecuárias de membros da UDR. Em 1986, por exemplo, o MIRAD registrou 17 áreas de conflito, com 29 mortos. Dessas áreas em conflito, 14 pertenciam a membros da UDR, e 7 proprietários foram denunciados como mandantes de assassinatos de posseiros, sendo que 5 deles tinham filiação ativa na UDR.

Como se percebeu, a implantação do primeiro PNRA, no governo Sarney, enfrentou forte oposição de grupos conservadores ligados a entidades ruralistas, como a UDR, que se estruturou em torno da defesa da propriedade privada e, sobretudo, das garantias jurídicas sobre terras ocupadas ilegalmente, as quais poderiam ser destinadas à reforma agrária.

Diante das pressões políticas e das agitações no campo, o Governo Federal acabou por "concordar" com a aprovação de uma proposta alternativa apresentada pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade conservadora que exercia forte influência no Congresso Nacional por meio da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, criada em 1986. Os parlamentares representantes dos interesses ruralistas passaram a ocupar posições estratégicas nas comissões parlamentares, reformulando substancialmente a proposta inicial do primeiro PNRA e garantindo, em grande medida, a proteção ao latifúndio. Contudo, o PNRA manteve como prioridade as regiões de fronteira, incluindo as áreas do Araguaia Paraense e do Bico do Papagaio na agenda da Reforma Agrária.

Enquanto as mudanças no PNRA estavam em andamento no Congresso, a UDR continuou a atuar, exacerbando as tensões sociais nas regiões de fronteira e confrontando tanto os camponeses quanto o Estado. O começo de sua extinção enquanto entidade representativa dos ruralistas ocorreu quando a organização passou a divergir das entidades ruralistas tradicionais, como as representadas pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, que começou a isolar a UDR e priorizar o "pacote verde" da política agrícola brasileira lançado pelo Governo Sarney em 1986. Igualmente, enquanto a UDR permanecia focada na defesa intransigente das propriedades em conflito, outras lideranças ruralistas buscavam caminhos mais conciliatórios para proteger seus interesses no cenário político. Assim,

> Este fato, e não diferenças ideológicas sobre o significado da reforma agrária, agrupou setores rurais em dois "polos" e estabeleceu as diferenças básicas entre as práticas das representações tradicionais e a União Democrática Ruralista - UDR. Enquanto o movimento das entidades tradicionais atuava dialogando diretamente com o Estado, a UDR agia no sentido de se confrontar com esse mesmo Estado e com os camponeses

> em defesa da estrutura de propriedade latifundiária que ainda permanecia sendo questionada pelo PNRA (FERNANDES, 1999, p. 135).

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira tornou-se, assim, a principal porta-voz dos produtores rurais, reforçando suas bases nas eleições parlamentares para a CF/88. Nessas eleições, os candidatos ligados à UDR não alcançaram resultados satisfatórios. Apesar disso, a UDR participou da elaboração da Constituinte sob a liderança de Ronaldo Caiado. Aliando-se a outros setores antirreformistas, conhecidos como o "Centrão", ela conseguiu impedir avanços significativos que poderiam assegurar a realização da Reforma Agrária na Constituição de 1988.

Segundo Fernandes (1999), algumas razões explicam o fim das ações da UDR em todo o território nacional. A primeira foi a votação inexpressiva de Ronaldo Caiado na eleição presidencial, na qual obteve apenas 1% dos votos. A segunda razão foi a consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária Brasileira, que, aliada ao Centrão, passou a representar os interesses ruralistas no Congresso e nas negociações com o Governo Federal. A terceira foi a "vitória" dos setores conservadores ligados ao meio rural na Constituinte de 1988, que impediram avanços significativos nas políticas públicas de Reforma Agrária. Além disso, houve a pressão de setores progressistas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se mobilizaram em defesa da distribuição de terras e dos direitos dos camponeses, promovendo campanhas que denunciavam violações de direitos humanos, trabalho escravo e assassinatos de posseiros.

Desgastada e sem apoio em nível nacional, a UDR encerrou suas atividades no Araguaia em maio de 1991, redirecionando seu foco para a criação de sindicatos rurais nos municípios da região. Além da UDR, que atuou por cerca de seis anos, o Araguaia paraense também registrou a presença de outras organizações ultraconservadoras contrárias a qualquer avanço na Reforma Agrária. Destacam-se, nesse contexto, a Milícia Rural da Região do Araguaia, composta por latifundiários e fazendeiros; a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará; e o Comando Democrático Cristão, que agregava fazendeiros, pistoleiros e até membros das Polícias Militar e Civil, conforme apontado por Bruno.

> Rapidamente, disseminou-se, nas associações e nos sindicatos patronais, a ideia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza da inevitabilidade de uma "verdadeira guerra no campo" devido, sobretudo, à revitalização do movimento de ocupações de terras, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais — reconhecido, na época, como a principal força social organizada no campo. Organizados como classe, grandes proprietários de terra e empresários rurais, em especial das regiões modernizadas do Sul e do Sudeste, reagiram contra qualquer tentativa de democratização da propriedade da

> terra, fazendo ruir as possíveis alternativas abertas com a transição e a mobilização dos trabalhadores rurais por uma reforma agrária (BRUNO, 2003, p. 287-288).

Para Oliveira (2018), as ações empreendidas pelos movimentos conservadores exerceram um papel proeminente no sentido de inviabilizar os avanços progressistas do primeiro PNRA, avanços estes duramente protelando, por meios violentos, técnicos e políticos, a reforma agrária do Governo Sarney. Como substituição à proposta original, os setores conservadores criaram o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, que, em linhas gerais, impedia a desapropriação de terras improdutivas. Essa estratégia era semelhante à utilizada para bloquear o avanço na aplicação do Estatuto da Terra nas décadas de 1960 e 1970. Assim, o novo PNRA do governo Sarney, promulgado pelo Congresso Nacional em 1985, transformou-se em um documento completamente desfigurado em relação à proposta original.

Apesar disso, a ideia de assentar 1,4 milhão de famílias em quatro anos foi preservada, o que contribuiu para manter as demandas estaduais e garantir um programa mínimo de assistência técnica rural, conforme menciona Oliveira:

> O primeiro rascunho do I PNRA continha onze artigos e dois anexos; a versão final conteria oito artigos e um anexo. Os três artigos retirados diziam respeito diretamente à questão da demarcação das áreas prioritárias para a reforma agrária e, portanto, influenciavam na execução da reforma. Assim, a versão final do I PNRA não estabelecia nenhuma área efetiva para a reforma agrária, deixando essa decisão para os planos regionais de reforma agrária que seriam elaborados pelos governos estaduais (OLIVEIRA, 2018, p. 173).

Como mencionado anteriormente, o reflexo negativo do avanço conservador teve impacto direto nas propostas de elaboração da CF/88. Os ruralistas conseguiram desqualificar o PNRA, impedindo a inclusão de propostas progressistas. Desse modo, a Constituição de 1988 deixou de avançar em pontos importantes a favor da Reforma Agrária no país.

A visão avançada deste tema, Oliveira (2001, p. 200), compreende que, a Reforma Agrária no Brasil, na prática, em termos de políticas públicas voltadas para o campo, o Estado brasileiro “[...] nunca se implantou uma política de acesso à terra aos camponeses”. Isto se revela pelos números de assentados na terra no decorrer de quase um século já que, de 1927 a 1963, foram assentadas 53 mil famílias; de 1964 a 1984, 162 mil famílias e, de 1985 a 1994, 140 mil famílias. Os pífios números de contemplados deixa claro que, em 500 anos, pouco ou nada se fez pelos camponeses quando se trata de políticas públicas de distribuição de terra.

Em 1986, o Brasil presenciou novas eleições para governadores e parlamentos que se encarregariam de elaborar a nova Constituição Federal. No entendimento de Oliveira (2018), o embate entre forças conservadoras ligadas aos ruralistas e frentes progressistas de esquerda foi

tenso e contou com alguns avanços nos itens relacionados à inclusão do conceito de *latifúndio improdutivo* e função social da terra (legislações ambientais e do trabalho, meio rural e social) em um Ato Complementar. Os deputados e analistas de correntes progressistas, que participaram deste processo observam que apesar dos obstáculos colocados pelos ruralistas ligados à UDR, (que tentavam a todo custo impedir medidas progressistas de reforma agrária), a Constituição aprovada em cinco de outubro de 1988 foi considerada um avanço.

> O patronato rural, contudo, não venceu sem enfrentar resistência. Os movimentos sociais rurais também se articularam em torno da defesa da entrada da reforma agrária no texto final da Constituição e para isso mobilizaram deputados constituintes dentro da Subcomissão de Assuntos Fundiários, exercendo forte pressão política. Ambos os lados protagonizaram inúmeras manifestações pró e contra a reforma agrária durante o período da Constituinte. As votações da relatoria da Subcomissão foram palco de episódios escabrosos com gritos, gestos obscenos, violências físicas e insultos e até o sumiço misterioso do deputado Benedicto Monteiro (PMDB/PA) no dia da votação decisiva do tema da reforma agrária (OLIVEIRA, 2018, p. 176).

Ou seja, as conquistas de direitos da terra incorporadas à nova Constituição advêm de um espaço de pressão e luta das organizações camponeses. Caso as mobilizações não tivessem ocorrido, a situação agrária do país teria sido desfavorável, porque, apesar dos avanços na legislação, diversos obstáculos foram colocados para a efetivação da reforma agrária. No aspecto de regulamentação complementar, por exemplo, nada saiu do papel. Isso demostra quão emparedado pelos ruralistas estava o governo brasileiro naquele contexto, Em outras palavras, o governo Sarney, que, no início do mandato, tinha prometido realizar a reforma agrária, viu-se obrigado a recuar, mantendo a propriedade da terra nas mãos do latifúndio. A constatação dos últimos Censos Agropecuários, no quesito ocupação do solo, tem demostrado que, a concentração fundiária no Brasil continua gritante.

> A dinâmica agropecuária brasileira apresenta tendências que são comprovadas a cada censo, todavia, uma das manifestações principais do censo agropecuário de 2017 foi, uma vez mais, a constatação da elevada e persistente concentração fundiária no Brasil. Segundo os números, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,0% da área total, mas comparativamente representavam 51% de todos os estabelecimentos rurais no país. Por outro lado, os estabelecimentos maiores que 1.000 hectares concentravam 48% do total de área, mas representavam apenas 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros (CARVALHO, MOLINA, CUNHA; 2021, p. 25).

No tocante aos conflitos no campo no Governo Sarney, Oliveira (2001) descreve como um período de verdadeiro retrocesso marcado pela violência generalizada que se espalhou pelo Brasil, sobretudo na região Amazônica. As sucessivas trocas de ministros e, até mesmo, a morte do ministro Marcos Freire e de servidores da alta cúpula do INCRA em um acidente aéreo na Serra dos Carajás culminou com a nomeação de Jader Barbalho no Ministério da Reforma e do

Desenvolvimento Agrário. O ministro se encarregou de extinguir vários órgãos e desarticular a estrutura existente para implantação do PNRA. As consequências de todas essas mudanças estruturais e administrativas promovidas pelo novo ministro foram os resultados desastrosos na execução da reforma agrária, já que o governo cumpriu apenas 8% do que se previa nas desapropriações. Ou seja, das 1,4 milhões de famílias previstas no PNRA em 1985, apenas 140 mil foram assentadas.

Segundo Oliveira (2001), a mudança de governo ocorrida com a ascensão de Collor ao poder em 1989, e posteriormente, seu vice-presidente Itamar Franco, não mudou a configuração quanto à execução da política de reforma agrária. Os governos Collor e Franco aliaram-se aos ruralistas da UDR, emplacando no cargo o ministro da Agricultura Antônio Cabrera que inviabilizou completamente a política de Reforma Agrária.

3.5 Os governos Fernando Henrique (FHC) e as políticas de assentamento rural

Segundo Alentejano (2004), podemos caracterizar o governo FHC, como um governo autoritário e neoliberal, que tentou a todo custo transformar o espaço agrário brasileiro em um espaço de agricultura de mercado voltado para a exportação, que elegeu como prioridade à privatização da terra, aumentou consideravelmente as desigualdades sociais na cidade e no campo. Para esse autor, os aspectos que nortearam o período FCH podem ser explicados como aquele que promoveu o aumento da dependência externa do Brasil, pondo fim às restrições de produtos e queda de preços agrícolas, privatizando o setor estatal e aumentando a dependência externa de capital estrangeiro. No campo social, o governo FHC promoveu uma redução drástica dos direitos trabalhistas, ampliando o desemprego e proporcionando uma política de juros altos que resultou na falência de milhares de pequenas empresas e abandono das políticas de apoio aos pequenos e médios agricultores.

Alentejano delineia ainda que nos aspectos econômicos e sociais, as políticas públicas no meio rural do governo FHC, ancorou no emprego de intensa propaganda nas redes de comunicação de massa, apostando nos aspectos positivos das privatizações, distribuição de lotes e criação de Projetos de Assentamentos como grande realização de seu governo, aspectos estes que não condiziam com a verdadeira realidade do campo, segundo Alentejano:

> Da mesma forma que tenta falsear a realidade propagandeando supostos aspectos positivos das privatizações, do PROER e da abertura econômica e é capaz até de negar o crescimento do desemprego, o governo tenta colocar a reforma agrária como grande realização. Três exemplos desta tática propagandística são: (1) a publicidade veiculada na televisão em que um ator famoso afirmava que o governo assentava 1 família a cada cinco minutos. Ora, considerando que há 4,8 milhões de famílias sem-terra, seriam

> necessários 48 anos para resolver o problema, caso não surgisse mais nenhuma família no país…; (2) a afirmação de que esta é a maior reforma agrária da história, com 16 milhões de hectares desapropriados. Ora, isto representa apenas 14% de todas as terras ociosas do país, segundo o próprio Incra e somente 5% de todas as terras em poder do latifúndio no Brasil. Bela reforma agrária…; (3) A afirmação de que o crédito oferecido aos assentados é amplamente subsidiado não se sustenta, pois, conforme cálculos do economista Fernando Homem de Mello (1999) comparando-se os custos de financiamento e a evolução da inflação observamos que a taxa de juros para os agricultores familiares que era 20% inferior à inflação em 1995 passou a ser 260% maior em 1998. Além disso, a oferta de crédito tem diminuído (ALENTEJANO, 2004, p. 4).

Outros autores, como Cattelan, Moraes e Rossoni (2020), ao referirem-se ao contexto agrário brasileiro daquele período, alertam que o governo de FHC foi marcado por intensas mobilizações camponesas. Entretanto, acuado pelos ruralistas e com forte apoio das grandes redes de jornais e televisão, as respostas dadas às reivindicações camponesas se traduziram em discursos de criminalização e perseguições aos movimentos sociais.

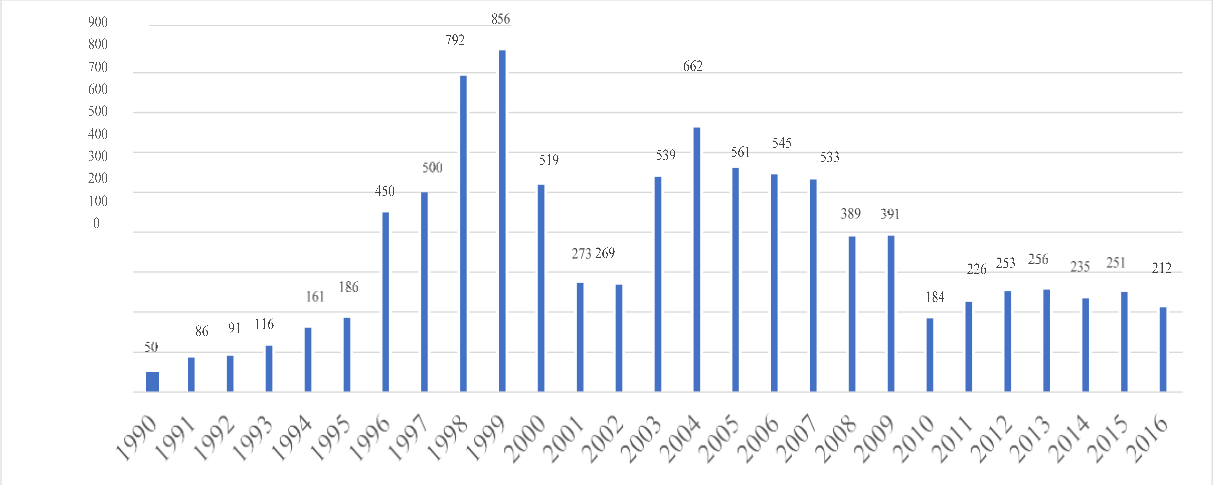
Além disso, no que diz respeito à violência no campo, dois episódios marcantes envergonharam o país durante o governo FHC: os massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás. O primeiro, ocorrido no estado de Rondônia, ficou conhecido internacionalmente como o Massacre de Corumbiara. O conflito, situado na Fazenda Santa Elina, resultou no assassinato de nove trabalhadores rurais. O segundo, o Massacre de Eldorado de Carajás, ocorreu em abril de 1996 no estado do Pará, onde trabalhadores rurais acampados às margens da PA-150 disputavam a posse da Fazenda Macaxeira. No local conhecido como Curva do S, 21 trabalhadores foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar do Pará. Este episódio teve ampla repercussão nacional e internacional devido ao grau de violação dos direitos humanos e à violência do Estado contra os acampados do MST.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde abril de 1996 os acampados reivindicavam uma área de cerca de 40.000 hectares, conhecida como Complexo Macaxeira, localizada no município de Eldorado de Carajás. A respeito desse evento de violência e disputa pela terra, Cattelan, Moraes e Rossoni (2020, p. 142) argumentam que:

> As pressões sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994, se concentraram, principalmente, no fato de que ocorreram muitas mortes por conflito agrário, como as chacinas de Corumbiara (RO), na qual morreram 12 pessoas, e Eldorado dos Carajás (PA), com 21 mortes.
> […] As ocupações realizadas continuaram aumentando até 1999, ano que foram registradas 856 ocupações por todo o Brasil. Nessa época, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já havia se organizado em praticamente todos os estados brasileiros, e procurava, junto à grande quantidade de pessoas acampadas, fazer valer a redação dada à função social da terra pela Constituição.

Como se percebeu depois, apesar da violência e das atrocidades praticadas pelas forças policiais do Pará, os crimes permanecem impunes. No entanto, mesmo diante da violência e repressão, os movimentos sociais agiram de maneira articulada, consolidando-se como uma força política capaz de pressionar o governo FHC por desapropriações de terras e pela efetivação de assentamentos no âmbito da Reforma Agrária. O Gráfico 1 ilustra o poder de mobilização dos movimentos sociais na luta pela conquista da terra no Brasil.

Gráfico 1 - Número de ocupações no Brasil por ano (1990 a 2016).



Fonte: Dataluta (2017), *apud* Cattelan; Moraes; Rossoni (2020).

A estratégia de mobilização utilizada pelos movimentos sociais nesse período é destacada por Oliveira (2001), ao descrever que a conquista dos Projetos de Assentamentos durante o governo FHC ocorreu num contexto de intensa repressão e violência policial. Portanto, as conquistas resultaram diretamente das mobilizações dos movimentos sociais, que resistiram diante de uma situação marcada pela violência e criminalização de suas ações.

Em contrapartida, o Governo Federal procurou atender os interesses dos ruralistas, oferecendo prorrogações de dívidas e ampliando o volume de recursos destinados aos planos safra voltados para o agronegócio, uma prática, como observa Oliveira (2001, p. 197-198), que se tornou recorrente, financiamento público e repressão das forças policiais dos estados:

> Este governo entra para a História marcado por um tipo de violência que não ocorrera ainda de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra foram as forças policiais dos estados. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no

> plano econômico, prorrogação — não se sabe até quando — das dívidas destes latifundiários, que não as saldam.

Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) ressaltam, porém, que não se pode negar alguns avanços na reforma agrária durante o governo FHC. Esses avanços, infelizmente, ocorreram, na maioria das vezes, como resultado dos trágicos confrontos e massacres contra camponeses e de intensas pressões exercidas pelos movimentos sociais. Apesar disso, as respostas do governo FHC às reivindicações foram predominantemente pontuais, e almejava apenas arrefecer os conflitos e mitigar a imagem negativa do governo diante da repressão e violência no campo:

> No início da década de 1990, observa-se um crescimento no número de ocupações e, a partir de 1996, um salto, isso porque se percebeu que as desapropriações, como prometidas pela Constituição Federal de 1988, não aconteceriam, e seria necessário pressionar o governo para que a reforma agrária acontecesse. As pressões sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994, se concentraram, principalmente, no fato de que ocorreram muitas mortes por conflito agrário, como as chacinas de Corumbiara (RO), na qual morreram 12 pessoas, e Eldorado dos Carajás (PA), com 21 mortes (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020, p. 142).

Portanto, no primeiro mandato do governo FHC (1995–1998), houve esforços para a criação de assentamentos, sendo esse período reconhecido como "um dos que mais assentou famílias na história da reforma agrária recente no Brasil, ficando atrás apenas do governo Lula em seu primeiro mandato (2003–2006)" (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020, p. 142). Por outro lado, é importante destacar que o segundo mandato de FHC foi marcado por um ambiente tenso de perseguições e tentativas de criminalização do MST e dos movimentos sociais em geral. Nesse contexto, a grande imprensa aliou-se ao governo, publicando inúmeras matérias jornalísticas que descaracterizavam as ações dos movimentos sociais rurais e urbanos.

Para tentar efetuar desmobilização dos movimentos sociais, o governo criou o Banco da Terra (Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998), que, na análise da maioria dos especialistas em questões agrárias, se configurou como um verdadeiro instrumento de privatização da reforma agrária. A medida acabou por beneficiar grandes proprietários e reduzir os recursos destinados ao PNRA. Além disso, a implantação do cadastro de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de programas de assistência técnica, na prática, limitou o acesso aos benefícios apenas aos que se encontravam inscritos nesses programas, restringindo ainda mais o alcance das políticas públicas de reforma agrária.

Em síntese, do ponto de vista das políticas públicas voltadas à questão agrária, o governo FHC pode ser caracterizado como aquele que, apesar de alguns avanços na política de

assentamento das famílias, e liberação de crédito do Pronaf, entre outros programas, não realizou reforma agrária, apenas executou uma política de assentamento rural. Sem dúvida os grandes beneficiários foram os detentores de capital nacional e internacional, grupos econômicos, sobretudo os bancos, cooperativas ligadas ao setor agroexportador e empresários do agronegócio. A partir de dados oficiais do Censo Agropecuário, Alentejano (2018, p. 6) faz a seguinte síntese do que o governo FHC representou quanto à realização da reforma agrária:

> Como comprovação disto, vemos que, entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1996, a área cultivada diminuiu 8 milhões de hectares, a produção agrícola cresceu menos 11% que a população, aumentando a fome, o crédito caiu de 19 bilhões ao ano para 8 bilhões, a venda de tratores caiu de 37 para 17 mil ao ano. Por outro lado, o governo liberou 45 bilhões para os usineiros, 2,5 bilhões para as grandes cooperativas, parcelou em 20 anos com 9% de juros/ano as dívidas de 3 mil grandes proprietários com o Banco do Brasil, num total de 4,5 bilhões e está investindo 20 bilhões em corredores de exportação de soja e outros grãos.

3.6 Governos Lula, Dilma e os entraves para o avanço da reforma agrária

Segundo Stédile (2005), o governo Lula tinha como carro-chefe de suas campanhas eleitorais propostas que abrangiam o cenário agrário em sua plenitude. Isso incluía políticas agrícolas voltadas para a segurança alimentar, produção de alimentos, desenvolvimento agroindustrial, geração de emprego, relações de trabalho, previdência e, sobretudo, o desenvolvimento rural e o combate à fome e à pobreza. Enfim, tratava-se da "[...] essência do trabalhador rural que tanto anseia por um pedaço de terra para poder se reproduzir socialmente e culturalmente" (MARIANO; TEIXEIRA, 2021, p. 445).

Santos (2013), em *As Políticas Agrárias do Partido dos Trabalhadores (1989- 2002)* descreve que, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, representava um sinal de esperança e expectativas de avanços nos programas de reforma agrária e no desenvolvimento do país como um todo. Contudo, vários autores destacam que ocorreram mudanças nas propostas ao longo das campanhas presidenciais nas quais Lula concorreu, de modo que:

> O Partido dos Trabalhadores em seu discurso de campanhas à Presidência da República no ano de 1994 colocou as políticas agrícolas do partido como uma forma de fazer as mudanças tão desejadas pelo homem do campo e da cidade, dando esperanças principalmente ao camponês de ter uma forma de sobrevivência na terra onde nasceu ou até mesmo de não ter de compor a massa de desempregados das cidades. E mais uma vez em seu discurso, o PT deu ênfase à reforma agrária acompanhada de uma reforma nas políticas agrícolas dando condições ao trabalhador rural, segundo seu discurso, de ter onde produzir, como produzir através de financiamentos e técnicas respeitando a peculiaridade de cada região brasileira (SANTOS, 2013, p. 9).

Mariano e Teixeira (2021) são categóricos ao afirmar que ocorreram mudanças significativas no programa do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, no que diz respeito aos objetivos relacionados à questão agrária. Segundo os autores, o programa anterior a 1992 defendia uma reforma agrária com profundas mudanças na estrutura fundiária. No entanto, eles ressaltam que, com o intuito de atrair setores empresariais do meio rural, o partido promoveu alterações em seu Programa de Governo, incorporando temas voltados à política comercial. O objetivo era conquistar maior apoio desses setores por meio da defesa da agricultura e do incentivo às exportações de produtos com valor agregado.

Em outras palavras, observou-se uma modulação no discurso em relação à reforma agrária, que passou a assumir um caráter mais conciliatório, segundo os autores:

> Seu compromisso de campanha em relação às políticas agrárias em 2002 não se inicia com o tema Reforma Agrária, como nas últimas três disputas eleitorais a Presidência da República, e sim Política Comercial, onde o PT vai destacar a política comercial da seguinte forma: "a política comercial será organizada a partir de dois grandes objetivos: a defesa da agricultura brasileira e a promoção das exportações com maior valor agregado. O governo Lula adotara políticas rigorosamente sob o abrigo do espectro jurídico acordado junto a OMC e ao MERCOSUL (MARIANO; TEXEIRA 2021, p. 445).

Segundo Mariano e Teixeira (2021, p. 447) "[...] a verdadeira reforma agrária com desconcentração fundiária e desapropriação de latifúndios não ocorreu no governo petista". As políticas voltadas para o campo se limitaram a medidas compensatórias, com incentivos financeiros para a agricultura familiar via assentamentos e créditos do Pronaf, tendo como principal objetivo a redução das desigualdades sociais, isto é, reduzir a pobreza por meio de programas de combate a fome e redução das desigualdades sociais.

Para Mariano e Teixeira (2021), o primeiro governo Lula buscou atender às demandas dos movimentos sociais por meio da criação de políticas específicas, a partir de 2003. Ressalta-se que, entre 1985 e 1989, o governo FHC havia implantado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estabelecia como diretrizes a exploração racional da terra, a promoção da justa distribuição da propriedade, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 1985).

Algumas inovações que surgiram no II PNRA, durante o governo Lula, incluíram o estabelecimento de metas voltadas ao cumprimento das promessas feitas aos movimentos sociais do campo. Associado ao II PNRA, destacou-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que visava facilitar o acesso à terra e melhorar as unidades produtivas.

Segundo documentos oficiais do Governo Federal, o programa pretendia:

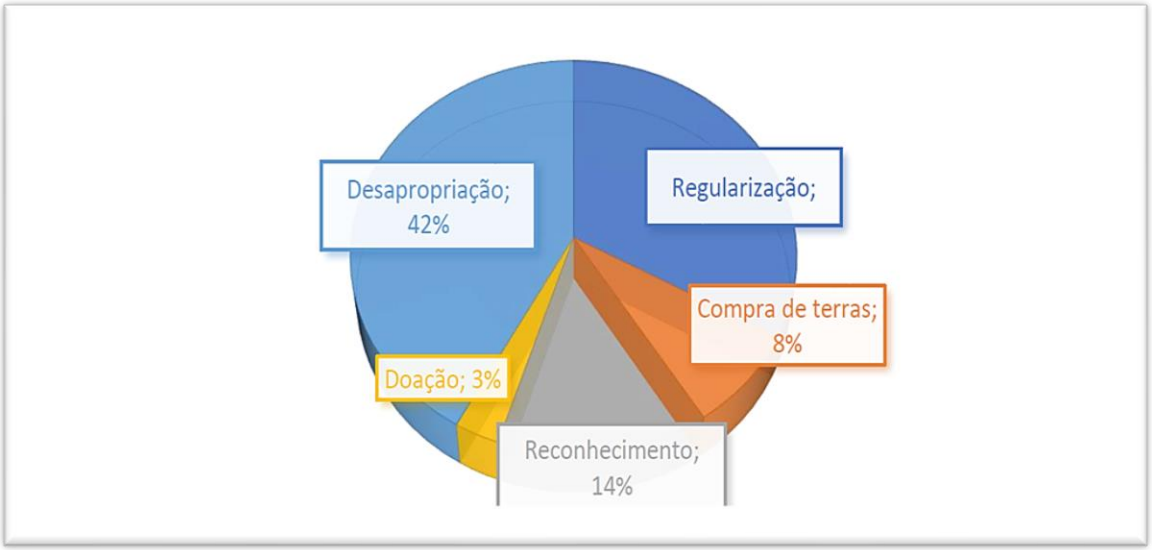
> "[...] garantir o acesso à terra, gerar emprego e renda, e garantir acesso à saúde, educação, energia e saneamento. Entre suas metas, o II PNRA objetivava implantar 400 mil novas famílias assentadas, regularizar a posse de terras de 500 mil famílias e atender 130 mil famílias por meio de crédito fundiário" (BRASIL, 2005).

Além disso, o governo Lula esperava beneficiar 448.954 famílias até 2007, uma expectativa que ficou aquém do previsto, já que, na prática concretizou apenas 163 mil famílias como novos beneficiários de assentamentos. Como se percebeu posteriormente, os assentados receberam apenas o benefício da regularização das terras que já ocupavam.

Girardi *et al*. (2008), destacam que a política de reforma agrária do governo Lula teve como principal característica a não realização de desapropriações de terras, priorizando o fornecimento de subsídios financeiros e a regularização de áreas já ocupadas. O Governo Federal optou por não confrontar os grandes latifundiários nem abordar os problemas históricos de concentração da terra no Brasil, acumulados desde a colonização. Em vez disso, escolheu soluções paliativas para questões estruturais graves relacionadas à distribuição de terras.

Os dados oficiais do governo Lula, referentes à materialização da reforma agrária, demonstram que, durante seu primeiro mandato (2003–2006), 33% das famílias assentadas foram contempladas apenas com a regularização fundiária. Em 14% dos casos, houve o reconhecimento da terra, e apenas 8% corresponderam à aquisição de terras por meio de compra para fins de distribuição. Esses dados podem ser observados no gráfico abaixo, extraído do relatório *Números da Reforma Agrária*, publicado pelo INCRA em 2019 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de famílias assentadas por política de obtenção de terras – Primeiro mandato Lula (2003 a 2006).



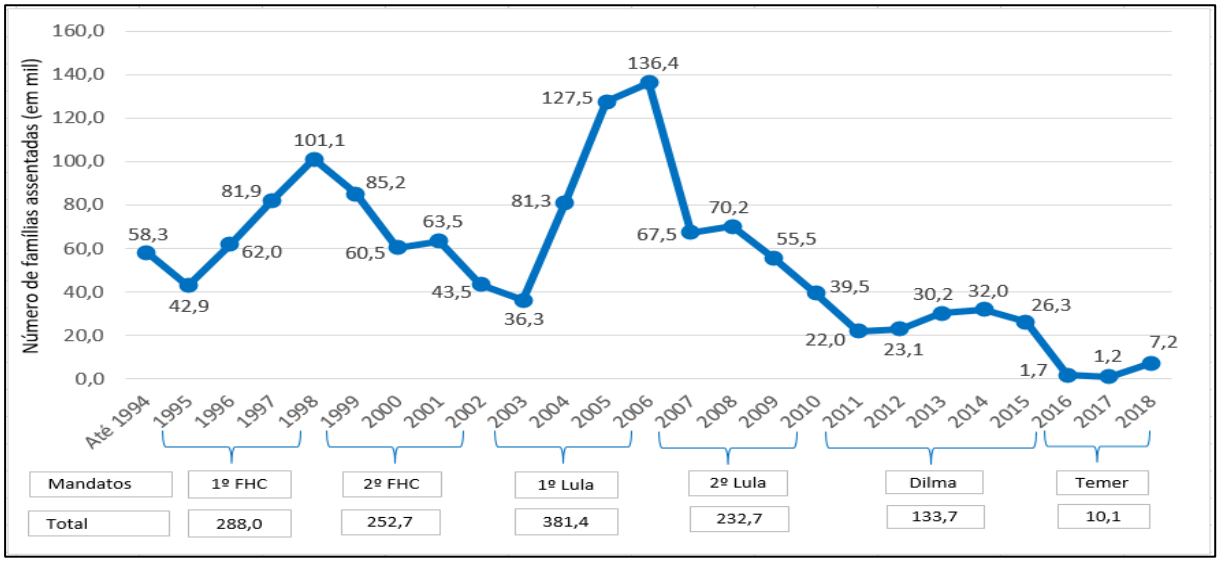
Fonte: Cattelan; Moraes; Rossini (2020), com base em dados do INCRA (2019).

Desse modo, segundo estes autores, (2020, p. 152) “O primeiro mandato de Lula (2003-2006) caracterizou-se pela pretensão em harmonizar ações para a agricultura familiar e ações para a agricultura patronal. As desapropriações foram bem menores que o esperado, e o projeto de reforma agrária foi baseado nas regularizações”.

Conforme se observa no Gráfico 3, o número de famílias assentadas no primeiro mandato do governo Lula se manteve elevado, mas começou a apresentar queda a partir de 2008, já no segundo mandato.

Também, no segundo mandato (2007–2010), o governo continuou com a política de regularização fundiária intensificando a aquisição de terras mediante compra, acarretando o aumento no número de desapropriações, mas que se mostrou insuficiente para atender as demandas. Outra questão foi a tentativa do governo em recuperar a confiança dos movimentos sociais, que se mostravam insatisfeitos com à política agrária naquele momento.

Gráfico 3 - Número de famílias assentadas pela reforma agrária até 1994 e por ano e mandato presidencial entre 1995 e 2018 (em mil)



Fonte: Cattelan; Moraes; Rossini (2020), com base em dados do INCRA (2019).

Por outro lado, Alentejano (2020) descreve que o agronegócio continuou ganhando força durante o governo Lula. Segundo o autor, assim como no governo FHC, o governo Lula apenas aprofundou as tendências que vinham se delineando desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, prolongando-se ao longo de seus dois mandatos e desaguando nos governos Dilma e Michel Temer. Ou seja, mais do que uma ruptura com as oligarquias ligadas ao setor agrícola, o que ocorreu foi uma continuidade.

De acordo com outros autores, como Oliveira (2011), Cattelan, Moraes e Rossoni (2020), esse segmento — voltado para as monoculturas de produção de commodities — continuou a se expandir como atividade econômica, ampliando ainda mais as lavouras destinadas à exportação. Um outro aspecto relevante foram os incentivos concedidos ao setor, com a liberação de elevados recursos financeiros e subsídios agrícolas.

A política agrícola do governo contribuiu, especialmente, para a expansão das monoculturas em regiões de fronteira agrícola, como o Centro-Oeste e o Norte. Conforme observa Oliveira (2011, p. 8), apesar de alguns avanços, a reforma agrária promovida pelo governo Lula "[...] deu início à contrarreforma agrária acoplada à expansão do agribusiness no Brasil".

A reaproximação com os movimentos sociais contribuiu para que o governo oferecesse indicativos de aumentar o número de famílias assentadas e ampliar as áreas de novos projetos. Por outro lado, o governo continuou disponibilizando incentivos financeiros e ampliando o número de recursos ao agronegócio monocultor.

De uma maneira geral, o governo Lula não apresentou rompimento com as oligarquias rurais, apenas deu continuidade às políticas públicas de reforma agrária de caráter regulatório e distributiva, com avanços qualitativos na redução das desigualdades sociais, como sugere Cattelan; Moraes; Rossoni (2020, p. 154):

> Apesar da grande expectativa de mudança nas políticas agrárias, o governo Lula não atendeu aos anseios do movimento agrário. Como exposto anteriormente, os resultados foram aquém dos previstos na expansão dos assentamentos, com enfoque no reconhecimento de assentamentos já existentes. Enquanto o governo FHC apresentou avanços quantitativos em termos de novas famílias assentadas, o governo Lula apresentou avanços qualitativos, com maior atenção à dimensão social dos assentamentos. De modo geral, verifica-se a expansão do agrobusiness exportador, acompanhado de medidas amenizadoras para os assentamentos.

Em linhas gerais, os dois mandatos do governo Lula se concentraram no plano de combate à pobreza, proporcionando uma política assistencialista. A reforma agrária que se esperava, em relação aos governos anteriores, acabou não avançando no aspecto da função social da terra, como desejavam os movimentos sociais do campo.

Outra questão relevante foi a instituição do Programa Terra Legal, em 2009, que tinha como objetivo a destinação e a regularização fundiária das terras públicas federais situadas na Amazônia Legal, abrangendo uma área estimada em cerca de 60 milhões de hectares. Em outras palavras, houve uma mudança na legislação que favoreceu a implementação do Programa Terra Legal Amazônia.

Segundo Alentejano (2020), nas duas primeiras décadas do século XXI, foram criadas diversas normas legais voltadas à regularização da ocupação de terras públicas na Amazônia — um processo que, segundo o autor, acabou por favorecer ainda mais a grilagem de terras. Destacam-se, nesse contexto, as Medidas Provisórias 422/2008 e 458/2009, editadas no governo Lula, posteriormente convertidas na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

Esse marco legal permitiu a regularização fundiária de ocupações em terras da União na Amazônia Legal com até 15 módulos fiscais, estabelecendo o limite máximo de 1.500 hectares por beneficiário.

Segundo Alentejano (2020, p. 381):

> Já nas duas décadas do século XXI foram criadas nada menos que quatro legislações destinadas a regularizar a ocupação de terras públicas no Brasil, favorecendo os processos de grilagem de terras: As Leis 422/2008 e 458/2009, propostas pelo governo Lula e convertidas, respectivamente, nas leis 11.763/2008 e 11.952/2009, facilitaram a legalização de terras griladas na Amazônia, ao ampliar o limite máximo das terras que poderiam ser legalizadas e agilizar os procedimentos para a regularização, servindo de base para a criação do Programa Terra Legal. O Terra Legal, segundo levantamento de fevereiro de 2019, logo antes de sua extinção, titulou 22.523 imóveis de um total de 117.179 requerimentos, ou seja, menos de 20% do total.

Ainda segundo o autor, a necessidade de acelerar a regularização dos títulos de propriedade de pequenos produtores motivou o Programa Terra Legal a atuar por meio da contratação e terceirização de equipes de topografia nos municípios selecionados, a fim de agilizar o processo de regularização para propriedades rurais estabelecidas antes de 2004. Ou seja, na fase de georreferenciamento, o programa concentrou-se na contratação de empresas terceirizadas para realizar esse serviço técnico.

A meta prevista pelo programa era certificar 300.000 pequenas propriedades em 463 municípios. No entanto, conseguiu-se atingir apenas 117.000 propriedades rurais, por meio da emissão de cerca de 23.000 registros do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Nenhuma dessas propriedades certificadas, contudo, foi incorporada aos bancos de dados do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), ferramenta desenvolvida pelo INCRA para subsidiar a governança fundiária do território nacional.

Ainda segundo Alentejano (2020), embora o Programa Terra Legal não tenha alcançado seus objetivos iniciais, representou um esforço conjunto para resolver alguns conflitos fundiários e promover o envolvimento das comunidades locais no processo.

Em síntese, as legislações que sucederam o Programa Terra Legal — sobretudo aquelas criadas após o golpe parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff — abriram espaço para a intensificação da grilagem de terras. Ou seja, essas novas legislações passaram a atender

diretamente aos interesses do agronegócio, ao legalizar áreas ocupadas irregularmente e facilitar o acesso a créditos e outros benefícios públicos.

Com o fim dos dois mandatos do governo Lula, as forças conservadoras ligadas ao agronegócio, que já vinham se fortalecendo desde o período FHC, os ruralistas aumentaram sua bancada de parlamentares no Congresso Nacional, dando novas conotações ao cenário político nacional. Em outras palavras, a bancada ruralista que já era representativa no parlamento brasileiro desde a CF/88, passa a liderar forte oposição a então eleita presidente Dilma Rousseff no intuito de barrar às conquistas sociais dos últimos anos.

Cabe ressaltar, porém, que as correntes conservadoras, conhecidas como Centrão e bancada ruralista, criaram enormes dificuldades para a aprovação das mudanças propostas pela presidente Dilma, especialmente em relação às medidas e legislações que beneficiavam trabalhadores e movimentos sociais do campo. Assim como nos governos Sarney, Itamar Franco e FHC, o Congresso Nacional continuava sendo controlado por uma maioria conservadora ligada aos interesses do agronegócio.

Nesse contexto, acentuaram-se a violência e a perseguição contra os camponeses, muitas vezes amplificadas pela imprensa. Campanhas nas grandes mídias e redes sociais, lideradas pela oposição ao governo Dilma e voltadas para a criminalização dos movimentos sociais, passaram a fazer parte da cobertura diária dos meios de comunicação de massa. Essas circunstâncias contribuíram para o enfraquecimento dos movimentos sociais, reduzindo, consequentemente, as mobilizações camponesas em favor da reforma agrária.

Alentejano (2020) retrata bem esse contexto do governo Dilma (2011–2015), ao mencionar que se tratava de um período marcado por uma poderosa oposição conservadora, formada por setores do agronegócio e entidades patronais fortemente representadas no Parlamento.

> Talvez a maior expressão política do fortalecimento do agronegócio seja o crescente poder da Bancada Ruralista, maior e mais influente bancada setorial do parlamento brasileiro. Denominada oficialmente de Frente Parlamentar da Agropecuária, esta vem atuando na defesa dos interesses do agronegócio no Congresso. Na legislatura 2014-2018, a Bancada possuía 214 deputados e 24 senadores associados, respectivamente, 41,7% do total de deputados e 29,6% do total de senadores. A Bancada cresceu ainda mais na atual legislatura, iniciada em 2019, somando 225 deputados e 32 senadores, o que corresponde a 43,9% da Câmara e 39,5% do Senado (ALENTEJANO, 2020, p. 363).

Como se presenciou posteriormente, as disputas acirradas pelo poder envolvendo o Parlamento e o Governo fizeram crescer a dependência do governo junto às forças ultraconservadoras lideradas pelos ruralistas, algo que justifica a redução drástica no número de

projetos de assentamentos nos governos Dilma de apenas 592 unidades, um número inexpressivo para um governo progressista que contou com o apoio dos movimentos sociais na acirrada disputa eleitoral contra Aécio Neves.

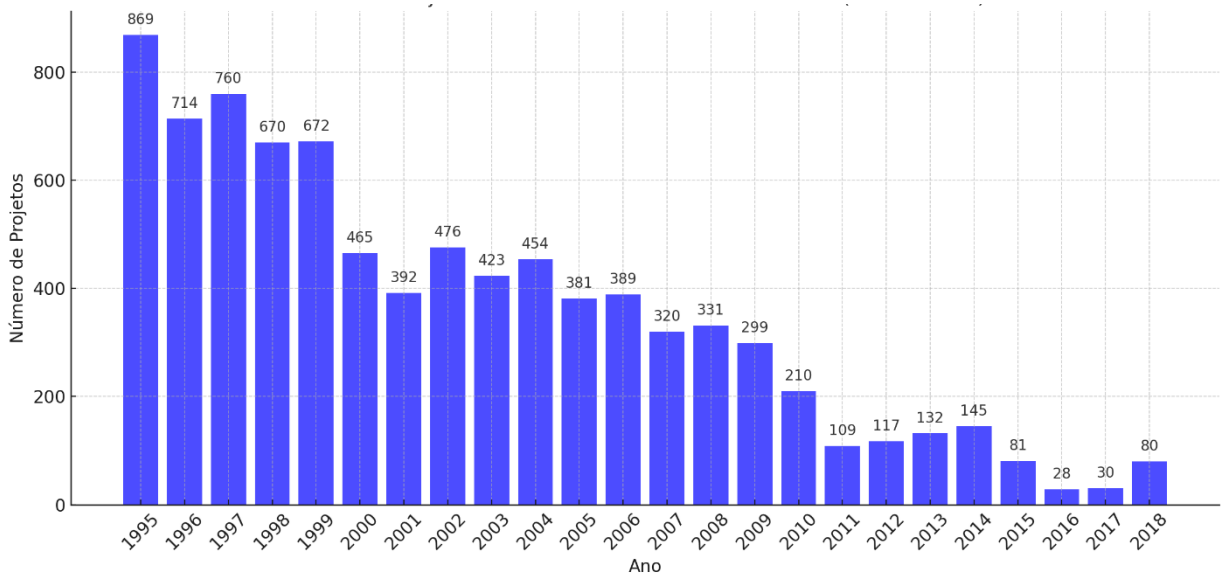
Porém, convém registrar que ocorreram alguns avanços significativos e até simbólicos no reconhecimento e apoio do governo Dilma às comunidades tradicionais, sobretudo nas demarcações de seus territórios. A falta de expectativas quanto às desapropriações e o não cumprimento integral da função social da terra, conforme previsto na Constituição de 1988, que já estava sendo dificultada desde o final do governo Lula, frustrou os movimentos sociais quanto a busca pela terra. Segundo Cattelan, Moraes e Rossoni. (2020, p. 155):

> […] a reforma agrária foi excluída das estratégias adotadas pelo governo Dilma, que priorizava a redução da pobreza, mas não investiu na redução da pobreza no campo, fazendo uma reforma agrária eficiente. Isso pode estar relacionado à queda na demanda, visto que há menos pessoas acampadas e, portanto, menos pessoas buscando o lote de terras da reforma agrária.

3.7 O avanço neoliberal e o desmonte das políticas de reforma agrária dos governos Temer e Bolsonaro (2016–2022)

De acordo com Moreira *et al.* (2021), o golpe parlamentar de agosto de 2016 que derrubou a então presidente Dilma Rousseff, mudou radicalmente os rumos das discussões sobre a questão agrária no Brasil. Michel Temer, o vice de Dilma Rousseff assumiu o governo com o apoio das forças conservadoras que ajudaram no golpe parlamentar de 2016, sobretudo os setores ligados ao agronegócio. Temer efetuou um mandato marcado por intensa violência no campo e paralisação da reforma agrária, promovendo dura repressão, desocupações e perseguições aos movimentos sociais. De imediato, o governo extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e cancelou todas as desapropriações e demarcações de terras indígenas e quilombolas, que vinha sendo executadas no governo Dilma. Como parte do apoio oferecido no Congresso, as forças conservadoras pressionaram o governo Temer para frear de vez a política de assentamentos rurais reduzindo drasticamente o número de projetos de assentamentos para algo em torno de 50 unidades. O Gráfico 4 ilustra bem esse contexto de retrocesso nas políticas públicas de reforma agraria no Brasil.

Gráfico 4 - Projetos de assentamento criados no Brasil (1995 a 2018).



Fonte: adaptado de Moreira *et al.* (2021) e Incra (2019).

De acordo com Alentejano (2018), ao indicar o maior plantador de soja do Brasil, o senador Blairo Maggi, do estado de Mato Grosso, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o governo deixava claro que sua prioridade seria a grande empresa rural. priorizando os setores ligados ao agronegócio e exportação de comodities.

Como se verificou posteriormente, as medidas do governo Temer causaram um verdadeiro retrocesso no PNRA e a consequência disso foi a substituição das políticas de reforma agrária pela aprovação no Congresso Nacional da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, que, entre outros fatores, reduziu de maneira drástica o poder do INCRA, principal órgão responsável pelo apoio à infraestrutura dos assentamentos rurais. Para Cattelan; Moraes e Rossini (2020), a Lei 13.465/2017, restringiu a capacidade de dar respostas às ocorrências dos conflitos e de monitoramento de ações dos movimentos sociais, onde ocorria disputas pela posse da terra.

O Governo Federal, ao abdicar das políticas públicas voltadas para a reforma agrária e focar na concessão de títulos definitivos, eliminou a possibilidade de os camponeses acessarem a terra de maneira efetiva. As titulações promovidas pelo governo Temer simbolizaram o abandono completo da responsabilidade social com as famílias assentadas, deixando-as dependentes dos poderes públicos municipais, que frequentemente carecem de recursos para implementar obras de infraestrutura nesses assentamentos rurais.

O que se percebe é que, a titulação definitiva de lotes de reforma agrária reduz a capacidade de investimento do governo na infraestrutura dos assentamentos passando as responsabilidades para os estados. Além disso, estas medidas provocam a venda de lotes para a

iniciativa privada facilitando ainda a reconcentração fundiária, especialmente na Amazônia, onde a situação fundiária é particularmente latente.

> A Lei nº 13.465 atua sobre a política de regularização fundiária rural e urbana, incluindo a Amazônia legal, além de modificar procedimentos de alienação de imóveis públicos. Cabe destacar que a referida lei faz possível dar um título definitivo àqueles que ocupam imóveis da União de maneira irregular, incluindo espaços da Amazônia legal, o que gera um debate sobre a regularização da grilagem de terras. Inclui também novas regras para a seleção de assentados, além de passar a conceder os títulos das propriedades de maneira incisiva (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020, p. 157).

Em 2018, as forças conservadoras elegem Jair Bolsonaro presidente da república. De acordo com Alentejano (2020), há uma série de discordâncias no sentido de conceituar o que representou a composição de forças políticas do governo Bolsonaro e sua caracterização enquanto instrumento de poder. Porém, não seria nenhum exagero afirmar que a ascensão de Bolsonaro ao cargo de Presidente da República do Brasil está associada a um aparelhamento ideológico bem elaborado envolvendo setores ultraconservadores da cidade e do campo.

Podem-se elencar entre as forças conservadoras os militares, grupos empresariais ligados ao capital nacional e internacional, as correntes religiosas envolvendo alguns setores das igrejas católica, igrejas evangélicas, denominações diversas de defensores do nazifascismo, e setores empresariais ruralistas envolvendo patrocinadores da violência no campo a exemplo da antiga UDR e Tradição Família e Propriedade TFP, a Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados que já tentava a todo custo impedir o avanço das políticas de reforma agrária e assentamentos rurais no País, conforme descrições de Alentejano (2020, p. 355-356):

> Do ponto de vista da questão agrária, não resta dúvida de que a violência e o autoritarismo são marcas fundamentais deste governo e a reforma agrária foi totalmente paralisada, assim como a demarcação de terras onde vivem povos indígenas e territórios de comunidades quilombolas, permitindo afirmar que há nítidos elementos de fascistização nas ações desenvolvidas pelo governo Bolsonaro no campo brasileiro. A própria nomeação de Luiz Antônio Nabhan Garcia para a Secretaria de Assuntos Fundiários, indica essa tendência, afinal trata-se do presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), organização patronal mais truculenta existente no campo brasileiro, associada historicamente a práticas violentas de combate a ocupações de terra e assassinato de trabalhadores rurais.

Na mesma trilha de compreensão, Moreira *et al.* (2021), esclarecem que o governo Bolsonaro nasce declaradamente oposto aos trabalhadores e alimentou uma posição contrária aos movimentos sociais da cidade e do campo. Sua plataforma de governo estava ancorada na promessa de frear qualquer tentativa de realização de reforma agrária. Nos primeiros dias de mandato, autorizou por tempo indeterminado a suspensão de vistorias de propriedades indicadas como improdutivas, emperrando até mesmo os processos que já estavam em andamento.

Segundo Moreira *et al.* (2021), as medidas administrativas do Governo Bolsonaro têm sido no sentido de dar continuidade no desmonte das políticas de reforma agrária iniciada no governo Temer. Uma destas medidas diz respeito a elaboração de um "novo" regimento interno do INCRA, estabelecido pela Portaria n.º 531 de 23 de março de 2020, a qual extinguiu as Diretorias internas responsáveis pela implantação dos projetos de assentamentos, conforme menciona Moreira:

> A partir daí a criação de novos assentamentos e seleção de novas famílias passam a ser subordinadas a uma Coordenação Geral de Implantação. Além desta Coordenação, está sob a gestão da nova Diretoria duas outras coordenações: a de Infraestrutura e a de Desenvolvimento. Esta nova estrutura organizacional enfraquece e dificulta qualquer ação no sentido da obtenção e implantação de Projetos de assentamentos de reforma agrária (MOREIRA *et al*., 2021, p. 286).

Moreira *et al.* (2021), descreve ainda que a gestão Bolsonaro inviabilizou o funcionamento do INCRA tornando-o inoperante, especialmente a partir das diretrizes administrativas instituídas no novo Regimento Interno, uma demonstração clara de desrespeito ao conceito do princípio constitucional da função social da terra, princípio este essencial para a implantação dos assentamentos rurais. Ao partilhar a discordância do conceito de função social da terra, o governo Bolsonaro passou a promover diariamente duros ataques contra a reforma agrária e os movimentos sociais. Para atacar as bandeiras de lutas pela terra, o Governo Federal contou com o apoio dos setores ultraconservadores do meio rural responsáveis pela sua vitória eleitoral. Por outro lado, os ataques partiam de setores de mídias sociais e líderes religiosos evangélicos que se encarregaram de combater duramente as conquistas no campo conquistadas pelos movimentos sociais com apoio dos governos progressistas. Vale ressaltar que essa visão conservadora adotada pelo governo não é recente já que as forças conservadoras faziam parte dos debates inflamados no Parlamento e no Congresso Nacional. Portanto, a vitória de Bolsonaro foi apenas a continuidade de uma tendência que já se esboçava no meio urbano e rural desde o governo FHC, que continuou a se expandir nos mandatos de Lula, Dilma e Temer, consolidando-se enquanto força política a partir de 2018 com a eleição do Bolsonaro, segundo esse autor: "[…] o fortalecimento do agronegócio foi decorrência de um conjunto de políticas que atravessaram os governos FHC, Lula, Dilma e Temer e chegaram ao governo Bolsonaro, sem abalos, sem rupturas, conferindo cada vez mais poder econômico e político a este segmento" (ALENTEJANO, 2020, p. 365).

No caso específico da reforma agrária do governo Bolsonaro, as medidas administrativas adotadas a partir de 2018, tornaram a situação ainda mais complexa, especialmente no que diz

respeito às políticas públicas voltadas para os assentamentos, que foram neutralizadas ou, em muitos casos, simplesmente deixaram de existir.

> As políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo Bolsonaro no primeiro ano de mandato têm três marcas fundamentais: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia (ALENTEJANO 2020, p. 364-65).

No tocante a questão agrária voltada para os camponeses, o próprio presidente admitia claramente em mensagens políticas e pronunciamentos públicos seu desejo de inviabilizar esta política pública. Um dos pronunciamentos realizados em 22 de maio de 2018, o presidente afirmou que "A propriedade privada é sagrada. Temos que tipificar como terroristas as ações desses marginais. Invadiu? É chumbo!" e, nos anos seguinte, em 16 de agosto de 2019 declarou ainda: "Enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena".

Segundo Alentejano (2020), nos governos anteriores, a prática comum do INCRA para a viabilização dos assentamentos de reforma agrária era de conceder o Contrato de Concessão de Uso transferindo o imóvel provisoriamente e garantindo ao assentado os créditos financeiros e os benefícios sociais que contribuíam para sua permanência na terra. As medidas administrativas alteradas pelo Governo Bolsonaro trata-se do — Título de Domínio — uma medida que transfere a terra ao beneficiário de reforma agrária de forma definitiva, ou seja, o lote passa a ser propriedade da família, podendo ele vender quando desejar, daí porque a bancada do agronegócio vem apoiando a política de titulação de terras nos assentamentos. Essa tem sido a solução encontrada pelos dois últimos governos para promover a titulação definitiva, isentando-se das responsabilidades sociais e de créditos, bem como recolocando as terras no mercado que, posteriormente, poderão ser compradas ou arrendadas, circunstância que já vem ocorrendo em várias regiões do Brasil.

Em síntese, o governo Bolsonaro, além de radicalizar a tendência em curso quanto à redução das políticas públicas de reforma agrária, promoveu as políticas de titulação definitiva dos assentamentos, retirando as responsabilidades sociais, promovendo a mercantilização da terra. Para o agronegócio, o Governo Federal ofereceu volumosos incentivos financeiros, sobretudo no período da pandemia (2020–2022), quando os preços das *commodities* agrícolas (carne, soja, milho) tiveram preços elevados no mercado internacional, contribuindo para aumentar ainda mais as desigualdades sociais, dificultando a permanência de populações no campo.

Ao concluir este capítulo, considera-se que a questão agrária no Brasil, desde sua origem, sempre foi colocada em segundo plano, à medida que as oligarquias portuguesas adotaram um modelo de distribuição de terras por meio das Capitanias Hereditárias, no primeiro século de colonização, priorizando as monoculturas de cana-de-açúcar cultivadas em grandes latifúndios.

No período monárquico, instituiu-se a Lei de Terras, que teve como principal finalidade garantir a permanência do grande latifúndio, sustentado pelo trabalho escravo. No entanto, observa-se que, apesar do predomínio da grande propriedade rural em todos os períodos da história do Brasil, os expropriados da terra ofereceram resistência à concentração fundiária por meio de diversas formas de organização.

Essas formas de resistência — embora duramente reprimidas pelas forças policiais do Estado — se manifestaram tanto por meio de grupos armados quanto por mobilizações sociais em defesa da conquista da terra e da construção de um modelo de distribuição fundiária que contemplasse os interesses dos camponeses.

CAPÍTULO IV - A OCUPAÇÃO DO ARAGUAIA PARAENSE PÓS-1950: O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA A SERVIÇO DO CAPITAL

> *"Quem vê a placidez do Araguaia, a beleza de suas margens das suas praias, não pode imaginar tanta violência e tanto sangue derramado. A história aqui é forjada a ferro e a fogo"* (FIGUEIRA, 1986, p. 13).

Neste capítulo, suscitaram-se reflexões acerca da estrutura fundiária do Araguaia paraense pós-1950, a partir de autores da região. Levantaram-se ainda reflexões sobre a ocupação privada da terra, envolvendo o avanço do capital e a resistência camponesa, a partir de novas configurações e arranjos territoriais decorrentes da conquista da terra pelos camponeses e da consolidação da pecuária extensiva. Suscitou-se, também, a compreensão sobre as visões de desenvolvimento do grande capital, confrontando o modelo regional/territorial implantado pelo Estado, a partir da década de 1960, no território, e o fortalecimento das forças conservadoras e das frações mais atrasadas do capital — o que Cano (2002, 2010) descreveu como capital mercantil —, que busca desmistificar a ideia de modernidade do agronegócio, lançando luz sobre a face arcaica desse processo, com enfoque na estrutura fundiária local a partir da chegada dos "novos bandeirantes", da mercantilização da terra, dos conflitos e das resistências ao modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro.

4. Estrutura fundiária local: Os novos bandeirantes e a mercantilização da terra no Araguaia

A ocupação do território do Araguaia paraense ocorre mediante a integração da região ao contexto nacional. Nessa perspectiva, a partir da década de 1960, o governo brasileiro buscava atrair o capital nacional e internacional, oferecendo concessões de terras na Amazônia, contando também com a participação direta do governo do Pará. Desse modo, a expansão da fronteira agrícola deu-se, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, sendo o espaço territorial modelado em função da disponibilidade de terras devolutas e recursos naturais abundantes; do crédito subsidiado por meio de incentivos fiscais da SUDAM; da infraestrutura de estradas para o escoamento de commodities (madeira, carne bovina, minério); e da concessão de vastas extensões de terras mediante expulsões e violência contra os primeiros ocupantes: indígenas, criadores pastoris, extrativistas e camponeses.

Santos (1986) e Vaz (2013), descreve que a ocupação da região do Araguaia se classifica em dois momentos distintos. As frentes pastoris e extrativistas advindas basicamente do Nordeste e as frentes formadas por migrantes provenientes de várias regiões do Brasil, especialmente dos

estados de Goiás, Maranhão, Piauí e Centro-Sul, estimuladas pela propaganda dos militares no período de instalação dos projetos de desenvolvimento na década de 1960.

Segundo Vaz (2013), a trajetória da formação de grandes latifúndios na região, é retratada a partir de agosto de 1959 quando o empresário e cafeicultor paulista João Lanari do Val chefiou a primeira expedição para aquisição de terras e instalação de fazendas de gado no Araguaia. Essa autora descreve que, munido de informações e utilizando um mapa de levantamento aerofotogramétrico que encomendara, e farto suprimento, este empresário paulista partiu do Estado de Goiás acompanhado por tropeiros e mateiros experientes, embrenhando no cerrado e floresta paraense até sua chegada nas proximidades do antigo entreposto de extrativistas de caucho localizado às margens do rio Arraias, próximo a atual vila de Alacilândia, município de Conceição do Araguaia.

De acordo com as discrições de Vaz (2013), essa excursão foi posteriormente registrada em várias revistas da época e até em livros que narravam com orgulho a saga dos "pioneiros e desbravadores". Ao que se sabe, essa epopeia expansionista ocorreu quando João Lanari arregimentou antigos mateiros — exploradores da floresta que se orientavam sem auxílio de bússola — e extratores experientes que já conhecia as antigas trilhas que dava acesso aos seringais abandonados. Conforme registros de Fábio Carlos da Silva, pesquisador dos primeiros pioneiros que chegaram à região:

> José Bueno Cintra, um dos empregados da fazenda goiana, sertanista experiente, que inclusive integrou-se à Coluna Prestes, quando essa passou por Goiás, na década de 1920, e Claudino Ferreira Lima, outro empregado de João Lanari que havia conhecido o Xingu nos anos 1908-1912, durante a exploração do caucho, eram profundos conhecedores do sertão central brasileiro e sabiam da qualidade e fertilidade das terras do sul do Pará (SILVA, 2019, p. 94).

Ainda segundo Silva (2013) e Vaz (2019), com o conhecimento da área pretendida, João Lanari entrou com o pedido de concessão de um grande latifúndio junto ao Governo do Pará para a obtenção de uma das primeiras áreas que ficou conhecida na região como o maior latifúndio em terras públicas do Araguaia paraense: a Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG). Essa concessão abrangia 80 glebas de 4.375 hectares cada, constituindo uma área total de 348.480 hectares, (quase 20% do município da área territorial do município de Conceição do Araguaia), marcando o início da especulação de terras por meio de empresas de capital privados.

> Com base em seu ideal de um processo de ocupação privado, João Lanari conseguiu nos anos seguintes, junto ao governo estadual, a regularização fundiária dessas 80 glebas, em nome de amigos, parentes e alguns funcionários. Após a transcrição desses títulos, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Conceição do Araguaia, esses

> serviram de patrimônio inicial para a futura incorporação das glebas, que fundaram a Companhia de Terras da Mata Geral, em 1963 (VAZ, 2013, p. 70).

A privatização de terras públicas no Araguaia à CTMG, é um ponto crucial para compreender a dimensão da apropriação pelo latifúndio por meio de concessões no Araguaia paraense, que desencadeou na atual concentração fundiária local e nos violentos conflitos agrários ocorridos nas décadas de 1970-80. Para Terence (2013), a privatização de terras por meio de concessões seguiu uma lógica mercantil de integração da fronteira através da construção de rodovias e projetos de desenvolvimento e tiveram início no final da década de 1950, antes da implantação da Ditadura Militar de 1964. Os projetos visavam atender alguns setores ligados à reprodução do capital por meio da apropriação, privatização e valorização da terra, conforme esse autor:

> Com essa ação de titulação buscava-se a transformação da frente de "expansão pastoril camponesa", com tênues laços com o setor mercantil, em uma fronteira integrada às necessidades da reprodução ampliada do capital. Na Amazônia oriental, coube o pioneirismo dessa privatização no Pará à região aqui estudada, sobretudo pela valorização das terras devido ao início da construção da rodovia Belém-Brasília no ano de 1956 (TERENCE, 2013, p. 28).

Convém mencionar que o método de apropriação mediante concessões de terras públicas não era novo. Terence 2013), ao abordar o artifício de concessão de títulos imobiliários de terras descreve que a estratégia de apropriação de grandes extensões de terras devolutas já tinha sido empregada nos estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás.

Portanto, a privatização de terras pelo grande capital imobiliário gerou uma série de conflitos com os antigos moradores, criadores pastoris e camponeses porque as concessões eram estabelecidas sem obedecer a critérios técnicos ou conhecimento do território. Os levantamentos topográficos, por exemplo, na maioria das vezes, foram realizados mediante levantamento aerofotogramétrico "de cima para baixo", sem o devido conhecimento dos moradores, ou seja, dos criadores pastoris, agricultores e extrativistas que já habitavam estes locais. Desse modo, sem levar em conta estes fatores, em 1961, o Governo do Pará expediu dezenas de títulos provisórios e de aforamento ao capital privado, conforme delineia Terence:

> Muitos dos títulos de terra foram concedidos no começo da década de 1960, ainda antes do golpe militar. Uma das primeiras localidades a sofrer o referido processo de privatização e titulação foi a região dos campos de Pau D'arco que, como já foi dito, era inicialmente território indígena e depois de criadores de gado e de camponeses, localidade situada às margens da Mata Geral que ligava o Araguaia ao Xingu e à época pertencente ao município de Conceição do Araguaia. Desta forma, terras devolutas e apropriadas por produtores diretos foram, em consequência desses atos governamentais, transformadas em grandes propriedades agropecuárias capitalistas (TERENCE, 2013, p. 29).

Os casos emblemáticos de concessões de terras no território do Araguaia em favor dos empresários e cafeicultores paulistas, a exemplo de João Lanari do Val e Nicolau Lunardelli, são emblemáticos para se ter conhecimento de como o capital privado se apropriou de grandes extensões de terras no território. Porém, convém ressaltar que essa privatização já ocorria mesmo antes da instituição do regime militar, período em que as concessões ganharam proporções ainda maiores em toda a Amazônia. Para pleitear tal intento, os empresários utilizaram uma estratégia política articulada entre os governos paulista e do Pará, envolvendo negociações com setores da política paulista e paraense e a participação de cafeicultores e empresários influentes. A criação da empresa imobiliária Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG), pelo empresário João Lanari se encarregou de regularizar e comercializar as glebas a vários empresários e contou com a atuação de personalidades da política nacional e cafeicultores paulistas interessados na exploração madeireira, agropecuária e mineral, conforme delineia Terence:

> Em 1962 foram apresentados junto aos órgãos competentes do estado do Pará 86 requerimentos para a obtenção de títulos de pleno domínio, cada qual demandando a titulação de 4.356 ha. Desse total foram aprovados 80 títulos pelo governo estadual, cobrindo uma área total de 348.480 ha. Dentre os nomes dos titulares dos requerimentos aparecem diversos parentes, amigos e funcionários dos sócios da Companhia da Mata Geral, com destaque para o nome de Ulisses Guimarães, já deputado federal à época, e de sua esposa, Ida de Almeida Guimarães. Este deputado, portanto, além de ajudar no tráfico de influência junto ao governo paraense para a titulação das terras do Araguaia Paraense, também serviu diretamente como preposto, como "laranja" dos sócios Lunardelli e Lanari do Val. Havia ainda 19 menores entre os 80 contemplados (TERENCE, 2013, p. 29).

Segundo Terence (2013), as concessões de terras adquiridas junto ao Governo do Pará tinham como objetivo a especulação imobiliária comercializados no mercado imobiliário para fazendeiros de vários estados da federação. Nestes casos, após a aquisição dos lotes, os proprietários exploravam as madeiras de lei (mogno, cedro, peroba etc.), em seguida cultivava uma pequena área de pastagem e revendia para um terceiro, configurando uma verdadeira pilhagem e especulação de terras públicas adquiridas a preços irrisórios do Governo do Estado. De acordo com esse autor entre os anos de 1924 e 1976, foram concedidos à iniciativa privada um total de 1.474.045 hectares, terras adquiridas para especulação imobiliária, conforme demonstra a Tabela 2 a maioria das concessões ocorreram entre 1958 e 1968, período que ocorreram a instalação de projetos de desenvolvimento.

Tabela 2 - Terras devolutas vendidas pelo governo do Pará para a iniciativa privada entre os anos de 1924-1976.

Período	Títulos	Área total vendida
1924-1928	126	38.769,6
1939-1943	136	35.604,8
1954-1958	368	60.904,0
1959-1963	1.575	5.646.375,0
1964-1968	267	840.771,1
1969-1973	33	23.725,8
1974-1976	29	91.325,0

Fonte: Terence 2013, *apud* Penarocha 1998, p. 56.

De acordo com Figueira (1986) e Pereira (2010), os grupos favorecidos pelos projetos madeireiros e agropecuários instalados na região eram constituídos por empresas do setor financeiro e familiares tradicionais da política brasileira do Centro-Sul, ou seja, grupos empresariais e latifundiários que residiam fora da região.

> [...] em 1980, havia no sul do Pará 59 projetos agropecuários incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ocupando 4,5 milhões de hectares de terras, mais do dobro da área do Estado de Sergipe (Pinto, 1982). Essas terras foram então ocupadas por dois tipos de empreendimentos agropecuários. O primeiro era composto por empresas que desempenhavam as suas atividades na área financeira (Bamerindus, Bradesco, Banco Econômico, Banco Pontual, Banco Arbi, Banco Mercantil, Atlântica Boa Vista), industrial (Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagem, Manah, Supergasbrás), de construção (Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez), e madeireira (Madeireira Agropecuária S/A, Madeireira Araguaia Ltda-MAGINCO, Madeira União Salobo Ltda-MUSA). O segundo tipo de empreendimento era composto por empresas familiares como as famílias paulistas Lunardelli, as famílias Barbosa, Bannach, Quagliato, Avelino, Andrade etc. (PEREIRA, 2010, p. 2).

Pereira (2010) e Terence (2013) retratam que a construção das rodovias federais serviu de atrativo para que empresas de variados setores da economia, empreendimentos imobiliários, empresariais e bancário aproveitaram de influência política para adquirir terras a baixo custo para especulação e expansão de suas atividades que se encontravam estagnadas nos seus lugares de origem. Com a promessa dos militares de ocupar o "vazio demográfico", os empresários aproveitaram a ocasião para impor aos moradores locais, os moldes de produção do capital como forma de romper coma às formas de produção de subsistência dos moradores locais até então predominantes na região.

> O seu território (sobretudo a parte oriental) foi, então, quadriculado sobre a mesa de burocratas de órgãos governamentais estaduais e federal e cedido às iniciativas privadas. Os empresários uma vez com títulos de terras nas mãos, os camponeses, que a muito tempo habitavam aquelas paragens, passaram a ser ilegais aos olhos da justiça e dos órgãos de repressão, de planejamento e responsáveis de questões agrárias. Esses trabalhadores foram, diversas vezes, acusados de atrapalhar a implantação de projetos agropecuários âncora do “desenvolvimento” e do “progresso” da região e do país (PEREIRA, 2010, p. 2).

Nesta pesquisa, abordamos a questão da fronteira, ancorados nas compreensões de Velho (1976), Martins (2009; 2012), Becker (2007) e Vaz (2013). Portanto, o conceito de fronteira é compreendido por Martins (2009; 2012) como algo desejável, que "atravessa" de forma permanente. No caso da fronteira de ocupação do Araguaia paraense, a qual estamos tratando nesta pesquisa, a região apresenta-se diante de uma realidade agrícola que se desenvolveu neste território como espaço de descoberta e de desentendimento entre a cultura e a natureza, cujo retrato é a "degradação do outro", que viabiliza uma relação social de domínio e exploração, com geração de conflitos sociais (Martins, 2009).

A compreensão desse autor sobre os conceitos de fronteira, frente de expansão e frente pioneira vai muito além das divergências conceituais acerca dessa temática. Assim, as definições por ele apontadas reforçam a análise sobre a realidade da Amazônia, levando em conta a atualidade do conceito, de modo que a fronteira não se restringe apenas às questões geográficas, mas comporta diferentes interpretações, já que:

> [...] É também lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento, do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos, já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão ―do outro lado‖, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 10).

Na concepção de Velho (1976), a ideia de fronteira não pode ser compreendida apenas como uma fundamentação econômica e geográfica, pois se funda em uma inter-relação entre diferentes momentos da história. Assim, numa tentativa de avançar ainda mais essa discussão, o autor substitui o conceito pela noção de "fronteira em movimento", uma vez que, em sua concepção, a Amazônia deixa de ser apenas extrativista e mineral, passando a ser alcançada pela frente agropecuária, recebendo novos atores — camponeses, migrantes — num processo marcado por contradições e diversos conflitos.

> [...] Deve ser dito que essa ocupação camponesa não foi inteiramente pacífica. Devido a choques anteriores com coletores de borracha e castanha, os grupos indígenas já estavam muito reduzidos numericamente nessa área a ser alcançada pela fronteira (nessa época, talvez uma frente de expansão) camponesa nos anos 50 e nenhum problema significativo surgiu da parte deles (Laraia e Matta, 1967); pelo menos do ponto de vista dos camponeses. Mas houve problemas com grandes ―donos‖ de castanhais e criadores de gado. Toda espécie de conflito surgiu. Em diversos casos camponeses individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação. Por vezes era empregada a violência aberta com a destruição de plantações pelo gado e a queima das casas. Mortes também ocorriam. (VELHO, 1976, apud AMARAL, 2010, p. 113).

Outra autora, Vaz (2013), interpreta o conceito de *fronteira* de Martins, como algo que vai muito além das *frentes de ocupação*. No seu sentido amplo, — "navega" para algo — desejado e/ou — "inatingível", reforçando a ideia de migração permanente demostrado no Araguaia paraense onde a *fronteira já* se expandiu para outras regiões distantes, São Félix do Xingu, Anapu, Novo Repartimento, segundo Vaz:

> [...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade**.** É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (VAZ, 2013, p. 62).

Em síntese, Vaz (2013), ancorada nas interpretações de Martins, esclarece que as divergências quanto aos conceitos de Fronteira, Frente de Expansão e Frente Pioneira partem da compreensão dos geógrafos, que a definem como uma das fases da reprodução ampliada do capital, enquanto sociólogos e antropólogos, ao contrário, entendem que ela deve ser vista como uma face da fronteira, não sendo caracteristicamente capitalista, mas sim composta por redes de trocas e relações comerciais.

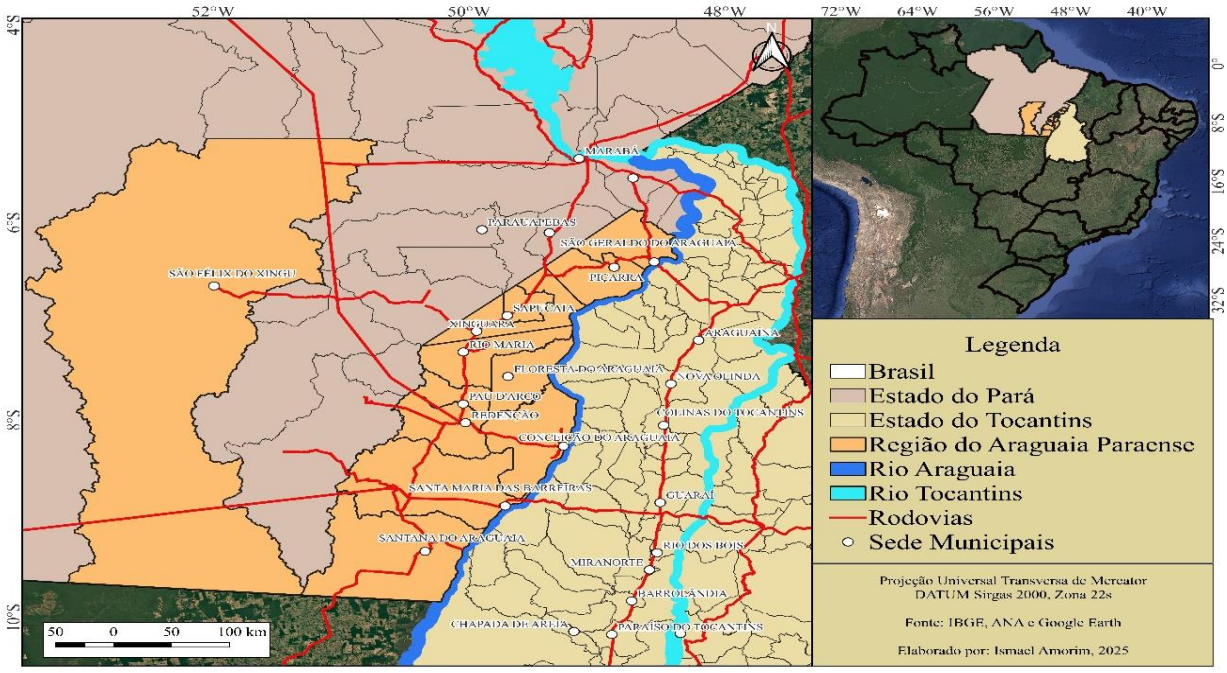
Martins (1981) acrescenta que a ocupação da Amazônia por frentes pioneiras tratou-se de um movimento elitista, liderado por empresários com fortes relações com o poder político central e com setores ligados ao capital — um empresariado que enxergava os ocupantes naturais (as frentes pastoris, posseiros e extrativistas) como invasores, inimigos do progresso e do desenvolvimento.

Ainda segundo esse autor, a frente de expansão é compreendida a partir da concepção de resistência ao modelo de ocupação das frentes pioneiras, aliadas à modernização conservadora. Ele destaca, ainda, que os deserdados da terra, isto é, os empobrecidos do campo (vítimas de um longo processo de exclusão), foram impelidos pelo acelerado processo de modernização da agricultura empresarial, que os empurrou cada vez mais para a fronteira. Desse modo, esses grupos sociais excluídos viram-se obrigados a se organizar e resistir ao avanço do capital como única alternativa de sobrevivência. Dessa contradição entre o capitalista opressor — que os expulsa e se expande — surgiu a resistência camponesa ao latifúndio (Martins, 1981).

A partir desse entendimento, Pereira (2004) e Terence (2013), ao analisarem o contexto socio-histórico do Araguaia paraense na década de 1950, acrescentam que a região apresentava um cenário de grandes transformações na estrutura agrária local. Segundo esses autores, no

contexto nacional, o governo de Juscelino Kubitschek iniciou a construção da rodovia Belém-Brasília, com o objetivo de integrar o Centro-Oeste à Região Norte, proporcionando uma nova configuração social e econômica diante da calmaria local, marcada pela ocupação pastoril e extrativista. Ainda segundo os autores, a integração terrestre ocorreu com a construção da rodovia estadual TO-336, com extensão de 135 km, que interligou a região à Belém-Brasília, partindo da cidade de Guaraí (atual Tocantins) e atravessando o rio Araguaia até a cidade de Conceição do Araguaia, na margem paraense. A superação da barreira do rio — que até então era um obstáculo ao transporte de produtos regionais — foi um marco importante que contribuiu para a migração de populações em busca de terra e trabalho, além de facilitar o escoamento de mercadorias paraenses, especialmente o charque, a castanha e as madeiras (Figura 8).

Figura 8 - Rodovias de interligação do Araguaia paraense com as demais regiões brasileiras.



Fonte IBGE (2024). Adaptado pelo autor.

Velho (1976) compreende o processo de estruturação fundiária no Vale do Araguaia como parte de um movimento histórico mais amplo de incorporação de novas áreas ao território nacional, visando atender às demandas do grande capital que, desde a década de 1960, já expandia a fronteira agrícola no estado de Goiás, alargando-se com a integração do país à Amazônia por meio de rodovias federais e estaduais — fatores que desencadearam fluxos migratórios para o trabalho nos projetos de desenvolvimento.

Outros autores, como Melo (1999) e Terence (2013), ao analisarem a questão agrária no território do Araguaia paraense, mencionam que, no final da década de 1960, o Governo do

Estado do Pará realizou investimentos significativos na construção de infraestrutura rodoviária, com o objetivo de promover a integração regional. Entre as rodovias construídas, destacam-se a PA-287, ligando Conceição do Araguaia a Redenção, e a PA-150, que conectou a região à capital, Belém. Nas décadas seguintes, foram construídas diversas rodovias estaduais que se tornaram corredores migratórios e rotas de integração de projetos de loteamento rural, como o Projeto Tucumã e a ligação da PA-279 à cidade de São Félix do Xingu. Além das rodovias, que facilitaram a instalação de diversos projetos agropecuários e impulsionaram uma intensa migração, surgiram dezenas de cidades — como Água Azul do Norte, Ourilândia e Tucumã —, desempenhando papel essencial na integração com o restante do país, sobretudo no escoamento de commodities, especialmente madeiras nobres, minérios, cacau e carne bovina.

Outra questão relevante no contexto dos projetos de desenvolvimento foram os incentivos fiscais (isenção de impostos para empresas), que, a partir dos governos militares, ganharam novas conotações. A ideia dos militares de promover a ocupação territorial por meio do incentivo ao desenvolvimento regional fez com que o Estado brasileiro fornecesse infraestrutura ferroviária e redes de comunicação, ao mesmo tempo em que promovia condições favoráveis para financiamento e empréstimos facilitados pela SUDAM, segundo Loureiro e Pinto (2005),

> A proposta baseava-se em oferecer inúmeras vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na região. Seu principal instrumento eram os incentivos fiscais, reorientados legalmente em 1967, principalmente para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra, destinam-se à exploração de produtos primários ou semielaborados e geram poucos empregos. Eram concedidos (via Sudam e Basa) aos empresários por longos períodos (dez a quinze anos). Por meio dos incentivos fiscais, as grandes empresas beneficiadas poderiam destinar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar com aqueles recursos novas empresas na região (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 78).

Acerca desses projetos de desenvolvimento, Becker (2009) destaca que o incentivo à instalação dessas iniciativas pelos militares, na década de 1960, configurou a percepção da região como uma área de dinâmica econômica, com transformações radicais no cenário local, seguidas de impactos estruturais, sociais e econômicos que transformaram a vida pacata das populações locais em um ambiente efervescente, marcado por tensões sociais, grandes fluxos migratórios e de mercadorias, máquinas pesadas, caminhões, estradas, ferrovias, redes de transporte e comunicação.

Martins (1981) e Oliveira (1988) destacam que, para ocupar a Amazônia, os militares se ampararam no princípio da doutrina de segurança nacional “integrar para não entregar”, uma ideologia utilizada como pretexto para justificar a ocupação territorial, baseada na crença de que

era necessário integrar a Amazônia ao restante do Brasil antes que ela fosse invadida por estrangeiros (Martins, 1981; Oliveira, 1988).

Apesar disso, Maia (2012) esclarece que a ideia de integrar a Amazônia ao contexto nacional não era recente e já estava presente entre os militares desde a era Vargas, com a criação da autarquia governamental Fundação Brasil Central (FBC), em 1942. Esse pensamento estava imbuído no ideal desenvolvimentista, amplamente defendido no período do Estado Novo, que almejava integrar a Amazônia ao cenário nacional como fornecedora de matérias-primas para alavancar o desenvolvimento industrial do país.

Nesse contexto, o Pará foi, sem dúvida, o estado que sofreu os maiores impactos da colonização, sobretudo as regiões sul e sudeste, localizadas na parte oriental da Amazônia. A proximidade com a rodovia Belém-Brasília (BR-316) facilitou a chegada de migrantes em busca de terra e trabalho — em sua maioria, nordestinos — que alimentavam a esperança de adquirir um lote de terra, incentivados pela propaganda do Governo Federal que afirmava, por meio da televisão e do rádio, que na Amazônia existiam “terras sem homens para homens sem-terra”.

A historiografia regional elucida dezenas de relatos de migrantes e suas trajetórias rumo à Amazônia. Um desses relatos afirmava que era comum, naquele período, ouvir a propaganda do Governo Federal no rádio, incentivando as populações pobres a migrarem. Movidas por esse sonho, milhares de famílias vendiam tudo o que possuíam e partiam em busca de um pedaço de terra. Normalmente, organizavam-se em grupos, reunindo várias famílias conhecidas. Contratavam caminhões, caravanas e comboios de carros, ou compravam passagens de ônibus, deslocando-se em direção aos projetos de colonização em busca da "terra prometida".

O sociólogo Lúcio Flávio Pinto, pesquisador das trajetórias de migrantes para a região do Araguaia em meados da década de 1970, retrata esse período de intenso movimento migratório. Segundo o autor, o surgimento de vilas e povoados ocorria “do dia para a noite”, com a chegada diária de centenas de famílias, na esperança de conseguir um pedaço de terra ou um emprego nos projetos de desenvolvimento locais.

Ainda segundo esse autor, o sonho de uma vida melhor na distante Amazônia muitas vezes se convertia em verdadeiro pesadelo, pois a maioria das terras prometidas aos migrantes já se encontrava ocupada por latifúndios e madeireiras. Assim, as famílias desabrigadas que chegavam à região procuravam o GETAT ou o INCRA, onde se cadastravam à espera de um lote. Porém, cansadas de esperar pela terra, buscavam empregos nas madeireiras, realizavam serviços de derrubada nas fazendas ou mesmo se juntavam a centenas de outros camponeses, ocupando espontaneamente terras em disputa. Na maioria das vezes, essas famílias contavam

com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), que assessoravam e forneciam suporte para a conquista da terra e a resistência às perseguições de grileiros e latifundiários.

A esse respeito, encontra-se farta documentação e relatos registrados nos arquivos da CPT. De acordo com Pereira (2015), a conquista da terra obedecia a um conjunto de estratégias utilizadas para garantir a ocupação e, em muitos casos, o sucesso dependia do poder de organização desses grupos. Era comum, por exemplo, os posseiros fazerem uma roça coletiva, onde se plantava mandioca e arroz para garantir o sustento das famílias que aguardavam a terra nas vilas e povoados da região. A instalação no lote ocorria somente quando a situação na ocupação se acalmava e se tornava possível construir uma casa de palha provisória. Enquanto os posseiros lutavam para conquistar a terra, realizavam reuniões, e um pequeno grupo se encarregava de negociar acordos com o apoio da CPT e do STR, mediante a confecção de um mapa provisório com a divisão dos lotes de cada família ocupante.

As trajetórias dos posseiros também são encontradas nos estudos de Durães (2000), em pesquisa realizada sobre a ocupação do Assentamento Vermelho e Preto, no município de Xinguara, ocorrida no ano de 2000. Segundo esse pesquisador, as primeiras medidas dos que pleiteavam um pedaço de terra consistiam em localizar uma área dentro da ocupação — entre dois e quatro hectares de terra de boa qualidade — para fazer uma roça provisória, preferencialmente próxima a uma fonte de água. Esse processo começava com o roço, conhecido como “broca da mata”, seguido da derrubada das árvores com o uso de machados. No mês de agosto, realizava-se a queimada, conforme ilustra Pereira:

> O camponês combinava, em diferentes formas, a sua roça e a criação (porco, galinha, gado, animais silvestres etc.) com a pesca, caça e o extrativismo vegetal. Com base em uma tecnologia simples, ele fazia a sua roça. Roçava e derrubava a floresta ou a capoeira, queimava e plantava a semente. Sempre trocava de lugar, enquanto o antigo roçado ficava em pousio para novamente poder plantar. Uns mais abastados constituíam verdadeiros latifúndios. Organizavam as suas fazendas criando o seu gado nos campos e cerrados, sem cercas. Outros, mais humildes, contentavam-se em pedir aos primeiros ocupantes pequena área onde possam levantar a sua choupana e algumas braças de mato para as suas futuras plantações (PEREIRA, 2004, p. 37).

Portanto, os migrantes que chegavam à região do Araguaia paraense na década de 1960 se caracterizavam socialmente de diferentes formas. Alguns traziam consigo um pequeno capital e compravam um lote de terra, enquanto a maioria aguardava a aquisição pelo governo, o que, na maioria das vezes, não acontecia, obrigando-os a recorrer à ocupação. Segundo as descrições de Durães (2000) e Pereira (2004), as práticas de organização e luta pela posse da terra eram diversas e variavam de acordo com a capacidade de organização dos grupos que sonhavam obter seu pedaço de terra.

Outra questão importante relacionada à ocupação da terra por meio de órgãos oficiais do Governo Federal foram os Projetos de Desenvolvimento Agrícola (PDA). De acordo com Hébette (1992), os PDAs dos governos militares foram os principais meios utilizados para assentar as famílias de migrantes. Contudo, os militares priorizaram o grande capital, estimulando a concessão de terras para empresas nacionais e estrangeiras. Isso atraiu grupos econômicos por meio de incentivos fiscais. Esses incentivos atraíram dezenas de empresas para a Amazônia, atuantes em diversos setores da economia, especialmente madeireiras, mineradoras, agropecuárias e bancos, conforme destaca Hébette,

> [...] especuladores baixaram de paraquedas em cima das terras devolutas. [...] ofuscado no noticiário do latifúndio criador de conflitos no território de Conceição do Araguaia [...] nessa época o município de Conceição do Araguaia já tinha 76% de suas terras apropriadas, 772 propriedades cadastradas, com 204 proprietários de mais de mil hectares, entre os quais, 25 de mais de 10.000. Essa ocupação latifundiária dava prosseguimento à que se tinha efetivado poucos anos antes em todo o norte de Goiás, ao longo da Belém - Brasília. Aí estavam, já na década de 60, grandes nomes nacionais de fazendeiros, os Lunardelli, Junqueira, Meimberg, e novos proprietários fundiários estrangeiros como o americano Davis, conhecido por sua violência contra os posseiros. Estavam beneficiando-se dos incentivos fiscais da Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que na década de 70 atraía as indústrias desejosas de reter o valor de seus impostos de renda [...] (HÉBETTE, 2004, p. 67, *apud* PUPIO, 2018, p. 66).

Para esse autor, os projetos de colonização oficial efetuados por meio da distribuição de lotes aos camponeses, promovidos pelo Governo Federal nas décadas de 1960 e 1970, foram estruturados às margens das grandes rodovias federais, como a Belém-Brasília e a Transamazônica, nos estados do Pará e de Rondônia, e tinham como objetivo atender às milhares de famílias de colonos provenientes do Nordeste.

Entretanto, Pinto (2012), ao analisar as migrações de nordestinos, esclarece que, além da colonização agrícola, o Governo Federal pretendia atrair a mão de obra nordestina para os projetos de desenvolvimento. Paralelamente, buscava atenuar as fortes organizações camponesas, bastante ativas naquele período, reduzir as tensões sociais provocadas pelos conflitos agrários locais e proteger os latifúndios canavieiros da costa nordestina, que estavam nas mãos de grandes proprietários, especialmente as usinas de cana-de-açúcar da Zona da Mata, mas que se encontravam em disputa pelas Ligas Camponesas, conforme delineia Pinto:

> Era preciso atender as levas de sertanejos tocados do interior pela fome e a miséria, que se projetavam ameaçadoramente como vagas incontroláveis sobre as cidades do litoral e as ricas propriedades rurais da Zona da Mata. Guardando o papel do discurso, Médici ofereceu uma solução em 1970. A Transamazônica. Os nordestinos seriam recrutados para construí-la como peões e também seriam assentados às suas margens como colonos. Teriam trabalho, terra e renda. O governo de direita do Brasil lhes atenderia com aquilo que seria a bandeira das massas russas revoltadas contra o czarismo milenar,

> que, seis décadas antes, provocaram o surgimento do primeiro governo socialista no mundo. O nordestino abandonado e maltratado finalmente se transformaria em dono de seu pedaço de terra, livrando-se do proprietário explorador. Não na sua terra natal. Na distante, desconhecida e misteriosa Amazônia (PINTO, 2012, p. 72).

As tentativas dos governos militares de atenuar os conflitos sociais por meio da integração nacional, mediante o incentivo às migrações para a Amazônia, foram abordadas por Becker (1997), ao delinear que a instalação de projetos de colonização na região pretendia assentar não só famílias de nordestinos, mas também milhares de migrantes de outras regiões do Brasil que desejavam mudar-se para a Amazônia e trabalhar na terra. No aspecto econômico, a perspectiva dos militares, a médio e longo prazo, era obter superávit na balança comercial por meio da exportação de madeiras nobres, carne bovina, minérios e grãos, ou seja, ampliar a fronteira agrícola através da modernização da agricultura empresarial, nos moldes da Revolução Verde, estendendo-se aos campos gerais e às áreas de floresta da Amazônia.

4.1 Conflitos e resistência: A tradição rebelde dos camponeses no Araguaia

Há um fragmento de um verso muito utilizado nas celebrações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, que foi incorporado ao conhecimento popular camponês, que começa dizendo: "o risco que corre o pau, corre o machado". Esta frase, atribuída a um posseiro do Maranhão descrito por Terence (2013, p. 48), demonstra quão acirrada foi a luta pela posse da terra no Araguaia e como os posseiros, cansados de presenciar as injustiças, em alguns casos, tiveram que enfrentar o latifúndio por meio de resistência armada, que, em sua essência, representou atitudes extremas na época, conforme delineia Terence:

> [...] um posseiro do Maranhão, integrante da luta pela terra na sua região registrava em um vídeo dos anos 1980, o destemor de alguns camponeses sem terra em revidarem armados as violências sofridas nas mãos de pistoleiros, vigilantes armados ou agentes estatais comprometidos com fazendeiros ou grandes grupos capitalistas que pretendiam monopolizar a terra na Amazônia Oriental. O mesmo senhor dizia que já estava cansado de ver companheiros de luta morrerem com “a bíblia de baixo dos braços” (TERENCE 2013, p. 48).

Nesta mesma linha de pensamento, Pereira (2015) destaca que os posseiros do Araguaia e o fenômeno social de luta pela terra expressam a realidade de camponeses e posseiros que ocupavam terras livres. Esses grupos, em um processo de resistência contra o latifúndio, uniram-se a outras famílias de pequenos agricultores, consolidando uma organização coletiva em busca de permanência e direito à terra, conforme descrito por Pereira:

> O posseiro é aquele trabalhador rural que ocupa terras devolutas, não tem nenhum tipo de documento que o define como possuidor de suas terras e, embora sendo expulso ou vivendo em constantes ameaças de expulsão, não ocupa uma área que já tenha sido de propriedade, um dono anterior a sua posse. De acordo com essas análises, na luta pela terra, o posseiro é visto como aquele que sofre a ação e não a exerce. É aquele trabalhador que reage a ação violenta dos que querem expulsá-lo da terra (PEREIRA, 2015, p. 63).

Terence (2013) e Pereira (2015) expõem que os conflitos agrários no Araguaia paraense resultam da ruptura entre o modelo tradicional de produção extrativista camponesa e a modernização conservadora da agricultura, marcada pela chegada do grande capital. Os autores destacam como fator principal para o agravamento desses conflitos a instituição da Ditadura Militar de 1964, período em que a Amazônia, de forma geral, testemunhou a ampliação das concessões de terras e dos benefícios fiscais destinados às empresas de grande capital. Diferentemente dos posseiros, que buscavam a terra como meio de sustento e trabalho para suas famílias, as empresas priorizavam a valorização fundiária e a especulação com terras.

Terence (2013) e Pereira (2015) evidenciam ainda que a grilagem de terras — falsificação de documentos para aquisição ilegal de propriedades — tornou-se uma prática recorrente, beneficiando grandes grupos interessados em financiamentos públicos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Entre 1966, ano da criação da SUDAM, e 1975, foram aprovados na região 53 grandes projetos, envolvendo madeireiras, mineradoras e empresas agropecuárias.

Sobre esta temática, Hébette (1992), menciona que o problema da grilagem de terras na Amazônia, intensificou porque não ocorria transparência do governo em fiscalizar as empresas imobiliárias que vendiam os títulos falsos a empresários. Segundo esse autor, os empresários, provenientes do Centro-sul, chegavam com os títulos de propriedades negociados com as imobiliárias, e na maioria das vezes, encontravam as propriedades já ocupadas por posseiros ou mesmo outros proprietários. Há milhares de registros de casos em que uma única propriedade aparece com múltiplos títulos falsos ou adquiridos ilegalmente. Assim, a falsificação de documentos contribuiu para o aumento dos conflitos, despejos judiciais e pistolagem. Hébette (1992) enumera dezenas de casos encontrados nos cartórios e arquivos públicos do Estado do Pará, segundo esse autor, "Houve muitas fraudes nesses negócios. Os corretores, isto é, os vendedores, falsificavam títulos de terra, trocavam as datas, amarelavam os documentos para comprovarem que estas terras tinham sido adquiridas dentro da lei" (HÉBETTE, 1992, p. 120). Reforçando este raciocínio, Pereira (2015), argumenta que ocorreram dezenas de conflitos envolvendo posseiros, e empresários madeireiros e pecuaristas, em função de títulos de propriedade falsos. Ou seja, o Governo do Pará, na época, emitiu dezenas de títulos de

propriedades em áreas já ocupadas por posseiros e embora os documentos fossem de fato "oficiais" houve casos que os moradores já residiam nas áreas há mais de 30 anos.

> Somente na região do Araguaia paraense foram emitidos, entre 1961 e 1964, 759 títulos medindo 4.356 hectares cada um, totalizando 3.306.204 hectares. A Fazenda Bela Vista de 17.486 hectares, por exemplo, foi adquirida nesse período na transição de vendas de terras pela Secretaria de Estado de Obras, Terras e Aviação, quando o então-general Luís Geolás de Moura Carvalho era governador do Estado do Pará (PEREIRA, 2015, p. 38).

Em 9 de julho de 1970, os militares criaram por decreto o INCRA visando atenuar os conflitos generalizados provocados, muitas vezes, pela emissão de títulos de propriedades já ocupadas. Nos anos seguintes, em virtude dos graves conflitos fundiários envolvendo assassinatos de posseiros, pistolagem, queima de casas e plantações, instalou-se a Superintendência Regional (SR 27), em Marabá, e Unidades Regionais nos municípios da região, visando mediar a situação fundiária das posses e dos conflitos que se encontravam generalizados. A ideia do Governo Federal era avançar nas desapropriações e demarcações das ocupações, já que quase todos os dias as manchetes de jornais de grande circulação nacional relatavam notícias de ameaças contra religiosos, violência, despejos e assassinatos envolvendo os projetos financiados pela SUDAM, notadamente, dinheiro público utilizado muitas vezes para financiar pistolagem, perseguir e ameaçar religiosos e até financiar assassinatos contra posseiros.

> [...] fazendo uma comparação entre as microrregiões homogêneas e (IBGE) do Pará, quanto à participação delas em valores totais de projetos financiados pelo SUDAM, por um lado, e o número de trabalhadores rurais assassinados pela posse da terra, por outro, identificou clara relação entre essas duas variáveis. O número de trabalhadores rurais assassinados em luta pela posse da terra foi maior, onde os valores dos incentivos fiscais foram mais alto. A região do Araguaia paraense, com 38,3% do valor dos incentivos, teve 40,6% do número de assassinados no campo. Desse modo, podemos perceber que, associado à violência rural, está estimulado e financiado pelo Estado, o fenômeno da concentração da terra (PEREIRA, 2004, p. 48).

Um marco relevante na história regional do Araguaia paraense foi a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em junho de 1975. Segundo Freitas (1994), a CPT nasceu das ideias da Carta Pastoral de ordenação do bispo Dom Pedro Casaldáliga em 1971, na cidade de São Felix do Araguaia, Mato Grosso. Seu conteúdo denunciava a realidade dos povos indígenas e posseiros da Amazônia, perseguidos pelas empresas agropecuárias e latifúndios no processo de modernização conservadora da agricultura. Ainda segundo este autor, a instalação da CPT no Município de Conceição do Araguaia ocorreu num período de intensos conflitos agrários, violência e assassinatos. Por mais de 40 anos, a CPT prestou assessoria aos trabalhadores rurais, um papel determinante no apoio jurídico e defesa de direitos a conquista da terra e na

formalização das denúncias e violações de direitos humanos, bem como de campanhas educativas e conscientização contra o trabalho escravo.

Ao descrever a relevância da luta dos posseiros e dos movimentos sociais na região, Pereira (2015) destaca a trágica realidade dos conflitos agrários locais, um período marcado por tensões sociais em que as ações dos órgãos públicos de justiça e dos serviços administrativos ligados ao INCRA frequentemente favoreciam os latifúndios. Segundo este autor, a maioria das vezes, estes órgãos posicionavam-se a favor das empresas agrícolas e dos latifundiários. Pereira (2015) menciona também que as práticas administrativas das unidades regionais do INCRA eram duramente questionadas pelos órgãos de assessoria dos posseiros e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), devido à atuação tendenciosa e direcionada de servidores que declaradamente favoreciam as empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras.

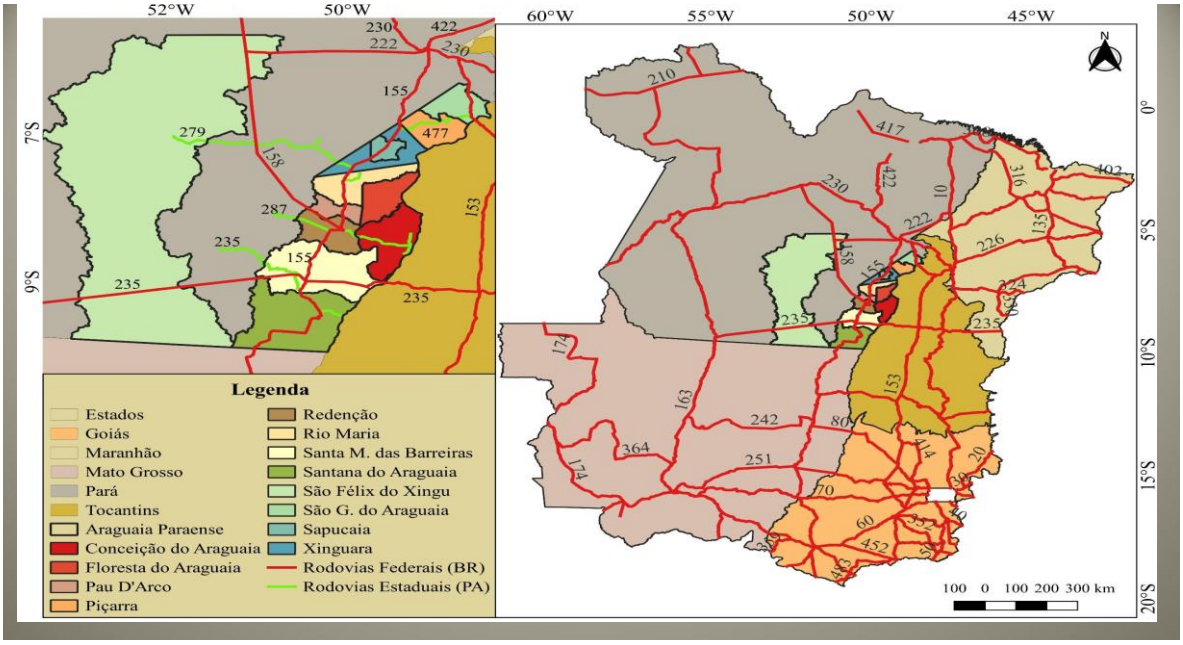
Cabe destacar, porém, que apesar dos entraves e enfrentamentos liderados pelos movimentos sociais, as Unidades Regionais do INCRA, de poder limitado de decisão, não deixavam de ser também uma referência para os trabalhadores rurais e posseiros na busca de suas reivindicações e alvos de protestos, acampamentos e cadastramentos de pessoas que desejavam receber um lote de terra nos projetos de Reforma Agrária do governo.

A luta pela terra no Araguaia paraense foi também influenciada pela Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1969-1973. De acordo com Sader (1990) e Peixoto (2011), a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado orientado por membros do Partido Comunista do Brasil, PC do B, liderado por Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão”. O movimento se opôs às forças de repressão militar sediado no distrito de São Geraldo do Araguaia e de atuação nos estados do Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão. Os militares do Exército efetuaram operações por toda a região conhecida como Bico do Papagaio, onde, naquele período se registrava os maiores conflitos de terra no Brasil. A Guerrilha do Araguaia desejava organizar os camponeses, indígenas e extrativistas para o enfrentamento as Forças Armadas que sustentava o poder político no Brasil desde 1964.

Após o sufocamento do movimento da guerrilha do Araguaia, e aparelhados para conter o avanço das organizações camponesas, os governos militares aliados com o governo paraense procuraram investir na infraestrutura regional, incluindo a construção da infraestrutura de rodovias como a Belém-Brasília, a Transamazônica e aeroportos. No âmbito estadual, foram construídas as rodovias PA-285, PA-150 e PA-279, Figura 9, que literalmente "rasgaram" a floresta, interligando o Centro-Oeste às principais cidades da região. A construção dessas rodovias nacional e regional objetivava monitorar e combater os focos de resistência camponesa

e, simultaneamente, atrair mão de obra migrante para trabalhar nos projetos de desenvolvimento instalados na região.

Figura 9 - Rodovias de integração do Centro-Oeste como o território do Araguaia paraense.



Fonte: IBGE 2023, dados fornecidos pelo autor, 2025.

Figueira (2022), em artigo publicado recentemente sobre as circunstâncias do assassinato do sindicalista Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", personagem expressivo da luta pela causa camponesa no Araguaia, assinala que a violência, as tensões e os conflitos locais entre posseiros ligados à Igreja Católica, CEBs, sindicatos e os Projetos de Desenvolvimento implantados pelos militares nas décadas de 1970-80, se converteram em marcos históricos importantes para entender a dimensão e a brutalidade utilizada pelos militares na repressão aos guerrilheiros, religiosos e camponeses, conforme suas descrições:

> No Pará, na mesma década e na anterior, cresciam os assassinatos de trabalhadores, mas também, as mobilizações e os protestos contra a violência privada e pública no campo. A região tinha problemas especialmente desde o final do século XIX, com os fluxos migratórios nos ciclos de produção de borracha, minério e, a partir da década de 1970, se acirrou, no novo ciclo, o do “gado gordo”, à época financiado pelo governo militar. Tratores abriam estradas, machados e motosserras derrubavam as matas e incêndios preparavam os pastos. Modelo de desenvolvimento que produzia graves problemas (FIGUEIRA, 2022, p. 39).

A violência e as tensões sociais envolvendo disputas pela posse da terra são analisadas por Martins na obra *“*A Militarização da Questão Agrária*”* (1985). Segundo esse autor, a questão agrária no Brasil e, especialmente, na Amazônia transformou-se numa questão de Segurança Nacional. Neste contexto, o governo federal, por meio do Decreto-lei nº 1.767, de 1980, criou o

GETAT. Este órgão, funcionou durante décadas em instalações protegidas por rígidas medidas de segurança e foi concebido para substituir o INCRA, para agilizar as desapropriações e a distribuição de títulos de terras em áreas distintas de conflitos agrários.

Segundo Martins (1985), o GETAT, era vinculado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e tinha o papel de interferir diretamente nas regiões de conflito, e incumbência clara de combater as organizações sindicais e os movimentos de luta pela terra. Essa abordagem reforçou a militarização da questão agrária, priorizando o controle territorial e a repressão sobre os problemas estruturais para os problemas fundiários.

Figueira (2022), explica que o GETAT foi instalado nos municípios do Araguaia paraense, num período de disputas acirradas entre posseiros e grandes latifundiários. Com isso, a violência entre essas categorias se intensificara. Por um lado, os fazendeiros se organizaram através da UDR e de Sindicatos Rural, buscando manter, a todo custo, os latifúndios sob seu domínio.

Outra questão relevante no contexto agrário regional, segundo Figueira (2004), foi a prática de trabalho escravo nas fazendas da Amazônia. Este autor aponta que tal comportamento de violação trabalhista tornou-se uma prática recorrente nas décadas de 1970 e 1980, especialmente durante o período de instalação dos projetos de desenvolvimento na região. Depoimentos coletados pela CPT junto a diversos trabalhadores rurais da região revelam que as derrubadas de matas para a formação de pastagens demandavam grande quantidade de mão de obra. Por essa razão, o aliciamento de trabalhadores rurais tornou-se uma prática comum nesse período, intensificando-se durante a implantação dos projetos. Assim, as levas de migrantes que chegavam diariamente eram aliciadas desde o desembarque na rodoviária, onde os "gatos" (aliciadores de mão-de-obra) esperavam os ônibus lotados para oferecer propostas de contratação nas empreitadas de roçagem de pastagens e derrubadas. Segundo Figueira (1986), a CPT registrou e denunciou inúmeros casos de trabalhadores vivendo em condições análogas às de escravos durante os processos de "abertura" das fazendas de gado.

A respeito do trabalho análogo à escravidão, Figueira (1986; 2004), em pesquisas sobre conflitos agrários e escravidão contemporânea na Amazônia descreve que os migrantes eram também aliciados nos hotéis ou transportados de suas cidades de origem com a promessa de ganhar muito dinheiro trabalhando nas fazendas do Pará. Ao chegar a esses "projetos", eram acomodados em barracões precários, sem condições de higiene e alimentação. Nestes locais, passavam a viver sob a vigilância constante de pistoleiros e residir em condições desumanas de habitação e de trabalho, sendo obrigados a contrair dívidas nos armazéns da própria fazenda que se tornavam impossível de serem pagas. Figueira relata ainda que, quando esses trabalhadores

conseguiam fugir, eram abandonados à própria sorte, retornando ao estado de origem ou procurando a CPT, a Igreja Católica ou o Sindicato de Trabalhadores Rurais, onde relatavam os as condições de trabalhos desumanos ocorridas nas fazendas.

Outro aspecto mencionado por Figueira diz respeito a situação de violência e assassinatos contra posseiros, sindicalistas e religiosos no Araguaia que atingiu seu ápice nos anos de 1980 e 1990. Dados da Comissão Pastoral da Terra revelam que, nas últimas três décadas somente no Estado do Pará, ocorreram 914 assassinatos envolvendo disputas pela terra na região. Se considerarmos apenas os ocorridos no território do Araguaia e no sudeste do estado, esse número alcança a cifra de 654 assassinatos sendo que apenas 18 dos assassinos e mandantes foram levados a julgamento e somente 12 mandantes de crimes foram condenados pela justiça do Pará e apenas 6 cumpriram a pena prevista na sentença condenatória.

Levantamento realizado pela assessoria jurídica da CPT demonstra que, naquele período, a conivência dos órgãos públicos responsáveis pela questão agrária do Estado tornara-se corriqueira e, em várias ocasiões, os servidores militarizados do GETAT, responsáveis pelo levantamento de conflitos agrários, atuavam como verdadeiros espiões a serviço dos militares. Nos arquivos da CPT encontram-se dezenas de relatórios, depoimentos e denúncias encaminhadas aos órgãos do judiciário e entidades de defesa dos direitos humanos, relatando violações trabalhistas e violência contra posseiros, frequentemente envolvendo a participação de servidores dos órgãos de regularização fundiária que se posicionavam declaradamente em favor do latifúndio.

O pesquisador e religioso Ricardo Resende Figueira, que atuou como padre e membro da CPT nas décadas de 1980 e 1990, relata no artigo *Gringo e Oneide, uma história no Araguaia,* as tensões vividas nesse período conturbado do Araguaia paraense, ao expor que:

> No final do mesmo ano, a equipe da CPT da Diocese de Conceição do Araguaia preparou um documento para dom José Patrício Hanrahan, bispo local, levar à 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O texto descrevia a elevação da violência e informava sobre dezenas de assassinatos e de conflitos coletivos pela posse de terra. A imprensa nacional e estrangeira acompanhava parte dos problemas. Sabendo que, como resultado da Assembleia dos bispos, haveria uma declaração, em 1º de fevereiro de 1980, o Governo Federal, acuado, se antecipou e criou o Grupo Executivo das Terras Araguaia Tocantins (GETAT), que substituiria o criticado INCRA, e militarizaria ainda mais a questão fundiária (FIGUEIRA, 2022, p. 41).

A sólida atuação da Igreja Católica em defesa dos posseiros provocou intensas perseguições às ações sociais e religiosas de padres e dirigentes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A própria CNBB encaminhou inúmeras denúncias amplamente documentadas sobre as violações e práticas cruéis de violência perpetradas pelo comandante Sebastião

Rodrigues de Moura, conhecido como “Major Curió”. Esse coronel da reserva do Exército tornou-se amplamente reconhecido no Araguaia pelos atos brutais de tortura e perseguições contra posseiros e religiosos, incluindo assassinatos e desaparecimentos de corpos que até os dias atuais ainda não foram localizados.

Apesar das intimidações, a Igreja Católica manteve uma posição fundamentada em defesa dos camponeses, contribuindo significativamente para a conquista da terra e avanço de algumas conquistas da reforma agrária no país, conforme destaca Figueira (2022, p. 70-71):

> A Igreja Católica da região divergia social e politicamente do governo e se opunha à forma como eram tratados os camponeses e os “peões” e da parcialidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, apesar da propaganda governamental, não assentava as milhares de famílias que reivindicavam terra, mas favorecia os grandes projetos agropecuários com financiamento e isenções de impostos através da SUDAM.

Portanto, a luta pela reforma agrária no Araguaia contou com o envolvimento ativo da CPT, dirigentes sindicais do meio rural e urbano, universidades e participação ativa dos religiosos da Igreja Católica, que combatia diariamente os abusos dos órgãos responsáveis pela estrutura fundiária, como o INCRA e o GETAT.

Nesse aspecto, Martins (1985), reforça este contexto ao elucidar que a criação do GETAT revelou a incapacidade do INCRA em lidar com as complexas questões fundiárias na região. Com seu caráter militarista, o GETAT superou o INCRA, assumindo o controle fundiário por meio de desapropriações realizadas por decretos presidenciais. Aos olhos dos militares, os assentamentos implantados pelo GETAT almejavam a instalação de cooperativas gerenciadas por técnicos especializados e liberação de linhas de crédito específicas, e que nunca foi realizado a contento. Os créditos eram na maioria das vezes destinados à formação de pastagens, construção de cercas, currais, aquisição de gado e apenas reforçava a integração do modelo econômico da época, priorizando a modernização conservadora e o controle estatal sobre as dinâmicas agrárias regionais.

Contudo, Martins (1985), Hébette (1992), e diversos outros autores são unânimes em assegurar que o GETAT apenas distribuiu terras em situações de conflitos extremos. Ou seja, não realizou a reforma agrária desejada pelos camponeses, apenas desapropriou, titulou e distribuiu os lotes, sem oferecer as condições mínimas necessárias para as famílias produzirem alimentos e permanecerem na terra.

O resultado da distribuição de terras pelo GETAT foi que as glebas desapropriadas e distribuídas muitas vezes sem critérios definidos, nos diversos municípios do Araguaia paraense foram esvaziados em curto período, sendo que as famílias simplesmente abandonaram ou

venderam os lotes, devido às dificuldades e condições de isolamento, falta de crédito financeiro, péssimas condições das estradas e falta de atendimento dos serviços de saúde e educação. A respeito desta distribuição sem nenhum critério, Hébette (1992), descreve que: "[...] o que aconteceu foi o contrário da Reforma Agrária: não mudou coisa nenhuma, não se reformou nada, fez-se na Amazônia o mesmo que no Nordeste, em São Paulo, no Paraná: concentrou-se mais uma vez a terra" (HÉBETTE, 1992, p. 124-125, *apud* Durães, 2016).

Em 1970, o Governo Militar retoma a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela execução da política fundiária de assentamentos rurais. Desse modo, a política de reforma agrária na Amazônia, idealizada pelos militares, seria implementada por meio de programas de assentamentos e do Programa Integrado de Colonização (PIC), que exercia a ocupação de coordenar as políticas públicas de apoio aos assentamentos e acompanhar as famílias assentadas nos lotes de terra inicialmente de 100 hectares, o qual prometia entre outras coisas, o acesso a estradas vicinais integradas às rodovias federais.

Porém o que se percebeu na prática, a respeito deste programa foi um verdadeiro fracasso porque os PICs não se concretizaram efetivamente enquanto política de assentamento vez que não alcançaram resultados esperados devido à falta de infraestrutura básica para o desenvolvimento socioeconômico dos assentados. Assim, mais uma vez as famílias não conseguiram permanecer na terra, sendo obrigadas a continuar a migração para outras regiões, sobretudo para as periferias de cidades como Belém, Santarém e Marabá.

Diante do fracasso dos PICs, na década seguinte, o Governo Federal retomou a política de colonização criando o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). A mudança pretendida pelo governo buscava não apenas a distribuição de terras, mas também o acompanhamento, instalação e fixação de assentados. Neste contexto, a participação de lideranças políticas do campo progressista, com experiências em políticas públicas voltadas para o meio rural, apontava para a possibilidade de uma reforma agrária que, de fato, contemplasse os camponeses. No entanto, a reação de setores conservadores no Congresso, ligados aos ruralistas, impediu, a todo custo, a inclusão, na Constituição de 1988, de instrumentos jurídicos que permitissem a distribuição de terras que não cumprissem a função social.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso em 1995, o INCRA passou a trabalhar a política fundiária de assentamento por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) que oferecia um banco de dados sobre a situação, tratamento e sistematização dos projetos de Reforma Agrária no País. O SIPRA passou a exercer o papel de efetuar o cadastro dos assentados de reforma agrária e registrar aspectos socioeconômicos dos programas em andamento no país.

Como já mencionado, a disputa pela terra foi acirrada, resultando na conquista de diversos projetos de assentamentos importantes. Atualmente, os movimentos sociais organizados da região do Araguaia Paraense têm atuado em variadas iniciativas para reforçar a produção de alimentos e permanência dos camponeses nos assentamentos, evitando o abandono e a venda de lotes, que, no momento, tem ocorrido de forma relativamente baixa. Dessa forma, os camponeses assentados procuram permanecer nas terras conquistadas, desenvolvendo atividades relacionadas à pequena pecuária, agricultura e práticas agroecológicas de produção nos seus lotes e nos sistemas agroflorestais implantados na região.

Segundo pesquisa de campo realizada em conjunto com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região, as lutas organizadas pelas desapropriações contribuíram significativamente para a estabilidade nos assentamentos. Apenas para exemplificar, dados do INCRA, demostra que somente no município de Conceição do Araguaia existe atualmente 38 assentamentos implantados, com população assentada de cerca de 4.390 famílias que ocupam área de 226.260 hectares, tornando este município com o maior número de desapropriações de terras de reforma agrária na região.

Porém, conforme apontado por diversos autores, a ocupação da Amazônia Oriental, e, em especial o Araguaia Paraense, promovida pelas políticas de desenvolvimento territorial voltadas à transferência de migrantes, não foi suficiente para resolver os graves problemas gerados pela concentração de terras na região. No entanto, apesar dos intensos conflitos e da persistente concentração fundiária, os camponeses, continuam resistindo por meio de ocupações e árduas lutas e conquistas significativas que vem ajudando a transformar parte da realidade local.

4.2 Agronegócio e agricultura familiar

Segundo Carvalho (2016), o termo agronegócio é tratado como a derivação de *agribusiness* em vários estudos acadêmicos, um termo inglês que foi cunhado por dois professores economistas norte-americanos, Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard em 1957. Para esse autor, a definição conceitual desse termo no Brasil não é um consenso acadêmico, mas, em linhas gerais, é bastante utilizado e reproduzido por centros de pesquisas de universidades, pela Associação Brasileira do Agronegócio e entidades financeiras.

Desse modo, *agribusiness* ou agronegócio pode ser entendido como "[...] a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, operações de produção de unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles" Davis; Golberg, (1957). Nas palavras de Carvalho, (2016, p. 5), "o

termo *agribusiness* engloba todas as atividades econômicas envolvidas com a produção, estocagem, transformação, distribuição e comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos".

Delgado (2006, p. 113) define o agronegócio como uma "[...] associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado". Delgado ressalta ainda que essa definição pode ser acrescida como um instrumento de sustentação política e ideológica utilizada por deputados da bancada ruralista no Congresso Nacional, estendendo-se a grupos empresariais e de comunicação, conforme suas palavras: "Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado" (DELGADO, 2006, p. 113).

Nessa mesma linha de pensamento, Leite e Medeiros (2012) argumentam que, depois de várias denominações ao longo das décadas de 1970 a 1990 e poderosa propaganda ideológica e publicitária, chegou-se usualmente à massificação do termo:

> Desde os anos 1990, o termo agribusiness começou a ganhar espaço, mas, já no início dos anos 2000, a palavra agronegócio foi se generalizando, tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 82).

Alentejano (2020), acrescenta que, no final da década de 1990, o governo FHC deu total prioridade política e econômica a esse setor, uma tendência que vinha se delineando e atravessou os governos petistas de Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff, desaguando em seguida nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, ou seja, nas últimas duas décadas não ocorreu ruptura com os setores do agronegócio, pelo contrário, mais do que ruptura ocorreu a continuidade. Portanto, sem exceção todos os últimos três governos (FHC, Lula e Dilma) continuaram oferecendo estímulos às exportações de produtos primários com isenção de pagamentos de impostos sobre exportação.

> A prioridade política conferida ao agronegócio vem do final da década de 1990. Pressionado pela crise cambial de 1998/1999, o governo FHC estimulou as exportações como forma de obter saldos na balança comercial para pagar as dívidas do país. Entre os setores estimulados estava o agronegócio, livre do pagamento de impostos sobre a exportação de produtos primários, desde a Lei Complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir (ALENTEJANO, 2020, p. 356).

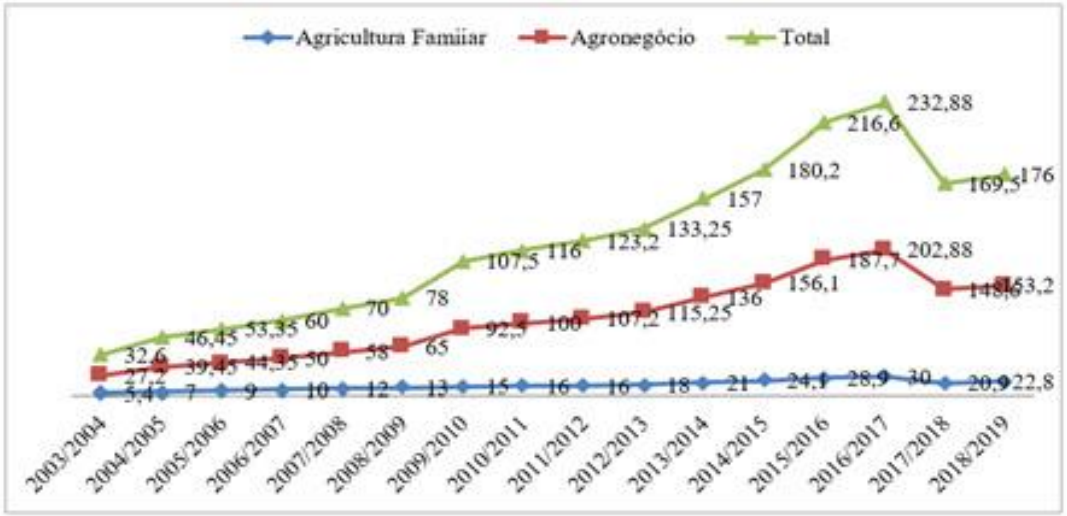
Ressalte-se, porém, que, a estratégia de ancorar a economia na exportação de *commodities* ocorreu em toda a América Latina, por meio de movimentos que pregavam o consenso político

e ideológico de que era necessário elevar o agronegócio à condição de única atividade de expressão econômica possível para se promover o desenvolvimento.

Dentre os fatores que contribuíram para a consolidação do agronegócio no cenário econômico mundial, destacam-se: o aumento da demanda por commodities (produtos primários ou semi-industrializado com cotação na bolsa de valores); o crescimento das exportações de países como a China, que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil e da América Latina; a flexibilização das relações de trabalho, com redução de direitos trabalhistas; a flexibilização de legislações ambientais; melhorias na infraestrutura de rodovias, portos e ferrovias para o escoamento da produção; o ordenamento territorial, regularização fundiária; e o financiamento público (ALENTEJANO, 2020).

Apenas para ilustrar essa situação quanto ao aumento das exportações, segundo Alentejano (2020), o volume de crédito para o setor do agronegócio entre 2003 e 2004 era de 27,2 bilhões de reais; menos de duas décadas depois, esse volume foi elevado para a cifra de 202,88 bilhões de reais. Por outro lado, os financiamentos do Pronaf, no mesmo período, totalizaram 5,4 e 30 bilhões de reais respectivamente. Alentejano (2020) observa ainda que os valores destinados ao Pronaf, que estava em torno de 16,5% do total do crédito, foram sendo reduzido ao longo das décadas e no governo Bolsonaro chegou na casa dos 12%, deixando claro que a prioridade do governo era o financiamento do agronegócio (Figura 10).

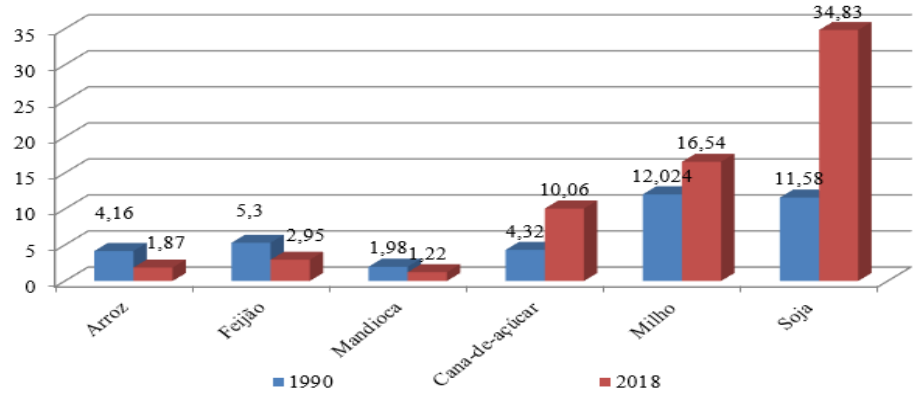
Figura 10 - Evolução do Crédito Rural no Brasil (Bilhões de Reais) – 2003-2019.



Fonte: Alentejano (2020, p. 357.) adaptado do MAPA.

No item área plantada, segundo dados do IBGE, entre 1990 e 2018 ocorreu um crescimento significativo na produção de commodities, e diminuição nas áreas destinadas a produção de alimentos básicos da agricultura familiar, conforme demonstração do Gráfico 3.

Gráfico 3 – Área plantada com alimentos básicos e *commodities* por cultura – milhões de hectares – Brasil – 1990-2018.



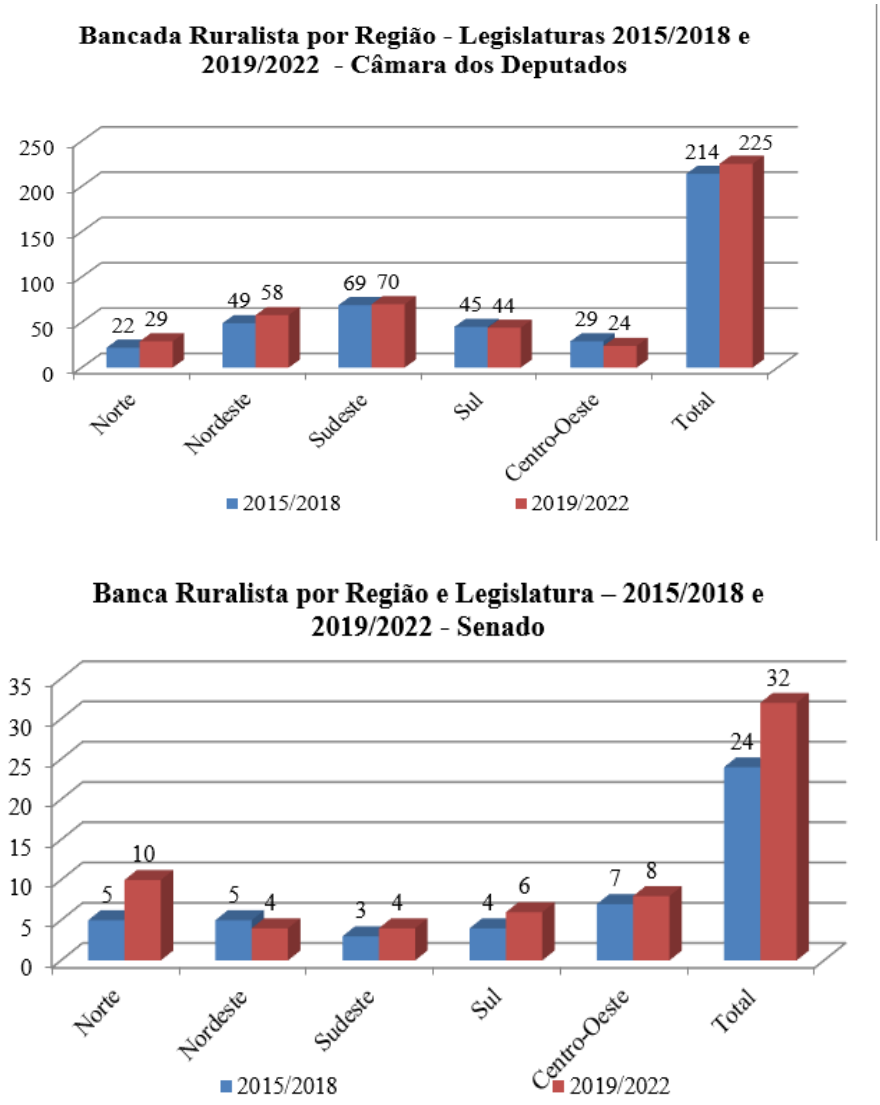
Fonte: IBGE e Alentejano (2020, p. 361).

Outro aspecto é a associação política e economia com o agronegócio, nos últimos trinta anos constata-se que o resultado dessa associação com a política se expressa no poder do agro na indicação de Ministros da Agricultura. Além de Ministros nomeados, o setor já estava investindo em partidos políticos em nível local e regional desde a Constituinte de 1988. Ou seja, nas esferas estaduais e municipais os setores do agronegócio contavam com vários cargos de deputados federais, estaduais, governadores e prefeitos

Para Alentejano (2020), a maior expressão de poder político tem sido o elevado crescimento da bancada ruralista, atualmente batizada de Bancada BBB — boi, bíblia e bala — (expressão utilizada pela deputada Erika Kokay do PT). A denominação oficial desse setor é reconhecida pelas entidades ruralistas como Frente Parlamentar da Agropecuária. Os dados oficiais da entidade demostram que na legislatura 2014–2018, a Bancada tinha 214 deputados e 24 senadores associados.

Em 2018, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, a Frente Parlamentar da Agropecuária cresceu para 225 deputados e 32 senadores, um aumento expressivo que se encontra pulverizado entre os partidos políticos conservadores e de filiação em partidos progressistas. O Gráfico 4 sintetiza o número de parlamentares dividido pelas regiões geográficas do Brasil.

Gráfico 4 – Bancada Ruralista na Câmara e Senado – 2015-2022.



Fonte: Alentejano (2020, p. 363-364).

Como demostrado nos gráficos acima, os empresários e políticos ligados ao agronegócio no Brasil continuam aumentando a cada eleição, elegendo cada vez mais deputados e senadores governadores e prefeitos ligados a este setor, adquirindo cada vez mais poder político e econômico, embalado pela propaganda de cunho ideológico e de *merchandising* em grandes mídias e redes sociais que vem cooptando até mesmo agricultores familiares e quilombolas.

Como mencionado anteriormente, a Revolução Verde surgiu no Brasil na década de 1960 quando os militares se encontravam no poder, uma ditadura militar aliada aos Estados Unidos e ao capital nacional e internacional. Nesse contexto, a aliança militar favoreceu à expansão da agricultura empresarial, por meio de transferência de tecnologias na produção de sementes conhecidos como pacotes tecnológicos que passaram a ser obrigatórios nos cultivos de monoculturas.

Segundo Rigotto *et al.* (2012), a modernização conservadora da agricultura está associada a uma série de fatores desastrosos para o meio ambiente, envolvendo o avanço acelerado de desmatamentos, a concentração da terra e o uso excessivo de agrotóxicos, sobretudo a partir do surgimento das indústrias químicas de produção de agrotóxicos, fertilizantes e melhoramento genético de sementes. Para Rigotto *et al.* (2012), os militares utilizaram o poder para alinhar-se ao capital nacional e internacional tendo como pano de fundo a Revolução Verde, que se configurou na expansão de agroindústrias. Assim, a modernização conservadora do campo brasileiro avançou pautada no discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos e combater a fome no país.

> Essa escalada inicia-se na segunda metade do século XX, quando empreendedores de países industrializados, por meio de um conjunto de técnicas, prometiam aumentar estrondosamente a produtividade agrícola e responder ao problema da fome nos países em desenvolvimento. E a chamada Revolução Verde passa a se confirmar como modelo de produção racional voltado para a expansão das agroindústrias e baseado na utilização intensiva de sementes híbridas e de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), na mecanização da produção e no uso extensivo de tecnologia (RIGOTTO *et al*., 2012, p. 88).

Segundo esse autor, em 1975, o governo militar lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola (PNDA), que tinha como meta principal incentivar a agricultura empresarial voltada para a exportação. Esse plano beneficiou a agricultura empresarial por meio de elevados incentivos financeiros às empresas de assistência técnica rural, com ênfase na adesão ao pacote tecnológico. Os órgãos financeiros e de assistência técnica passaram a exigir o uso de fertilizantes e agrotóxicos nas lavouras como condição para a concessão de empréstimos e para garantir o sucesso das produções.

Os incentivos à adesão de pacotes tecnológicos transformaram o Brasil em um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, especialmente nas grandes lavouras empresariais. Esse cenário foi apoiado por empresas multinacionais de produtos agroquímicos, como Syngenta, Bayer, Monsanto e Basf, que passaram a controlar o mercado.

Para exemplificar, nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, houve uma “abertura total da porteira” para a liberação de agrotóxicos em grande escala. O próprio Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) confirmou que, em 2021, o Brasil possuía cerca de 3.162 agrotóxicos registrados e disponíveis para comercialização. A Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins informou que, em 2022, o governo Bolsonaro havia liberado aproximadamente 1.500 novas marcas de agrotóxicos, uma quantidade que representa um terço a mais do que todos os governos dos últimos vinte anos.

Além disso, constatou-se que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que deveria se encarregar de fiscalizar o uso dos agrotóxicos na agricultura e de alimentos, teve seu quadro de profissionais reduzido, dificultando seu funcionamento — um verdadeiro descaso, já que esse órgão é extremamente relevante no acompanhamento e na fiscalização desses produtos. Na gestão Bolsonaro, a Anvisa ficou totalmente inoperante e nem sequer fornecia com clareza às informações sobre os agrotóxicos à venda no mercado.

Com relação aos indicadores sociais, do IBGE de 2022, os mesmos têm mostrado uma piora significativa nos números, resultado do desmantelamento das políticas públicas voltadas para o espaço urbano e rural. Portanto, ocorreu um completo abandono dos programas de apoio à agricultura familiar. O contexto agrário que se presenciou no período 2018-2022, foi uma política indiscriminada de apoio às monoculturas através do fornecimento de elevados subsídios financeiros e promoção impiedosa de criminalização repressão dos movimentos camponeses.

Whitaker (2017, p. 13), ao ilustrar a situação calamitoso do que representou o governo Bolsonaro para a sociedade como um todo, elucida uma passagem retirada na definição do que esta pesquisadora considera a ideologia política e empresarial que tomou conta do campo brasileiro nos últimos anos, segundo seus escritos, “[...] o que chamamos hoje de agronegócio — uma verdadeira fantasmagoria a esconder as ruralidades em resistência”. Ou seja, de forma dialética, pode-se concluir que o agronegócio é apenas um “mundo das aparências, necrófilo, portanto”.

Sabe-se que, desde os primórdios da colonização, os governantes brasileiros sempre priorizaram o latifúndio e a monocultura (pau-brasil, cana, café, soja e carne). Essa opção econômica independente do regime político que o país atravessou, deixou como legado a exclusão de milhares de camponeses sem acesso à terra. Entretanto, compreende-se que as políticas públicas de reforma agrária, sem exceção do governante que tenha passado pelo poder promoveram apenas reformas estruturais que não colocaram em xeque o patrimônio acumulado das elites rurais, ou seja, os governantes não promoveram rupturas na estrutura agrária brasileira, pelo contrário, procurou-se preservar o máximo, o grande latifúndio.

No tocante à pequena agricultura de produção familiar, vale ressaltar que ela sempre enfrentou às adversidades e ao abandono das políticas públicas por parte dos governantes ao longo das últimas quatro décadas. Esse enfrentamento se manifesta por meio de reivindicações e lutas organizadas por diferentes organizações de trabalhadores, como as ligas camponesas, sindicatos, associações, confederações e os acampamentos do MST.

Essa diversidade de atores sociais, comprometidos com a produção de alimentos, tem desempenhado um papel fundamental no campo brasileiro. Eles carregam a tarefa de produzir

alimentos de maneira diversificada, desde a criação de pequenos animais até a prática do extrativismo. Esses esforços garantem o abastecimento de alimentos para grandes e pequenas cidades, escolas públicas, hospitais, mercados e feiras em todo o país.

Segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento CONAB, confirmados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2017), 77% dos estabelecimentos agropecuários estão classificados na categoria de agricultura familiar, um sistema de produção que movimenta a cifra de R$ 107 bilhões de reais, empregando cerca de 10 milhões de pessoas, e equivale a 23% de toda produção agropecuária brasileira. Em outras palavras, a pequena agricultura representa a fatia significativa de 67% dos agricultores familiares ocupadas no campo brasileiro.

A dicotomia agricultura familiar e agronegócio ultrapassa fronteiras geográficas e remete a discussão de pesquisadores dentro e fora do Brasil. Ao discutirem sobre agricultura convencional e agricultura alternativa nos Estados Unidos, Beus e Dunlap (1990), fortalece a reflexão sobre o uso dos termos agricultura convencional e alternativa. Segundo estes autores, existe alguns aspectos relevantes em cada atividade econômica enquanto meio de garantir ou não sustentabilidade econômica e qualidade de vida no campo. Segundo Beus e Dunlap (1990), a agricultura convencional americana se compra ao agronegócio brasileiro que se apresenta naquele país como a agricultura moderna que utiliza máquinas de última geração e grande aparato tecnológico e insumos voltados para produção de grãos de exportação, as *commodities*, enfim, a agricultura é a produção capitalista de grãos voltada para o mercado externo, que visa apenas o lucro. Em outras palavras, trata-se de uma agricultura de altos impactos ambientais que provoca sérios danos ao meio ambiente, como o desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes e sementes transgênicas controladas por grupos multinacionais, responsável pelo monopólio de tecnologias, controle de mercado, com usuários dependentes em esfera planetária.

Por outro lado, Beus e Dunlap (1990), conceitua agricultura alternativa, como aquela que emprega meios tradicionais de produção de alimentos voltada para o mercado interno, responsável pelo emprego, renda e sustentação econômica de milhares de famílias. Portanto, a concepção de agricultura desses autores se enquadra nos padrões do que chamamos de agricultura de baixo impacto ambiental, pautada na pequena propriedade e no uso de meios de produção que leve em conta as tradições culturais no uso de adubação orgânica, seleção de sementes crioulas e baixo impacto ao meio ambiente.

No período da pandemia de Covid 19, o Brasil presenciou um aumento considerável no consumo de produtos alimentícios ultraprocessados (formulações industriais feitas de partes de alimentos e muito pobres em nutrientes), base de produção que se resume na adição de grãos processados, fruto de um jogo de *marketing* para atrair grandes grupos de consumidores.

Os dados mais recentes do IBGE revelam números preocupantes a respeito do consumo de alimentos dos brasileiros durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Eles apontam para a redução do consumo de base alimentar necessário para a saúde e bem-estar social, ou seja, a população brasileira está consumindo maior número de produtos processados e reduzindo o número de produtos de melhor qualidade alimentar.

Nesse sentido, vale ressaltar a relevância da agricultura praticada por camponeses familiares que representa a sustentação alimentar no Brasil, já que ela é a base da produção de alimentos consumido no país, que garante o sustento das famílias e o abastecimento da população. Conforme revela Carvalho *et al.* (2021), a pequena propriedade familiar no Brasil ainda ocupa pouco espaço na economia nacional em virtude da grande concentração da terra nas mãos dos latifúndios, uma herança do período colonial que continua bastante presente na atualidade. Embora os recursos financeiros para os programas de apoio a pequena agricultura venham aumentando, o acesso a estes recursos como o Pronaf enfrenta restrições de crédito e de incentivo governamental, sobretudo no governo Bolsonaro que promoveu, durante seu mandato, verdadeiro desmantelo das políticas públicas de apoio à agricultura de base familiar.

Enfim, neste capítulo, observou-se que uma das características marcantes da agricultura empresarial, denominada agronegócio, é sua apresentação para a sociedade como uma atividade moderna, apoiada em máquinas de última geração e tecnologia avançada. Contudo, essa atividade se sustenta em grande medida pelos elevados financiamentos públicos e pela intensa propaganda veiculada nas grandes mídias — "[...] uma verdadeira fantasmagoria a esconder as ruralidades em resistência ou o mundo das aparências", como escreveu Whitaker (2021, p. 13).

Em outras palavras, o agronegócio não revela aspectos cruciais como a baixa ocupação de mão de obra no campo, o uso intensivo de agrotóxicos, a concentração fundiária e a produção predominantemente voltada para a exportação. Dados do IBGE de 2021 demonstraram que, durante o governo Bolsonaro, 33 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza e fome, uma contradição gritante em um país que figura entre os primeiros colocados na produção mundial de grãos.

Por outro lado, dados divulgados pelo Incra em 2022 indicaram que o Brasil possui 9.444 assentamentos rurais reconhecidos pelo governo, distribuídos em uma área total de 87.840.554 hectares. Esses números ressaltam a necessidade de avanços, especialmente diante do papel fundamental que a agricultura familiar desempenha na produção de alimentos. Uma forma de agricultura que utiliza de maneira mais adequada o solo, a água e os meios de cultivo, promovendo o uso racional dos recursos naturais e contribuindo para a sustentabilidade e a segurança alimentar do país.

Neste contexto, o MST, por exemplo organizou todo uma rede de apoio na distribuição de toneladas de alimentos durante a pandemia, fornecendo alimentos para o abastecimento de populações da periferia de grandes centros urbanos, por meio de comercialização de produtos em parcerias com sindicatos e associações de bairros, uma demonstração de que a pequena agricultura assume o papel de protagonista na produção de alimentos.

Segundo Stédile (2005), para que as transformações almejadas pelos movimentos sociais em favor da reforma agrária se concretizem, é indispensável que o governo ofereça incentivos financeiros destinados à aquisição e desapropriação de áreas agrícolas, com o objetivo de expandir as pequenas propriedades. É necessário implementar uma reforma agrária efetiva, que forneça as condições essenciais para a produção de alimentos, incluindo incentivos públicos voltados ao desenvolvimento da infraestrutura logística para o escoamento da produção e o abastecimento da população em geral.

Stédile destaca ainda a importância de políticas públicas pautadas no respeito ao meio ambiente, priorizando a produção de alimentos com base no saber tradicional e dentro de uma perspectiva agroecológica. Essas políticas devem garantir os meios necessários para produzir alimentos saudáveis e de alto valor nutricional, abastecendo o mercado interno de maneira sustentável e socialmente responsável.

Além disso, a agricultura familiar carece também de suporte para a aquisição de equipamentos, qualificação profissional, crédito, logística e garantia de preço justo, aportes que garantam aos produtores o fornecimento de alimentos às instituições públicas de merenda escolar para alimentar milhões de crianças e jovens de baixa renda, onde, na maioria das vezes, a alimentação escolar é garantia de prato na mesa e única refeição possível.

Uma tendência entre pesquisadores da questão envolvendo produção agrícola familiar e respeito às questões ambientais, traz à tona o debate sobre a necessidade de pensar a produção de alimentos dentro de uma dimensão maior, que é a sustentabilidade do planeta, que leve em conta as questões ambientais. Segundo Luiz Marques (2019) em sua obra Capitalismo e Colapso Ambiental, o planeta corre riscos de desastres ambientais catastróficos, assim, faz-se necessário conscientizarmos sobre os riscos de contaminação, de poluição das águas e do solo, de adotar atitudes conscientes a começar pela escolha de alimentos produzidos dentro de práticas adequadas.

Nessa dimensão, o tamanho da propriedade não está em questão, pois, para produzir alimentos de qualidade, é fundamental utilizar as tecnologias disponíveis no Brasil, que já oferecem conhecimento científico suficiente para garantir uma produção de excelência, seja em pequena ou larga escala. O Brasil possui milhares de experiências bem-sucedidas em produção

agroecológica, evidenciando que mudanças na agricultura requerem atitudes transformadoras e uma abordagem holística.

A questão agrária no Brasil é extremamente complexa e demanda um profundo entendimento da história e das lutas no campo. As reflexões apresentadas, baseadas em variados teóricos de diferentes áreas do conhecimento, permitiram compreender, ainda que de maneira limitada, a questão agrária nacional desde o período colonial. Essa análise envolve as relações de poder e apropriação da terra privada, os conflitos sociais e as resistências camponesas.

Em suma, a ideologia dominante expressa nas ações de governos ultraconservadores em defesa do latifúndio, ficou evidente na dificuldade em aplicar o princípio constitucional da função social da terra. Portanto a superação das desigualdades sociais gritantes que assolam o meio rural brasileiro, de séculos de concentração fundiária e de políticas de desenvolvimento contrárias aos interesses dos camponeses, representa um verdadeiro retrocesso que a sociedade como um todo precisa urgentemente superar.

4.3 Algumas notas sobre as visões de desenvolvimento do grande capital

Duas perspectivas de desenvolvimento são percebidas no processo de ocupação do território do Araguaia paraense. A primeira é construída a partir da implantação de grandes projetos financiados pela SUDAM, com apoio do capital nacional e internacional. A segunda perspectiva surge do enfrentamento e da resistência camponesa, apoiada por órgãos de assessoria ligados à Igreja Católica, como a CPT, e pelos Movimentos de Educação de Base (MEB), que serão analisados no Capítulo VI.

A inclusão da Amazônia ao modelo nacional de desenvolvimento implicou uma ruptura radical nas formas tradicionais de subsistência, e substituição pelo modelo capitalista de acumulação e na modernização da agricultura empresarial, concentração fundiária e apropriação de recursos naturais. Conforme observado por Cano (1998), “[...] a agricultura itinerante de que falou Celso Furtado em sua obra *Formação Econômica do Brasil* a qual demostra que a propriedade continuou se expandindo e reconcentrando, expulsando o pequeno ocupante e reproduzindo, cada vez mais longe, o binômio progresso-miséria” (CANO, 1998, p. 277).

Apropriando-se das reflexões de Wilson Cano (1998) e de Miranda, Michelotti e Gomes Junior (2021), compreende-se que o desenvolvimento regional da Amazônia brasileira, no que tange aos aspectos socioeconômicos, caracterizou-se por gritante concentração fundiária, exclusão social e degradação ambiental. Cano (1998), acrescenta que a década de 1980 foi marcada por "equívocos e mitos" sobre o pensamento regional brasileiro. Segundo esse autor,

um "correto entendimento político" seria inadequado ao considerar a industrialização como um mecanismo supressor das disparidades regionais. Ao tratar a questão agrária e as migrações rurais como problemas superados pelo deslocamento populacional para ocupar os "vazios" territoriais, Cano argumenta que as causas do desenvolvimento do estado de São Paulo, por exemplo, decorreram da concentração de excedentes, e que seu progresso não foi a causa, tampouco a solução para os problemas econômicos, sociais e políticos do atraso regional.

Dessa forma, a discussão em torno da questão regional brasileira requer reflexões profundas e debates mais abrangentes já que, em alguns países, o desenvolvimento da lavoura comercial foi capaz de apoiar a industrialização e a urbanização. Nesse sentido, Miranda, Michelotti e Gomes Junior (2021, p. 240-241) expõem que:

> Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo no campo dependeu, nesses mesmos países, do decisivo equacionamento da questão fundiária e não do “preenchimento de vazios”. No caso brasileiro, o desenvolvimento paulista se deveu, para resumir, à concentração de excedente onde este encontrou melhores condições para gerar uma dinâmica de acumulação capitalista avançada e que se refletiu na economia nacional como um todo e, naturalmente, em suas partes. E, por fim, o fato de que não foi por falta de planos regionais que o Brasil não desenvolveu suas regiões, mas de um projeto político nacional.

Logo, a concepção de desenvolvimento de Cano (1998) considera também a ideia de um projeto nacional de desenvolvimento aplicado ao contexto amazônico. Nos anos 1970, reconhecia-se a necessidade de contemplar, além do planejamento nacional, a própria realidade regional da Amazônia. Contudo, o estilo de planejamento implementado sob a tutela dos militares obscurecia as especificidades regionais, subordinando a Amazônia aos interesses do capital nacional e estrangeiro, conforme escreveu Cano:

> [...] destruir florestas e criar aridez, programar distribuição de terras e concentrar mais a propriedade, descentralizar investimentos industriais e poluir regiões não maculadas. Construir centros habitacionais para trabalhadores nos locais mais longínquos, encarecendo o transporte e a infraestrutura para seus moradores e para o poder público, ao mesmo tempo em que se constroem, com dinheiro público e perto do centro urbano, residências de luxo e em parte ociosas (1998, p. 43).

Ao abordar o desenvolvimento industrial da Amazônia a partir da economia mercantil da borracha, Cano (1998) analisa que, apesar de as exportações de borracha representarem um volume expressivo de capital, os recursos financeiros provenientes dessas exportações não resultaram em desenvolvimento local. Mesmo correspondendo a 45% das exportações de café de São Paulo no mesmo período, esse capital não foi revertido para a industrialização ou modernização da região. Para Cano, “[...] o problema maior parece ter residido na forma principal

em que se desenvolveram as relações de produção na economia da Amazônia, ou seja, na preponderância do aviamento" (CANO, 1998, p. 69).

Ele também destaca outros fatores, como a decadência da indústria da borracha, que impactou severamente a economia local. Por exemplo, em 1907, a borracha representava 4,3% da produção nacional, mas, com a redução progressiva das exportações, essa participação recuou para apenas 1,3% em 1919. Além disso, "[...] a relativa atomização do excedente dificultou, portanto, a transformação do capital comercial em capital produtivo" (CANO, 1998, p. 71), contribuindo para uma drástica estagnação econômica e para a dependência da região do capital mercantil.

> Justamente por tudo isto, que exprime a profunda dominação do capital mercantil na economia da borracha, é que boa parte dos lucros se transformou em construções suntuárias, grandes importações de bens de luxo e remessa de rendimento para o exterior, dada a participação do capital estrangeiro no comércio exportador/importador e em vários serviços (CANO, 1998, p. 71).

Cano (2010), em outra análise, reflete sobre o papel do capital mercantil na promoção do desenvolvimento. Segundo sua visão, o capital mercantil antecedeu a fase de acumulação primitiva e não desapareceu, apenas se metamorfoseou, adquirindo novas formas, seja como capital industrial ou apresentando-se no formato de capital mobiliário. Nesse sentido, o capital produtivo deve ser compreendido como aquele que expressa as relações sociais de produção de maneira atrasada e arcaica, valendo-se do poder econômico e extraeconômico, notadamente coercitivo, para se reproduzir tanto economicamente quanto socialmente.

Quanto ao desenvolvimento da Amazônia a partir da década de 1960, Cano destaca que os militares atraíram grandes projetos de desenvolvimento incentivando o capital nacional e internacional por meio da instalação de empresas madeireiras, minerais e agropecuárias. Esse modelo econômico resultou em rupturas com as formas tradicionais de sobrevivência da região, como a produção econômica de extrativistas, camponeses pastoris e pequenos agricultores. As consequências desse modelo culminaram em conflitos agrários, degradação ambiental e concentração fundiária.

O discurso ideológico dos militares, cunhado no princípio de progresso e modernização, foi, na prática, um vetor de desestruturação econômica e social. Cano (2010) esclarece que a expressão "moderno" se manifesta no capital agroindustrial financeirizado e nas forças de produção ditas modernas presentes no campo. Segundo sua análise:

> Quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior e nefasta será a presença do Capital Mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico. Essa dominação terá caráter conservador e procurará manter o atraso ou o subdesenvolvimento, pois disso dependerá a manutenção de seu poder econômico e político sobre aquele espaço, permitindo

> duradoura reprodução a esse Capital Mercantil. Tais poderes decorrem do absoluto (ou quase) controle sobre a produção local em termos de financiamento, armazenagem e distribuição, e sobre o controle dos aparelhos de Estado (governos municipais, estaduais e central) que podem interceder na área (CANO, 2010, p.1).

Desse modo, Cano (2010) esclarece que o capital mercantil oferece elementos fundamentais para compreender os diversos aspectos das frações mais atrasadas das elites locais que atuam em um determinado território. Ao explicar as combinações de atraso, tradição, modernidade e as interações entre relações pré-capitalistas e capitalistas, Cano (2010) considera o capital mercantil como aquele que:

> Antecede, portanto a etapa do capitalismo originário, quando surgiria a forma Produtiva, ou a do Capital Industrial e restringe-se à órbita da circulação. Contudo, com o capitalismo aquela forma inicial não desaparece: algumas frações metamorfoseiam-se em Capital Produtivo, ao penetrarem na órbita da produção, uma segunda parte permanecerá enquanto tal, subordinadas agora pelo novo, o Capital Industrial, e outras assumirão outras funções especializadas, como por exemplo, a do capital imobiliário (2010, p. 2).

Cano (2010) menciona ainda que a economia mercantil regulada pela agroexportação, predominante no campo brasileiro e representada pelo agronegócio, não oferece as condições necessárias para o desenvolvimento, pois é incapaz de absorver mão de obra, gerar emprego e renda, ou seja, promover o desenvolvimento local. Ao contrário, os países desenvolvidos conseguiram superar parte de seus problemas por meio da expansão do emprego industrial e urbano, além da implementação de políticas sociais e da realização da reforma agrária. Nesse sentido, a superação do atraso de uma região passaria, necessariamente, pela industrialização e pela aplicação de ações concretas que promovam a modernização e investimentos públicos por parte do Estado. Portanto:

> Se o estado tivesse uma política de comercialização de produtos agrícolas, mais moderna e atuante, uma política de abastecimento, de regulamentação de estoques e financiamento de produtos dessa agricultura, esse Estado conseguiria restringir ou destruir o domínio desse velho capital mercantil. Se o Estado regulasse e impusesse constrangimentos potentes às formas de atuação atrasada destas frações de capitais, ele exterminaria seus horizontes restritos de valorização ou aniquilaria suas formas de reprodução, através de vários tipos de sanções (CANO, 2010, p. 8)

De acordo com Cano (2010), não é isso que acontece, já que a correlação de forças políticas não permite e, muitas vezes, até atrapalha o Estado na realização de tal serviço modernizante e democratizante. Isso ocorre porque o capital mercantil está presente nas esferas do poder do próprio Estado, seja por meio da eleição de cargos públicos locais — como vereadores, prefeitos, governadores e parlamentares —, seja pela interferência e atuação na dominação política, jurídica e econômica. “Nomeia os delegados de polícia, o juiz de paz, etc. É

ele que exerce essa dominação e, através de sua dominação econômica, exerce a dominação política e institucional desse espaço socioeconômico" (CANO, 2010, p. 8). Desse modo, as ações de planejamento que contribuam para o desenvolvimento da realidade socioeconômica local passam, notadamente, pelo poder de decisão das elites, comodamente instaladas nos centros de poder público e privado, conforme descreve o autor:

> [...] a vinda de uma nova, moderna e grande indústria exige uma infraestrutura econômica condizente, requer condições para operar eficientemente: relações capitalistas com os trabalhadores; um mínimo de infraestrutura econômica e social, saneamento básico, instituições públicas mais eficientes, enfim de uma vida urbana melhor organizada e moderna, o que forçará, inevitavelmente, o velho capital mercantil à transformação, à sua substituição, ou à convivência política com o novo, perdendo assim parte de seu poder (CANO, 2010, p. 9).

Ou seja, existe o embate entre duas concepções de desenvolvimento mencionadas: a arcaica, que se autointitula modernizante, e aquela formada por atores sociais que promovem o enfrentamento deste modelo. Porém, Cano pondera que as barreiras políticas, jurídicas e culturais impedem as mudanças essenciais que poderiam contribuir para o desenvolvimento local, sobretudo as relacionadas à democratização e distribuição da terra por meio da reforma agrária, ao fortalecimento de organizações sociais, ao combate à exploração de trabalho análogo à escravidão e à criação de cooperativas rurais baseadas na agricultura familiar. Segundo Cano:

> Por exemplo, dispositivos que impedem a execução de uma Reforma Agrária. Isto pode inibir ou impossibilitar este embate transformador. Enquanto não houver a possibilidade desse enfrentamento ou até o momento em que os interesses desses capitais modernos, mais avançados não forem gravemente contrariados pelos interesses do velho capital mercantil, até que não ocorra este momento, esse embate também não se dá. Ou as transformações serão tópicas, parciais, mínimas. É exemplo notório o comportamento solidário no Congresso Nacional, entre os representantes do velho capital mercantil e os do capital industrial, em termos de negar apoio à reforma agrária ou a projetos progressistas de reforma tributária: o primeiro, por que não quer perder o poder da propriedade fundiária, ambos, porque não querem pagar maiores impostos sobre a renda, e nenhum sobre a propriedade fundiária (CANO, 2010, p. 9).

No contexto regional do Araguaia, Antelo, Michelotti e Padilha (2021), consideram o ano 2000 como um marco na compreensão das dinâmicas econômicas e do uso da terra, impulsionado pela consolidação da pecuária extensiva, estruturação de agroindústrias de carne bovina e pela nova frente agrícola, resultado do desdobramento da expansão em nível nacional que já se encontrava presente no Centro-Oeste desde a década de 1980.

Outro autor, Brandão (2021), no artigo *Pacto de dominação interna e o papel do capital mercantil ontem e hoje no Brasil: dialogando com Wilson Cano*, destaca que o capital mercantil, em suas expressões regionais, se ajusta às estratégias do capital, vestindo-se de "moderno", mas

identificando-se com o atraso. Ou seja, é responsável pelo atraso político, produtivo e social do país e de determinadas regiões. Segundo o autor,

> [...] nos ajuda a buscar desvendar a natureza, a lógica de ação e as estratégias das frações do capital, que mantém sob seu poder amplos espaços econômicos sob reserva ou controle (por vezes despótico). São elites que praticam, através de arcaicos instrumentos políticos, o mandonismo local (projetando-o à escala nacional e regional, sobre os aparelhos de Estado, e nos três níveis de poder federativo), travando ou impedindo o avanço social, econômico e político, de suas regiões e de todo o Brasil (BRANDÃO, 2021, p. 180).

Ou seja, o capital mercantil representa uma gama de interesses das elites regionais que se associados aos setores retrógados, mantendo seus interesses e apropriando-se do poder político e econômico de um determinado território, nas palavras de Brandão ele representa:

> Os interesses do capital mercantil se destacam por participarem do centro hegemônico do arco de alianças retrógradas que forja e mantém aquela pactuação. Amparado em negócios realizados em ramos diversos, seus agentes garantem a manutenção e expansão de sua riqueza patrimonial e mercantil e o controle político de importantes espaços econômicos e geográficos. Por essas e outras questões, torna-se fundamental, científica e politicamente, promover investigações empíricas regionalizadas específicas que possam desvendar suas articulações com a terra, o Estado, a moeda, os fundos públicos e as articulações político-partidárias, dentre outras problemáticas (BRANDÃO, 2021, p. 181)

Ou seja, as elites locais, ao ocuparem uma região, firmam pactos com setores retrógrados locais e do Estado para ampliar seu patrimônio e manter privilégios econômicos junto às instituições financeiras e centros de decisão, como bancos públicos, autarquias de regularização fundiária, assistência técnica, entre outros. Na política regional, essas elites se encarregam de patrocinar e eleger vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, os quais se ocupam de manter atualizados os discursos dominantes e de defender os seus interesses por meio da representação nas instituições do Estado. Exemplo disso são as isenções fiscais, como a redução de impostos sobre a exportação de commodities, como carne e grãos, o que acarreta a alta concentração de capital, com consequente concentração de renda e aprofundamento das desigualdades regionais.

Nessa perspectiva, Brandão analisa que,

> Parte importante das causas da miséria regional deve ser procurada no âmago e na história da própria região. Na herança regional de suas economias exportadoras, na marginalização do povo, por suas elites, na estrutura concentrada de propriedade, notadamente nas representações políticas das regiões mais atrasadas junto ao Congresso Nacional, em geral de extremo conservadorismo (CANO, 1981, p. 8, apud Brandão 2021, p. 193).

Para Brandão, os últimos acontecimentos ocorridos no século XXI — já identificados nas análises sobre as forças do capital por Florestan Fernandes — carecem, no momento, de uma reflexão mais aprofundada, em virtude do paradigma que atravessa o Brasil quanto aos mecanismos de sustentação das instituições. As ações retrógradas de grupos políticos e ideológicos, que tentam interromper o funcionamento das instituições democráticas, nos colocam diante da necessidade de refletir com maior profundidade a respeito de nossa capacidade de atuação frente a essas forças, representadas pelas frações mais atrasadas do capital mercantil. Segundo esse autor:

> Defendemos aqui que esta convenção conservadora necessita ser investigada em suas promíscuas relações internas e externas com o Estado, procurando indagar sobre suas formas de recomposição cíclica, em frequentes rodadas de renegociação e reestabelecimento das *condições de valorização das frações hegemônicas desse pacto*. Sustentamos que estamos diante de um eterno rearranjo sincronizado das facções sociais do bloco oligárquico no poder que, entre outras consequências, trava o avanço civilizatório inclusivo e a evolução das liberdades democráticas. Nossa hipótese é que no centro do pacto de dominação se encontra o capital mercantil (BRANDÃO, 2021, p. 189).

E continua esse autor:

> Entretanto, pode-se afirmar que, em vários ciclos decisivos, seja no Estado Novo, no Golpe de 1964, durante a Ditadura, ou nas negociações da Nova República, sempre se estabelece de forma concertada a recomposição e a permissividade especulativa patrimonial-mercantil em novas recombinações e articulações econômicas e políticas entre as formas e forças "mais modernas" e as mais retrógradas e reacionárias. Em frequentes conjunturas, as força do atraso, que estavam hibernadas (FERNANDES, 1974) e disfarçadas de modernas, revelam o seu verdadeiro caráter (BRANDÃO, 2021, p. 194).

Desse modo, finaliza-se utilizando a expressão de Florestan Fernandes, ao compreender que o Brasil não realizou nenhuma das revoluções — nem a burguesa, nem a agrária — e experimentou um processo de urbanização complexo, marcado pela concentração fundiária da propriedade rural. Atualmente, o país enfrenta o dilema da concentração espacial da riqueza, da população e da destituição de direitos.

CAPÍTULO V – O RECORTE DA PESQUISA NO ARAGUAIA PARAENSE: OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, DINÂMICAS PRODUTIVAS PECUÁRIA, AGROINDÚSTRIAS E MONOCULTURAS

"[...] se não houver grandes causas, a vida não tem sentido" Dom Pedro Casaldáliga

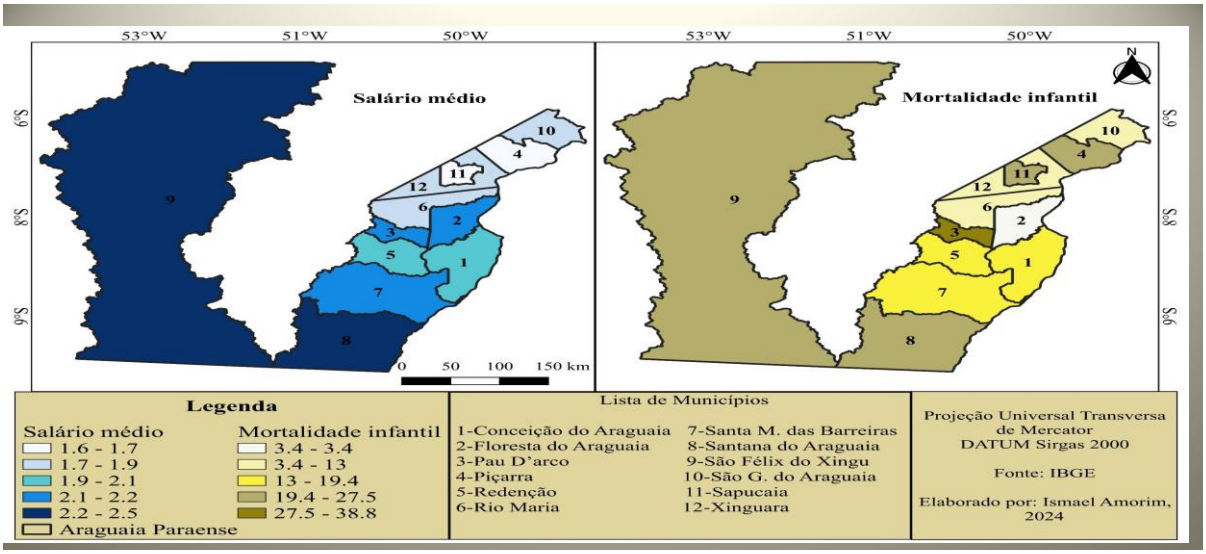
Neste capítulo, elucidaram-se as transformações socioeconômicas e os impactos ambientais recentes, envolvendo desmatamento, uso intensivo da água e conflitos com a mineração na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. De maneira mais abrangente, examinaram-se as dinâmicas econômicas da pecuária extensiva, das agroindústrias de carne bovina, bem como a dinâmica das monoculturas de abacaxi. Analisou-se, ainda, o avanço do capital na fronteira do Xingu, destacando os impactos ambientais decorrentes de ações predatórias que têm se expandido na região, suscitando reflexões que revelam a complexa interação entre o desenvolvimento econômico e a degradação ambiental, resultantes do modelo de ocupação e exploração econômica do território.

5. A Bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e os impactos socioambientais no território

Essa pesquisa, realizada no território do Araguaia paraense, inserido na Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia, envolveu 11 municípios, incluindo o município de São Félix do Xingu, localizado na mesorregião do Sudeste Paraense, conforme estabelecido na metodologia.

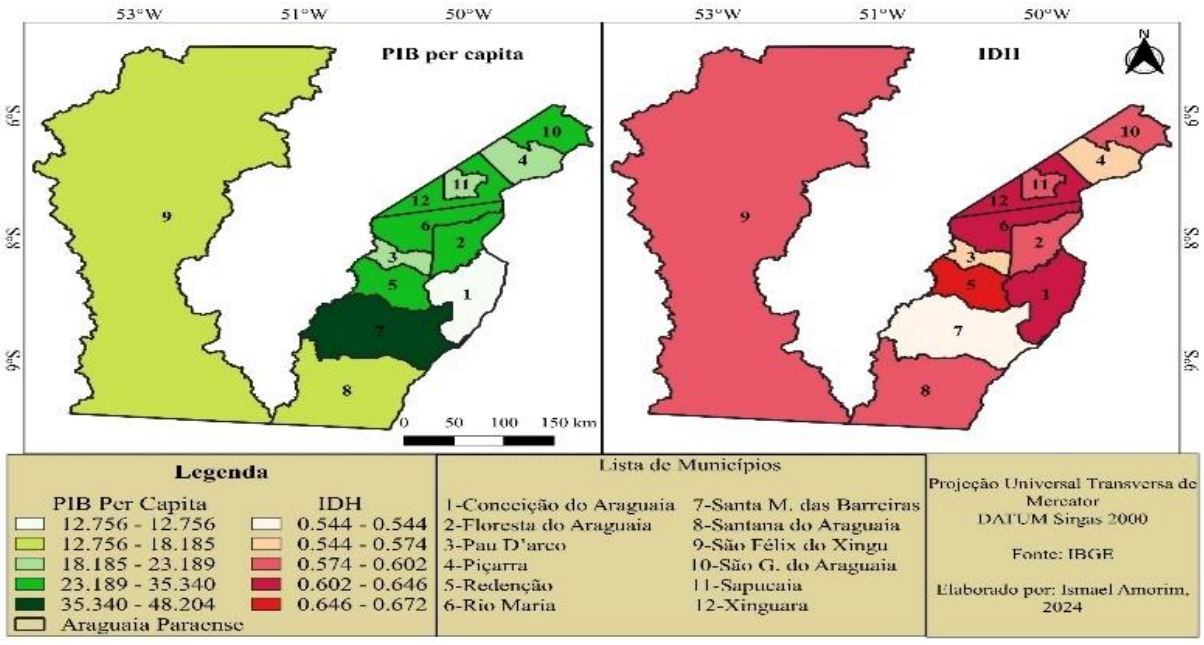
De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, o PIB médio per capita da região é de R$ 26.428,25, com salário médio mensal equivalente a 2,20 salários mínimos, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,544. No tocante à educação, a região apresenta média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal de ensino de 3,71 para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública. Na área da saúde, a taxa média de mortalidade infantil regional é de 18,63 para cada 1.000 nascimentos (Figuras 11 e 12).

Figura 11 - Índices de salário médio e mortalidade infantil dos municípios do Araguaia paraense.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2020, 2021, 2022. Adaptação do autor.

Figura 12 - Síntese do IDH e PIB dos municípios do Araguaia paraense.

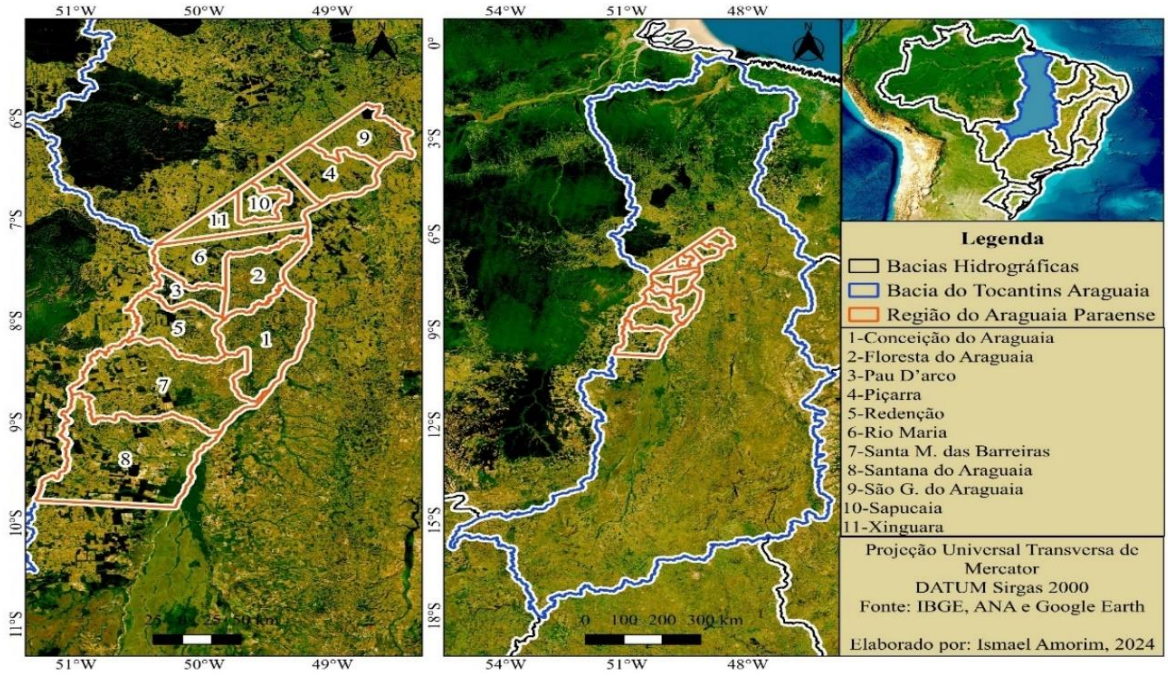


Fonte: IBGE, Censo demográfico 2020, 2021, 2022. Adaptação do autor.

O território do Araguaia paraense está fincado no contexto geográfico da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2014), a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área aproximada de 920.000 km² e abrange os

estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%), o que corresponde a cerca de 10,8% do território brasileiro. No estado do Pará, a bacia ocupa aproximadamente 30% da área total e tem como principais afluentes os rios Preto, Jacundá, Oeiras, Inajá, Gameleira ou Chicão, Salobo, Itacaiunas, Madeira, Parauapebas, Sereno, Sororó, Praia Alta e Trocará (Figura 13).

Figura 13 – Localização do Território do Araguaia paraense em relação ao Brasil.



Fonte: IBGE 2024. Adaptação do autor.

Considerando apenas o médio e baixo Araguaia, que se estende por 1.160 km até a cidade de São Geraldo do Araguaia, analisou-se os fatores socioambientais e a ocupação humana dessa região, conhecida historicamente pela ação religiosa dominicana de catequização indígena no início do século XX. O baixo Araguaia corresponde ao trecho do rio entre a cidade de Conceição do Araguaia e a confluência com o rio Tocantins próximo à cidade de São João do Araguaia. Daí para frente, o rio segue sua trajetória alinhada no sentido Sul-Norte do território, desembocando no rio Tocantins no Bico do Papagaio, região de tríplice divisa entre os estados do Maranhão, Tocantins e Pará.

O rio Tocantins, após o encontro com o Araguaia, prossegue seu curso até desaguar na baía do Marajó, nas proximidades de Belém, capital do Pará. Ao todo, cerca de 409 municípios são banhados pela bacia Tocantins-Araguaia, que possui população de cerca de 8,6 milhões de

habitantes e densidade demográfica de 9,3 hab./km², sendo considerado um território pouco povoado (IBGE, 2022).

Na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, os biomas presentes são predominantemente de Floresta Amazônica, ao Norte e Noroeste, e de Cerrado nas demais áreas, e encontram-se em estado avançado de antropização, sendo as áreas mais afetadas a da abertura da rodovia Belém-Brasília, construções de hidrelétricas, exploração pecuária, agricultura empresarial e mineração. Desse modo, o bioma Cerrado é o mais afetado, destacando-se a expansão da agricultura comercial, onde, atualmente concentra-se os maiores índices de desmatamento registrados nos últimos anos. No geral, apenas as áreas legalmente destinadas à Terras Indígenas, o Parque Nacional do Araguaia e Parque Estadual do Cantão, eles são as que possuem áreas preservadas na Ilha do Bananal e adjacentes, apesar de enfrentarem forte pressão de setores ligados a pecuária bovina, pesca ilegal e exploração madeireira (Figura 14).

Figura 14 - Vegetação de bioma cerrado na Ilha do Bananal, Tocantins.

Fonte: acervo do autor, 2023**.**

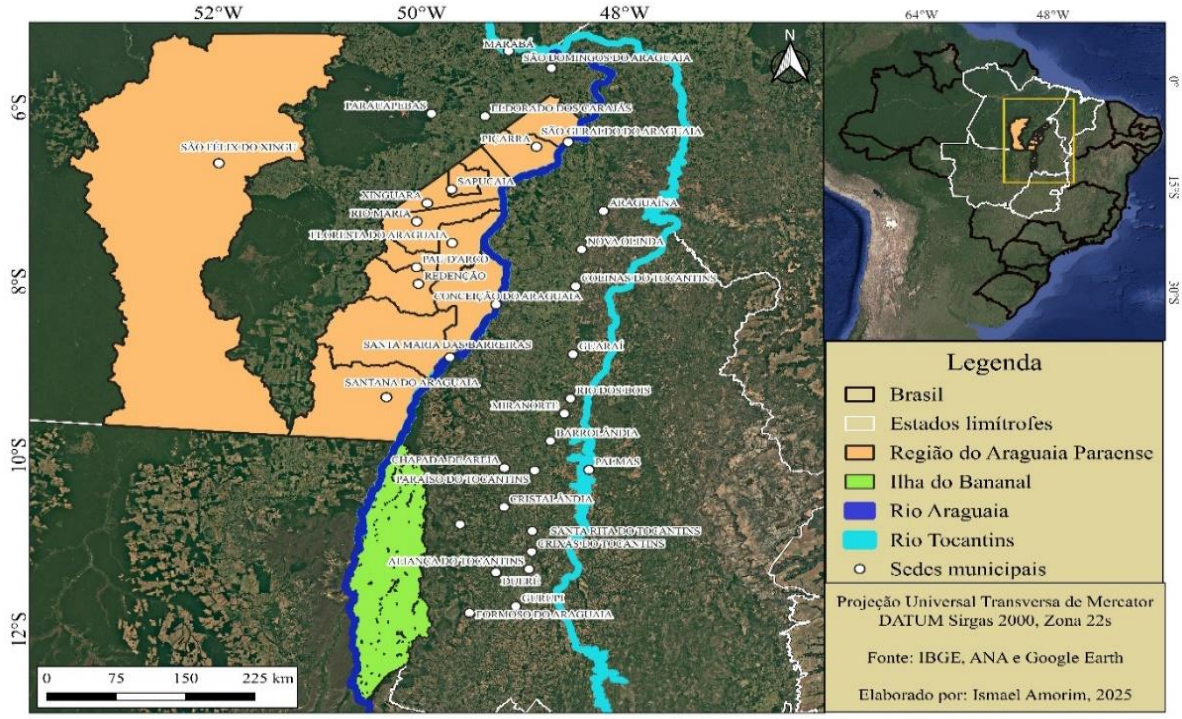
Segundo o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), no médio Araguaia, o desmatamento vem contando com o apoio institucional do Estado brasileiro, que favorece a implantação de projetos agrícolas irrigados ao longo das bacias dos rios Formoso e Urubu, especialmente no estado do Tocantins (IMAZON, 2022). As intervenções socioeconômicas transformaram essa região em um polo de produção agrícola e lócus de áreas intensamente desmatadas pelo uso intensivo de atividades agrícolas e de água de importantes afluentes do Araguaia. Tais práticas predatórias vêm comprometendo o volume das águas do rio

Javaés, utilizadas para a alimentação dos canais destes projetos agrícolas. Essa utilização excessiva tem provocado a interrupção do fluxo natural do rio, afetando gravemente a sobrevivência de espécies de peixes que dependem do movimento das águas para alimentação e reprodução. Além disso, a intensificação do uso de agrotóxicos nas lavouras tem contribuído significativamente para a degradação ambiental.

Em linhas gerais, os projetos irrigados de grãos já circundam toda a margem direita da Ilha do Bananal, notadamente às áreas dedicadas à produção comercial de sementes de arroz. O avanço das monoculturas de grãos nas últimas décadas do século XXI tornou-se predominante nas duas margens do rio Araguaia. Historicamente, essa região foi ocupada por séculos pela pecuária pastoril. Porém, as antigas áreas pastoris enfrentam, hoje, um processo acelerado de expansão de lavouras de grãos forçando o deslocamento dessas culturas por cerca de 400 km no sentido sul-norte, já aproximando as lavouras comerciais de territórios indígenas, colocando sob pressão áreas ainda preservadas.

De acordo com o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras (ANA, 2014), a expansão agrícola de lavouras comerciais são os principais responsáveis pelo desmatamento e aceleração de atividades antrópicas nos biomas locais (Figura 15).

Figura 15 - Localização da Ilha do bananal Estado do Tocantins e a ligação ao contexto do Araguaia paraense.



Fonte: IBGE, ANA, Google Earth, adaptado pelo do autor.

A pesquisa de campo percorreu o Médio Araguaia — denominação dada ao percurso do rio que se estende da Ilha do Bananal, no estado do Tocantins, até a cidade de Conceição do Araguaia, no estado do Pará — e foi realizada em novembro de 2023, em diferentes locais da bacia Tocantins-Araguaia. Nesses locais, observou-se que as áreas ainda preservadas restringem-se ao Parque Nacional do Araguaia, administrado pelo ICMBio, e à Unidade de Conservação gerida pelo Naturatins, respectivamente.

As parcerias estabelecidas permanentemente com os indígenas Javaé e Karajá, habitantes da Ilha do Bananal tem se configurado em importantes progressos no sentido de manter estes territórios preservados. Contudo, a pressão diária de setores ligados ao agronegócio, caçadores e pescadores ilegais, bem como as práticas de incêndios florestais, muitas vezes intencionais, têm dificultado a prática de ações enérgicas para manter a integridade total das unidades de conservação.

> A ampliação das áreas de produção de grãos com o desmatamento indiscriminado dessas áreas, sem o devido respeito a área de reserva legal da propriedade, as áreas de preservação permanente, uma prática muito em evidência nos últimos tempos, quando proprietários, antigos criadores de gado, sem perspectiva, arrendam suas áreas para os produtores de grãos, vê-se o quanto devastador é produzir grãos, pois as áreas arrendadas são totalmente devastadas, sem a devida licença e sem respeitar o que o licenciamento preconiza, e ainda a pressão que essa atividade exerce sobre as Unidades de Conservação e sobre a vida como um todo, são elementos que indicam o quanto temos sido condescendentes com o progresso, em detrimento de um melhor cuidado com o ambiente natural. Assim, perspectivas de futuro são pouco animadoras, pois, comunidades indígenas profundamente ameaçadas, legislação de uso do solo totalmente desrespeitadas, além de toda a pressão sofrida pelas Unidades de Conservação, temo que nossa ação e otimismo precisam de alento para que não sejamos consumidos por nossos próprios desmandos (ANALISTA AMBIENTAL 1, 2024).

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia (PNA) de 2001, atualizado pelo IBAMA, o Parque, criado em 1959, é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral. Ele ocupa o terço setentrional da Ilha do Bananal, localizada no sudoeste do estado do Tocantins, na planície do médio Araguaia, entre os paralelos 9º 50' S e 11º 10' S e os meridianos 49º 56' W e 50º 30' W (PNA, 2001). A Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do planeta, representa um marco na fronteira política entre o Centro-Oeste e o Norte do Brasil, servindo como divisor entre os estados do Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins (LOPES; FRANCO; COSTA, 2017).

Lopes, Franco e Costa (2017), expõem ainda que o Parque Nacional do Araguaia é local de atração de turistas em busca de repouso e pesca esportiva. Apesar do controle rigoroso das entidades ambientais responsáveis, é comum o registro de casos de pesca e caça predatórias na área do parque. Cabe mencionar que as ações antrópicas, pela utilização inadequada do ambiente

do Parque, impactam diretamente o habitat natural de dezenas de espécies ameaçadas de extinção, como a ariranha, a onça-pintada, o cervo-do-pantanal, o tamanduá-bandeira e o tatu-canastra. Apesar da região do Araguaia ser conhecido em todo o Brasil por suas praias de areias brancas e destino de milhares de turistas entre julho e setembro, o veraneio também é o período que se registra o maior número de ações predatórias.

Segundo esses autores, o PNA foi criado com o objetivo de preservar as riquezas naturais da região e fomentar o turismo sustentável em seu entorno. Contudo, a partir de 1980, com a intensificação das atividades agropecuárias, especialmente a produção de sementes e frutas em perímetros irrigados nas proximidades do parque, tem-se observado uma pressão antrópica significativa sobre os ecossistemas locais tanto no entorno quanto dentro do próprio PNA (LOPES; FRANCO; COSTA, 2017).

O agronegócio irrigado nas proximidades da Ilha do Bananal, de cultivo comercial e intensivo de sementes de arroz e soja no Projeto Formoso, nos municípios de Formoso e Lagoa da Confusão, no Tocantins, tem gerado graves impactos nos sistemas hídricos das bacias dos rios Formoso e Javaés, limite da Ilha do Bananal. Em pesquisa de campo realizada em novembro de 2023, acompanhada pelo servidor do ICMBio, Unidade de Pium, TO, percebeu-se que os rios locais enfrentam uma situação crítica de escassez hídrica, sobretudo durante o período de estiagem, fator que compromete a ecologia da ilha, dependente do pulso das águas.

> O Parque Nacional do Araguaia é um exemplo claro do quanto o poder de pressão das lavouras comerciais influenciam na dinâmica ambiental e qualidade da proteção da Unidade. Mudança no comportamento de aves e peixes, intensa retirada de água dos rios que compõem a bacia do Araguaia, influência direta nos regimes de águas desses rios, pois, além da constante retirada de água dos rios para o abastecimento dos canais de irrigação das lavouras, há também, o histórico de barramento de rios, como o rio Formoso e o rio Urubu, afluentes importantes do rio Javaés, que influenciam na alimentação do mesmo e na dinâmica de reprodução de alguns peixes importantes desses rios. Menos água disponível no rio, impossibilidade de subida para a reprodução de espécies de peixes importantes, e influência direta no comportamento das comunidades indígenas que habitam a Ilha do Bananal e dependem das riquezas do rio para sobreviver. O avanço do agronegócio pode ser muito importante para o desenvolvimento econômico do país, para a geração de riquezas e commodities, porém, é causador direto de sérios problemas ambientais que precisam ser minimamente sanados (ANALISTA AMBIENTAL 1, 2024).

A pesquisa de campo observou-se que, infelizmente, as monoculturas destinadas à produção de sementes de arroz e soja restringe-se a práticas comerciais que priorizam o lucro a qualquer custo, colocando em risco a biodiversidade do Parque Nacional do Araguaia (PNA). Em outras palavras, a produção econômica pautada no cultivo irrigado de grãos retira dos rios grandes volumes de água. Além disso, as empresas que usufruem desta exploração hídrica se

prendem a práticas predatórias e insustentáveis, desconsiderando a preservação dos rios e de espécies de animais que dependem da floresta e da água para sobreviver.

A pecuária extensiva que é praticada dentro do PNA há séculos têm sido bastante questionadas por especialistas e pesquisadores ambientais. A presença de criadores pastoris em campos naturais na Ilha do Bananal é registrada desde o final do século XIX. Contudo, naquela época, os rebanhos eram pequenos e não ultrapassavam uma cabeça para cada 10 hectares. Recentemente, o aumento dos rebanhos tem exercido uma enorme pressão sobre a fauna, flora e pastagens nativas, devido às práticas de queimadas no período de estiagem, que se somam às atividades de caça ilegal, frequentemente praticadas por predadores, vaqueiros e proprietários de gado.

> A interferência nas comunidades indígenas tem sido tão intensa, que o que se tem de referência é uma presença massiva de não indígenas em seus territórios, e, usando o Parque Nacional do Araguaia como referência desse processo, por ser esta Unidade de Conservação também uma terra indígena, e ainda, ser um território riquíssimo em pastagens naturais, há um temor de que, num futuro próximo, esteja a área do parque toda privatizada, com a instalação de fazendas de gado, cercamento de pastagens e a substituição dos animais silvestres, alvo da preservação deste território, pelo boi, dada a intensificação da presença de bovinos na área, toda ela arrendada pelos indígenas para os não indígenas, descaracterizando a existência da Unidade de Conservação e consequentemente a razão de ser de um território de usufruto dos povos indígenas, tornando-se área de uso de intrusos, alheios ao território (ANALISTA AMBIENTAL 1, 2024).

Diante do quadro climático que o planeta vem enfrentando nos últimos anos, com influências diretas sobre a flora, fauna e hidrologia da região, os rios Javaés e Araguaia, na Ilha do Bananal, exemplificam o impacto da estiagem severa nas condições ambientais do Parque. Essa situação tem favorecido a intensificação de incêndios florestais graves, que resultam em perdas significativas de biodiversidade e na redução da cobertura florestal. Um exemplo disso são os incêndios florestais ocorridos entre 2017 e 2023 na região da Mata do Mamão, uma área que deveria ser intocável do PNA, pelo fato de se destacar como um importante fragmento da floresta Amazônica. Este nicho de transição de bioma cerrado e floresta teve sua vegetação original reduzida em 60% devido à intensidade de eventos antrópicos, comprometendo a unidade florestal dentro do PNA na Ilha do Bananal.

Segundo informações fornecidas pelo ICMBio, a preocupação ambiental com a Mata do Mamão e com o Parque Nacional como um todo é constante, especialmente durante o verão. Nesse período, equipes de brigadistas são deslocadas para a área, permanecendo em vigília durante todo o período de estiagem, justamente porque é quando as ocorrências de incêndios tendem a se intensificar, por causa da seca e pela ação antrópica de predadores.

No período em que as águas começam a baixar, as equipes de prevenção e combate aos incêndios florestais realizam trabalhos preventivos de proteção à Mata do Mamão, incluindo queimas controladas. Essas ações têm o objetivo de reduzir o material combustível capaz de provocar incêndios e atingir a área florestal. Assim, as queimadas assumem esse caráter preventivo, contribuindo significativamente para uma maior intervenção institucional no controle e combate aos incêndios, além de preservar o que resta dessa importante área de transição ecológica no interior da Unidade de Conservação. Nos últimos cinco anos, atividades predatórias praticadas por invasores têm desencadeado incêndios devastadores no período crítico de seca intensa. Segundo dados do ICMBio, somente em 2017, os incêndios florestais consumiram cerca de 332 mil hectares dos 557.714 hectares da área total do PNA.

> O ano de 2024 tem sido um ano que, a partir das influências climáticas provocadas pelo fenômeno EL NIÑO, aliados aos graves problemas ambientais advindos da ação humana predatória ao meio ambiente, os extremos climáticos estão muito intensos e tem provocado sérios problemas para o setor produtivo. Atraso em plantios, redução da produção de grãos, problemas com manutenção de áreas de pastagens, uso indiscriminado do fogo, então, num cenário muito otimista, podemos afirmar que o setor produtivo precisará se adequar a uma realidade que se fará muito presente em anos futuros, pois as mudanças no regime de chuvas e os períodos de estiagens cada vez mais amplos impactarão diretamente na forma como se produz na região. Temo que, dadas as circunstâncias das alterações do clima, a intensificação da utilização de áreas irrigadas para garantir os índices de produção e produtividade, através da retirada de água do subsolo e o barramento de mananciais contribuirão para um cenário cada vez mais desolador. É pessimismo futurista, mas é a colheita do que se impôs enquanto utilização dos recursos naturais para a produção e geração de riquezas (ANALISTA AMBIENTAL 1, 2024)

Da mesma forma como vem ocorrendo na Ilha do Bananal, a bacia do rio do Sono, no trecho do médio rio Araguaia, apresenta áreas sensíveis do ponto de vista hídrico e ambiental no estado do Tocantins.

No Pará, a pecuarização e as monoculturas no território do Araguaia têm registrado ocorrências de desmatamento, processos erosivos e obstrução das calhas de pequenos rios e córregos. Um exemplo é a região que abrange os municípios de Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, onde as áreas de cerrado já foram devastadas e as monoculturas de soja e milho consolidadas.

> Com relação as Reservas Ambientais a situação não é muito diferente. Os recursos para manutenção, fiscalização e conservação são insuficientes para impedir o garimpo e desmatamento ilegal. O Novo Código Florestal foi muito benevolente com os desmatadores e em relação às Áreas de Preservação Permanentes, pois, além de diminuir sua área, pois sua delimitação parte da calha do leito regular do rio e não mais do leito médio das enchentes ordinárias, também desobrigou a sua recuperação integral, estabelecendo faixa mínima de recuperação de 5 metros e aumentando conforme o tamanho da propriedade, não ultrapassando os 100 metros de extensão, mesmo para rios cuja largura exigiria uma faixa de APP de 500 metros. Mesmo com todos esses

> "benefícios" aos produtores, não temos observado a restauração florestal nem das APP's e nem das Reservas Legais (TÉCNICO AMBIENTAL 2, 2024)

O avanço da agricultura intensiva, a escalada do desmatamento, o aumento de áreas mecanizadas, bem como o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos têm alterado o solo e os recursos hídricos. Essas alterações causam impactos desastrosos à biodiversidade e à qualidade do meio ambiente, comprometendo a vida humana e levando à antropização total.

As observações realizadas por este pesquisador a partir de visitas in loco, acompanhadas por moradores das proximidades do distrito de Alacilândia, município de Conceição do Araguaia, Pará, constataram que as monoculturas já avançaram por dezenas de quilômetros, seguindo as margens da PA 287e PA 449, sentido Floresta do Araguaia, na margem esquerda do rio. O avanço acelerado das monoculturas de grãos coloca em risco pequenos córregos, pressiona os corpos d'água e compromete nascentes importantes do rio Araguaia e biodiversidade como um todo.

No Araguaia paraense, as práticas ilegais de desmatamento, soterramento de calhas de rios vem causando elevados transtornos ao ambiente natural. As práticas predatórias, na maioria das vezes, são intencionais e ilegais. O soterramento de rios, a destruição do cerrado, a exploração de espécies nativas, a utilização de áreas próximas de nascentes e encostas tem proporcionado a dizimação da fauna local e redução de espécies que marcham para a extinção.

> Com a vinda das lavouras mecanizadas de soja e milho é natural que o uso de agrotóxicos também aumente, bem como o uso de adubos químicos. Ainda não temos a dimensão dos impactos ambientais e sociais que este aumento pode causar, mas com certeza não será pequeno, visto que a grande maioria dos produtores são tradicionais. Entretanto, por serem produtores vindos de regiões já com expertise no cultivo de lavouras, temos observado que esses produtores têm a prática de devolver as embalagens vazias de agrotóxicos e afins maior que os produtores da região. Também temos observado a maior ocorrência de uso da aplicação aérea de agrotóxicos. Infelizmente, muitas dessas empresas não estão devidamente legalizadas (TÉCNICO AMBIENTAL 1, 2024)

Portanto, a situação tem se tornado alarmante devido ao avanço das monoculturas registando até mesmo em perímetros que potencialmente poderão ser irrigadas num futuro próximo, o que poderá comprometer o volume das águas disponível nos rios de médio e grande porte. A utilização de áreas irrigadas de afluentes importantes do rio Araguaia poderá acelerar ainda mais a degradação ambiental, comprometendo os rios, o cerrado e zonas de transição, como já vem ocorrendo no rio Arraias, onde em 2019, constatou-se uma severa escassez hídrica que chegou ao ponto de paralisar o curso d'água. Nesse período de escassez hídrica constatou-se o desaparecimento de estoques pesqueiros, conforme mencionado na reportagem do Jornal A Notícia de setembro de 2019 (Figura 16).

> O descontrole ambiental aliado a forte estiagem que vem castigando o Sul do Pará, está matando o Rio Arraias, o segundo maior Rio do sul do Pará, atrás apenas do rio Araguaia. Em trechos do leito do rio Arraias, é possível confundir o leito do rio com uma estrada cheia de poeira, o rio nasce na Serra Azul, atravessa o município de Santa Maria das Barreiras, passa pela PA-287 na vila Alacilândia e se encontra com o rio Araguaia. O rio Arraias tem peixes de várias espécies, mas ao longo dos anos, a devastação dos lados de seu leito tem "matado" o importante curso d'água, esta ação já resultou na morte de diversos animais, inclusive causando prejuízo na economia dos municípios banhados pelo rio. Por enquanto nenhuma atitude tem sido tomada, mas é preciso que as esferas estadual e federal fiquem de alerta com a situação caótica do rio. (JORNAL A NOTÍCIA, 26/09/2019) (ARAÚJO, 2019).

Figura 16 - Leito do rio Arraias na vila Alacilândia - Conceição do Araguaia PA.

Fonte: Araújo, 2019.

Com relação ao patrimônio cultural deixado pelos indígenas, devido aos impactos ambientais provocados pela pecuária e avanço acelerado das monoculturas nessa região, o Lajeiro do Cadena, situado no município de Conceição do Araguaia, encontra-se em um estado de abandono e total desrespeito aos vestígios deixados pelos indígenas que habitavam o território.

O Fórum Araguaiano de Pesquisa, Território e Direitos Humanos, evento realizado no território, tem discutido, em conjunto com pesquisadores, movimentos sociais e indígenas, a valorização e a manutenção do patrimônio cultural do Cadena. Em novembro de 2023, o Fórum organizou visita ao local localizado cerca de 31 km a noroeste de Conceição do Araguaia, com o objetivo de promover o conhecimento, e sensibilização com relação a preservação desse sítio arqueológico por se tratar de um patrimônio rico em atributos arqueológicos e naturais, notável pela existência de trilhas, inscrições rupestres, cavernas e vegetação diversificada.

O registro do patrimônio cultural e natural tem sido realizado com o apoio de pesquisadores, geógrafos, antropólogos, representantes de movimentos sociais e indígenas da etnia Ebêngôkre-Kayapó da aldeia Las Casas, localizada no município de Pau D'Arco. Contudo,

os esforços realizados até o momento não têm sido suficientes para garantir a proteção do local, que se encontra depredado.

Apesar da riqueza de pinturas rupestres presentes no Lajeiro do Cadena, o sítio ainda é pouco estudado e encontra-se em situação de completo abandono e descaracterizado por ações predatórias e pisoteio diário de animais devido a prática de pecuária. A situação é similar na Caverna do Cadena, localizada nas proximidades das pinturas rupestres do Lajeiro, onde observou-se a destruição da vegetação, desmatamento e depredação das pinturas nas paredes da caverna (Figura 17).

Figura 17 - Gravuras. Sítio Lajeiro do Cadena, Conceição do Araguaia - Pará.

Fonte: Acervo do autor, 2023.

5.1 Mineração e desequilíbrio ambiental: os impactos na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia no território paraense

Fatores históricos e socioambientais pertinentes à área de jurisdição religiosa da Diocese vêm mudando a rotina da região, com destaque para Conceição do Araguaia — cidade nacionalmente conhecida pelas belas praias de água doce, que atraem milhares de turistas de todo o Brasil entre maio e setembro, durante o verão amazônico. Nos últimos anos, essa rotina tem sido alterada, especialmente a partir da instalação da mineradora Horizonte Minerals, uma multinacional que se encontra em processo de conclusão de uma gigantesca estrutura de processamento de níquel. Em função da mineração, a cidade tranquila e pacata às margens do rio Araguaia transformou-se em um lugar agitado, com aumento significativo da violência, do custo de vida, do tráfego de veículos pesados e do vai e vem de trabalhadores da mineração (Figura 18).

Figura 18 - Planta da Horizonte Minerals e instalação dos fornos rotativos e secador.

Fonte: MUTRAN, 2023.

A cidade, que enfrenta um boom da mineração, passou a conviver com cerca de 5.300 trabalhadores empregados em regime de três turnos na montagem das instalações da mineradora, localizada a aproximadamente 15 km da sede do município. Abrigada em apartamentos, casas de aluguel e hotéis, essa população volátil vem lotando diariamente o comércio local, padarias e restaurantes, causando filas até mesmo nas barracas de espetinhos — uma programação tradicional e imperdível para os moradores, parte de uma cultura regional que alimenta um ditado bastante conhecido: "as cidades do Araguaia cheiram a churrasco".

> O avanço da mineração na região tem provocado a reconcentração fundiária, levando as famílias a venderam suas terras a ir morar nas cidades, podendo aumentar a urbanização na região. A vinda da mineração traz consigo uma grande leva de trabalhadores para a região, pois a mão de obra local disponível não é suficiente para atender a demanda dos projetos minerários em sua fase de instalação e operação. Isso provoca o aumento das cidades e os problemas delas decorrentes, urbanização desordenada, violência, falta de infraestrutura urbana adequada, sobrecarga dos serviços públicos de saúde e educação, entre outros. Esse processo também poderá levar a uma maior pressão nas áreas de fronteiras agrícolas, local onde a pecuária extensiva e parte dos agricultores vão procurar terras baratas para continuar suas atividades. Até o presente momento, não temos informações se alguma entidade está monitorando estes impactos na região (TÉCNICO AMBIENTAL, 2024).

Segundo Oliveira (2017), a mineração ganhou um novo cenário na cidade, a empresa inglesa Horizonte Minerals, iniciou os trabalhos de sondagem e prospecção numa área de assentamento rural de reforma agrária, cerca de 25 km de Conceição do Araguaia.

Deste o início da implantação da mineração os problemas começaram a surgir sobretudo porque as instalações da mineração estão sendo implantadas numa área de dois Projetos de Assentamentos (PA) do INCRA, e já afeta diretamente centenas de famílias de agricultores dos

PAs Jocon Três Irmãos, com área de 25.211 hectares onde vivem 393 famílias, e o PA Capivara, com 1.970 hectares e 68 famílias assentadas.

Além disso, a mineradora passou a afetar também uma ocupação de 200 famílias de posseiros nas áreas de ocupação Jacutinga e Talismã de 4.000 hectares. Apesar da ocupação Jacutinga e Talismã ainda não ser regularizada pelo INCRA, os posseiros residem nessas posses há mais de 10 anos.

Na pesquisa de campo, observou-se que a mineradora se instalou numa região de Projetos de Assentamentos antigos, implantados há cerca de 36 anos, que, futuramente serão diretamente impactados pela mineração, segundo Oliveira (2017, p. 7-8),

> O portal da empresa Horizonte Minerals afirma que o Projeto Araguaia Níquel extrairá o níquel laterítico e adotará medidas sustentáveis, proteção a biodiversidade, tratamento de toda a água utilizada, bem como filtrar os poluentes emitido pela mineração. Quanto a comunidade onde será o palco da extração afirma-se que serão maximizadas oportunidades de emprego, capacitação aos moradores da área de atuação da empresa, e que os atingidos serão reassentados. Nesse viés percebe-se que a empresa não apresenta claramente quais medidas serão adotadas quanto ao reassentamento dos agricultores, e nem quais as áreas com precisão que são de interesse da empresa.

Dados disponibilizados no portal da própria empresa e reproduzidos por sites e jornais regionais demonstram a dimensão dos projetos da mineradora denominada de Horizonte Minerals plc (AIM & TSX: HZM) desenvolvida no município. As informações divulgadas pa própria página eletrônica indica que são dois empreendimentos: o Projeto Araguaia Níquel e o Projeto Vermelho de Níquel-Cobalto. Ambos são de larga escala, alto teor, baixo custo, baixo carbono e escaláveis. O primeiro, o Projeto Araguaia Níquel, produzirá 29.000 toneladas de níquel por ano (14.500 na primeira etapa) para abastecer o mercado de aço inoxidável. O segundo, o Projeto Vermelho, atualmente em fase de estudo de viabilidade, produzirá 25.000 toneladas de níquel e 1.250 toneladas de cobalto, destinadas ao mercado de baterias de veículos elétricos (Figura 19).

Figura 19 - Obras de instalações de mineração na ocupação camponesa Jacutinga, Talismã, Conceição do Araguaia – Pará.

Fonte: Acervo do autor, 2023.

Em função das instalações da mineradora, os assentados dos Projetos de Assentamentos (PAs) consolidados e os posseiros que aguardam a regularização pelo INCRA enfrentam uma situação de incerteza após a divulgação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) pela mineradora. Esse relatório indicou a necessidade de remanejamento de algumas famílias, criando um impasse entre o INCRA e os posseiros que recusam deixar o local, mesmo com a oferta de indenização de 20.000,00 (vinte mil reais) por lote, proposta por intermediários interessados em especular com a venda da terra para a mineradora. Esse episódio elevou ainda mais a tensão e a recusa da proposta de negociação pelos posseiros.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que presta assessoria jurídica aos posseiros e participa das audiências para assegurar a posse das áreas de ocupação Talismã e Capivara, e vem negociando junto ao INCRA, a regularização fundiária da área e a criação definitiva do assentamento. Esta situação de conflito entre a posse da terra e a mineração demonstra que, mesmo antes de iniciar as instalações, a empresa de mineração já produz impactos negativos que afeta desde a economia dos posseiros até as relações culturais das famílias residentes na área há décadas (OLIVEIRA, 2017).

Intitulada “A vida vale mais que o níquel!”, uma carta-denúncia foi divulgada por movimentos acadêmicos e entidades sindicais, esclarecendo à população o contexto de perseguições políticas e tentativas de intimidação de professores e sindicalistas em defesa dos assentados e posseiros afetados pela mineradora, conforme observou-se em nota assinada por várias entidades de apoio aos assentados:

> Essa realidade denuncia a injustiça e o racismo ambiental, uma vez que a expansão do capital através destes projetos, impactam, principalmente, populações com baixa

> capacidade econômica e jurídica de assegurarem seus direitos à cidadania e à vida digna, gerando uma dissimetria de forças e limitando suas possibilidades de reagir a tais projetos e permanecer na terra. Especialmente na Amazônia brasileira, esta situação é corriqueira, sendo frequente a acumulação por espoliação, em prejuízo do Meio Ambiente, dos Povos Indígenas, das Comunidades Tradicionais e Quilombolas, além da população camponesa e ribeirinha, reforçando uma lógica histórica que privilegia a expansão do capital em detrimento da sociedade, mesmo quando ela gera desigualdade, violência e constrangimentos para a maioria da população (nota emitida pelas entidades sindicais: (A VIDA VALE MAIS QUE O NÍQUEL, 2024, p. 2).

Para reforçar a gravidade desta situação de conflito envolvendo o Projeto de Mineração Araguaia e os assentados e posseiros, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Conceição do Araguaia e um professor da Universidade Estadual do Pará (UEPA) organizaram um dossiê que denunciava os graves problemas associados ao Projeto Níquel do Araguaia, especialmente em relação ao uso dos recursos hídricos e à deterioração da qualidade do ar no trecho de 25 km da rodovia PA 449.

Durante visita de campo realizada por este pesquisador, verificou-se que a poeira e o trânsito intenso de veículos, que transportam diariamente os trabalhadores da mineradora e o fluxo de caminhões pesados, colocam em risco a vida dos posseiros e trabalhadores da mineradora. Os problemas ambientais provocados pela poeira foram alvo de denúncias por parte dos assentados do PA Jocon e da comunidade Chapéu de Palha, e estão relacionados a diversos problemas de saúde, como as doenças respiratórias que vêm afetando os moradores do entorno.

Conforme reportagem publicada no portal Amazônia Real em agosto de 2023, cerca de trezentos assentados de dez comunidades rurais da região afetadas pelo Projeto de níquel Araguaia bloquearam a rodovia PA 449. Eles denunciaram os impactos provocados pela poeira e reivindicaram da mineradora melhorias necessárias para resolver o problema. De acordo com a reportagem, o presidente do Sindicato dos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia esclareceu que os moradores mais afetados pela poeira são aqueles que residem no entorno da estrada e nas comunidades de Jacutinga e Chapéu de Palha, conforme mencionado no portal Amazônia Real.

> Estamos perdendo pessoas, muitas delas idosas, que não esperavam essa devastação que essa mineradora está causando. Já morreram pessoas idosas, com problemas respiratórios, com essa poeira. As pessoas aqui já nem lavam roupas. A poeira gruda em tudo. Até o gado está vermelho, não consegue nem comer capim, está morrendo. Tem um senhor que mora na beira da estrada há mais de 30 anos e não quer sair. Vive no aparelho para conseguir respirar melhor. Isso é triste, lamentável. Já fui duas vezes fazer denúncia no Ministério Público e, até agora, não tive nenhum retorno (SINDICALISTA, AMAZÕNIA REAL em 7/8/2023).

Por fim, convém destacar que os projetos de mineração, pecuária e monoculturas sempre geraram conflitos em suas implantações, desde a década de 1960. Nesse contexto, a conquista da

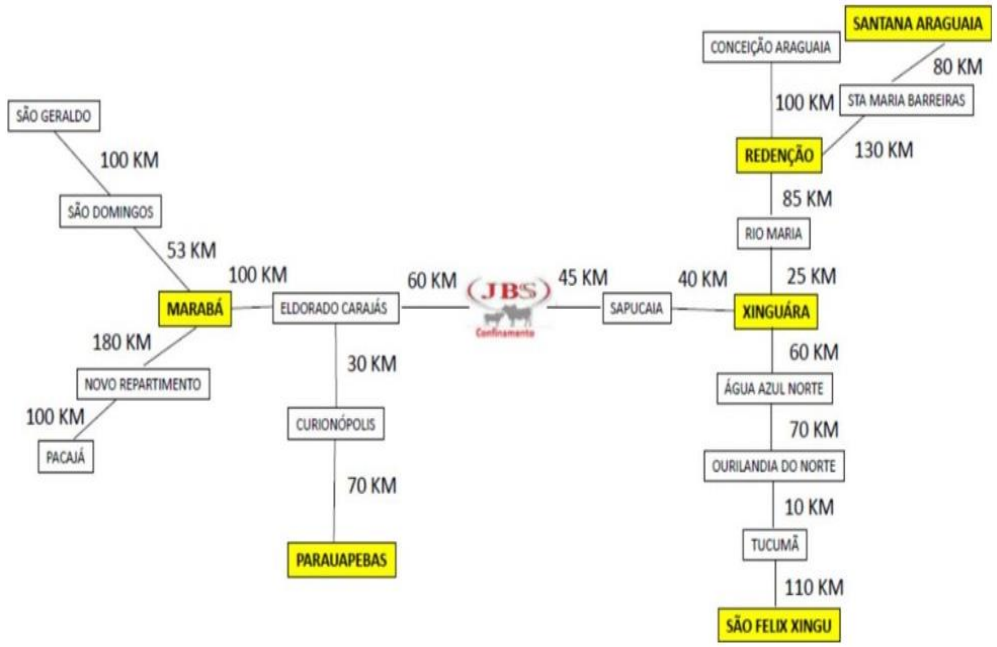
terra pelos camponeses ocorreu em meio a intensas disputas contra o latifúndio, frequentemente marcadas por violência, perseguições e assassinatos. Os assentamentos são resultado de um longo e difícil processo de negociação, envolvendo a CPT, movimentos sociais e o INCRA.

Além dos desafios contemporâneos, que incluem a luta pela permanência e pela produção sustentável na terra, a mineração surge como mais um obstáculo a ser enfrentado pelos camponeses. Apesar das famílias assentadas já estarem na região há quase 36 anos, elas ainda convivem com a ameaça constante de nova expulsão, criando um ambiente de insegurança e risco iminente de desterritorialização.

5.2 As dinâmicas de pecuária extensiva e agroindústria: A marcha do boi em benefício da acumulação do capital

A consolidação da pecuária, ocorrida na década de 1990, motivou o grande capital a instalar na região um conjunto de unidades de agroindústrias frigoríficas, laticínios e curtumes. Nos últimos anos da ditadura militar, em 1977, a agroindústria frigorífica do grupo Atlas instalou-se no município de Santana do Araguaia, almejando atender à demanda de gado dos municípios circunvizinhos e do Norte do Mato Grosso. Na década seguinte, unidades foram instaladas em Redenção, Rio Maria, Xinguara e São Geraldo do Araguaia. Com a instalação dessas unidades, os rebanhos bovinos passaram a ser abatidos na própria região, constituindo uma rede de agroindústrias de carne bastante robusta, alterando a dinâmica de exportação de boi vivo predominante até a década de 1980 (Figura 20).

Figura 20 - Raio de atuação das unidades de abate da JBS na região do Sudeste do Pará e Araguaia paraense.



Fonte: Neto Alves, 2021.

A partir da implantação das unidades frigoríficas, criou-se por todo o território do Araguaia estruturas públicas de defesa animal, a ADEPARÁ, o sistema de fiscalização federal, e redes de transportes de amimais, constituindo a atual dinâmica produtiva de pecuária (Tabela 3).

Tabela 3 - Movimentação de trânsito animal na região do Araguaia paraense – (2020).

Municípios	GTAs emitidos	Animais Transitados	Abate	Engorda	Leilão	Reprodução
Conceição do Araguaia	4.291	114.969	23.789	81.866	4.635	4.041
Floresta do Araguaia	3.210	96.325	8.096	76.949	4.120	1.742
Pau D'arco	2.552	71.852	29085	41.438	529	529
Redenção	5.380	148.289	50.837	92.713	2.581	1.824
Rio Maria	10.280	293.095	112.046	169.182	5.102	5.968
São Felix do Xingu	27.224	969.914	238.753	714.193	3.132	11.238
São Geraldo do Araguaia	7.340	201.479	72.228	119.931	569	3.573
Santa M. das Barreiras	9.715	313.648	110.580	197.873	2.925	2.000
Santana do Araguaia	8.816	292.088	77.798	208.638	2.857	2.379
Sapucaia	2.724	106.080	34.105	64.245	529	7.057
Xinguara	15.305	436.844	143.891	267.497	10.730	12.464
Total	**96.837**	**3.044.583**	**901.208**	**2.034.525**	**37.709**	**52.815**

Fonte Adepará, 2021, adaptado pelo autor, 2024.

Como se observa nos dados da tabela acima, a maior concentração de gado bovino do Araguaia destina-se à engorda e abate nas unidades regionais e envolve desde burocracias e logísticas de instalação de agroindústrias, certificação federal de exportação e comercialização nos mercados nacional e internacional.

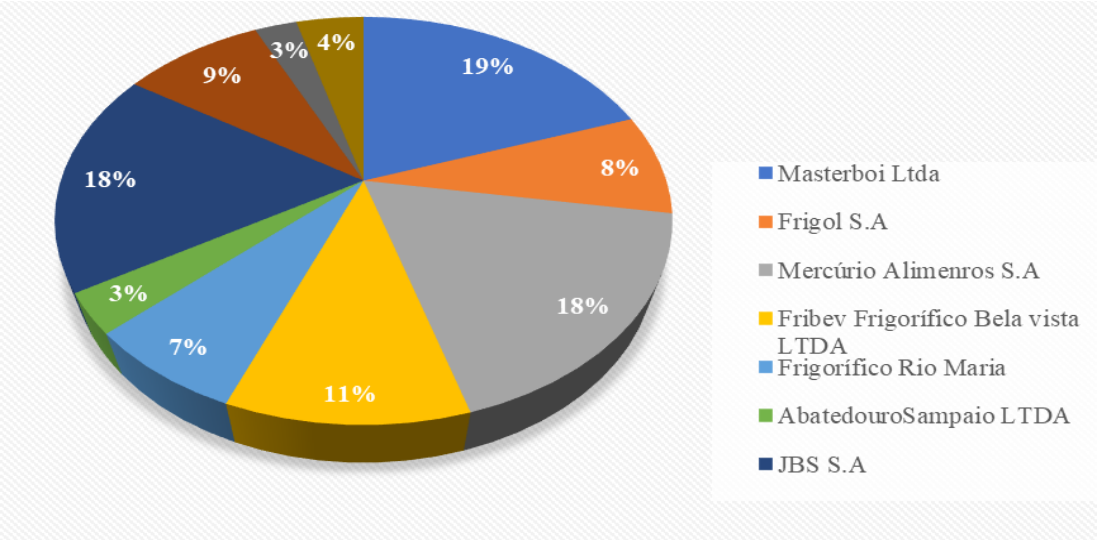
Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), os mercados asiáticos, do Oriente Médio e africano, envolvendo países como China, Indonésia, Irã e Egito, são o destino de boa parte dos abates. Outra parcela de frigoríficos e matadouros com registro estadual encarrega-se do abastecimento de redes de supermercados e açougues da região. Segundo o Relatório do Trânsito e Monitoramento Agropecuário, o gado com origem na região do Araguaia paraense, transportado e abatido em 2020, somou cerca de 901.808 cabeças, distribuídas entre as plantas frigoríficas instaladas nos municípios de São Felix do Xingu, com 238.753 abates; Redenção, com 50.837; Xinguara, com 143.890; e Rio Maria, com 112.046 abates (Tabela 4 e Figura 21).

Tabela 4 - Relação entre empresas, localização e distância na compra de bovinos para abate.

Número	Empresa	Municípios	Situação Operacional	Tipo de inspeção	Capacidade de abate (dia)	Dist. Máxima de compra de gado (km)	Assinou (TAC)
1	Masterboi Ltda	São G. do Araguaia	Ativa	Federal	1.100	300	Sim
2	Frigol S. A	São F. do Xingu	Ativo	Federal	450	300	Sim
3	Mercúrio Alimentos S. A	Xinguara	Ativo	Federal	1.000	400	Sim
4	Fribev Frigorífico Bela vista LTDA	Xinguara	Ativo	Federal	600	300	Sim
5	Frigorífico Rio Maria	Rio Maria	Ativo	Federal	400	200	Sim
6	Abatedouro Sampaio LTDA	Redenção	Ativo	Federal	180	300	Sim
7	JBS S. A	Redenção	Ativo	Federal	1.000	225	Sim
8	JBS S. A	Santana do Araguaia	Ativo	Federal	500	200	Sim
9	Abatedouro Independência	São F. do Xingu	Ativo	Estadual	150	150	Não
10	Frigorífico Valencio LTDA	Xinguara	Ativo	Federal	240	300	Não

Fonte: Imazon 2023, organizado pelo Autor, 2025.

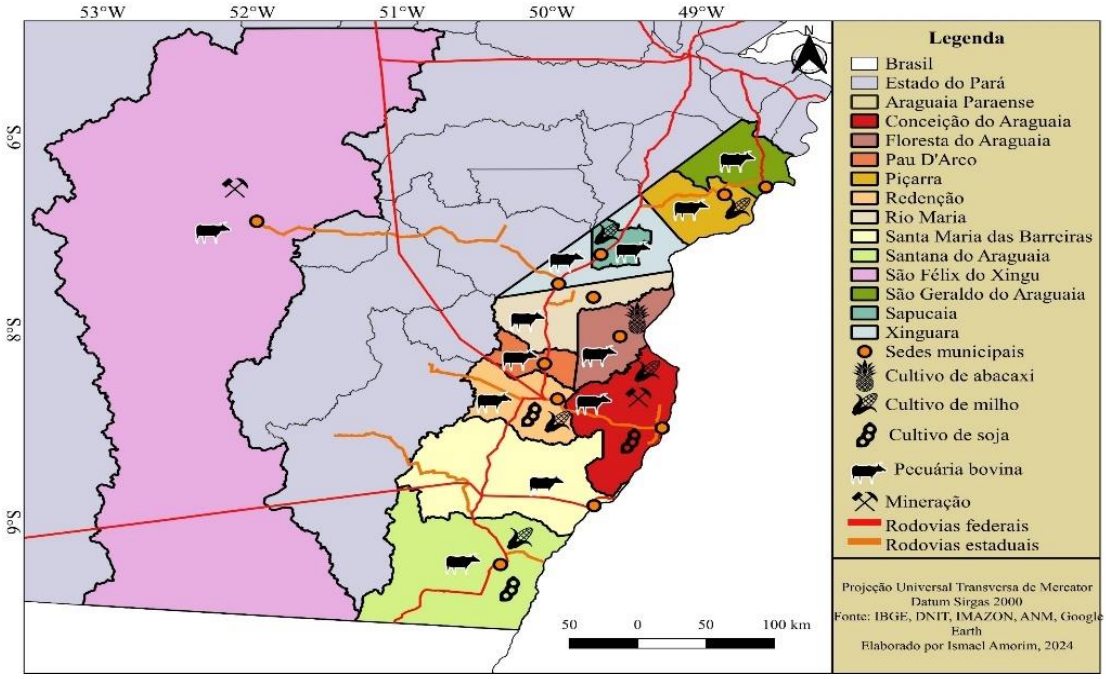
Figura 21 - Capacidade de abate por frigorífico no Araguaia paraense (%).



Fonte: Imazon 2023, adaptado pelo Autor, 2024.

Dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995/96 e 2017 demonstram que as áreas ocupadas com pastagens no Estado do Pará foram ampliadas em 82,69%, nas últimas décadas correspondendo atualmente a 21,5 milhões de hectares, abrigando o segundo maior rebanho bovino do país com 26.754.000 cabeças. O Censo Agropecuário indica ainda que a ocupação dos estabelecimentos agropecuários no Estado corresponde atualmente a 28.419.450 hectares em 281.699 estabelecimentos e emprega cerca de 979.648 pessoas (IBGE, PPM 2022). Nos 11 municípios do território do Araguaia paraense, as áreas de pastagens plantadas em boas condições somam um total de 2.233.111 hectares e abriga um efetivo bovino de 4.332.820 cabeças, 1,94, por hectare (Figura 22).

Figura 22 - Rotas de transporte animal na região do Araguaia e São Felix do Xingu.



Fonte: IBGE 2024, com dados de pesquisa do autor, 2024.

No Brasil, a média per capita de cabeças de gado bovino por habitante é de 1,1, e no estado do Pará, esse número é elevado a 2,32. Somando os 11 municípios pesquisados do território do Araguaia paraense e São Felix do Xingu, a soma do efetivo bovino é de 6.855.428 cabeças, cerca de 25,62% do rebanho do Estado. No Araguaia paraense, esse número distribuído pela população é de 17,86 cabeças per capita, cerca de 16 vezes a média nacional.

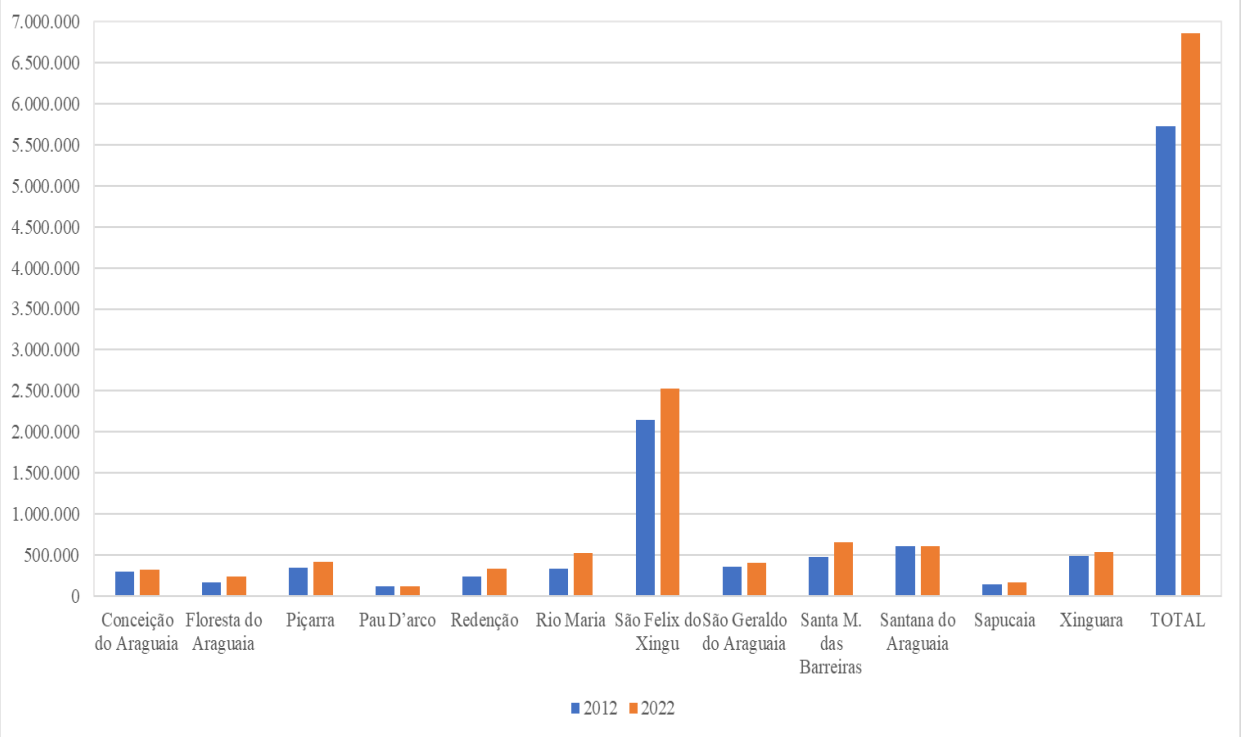
Portanto, a complexidade da “marcha” bovina pela floresta amazônica nas últimas cinco décadas constituiu-se numa verdadeira catástrofe ambiental com consequências drásticas ao bioma local, envolvendo desde o soterramento de cursos de água, redução de espécies animais, ou seja, prejuízos incalculáveis ao meio ambiente como um todo (Tabela 5 e Figura 23).

Tabela 5 - Evolução do rebanho bovino no território do Araguaia Paraense e São |Felix do Xingu (2012-2022).

Municípios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Conceição do Araguaia	295.172	307.069	313.561	301.103	288.677	279.313	269.546	256.439	269.218	298.233	320.567
Floresta do Araguaia	166.237	168.494	182.039	186.621	180.742	183.236	176.557	173.898	193.014	208.454	241.447
Piçarra	350.801	338.037	347.322	369.301	378.248	396.344	382.521	376.647	387.321	407.513	420.686
Pau D'arco	120.991	122.538	122.883	126.654	113.717	114.423	117.555	103.211	110.541	115.782	114.105
Redenção	235.413	257.915	279.554	294.355	280.700	280.022	278.547	289.196	295.411	323.258	329.153
Rio Maria	330.730	332.038	361.260	361.702	370.700	394.932	401.361	421.490	457.862	501.659	523.041
São Felix do Xingu	2.143.760	2.282.445	2.213.310	2.222.949	2.200.338	2.240.496	2.256.734	2.241.537	2.361.887	2.468.764	2.522.608
São Geraldo do Araguaia	355.000	350.000	395.000	375.000	389.309	398.801	353.876	379.623	376.712	385.546	405.000
Santa M. das Barreiras	478.639	498.664	544.541	597.906	627.470	619.036	614.686	608.379	602.445	631.667	659.480
Santana do Araguaia	613.152	663.665	613.911	564.445	566.792	551.737	558.402	498.656	551.286	612.172	611.267
Sapucaia	145.035	125.384	143.140	152.077	152.654	156.093	155.754	163.086	161.094	165.633	168.984
Xinguara	489.645	483.189	492.104	515.987	507.292	530.118	500.770	456.513	507.611	546.029	539.090
Total	5.724.575	5.929.438	6.008.625	6.068.100	6.056.639	6.144.551	6.066.309	5.968.675	6.274.402	6.664.710	6.855.428

Fonte: Pesquisa (PPM), IBGE 2022

Figura 23 - Distribuição do rebanho bovino no território do Araguaia paraense.



Fonte: IBGE/PPM, 2022.

Como se observou no gráfico acima, exceto o município de São Felix do Xingu, que aparece como zona de fronteira de desmatamento, a pecuária bovina no Araguaia paraense vem demonstrando estabilidade sofrendo apenas pequenas variações advindas do aumento das

monoculturas de grãos que avança sobre as áreas de pastagens, dos abates nos frigoríficos e pequena expansão de confinamentos.

Segundo o relatório disponibilizado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) de 2019, que divulga o número de abates das agroindústrias frigoríficas do país, o crescimento neste setor nos últimos dez anos atingiu cerca de 21,67%, um aumento vertiginoso que demostra o poder econômico das agroindústrias de carne. Somente no estado do Pará, o abate alcançou cerca de 2.030.000 cabeças de bovinos ano, número que representa 8,57% da produção nacional (IBGE, 2022).

Os dados da ABIEC, confirmados pela FAPESPA, indicam que nos anos de 2021 e 2022, os 11 municípios do território do Araguaia produziram cerca de 38,1 e 43,3 mil toneladas de carne, respectivamente, participando com 50,5% nas exportações do Estado (Tabela 6).

Tabela 6 - Participação dos municípios do Araguaia paraense em exportação de carne 2021/2022 (em mil t).

PA/Municípios	Carnes (mil toneladas)		Var. (%)	Part. (%)
	2021	**2022**	**2022/2021**	**2022**
Pará	88,1	106,9	21,5	100
Redenção	2,3	0,6	-73,5	0,6
Rio Maria	8,4	21,3	154,2	19,9
São Felix do Xingu	4	3,7	-7,4	3,4
São Geraldo do Araguaia	13	7,5	-42,5	7
Santana do Araguaia	1,8	2	11,7	11,9
Xinguara	8,6	8,2	-4,7	7,7
Totais	**38,1**	**43,3**	**37,8**	**50,5**

Fonte: MDIC, 2023. Elaboração do autor com dados da CEEAC/FAPESPA, 2023.

Todavia, a partir de 2022, os produtores de gado bovino veem demonstrado insatisfação com os preços ofertados pelas agroindústrias frigoríficas. Segundo o entrevistado pecuarista 1, que é produtor na região do Xingu, o preço da arroba está abaixo do esperado pelos produtores devido aos altos custos dos insumos de engorda. Os produtores demonstram insatisfação também com a morosidade na escala de abates das agroindústrias frigoríficas, entre 15 e 20 dias.

> Quanto ao frigorífico da região, você vê, a maior dificuldade para o produtor rural está na venda do gado. O frigorífico hoje é o seguinte, pra você vender o gado, você não vende o gado pra ele ir lá buscar amanhã, pra matar o gado dele. Tem que ter uma escala, e dentro dessa escala é onde o frigorífico põe o preço que ele quer. Então é daqui 15 dias, daqui 20 dias que propaga tudo isso, e aí sim, a geração de emprego e renda gerada pelo frigorífico, ela é muito importante pra nossa região, muito importante mesmo. Só que nós temos rebanho de gado aqui na região, que nós podemos exportar pra fora, que não vai afetar nada na nossa geração de emprego e renda, vai continuar do mesmo jeito. Eu acredito que vai melhorar, se nós começarmos a exportar pra fora, nós vamos ter aumento de emprego e renda dentro do produto, dentro da fazenda, da indústria, não vai afetar. A indústria hoje está trabalhando na sua capacidade total de abate no frigorífico. A sua escala está com 10, 15, 20 dias para a frente. Não é aquela escala de pegar hoje

> eu estou precisando de matar 200 bois e não tem. Está relacionado a demanda. A demanda está muito grande por causa dos preços baixos. Então o consumo com certeza aumentou e a população em si está aumentando. Então nós temos condições hoje de exportar carne e ter a mesma geração de emprego na indústria e aumentando a geração de emprego nas fazendas, no produtor rural (PECUARISTA 1, 2024).

Outra questão relacionada à pecuária bovina e agroindústrias diz respeito à geração de emprego. Apesar do aumento expressivo nos abates e da representação na economia do Estado do Pará, as oportunidades de emprego e a melhoria das condições de vida das populações locais não têm se convertido em benefícios econômicos para a região. Ou seja, nem a pecuária extensiva nem as agroindústrias frigoríficas têm ocasionado um desenvolvimento que proporcione a distribuição de riquezas. Permanece, portanto, apenas um suposto desenvolvimento que privilegia um número reduzido de empresários e pecuaristas. Ou seja, a atividade pecuária distribui pouca riqueza e gera pouco emprego na região, conforme o entrevistando:

> No que tange aos empregos gerados direta e indiretamente parece ser o único ativo financeiro que fica efetivamente na cidade, uma vez que a movimentação financeira da empresa se concentra nas contas de sua sede e não da planta local. Entretanto, se compararmos o capital que fica na cidade com aquele potencialmente gerado pelo volume de abate, é algo insignificante. Uma empresa que tem em torno de 400 funcionários, mas que abate uma média de 500 cabeças de gado por dia, gera um excedente extremamente significativo se comparado ao montante gasto com a manutenção de sua planta produtiva e a respectiva mão de obra (ASSESSOR DE MOVIMENTOS SOCIAIS 2, 2024).

Apenas para ilustrar essa situação, tomamos o município de Xinguara como exemplo de representação econômica de produtores de gado bovino. A instalação das agroindústrias de carne nos anos de 2005 e 2006, no tocante ao requisito condições de trabalho, configurou-se num verdadeiro pesadelo em termos de riscos de acidentes nas plataformas. Neste período, dezenas de denúncias de violações trabalhistas foram apresentadas pelo advogado Frei Henri, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa realidade refletira, na época, como um marco na luta por melhores condições de trabalho nas agroindústrias locais. Frei Henri relata que, em 2005/2006, período quando ocorreu o início das operações nas agroindústrias de carne, registrou-se sérios problemas relacionados às condições de trabalho. Os inúmeros depoimentos coletados pela CPT exibem relatos de acidentes envolvendo mutilações, ferimentos graves, amputações de dedos, ambientes insalubres, precariedade nas instalações e falta de segurança no trabalho. Em entrevista em 2013, Frei Henri descreveu as relações de trabalho nas plantas de agroindústrias frigoríficas da região.

> Eu me lembro muito bem nos anos, acho que 2005 ou 2006, por aí. As vezes tem juiz excelente, me lembro que tinha uma juíza a qual tive uma excelente relação profissional.

> A Justiça do Trabalho aqui foi criada por causa da luta da CPT, do trabalho escravo, essa pressão foi tão forte até o Presidente do Tribunal de Justiça do Trabalho que fui lá uma vez. Então, essa juíza, me lembro muito bem ficou tão escandalizada pelas vítimas de acidente de dedo, mão, braço aqui que ela fez uma reunião, não lembro se foi 2006 com todos, convidou todos os empresários da região dos frigoríficos em Xinguara, ela fez a reunião e disse se continuar desta maneira o relacionamento com os trabalhadores daqui há pouco Xinguara vai ser uma cidade só de mutilados de tanto acidente que tem nos frigoríficos. E de lá pra cá claro que tem muitos casos de acidentes que são tratados pelos advogados e ainda é muito grave (FREI HENRI, CPT, 2013).

Como a Justiça do Trabalho ainda não estava instalada na região nos anos de 2005/2006, diariamente ocorriam dezenas de denúncias na CPT, que, em articulação com outras entidades (OAB, Ministério Público, STR), passaram a reivindicar a instalação da Vara do Trabalho na região, fato que ocorreu em 1º de maio de 2006 em Xinguara, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, Rio Maria, Piçarra, Sapucaia e Tucumã. Segundo o entrevistando Frei Henri, a situação trabalhista nas agroindústrias de carne da região só apresentou melhoras nas relações de trabalho a partir da instalação da Vara do Trabalho. Portanto, sentindo-se pressionadas pelos elevados custos de indenizações trabalhistas, as agroindústrias se encarregaram de ofertar melhores condições de trabalho e qualificação profissional em suas unidades. Porém, mesmo nos dias atuais, ainda são comuns as violações de direitos trabalhistas e acidentes de trabalho em todo o país.

A partir de 2020, com a expansão da pandemia de covid no país as questões relacionadas às condições desumanas de trabalho nas agroindústrias de carne voltaram a ocorrer sobretudo nos estados que possuem agroindústrias de carne. Esta realidade ocorreu também em virtude do aumento da demanda do mercado internacional de proteína animal. Durante a pandemia de Covid-19, milhares de trabalhadores se viram obrigados a cumprir jornadas excessivas de trabalho, expondo-se ao risco de contaminação. Além disso, o Governo Federal incumbiu o ministro da época para aproveitar o momento em que a cobertura da imprensa estava voltada para a Covid-19, para "passar a boiada", ou seja, mudar regimentos e simplificar normas sanitárias para beneficiar grandes produtores.

A exploração de trabalhadores nas indústrias foi tema de várias pesquisas na área de saúde, uma delas desenvolvida em 2021 pela rede COVID-19 em Unidades de Saúde e Centros de Tratamento Intensivo (CTI), que envolveu uma rede de 121 pesquisadores pelo Brasil. O professor e pesquisador Jean Segata, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), expôs os resultados desta pesquisa numa palestra virtual realizada pela UNIARA, em Araraquara, SP, a qual destacou a rotina dos trabalhadores nas unidades de produção de carne no Centro-Sul, situação que não se diferenciou, na época da pandemia, em todas as agroindústrias de carne pelo país, segundo o palestrante Jean Segata.

> Pois bem, a indústria de processamento de carne no Sul do Brasil é um dos setores onde a boiada está passando, acidentes e lesões, transtornos psiquiátricos, contaminação por substancias químicas, adoecimentos pela vulnerabilização imunológica, e a exploração da mão de obra de imigrantes e indígenas, já ofereciam fortes evidências da insalubridade dessa atividade, mas foi o alto índice de covid-19 entre seus trabalhadores que evidenciou o quanto a cadeia da carne favorece a circulação, a exposição e a contaminação com o vírus, a própria emergência de novos patógenos, entra em jogo nesse cenário, considerando os efeitos nefastos do agronegócio (SEGATA, 2021).

O pesquisador Jean Segata esclareceu ainda que a tragédia sanitária vivenciada pelos trabalhadores nas unidades de frigoríficos no país contou com a complacência e apoio de autoridades, que diversas vezes se dirigiram à imprensa para reforçar a ideia de que os frigoríficos não poderiam parar porque estavam alimentando o mundo. O discurso deste segmento reforçou a exploração contra os trabalhadores das unidades e colaborou para aumentar ainda mais as elevadas taxas de contaminação, internações e mortes por Covid-19 nas Unidades Produtivas de carne,

> As altas taxas de infecção registradas entre trabalhadores desse tipo de indústria e seus familiares e comunidade, resultou numa suspensão de atividades de diversos estabelecimentos do setor, aqui no estado do Rio Grande do Sul, eu falo pra vocês a partir de Porto Alegre. Em números oficiais foram precisamente 7.693 casos de Covid-19, confirmados apenas entre trabalhadores do setor frigorifico em um ano de pandemia, entre março de 2020 e março de 2021. Pra vocês terem uma ideia, no mês de junho do ano passado esse número chegou a representar 32% dos casos do Rio Grande do Sul, ou seja, 1/3 de contingente contaminados (SEGATA, 2021).

Jean Segata (2021) relata dezenas de casos ocorridos em unidades frigoríficas pelo país, entre eles casos corriqueiros como o ocorrido no Rio Grande do Sul, descrito por um trabalhador de prenome Nelson, que narrou ao pesquisador a rotina nas unidades de produção.

> Eu trabalhei 3 dias com mais de 38 graus de febre, era covid. Eu não tinha como parar, se o gerente descobrisse alguém doente, ele ia mandar pra casa, porque tem os protocolos, mas quando você tá em casa, o dinheiro não vem, porque a empresa desconta tudo, então a gente tinha que ir trabalhar, mesmo sabendo do perigo enquanto estava doente, e eu não era o único doente, a gente disfarçava sabe, a gente tomava um remédio para baixar a febre e enganar o verificador de temperatura, porque tinha que seguir tocando.

Assim como ocorreu no sul do Brasil, essa realidade se repetiu em todo o território do Araguaia paraense, nas 12 unidades de agroindústria que exporta carne para vários países. Além dos problemas relacionados à Covid-19, as instalações de agroindústrias frigoríficas, vêm desencadeando uma série de problemas ambientais. No município de Xinguara, por exemplo, registrou-se, em 2014, um caso de poluição no rio Mariazinha, que atualmente está contaminado por efluentes gerados por curtumes, frigoríficos e laticínios. O problema ambiental do rio Mariazinha teve como consequência a mortandade de peixes e o aborto de animais devido à

contaminação da água consumida pelos animais de agricultores do assentamento PA Vermelho e Preto.

Durante os anos de 2002 a 2013, várias denúncias foram parar na justiça, forçando as empresas a assinarem Termos de Ajuste de Conduta (TAC), melhorar instalações e construir tanques de efluentes. Apesar das melhorias, ainda é comum o mau cheiro na cidade, especialmente durante o período de chuvas intensas, quando os efluentes se misturam às enchentes, provocando a mortandade de peixes.

5.3 O discurso do agronegócio enquanto instrumento de controle social no contexto regional

Para Marx e Engels (1989), a ideologia expressa um conjunto de ideias dominantes na sociedade capitalista, presente em todas as ações e compreensões do real empreendidas pela maioria das camadas da população. Ela se fundamenta em proposições elaboradas na sociedade capitalista e visa ocultar e/ou escamotear os interesses da classe dominante, transformando-os em interesses tidos como coletivos. Segundo esses autores:

> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que ela seja submetida, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX, ENGELS, 1989, p. 78).

Na concepção desses autores, a finalidade da ideologia é criar uma falsa consciência para dificultar as transformações necessárias na sociedade que possam promover a distribuição das riquezas produzidas pelo homem de maneira socialmente justa.

Na mesma direção, Whitaker (2010, p. 12-13) argumenta que a ideologia da classe dominante desempenha o papel de “impedir a tomada de consciência que derrubaria barreiras e colocaria reivindicações indesejáveis para as classes dominantes”, tendo em vista que ela se encontra presente na compreensão do real. Para isso, os meios de comunicação se encarregam de desinventar os momentos históricos da memória social presentes na sociedade.

Outros autores Santos, Oliveira e Gualberto (2019, p. 162), ao referirem-se às publicidades presentes na sociedade brasileira, massificadas pela intensa propaganda de mídias do “Agro: a indústria riqueza do Brasil”, expressa que, o marketing da época, nas palavras dos autores, faz-se necessário “conectar o consumidor com o produtor rural e, ao mesmo tempo, desmitificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana, sendo relevante mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta outros setores da economia.”

Para esses autores, a relação entre o Capital, representado pelas elites locais, e o discurso do agronegócio está diretamente ligada à lógica do modelo de desenvolvimento pautado na ideologia do boi, que, por sua vez, é utilizada para reforçar o controle social.

Ao contrário desse pensamento, e seguindo o caminho inverso dos pecuaristas, os camponeses e movimentos sociais de diferentes segmentos se apresentam na região como resistência ao sistema de ideias dominantes de desenvolvimento excludente imposto pelo Capital, que conta ainda com incentivos fiscais do Estado.

Uma autoridade política influente da região do Araguaia afirmou certa vez, em um discurso, que “[...] no Araguaia, em primeiro lugar vem o boi”. Esta frase reflete bem a importância que as autoridades locais do agronegócio atribuem à economia, pautada na exclusivamente da pecuária extensiva (Figura 24). Portanto, a figura do desbravador que chegou à região e trouxe o progresso continua sendo um mito que permanece no imaginário das pessoas, carregado de simbologia e visão de um suposto desenvolvimento pela pecuária extensiva e agroindústrias de carne.

> É inegável que tais agroindústrias geram emprego na região. Também é certo que as mesmas são uma pequena presença industrial na região, e isso é importante para que se avance num caminho de desenvolvimento. Entretanto, há muito que se melhorar nesse aspecto: a) os salários são notadamente baixos, sobretudo se comparados às taxas de lucro obtidas pelos proprietários dessas agroindústrias; b) não há efetiva fiscalização e controle ambiental sobre as práticas das agroindústrias, embora já tenha havido diversas denúncias de agressão ambiental em Xinguara, por exemplo; c) com o baixo nível de salários não há boa qualidade de vida aos trabalhadores dessas agroindústrias, e tampouco há, nos municípios onde se instalam, obras sociais que minimizem as agruras da população. É possível que os incentivos fiscais e apoio governamental recebidos por essas agroindústrias em níveis federal, estadual e municipais superem, em muito, os benefícios sociais que as mesmas trazem à região. Não se trata de recusar a presença de tais agroindústrias, trata-se, ao contrário, de as ter como elemento de desenvolvimento verdadeiramente sustentável e a serviço da população e não do boi ou de uma pequena elite empresarial (ASSESSOR DE MOVIMENTOS SOCIAIS, 2024).

Figura 24 - A influência da pecuária na propaganda local.

Fonte: Acervo do autor, março de 2024.

Como se observa, a ideologia refletida no discurso, vestuário, atividades culturais e na musicalidade importada dos grandes centros de poder econômico do agronegócio em favor da pecuária e agricultura empresarial no Brasil adquiriu, nas últimas décadas, conotações de grandes proporções. Uma propaganda que repercute regionalmente no cotidiano das pessoas, na realização de grandes eventos, feiras de negócios de gado, engrenagem que envolve produtoras de mídias de espetáculos, proprietários de leilões, concessionárias de veículos, transportadores, redes de hotéis e restaurantes.

A comercialização de bovinos é outra discussão que vem repercutindo bastante nas conversas entre os membros dos sindicatos de criadores. Segundo dados fornecidos pelas Secretarias de Agricultura dos municípios do Araguaia, os bezerros de reposição dos rebanhos nas fazendas estão em torno de R$ 1.400,00 para machos e R$ 800,00 para fêmeas apartadas de 8 meses. A queda vertiginosa de preço tem sido pauta de reivindicações nos Sindicatos Rurais, envolvendo grandes e pequenos produtores. Segundo O pecuarista entrevistado, existe uma crise no setor, e os produtores estão trabalhando no vermelho devido à queda drástica de preços de bezerros e arroba de gado, o que dificulta as vendas e reposições dos rebanhos.

> A questão do gado da pecuária hoje, ela está muito defasada para quem cria. Nós temos dois problemas na pecuária hoje. Para o criador de gado, que é dois problemas para ele, porque além de baixa do preço, a oferta foi muito grande de bezerro e aí sim o preço do bezerro, além de ter baixado pela crise, baixou pelo fato da oferta. Então nós vendíamos um bezerro de R$ 3.000 e estão vendendo de R$ 1.300, R$ 1.400. E esse bezerro de R$ 3.000 era quando a arroba de boi era R$ 300,00. Hoje ele está a R$ 200. Tínhamos que estar vendendo bezerro de R$ 2.000. Então há um desequilíbrio na oferta e procura do bezerro. Por isso que está essa defasagem. Então, no geral, nós entendemos que os preços dos fertilizantes, arame muito caro, medicamentos muito caros, vacina, sal, todos esses produtos que você depende para uma boa produção de gado está muito alto. Então isso está deixando o nosso pecuarista numa situação difícil de manter o seu rebanho. Hoje ele está trabalhando no vermelho, é assim que todos dizem, estamos trabalhando no vermelho (PECUARISTA 2, /2024).

Quanto à logística de transporte de gado, ela se estrutura a partir de atravessadores, conexões que funcionam por meio de uma rede de relações envolvendo os conhecidos "gambireiros", encarregados de comprar e transportar o gado aos centros de venda nos leilões. Por outro lado, o transporte de gado para abate é realizado por empresas transportadoras encarregados de levar para as agroindústrias frigoríficas, portos e centros urbanos das regiões Nordeste e Sudeste. Essa logística ainda envolve uma rede de empresas transportadoras, fornecedores de insumos diversos, postos de combustível, hotéis e restaurantes.

No período dos grandes eventos ruralistas, por exemplo, as Feiras Agropecuárias, Cavalgadas e Leilões, os Sindicatos Ruralistas realizam apresentações e desfiles de animais de elite, investindo elevados recursos na contratação de empresas de mídia digital e propagandas de TV. Além disso, contratam-se empresas especializadas para classificar os animais por meio de certificações e seleção de raças de alto padrão genético.

A pecuária de elite, ou seja, criadores que fazem uso de genética de alta performance, é quase exclusividade de grandes grupos econômicos. A prática desse tipo de pecuária requer a contratação de empresas especializadas para a seleção de raças, controlados por proprietários "especiais" uma demonstração de poder e prestígio social perante a sociedade local. Os leilões de gado de elite e as Feiras Agropecuárias locais, por exemplo, tornaram-se ambientes de oportunidades para os produtores locais comprarem animais de reprodução, além de negociar outros produtos como os implementos agrícolas e linhas de financiamentos diversos.

> Eu posso dizer que a feira com a pecuária nos últimos anos ela virou uma grande festa, isso é a grande verdade, a venda de produtos de boi na pecuária, de máquinas na pecuária, eles têm um incentivo, então para aqueles produtores que vem comprar máquinas na pecuária, eles começam a fazer ali uma pré-compra, certo? Porque eles oferecem um preço melhor para aqueles produtores que possa comprar. Então a feira com a pecuária, ela vem para facilitar para o produtor rural, né? E o produtor rural vai para a feira para tentar ver se consegue um custo menor. E ali na feira, na questão de máquinas para poder adquirir seus implementos, para poder plantar sua soja, plantar seu milho, ele consegue ter um bom negócio. Nos últimos anos, cada feira que se faz, você vende 8, 10, 20 milhões de equipamentos aqui na região e vende muito pouco o gado, mas ainda faz 10, 20 milhões de gado também, que é os bois de leilão, boi para reprodução, porque hoje está voltando mais para a inseminação artificial (PECUARISTA 1, 2024).

O espaço das feiras tornou-se referência local da população para assistir aos desfiles de animais luxuosos de empresários milionários que se deslocam de grandes centros urbanos e financeiros, como São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia, para realizar negócios. Geralmente os empresários de gado de elite raramente frequentam as propriedades na região, aparecem apenas nas feiras agropecuárias para exposição de seus animais à venda.

Conforme elucidam Santos, Oliveira e Gualberto (2019), a presença dos atores do agronegócio nas festividades da região tem como objetivo criar uma imagem de participação coletiva, como se esses personagens fossem parte da comunidade local. Porém, o que se percebe nesse mundo imaginário de ostentação de poder econômico não é claramente revelado pelos meios de comunicação locais. Não se sabe quem são os verdadeiros sujeitos do agronegócio, quem são os beneficiários dessa riqueza, pois é escamoteado desde o faturamento de compra e venda de propriedades, e até mesmo a que grupos empresariais pertencem, quem se beneficia, e para onde a riqueza é destinada.

Portanto, durante várias décadas, disseminou-se no imaginário popular da região o discurso de progresso a partir da pecuária, tema constantemente reforçado pelos meios de comunicação, comércios e agências públicas e privadas de financiamento. Criou-se na região uma reverência à figura do boi, largamente presente nas redes sociais, programas de rádio, TV, blogs, uma imagem construída a partir de marcas famosas, padrões estabelecidos, bandeiras e expressões notadamente vinculadas a um suposto ideal de progresso e desenvolvimento local.

> Ainda permeia no imaginário popular a figura do fazendeiro como o desbravador destemido que teria domado a região e contribuído decisivamente para o suposto desenvolvimento. Isso, embora falso, foi amplamente construído durante décadas. Ao percorrer a região encontra-se dezenas de imponentes esculturas de boi (note-se que prevalece o boi e não há espaço para a vaca, em claro culto à figura suprema do macho associada à supremacia bovina). Além disso, a maioria dos cargos de prefeito e deputado eleitos na região são ocupados por fazendeiros, o que lhes dá uma aura de bem-sucedidos e faz com que os pequenos desejem parecer com tais indivíduos. Diariamente é feito propaganda acerca do boi, inclusive com estímulo à música chamada de sertanejo universitário, com vestimentas típicas e, sobretudo, apelo midiático pago nas rádios locais e demais meios de comunicação (ASSESSOR DE MOVIMENTOS SOCIAIS, 2024).

Todavia, o discurso de progresso e desenvolvimento não se sustenta quando se observa os dados sociais e econômicos dos municípios pesquisados. Primeiro, porque se trata de um suposto desenvolvimento restrito a alguns privilegiados. Ou seja, o discurso representa apenas interesses econômico, políticos locais. Segundo o discurso de desenvolvimento disseminado pelo agronegócio é positivado e constitui-se num poderoso instrumento ideológico de convencimento em favor dos interesses dominantes reproduzidos socialmente.

Como preconizou Marx (1989), o discurso das elites, na denominação local representada pelos ruralistas, trata-se apenas de falsa consciência disseminada pela classe dominante para escamotear a verdadeira realidade. Isso se concretiza na prática quando se observa a participação da classe dominante na política local dos últimos 30 anos, onde vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais eleitos nos municípios tiveram as campanhas eleitorais financiadas pelo

agronegócio. Ou seja, a maioria dos representantes políticos eleitos possuem relações com empresários do agronegócio.

5.4 A dinâmica do abacaxi: Uma monocultura de produção familiar

Maior produtor paraense de abacaxi, Floresta do Araguaia, município criado em 1997 após se desmembrar de Conceição do Araguaia, possui área de 3.459 km² e população de 17.898 habitantes, representando um aumento de 0,73% em comparação com o Censo de 2010. A densidade demográfica é de 5,2 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Na saúde, a taxa de mortalidade infantil média é de 3,36 para 1.000 nascidos vivos e as internações devido a diarreias são de 1,7 para cada 1.000 habitantes. Na educação, segundo o IBGE (2021), o IDEB nos anos iniciais da rede pública é de 4,5 e de 4,1 para os anos finais do ensino fundamental. O saneamento básico apresenta apenas 1,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 42,1% de domicílios urbanos com arborização.

Ainda de acordo com o IBGE (2021), o salário médio mensal é de 2,2 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 7,19%. O PIB per capita corresponde a R$ 29.053,27. Atualmente, a base de sustentação da economia está fundamentada na produção familiar do abacaxi, sendo o maior produtor do estado, na pecuária extensiva e na agricultura empresarial de grãos. As monoculturas de soja e milho vêm ganhando proporções cada vez maiores, o que pode comprometer as lavouras de abacaxi, principal atividade de sustentação da economia familiar local.

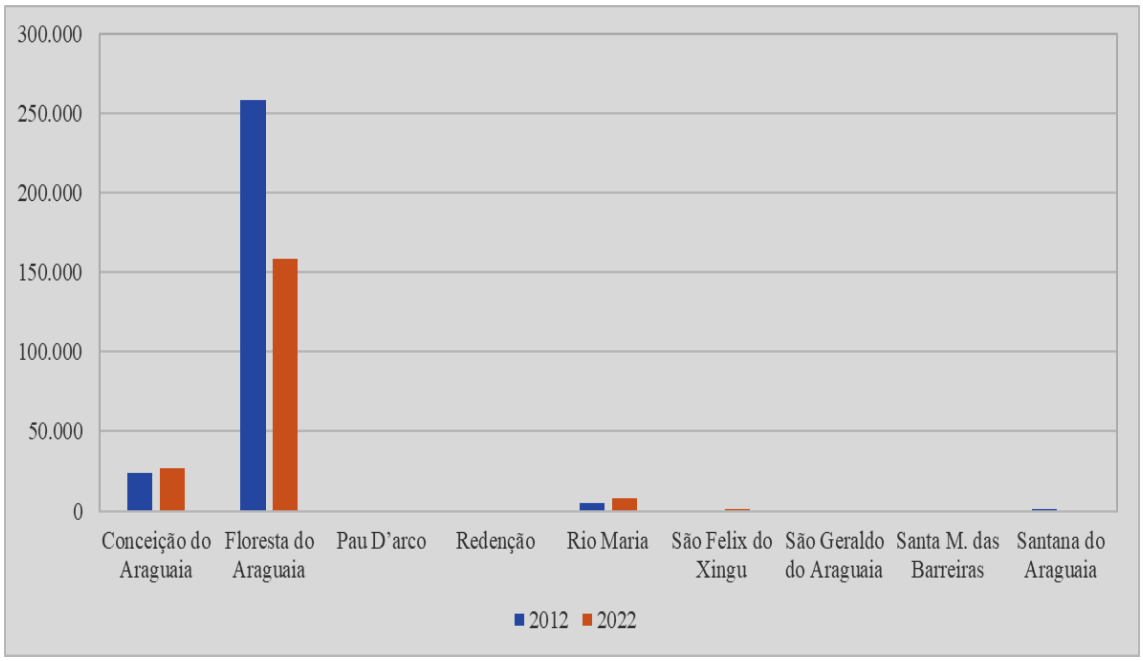
As primeiras ocupações ocorreram no início dos anos 1970, quando grupos de migrantes e pastoris que habitavam a região formaram uma pequena vila a cerca de 40 km da margem esquerda do rio Araguaia. Assim que a vila se formou, os moradores começaram a receber visitas pastorais do padre Augusto Dias Brito, para a realização de batizados, missas, casamentos e confissões. Os primeiros colonizadores dedicavam-se às atividades pastoris e à mineração e, à medida que a vila se desenvolvia, famílias de várias regiões do antigo Norte de Goiás atravessaram o Araguaia e passaram a se estabelecer na pequena comunidade, atraídas pelas terras férteis e vastas pastagens naturais.

Durante o período da colonização, ocorrida no início da década de 1970, os habitantes pastores e extrativistas dependiam do apoio dos religiosos dominicanos, que exerciam controle na vida religiosa e social, sobretudo orientando os moradores quanto às atividades econômicas e à fixação na terra. Segundo a história oficial, os religiosos obtiveram do governo do estado do Pará a doação de 17 glebas de terra de 900 alqueires, que foram distribuídas entre os habitantes

do povoado. Em abril de 1973, iniciou-se a formação de uma colônia agrícola coordenada pelo padre Augusto Dias Brito, que reuniu a comunidade para distribuir lotes aos moradores que não possuíam terra para trabalhar, realizando uma espécie de “reforma agrária paroquial” para os camponeses que chegavam diariamente em busca de terras ou concedidas pelo governo do estado.

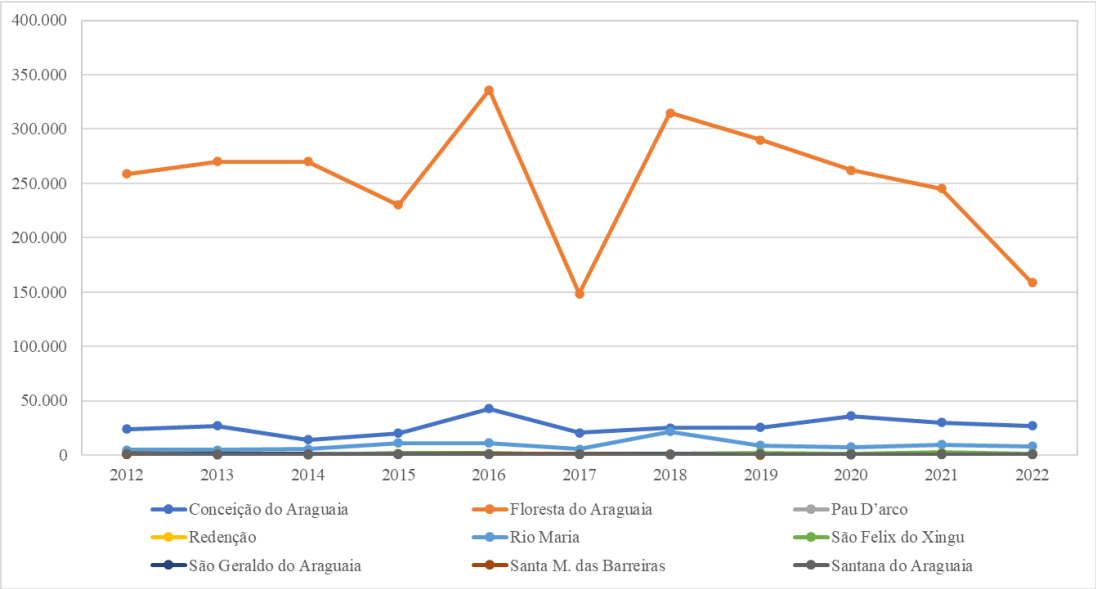
No tocante à dinâmica econômica do abacaxi, convém ressaltar que esta atividade está presente em praticamente todos os municípios do Araguaia paraense, sendo os de produção mais expressivas os municípios de Santa Maria das Barreiras, Conceição do Araguaia, Redenção e Floresta do Araguaia, este último o maior produtor do país. Os Gráficos 5 e 6 expõem os dados de produção da região com destaque para Floresta do Araguaia.

Gráfico 5 - Produção de abacaxi na região do Araguaia Paraense 2012-2022 (em x 1000).



Fone: IBGE PPM, 2022. Elaborada pelo autor, 2024.

Gráfico 6 – Evolução da produção de abacaxi na região do Araguaia Paraense (2012-2022).



Fonte: IBGE PPM, 2022. Elaborada pelo autor, 2024.

Os moradores mais antigos que se estabeleceram em Floresta do Araguaia narram que a cultura do abacaxi chegou ao município em 1985 e se desenvolveu como cultura comercial a partir de 1998. Dados históricos mostram que os produtores rurais José Barreto e Valdemar Lilico trouxeram as primeiras mudas da variedade pérola (*Ananas comosus*) do estado de Goiás, efetuaram plantações e obtiveram resultados produtivos bastante favoráveis.

O pesquisador Claudomiro Araújo Júnior *et al.* (2020), que desenvolveu estudos sobre a cadeia produtiva do abacaxi, registra que esse fruto é uma espécie tropical originária e domesticada da Amazônia. A denominação científica catalogada como (*Ananas comosus L. Merril*), popularmente conhecida na região como ananás e na língua indígena tupi significa "fruto que cheira". Trata-se de um vegetal herbáceo da família Bromeliaceae, reconhecida e catalogada com cerca de 150 espécies diferentes. Segundo este autor, no Brasil, a espécie adaptada para produção comercial é a Ananas comosus, conhecida também pelo nome de *Ananas sativus*, fruto bastante utilizado no consumo in natura e na indústria. O ciclo de produção é de cerca de um ano e nove meses, do plantio até a colheita, e as variedades Smooth Cayenne e Pérola são as mais populares e adequadas ao solo e clima do território do Araguaia paraense.

A dinâmica de produção do abacaxi acarreta uma série de fatores técnicos e socioeconômicos que envolvem preparação do solo, manejo, mercado consumidor, relações de trabalho e comercialização. Buscou-se aqui analisar a cadeia produtiva e o conjunto de relações para compreender como essa atividade familiar vem alcançando relativo sucesso dentre as demais economias locais. Para isso, analisou-se a produção de 10 anos, ou seja, as safras dos

anos de 2012 a 2022. De forma qualiquantitativa, envolveu-se neste processo os atores sociais e as relações com a lavoura, as especificidades do cultivo do abacaxi, sobretudo a dinâmica socioeconômica envolvendo os aspectos: Quantidade Produzida (x1000 frutos), Área Plantada (ha), Área Colhida (ha), Valor da Produção (x1000 R$), e Rendimento Médio (frutos/ha), produção, comercialização e impactos socioeconômicos.

Segundo os dados fornecidos pelo INCRA, Unidade Regional de Conceição do Araguaia de 2020, o município de Floresta do Araguaia possui sete projetos de assentamentos de reforma agrária e 1.569 famílias assentadas em área total de 80.302 hectares, perfazendo uma média de 125,99 hectares por família, pouco acima do módulo rural distribuído pelo INCRA, estipulado em 100 hectares.

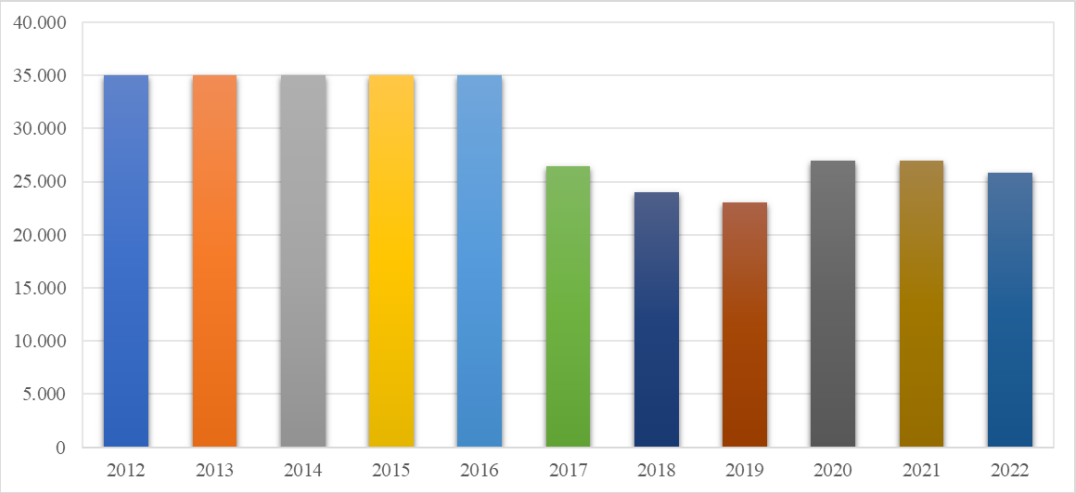
Conforme demonstrado na tabela abaixo, a área plantada com abacaxi em 2012 era de 7.000 hectares e no percurso de 10 anos acendeu para 10.000 hectares, um aumento de 3.000 hectares numa década. A área média plantada é de 6,37 hectares, sendo a maioria de assentados de reforma agrária (Tabela 7 e Gráfico 7).

Tabela 7 - Quantidade produzida em (x1000 frutos) nos anos 2012-2022 no município de Floresta do Araguaia.

Anos	Quantidade produzida em (x 1000 frutos)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (frutos/ha)
2012	245.000	7.000	7.000	35.000
2013	245.000	7.000	7.000	35.000
2014	262.000	7.490	7.490	34.980
2015	290.000	8.300	8.300	34.980
2016	314.820	9.000	9.000	34.980
2017	148.500	7.500	5.625	26.400
2018	336.000	14.000	14.000	24.000
2019	230.000	10.000	10.000	23.000
2020	270.000	10.000	10.000	27.000
2021	270.000	10.000	10.000	27.000
2022	258.540	10.000	10.000	25.854
Total	2.869.860	100.290	98.415	328.194

Fonte: IBGE, PAM, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Gráfico 7 - Quantidade produzida em (x1000 frutos) entre os anos de 2009-2022 no município de Floresta do Araguaia.



Fonte: IBGE, PAM, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Como se percebeu, os dados do levantamento do Censo Agropecuário do IBGE, Produção Agrícola Municipal, PAM de 2022, demostra que entre 2012 e 2022 ocorreu um aumento de área plantada de 0,3 hectares ano, o que demostra estabilidade. Em 2012, Floresta do Araguaia produziu cerca de 245.000 (x 1000 frutos) de abacaxi em 7 mil hectares, apresentando um rendimento médio de 35.000 (x 1000 frutos) por hectare. Em 2022, o rendimento médio de produção caiu para 25.854 (x 1000 frutos), ocorrendo, portanto, aumento de área plantada de 0,3 hectares e queda de 26,13% na média de produção por hectare.

O produtor familiar G. P. esclarece que a dinâmica econômica do abacaxi é bastante complexa e depende de fatores que pode contribuir para aumentar ou diminuir a produção e envolve planejamento do plantio até a colheita. O cumprimento das etapas depende do poder de aquisição de insumos que, nos últimos anos, vem enfrentando sucessíveis aumentos. O entrevistado narra ainda que:

> A primeira fase é a preparação do terreno, o trator é passado duas vezes, e se chama de secundar o terreno para ficar mais macio para o plantio, na segunda fase tem a seleção das mudas, o corte dessas mudas, e na terceira fase se espalha pelo terreno, onde as pessoas vão dali pegar e plantar, a quarta fase vem a limpeza desse terreno, vêm as adubações, tem gente que joga três mãos de adubo nas fases dessa planta até adulta, tem gente que usa só duas mãos de adubo, e aí vem o corte da palha, o corte da palha faz se necessário para a última adubação porque senão não tem como você jogar porque as palhas atrapalham, depois você vem com a indução, e aí é usado o Ertel ou carbureto. O pessoal tem alguma forma de induzir essa planta, que na verdade você vai matar ali o olho da planta para não sair palha e nascer o fruto. Depois que nasce o fruto, aí é a espera de chegar num certo ponto para você enrolar jornal nele, para que o sol não queime essa fruta. Depois que enrola o jornal, aí é que sai a fruta boa tipo exportação e a “mais ruim” vende para a indústria (PRODUTOR DE ABACAXI 3, 2024).

O senhor A. M. descreve que a variedade plantada em Floresta do Araguaia é conhecida popularmente como abacaxi pérola. O entrevistando menciona que em uma área de 1 (um) alqueire goiano (4,84 hectares), é possível plantar entre 170 mil a 190 mil mudas. De maneira geral, o pequeno produtor planta em média de 1 a 3 hectares, o média planta entre 2 e 10 hectares, e o considerado grande produtor planta em média de 12 a 52 hectares. O plantio ocorre no período de agosto a novembro, sendo feito de forma manual, ou seja, contratando-se mão-de-obra manual, com o auxílio de enxadão, para a abertura das covas onde são inseridas as mudas. A aplicação da adubação ocorre no início das primeiras chuvas e, em caso de lavoura irrigada, aplica-se adubação manual ou mecanizada. No geral, a maioria efetua aplicações de fertilizantes de forma manual.

Para programar a colheita, faz-se a Indução Floral com Ethrel (ácido 2-cloroetilfosfônico), um regulador de crescimento do grupo etileno cujo objetivo é induzir o florescimento uniforme e antecipado da cultura, ou seja, aplica-se um produto químico regulador de crescimento. Após a indução floral, a colheita leva em média 5 meses e ocorre em maior escala no período de dezembro a junho, período em que os frutos chegam à maturação.

Como se trata de fruto com prazo de colheita definido (cerca de 1 ano e 9 meses em média), para efetuar a comercialização, nesse período os atravessadores, negociadores, e intermediários realizam uma espécie de “leilão”, obrigando o produtor a vender os frutos, na maioria das vezes, por um preço abaixo do praticado no mercado. Além disso, existe o risco de vender e não receber. Conforme descreve o produtor 3 o funcionamento do ciclo de organização da colheita e distribuição:

> [...] como diaristas os compradores locais, são organizados em 4 categorias: tem os “quebradores” que colhem os frutos e vão colocando num recipiente chamado balaio, os “balaieiros” que transportam os frutas nos balaios de dentro da lavoura até o caminhão, os “contadores” que contam os frutos e entrega para o cargueiro que fica responsável por fazer a carga, por fim o comprador juntamente com o motorista tiram o alvará de licença da carga e o caminhão segue para as capitais e grandes centros urbanos (PRODUTOR DE ABACAXI 3, 2024).

Percebe-se que a comercialização do abacaxi passa por um processo complexo devido a uma rede de atravessadores que intermediam a venda, desde a colheita na propriedade até a entrega para compradores externos. Os produtores de maior poder aquisitivo, comercializam a produção diretamente com os compradores contratados pelas Centrais de Abastecimento S/A (CEASA) ou através de gerentes de redes de supermercados espalhados pelo País e da região. Portanto, a comercialização tem sido o desafio de pequenos, médio e grandes produtores que enfrentam ainda os riscos de calote.

> A venda ou negociação é feita verbalmente, só na palavra mesmo, o comprador não emite recibo, cheque ou qualquer outro documento que garante aquela dívida. O pagamento do fruto é feito geralmente com prazo de 30 a 60 dias, raramente o produtor vende e recebe a vista, em razão dessa prática de comercio às vezes os produtores levam muito calote (PRODUTOR DE ABACAXI 2, 2024).

Segundo os produtores entrevistados, a variação de preço do fruto na comercialização tem sido um obstáculo a ser vencido e envolve ainda o tamanho do fruto e a qualidade.

> Os valores variam geralmente pelo padrão da fruta vendida, aqui no município, ele é comercializado a partir de oitocentas gramas, quilo, quilo e cem, quilo e duzentos e quilo e trezentos, quanto mais graúdo e pesado forem os frutos, melhor será o preço, variando de 0,50 centavos a unidade chegando a custar até mesmo 4,00 reais a unidade, mas os preços dependem de alguns fatores, tais como: oferta, procura, consumo, padrão da fruta e período de produção, no início da safra geralmente os preços são melhores, tendo em vista a grande procura e pouca oferta de fruto no mercado, porém na metade da safra em diante os preços caem bastante, em razão da produção em larga escola, ocasionado pelo cultivo do abacaxi em outros estados que também plantam e comercializam o fruto (PRODUTOR DE ABACAXI 2, 2024).

Uma alternativa de comercialização em Floresta do Araguaia tem sido a venda para uma agroindústria de suco instalada na cidade. Segundo os entrevistados, a agroindústria vem criando obstáculos comerciais pelo fato de ser a única empresa instalada. A compra do abacaxi de classificação 3, conhecido como “refugo” ou “borréia”, gera dependência e monopólio da empresa, cabendo ao produtor aceitar a imposição do preço ou deixar a produção apodrecer. Além disso, os frutos de classificação inferior, que não atendem às exigências do mercado de exportação, são vendidos para a agroindústria de suco in natura, que depois é exportado para a Itália e a União Europeia (Figura 25).

Figura 25 - Plantação de abacaxi na zona rural de Floresta do Araguaia – Pará.

Fonte: Acervo do autor, 2024.

Apesar dos problemas enfrentados na cadeia de comercialização, a lavoura do abacaxi tem sido de extrema importância para a agricultura familiar. Ela tem gerado empregos e promovido o fortalecimento do comércio local. Segundo a Secretaria de Agricultura de Floresta do Araguaia, a cultura do abacaxi beneficia diretamente mais de 7 mil famílias, envolvendo pequenos, médios e grandes produtores, proporcionando renda e melhoria da qualidade de vida. Ela tem superado até a pequena criação agropecuária e atua de forma conjunta como atividade complementar. De acordo com o entrevistado, a produção de abacaxi está em primeiro lugar enquanto sustentação econômica.

> Sem dúvida nenhuma, o abacaxi está em primeiro lugar. A nossa produção de gado aqui, ela é pequena, ela é bem pequena mesmo, eu acabo fazendo a comparação com o município vizinho de Bannach, porque ali sai muito bovinas, então a nossa aqui é pequena. A soja ainda está em terceiro, porque a pecuária ainda é pouca, mas já há mais tempo, já está perpetuada, né? O abacaxi é o primeiro, vem a pecuária em segundo, e a soja, eu não sei nem que se pode colocar a soja em alguma posição, porque, na verdade, ela ainda não está rendendo, e eu acredito que nem vai render esses frutos econômicos para o município (PRODUTOR DE ABACAXI 1, 2024).

Porém, há uma série de dificuldades apontadas pelos agricultores familiares, como os elevados preços dos insumos, a falta de cooperativa para comercializar os frutos, eliminando o atravessador, a falta de mão-de-obra no período da colheita, a especulação em torno da comercialização pelo atravessador e a logística em torno do escoamento da produção dificultada pelas péssimas condições das estradas rurais.

Outro fator preocupante é o avanço das monoculturas de grãos. Dados do IBGE (2022) demonstram que Floresta do Araguaia já representa cerca de 5% da produção regional. Os produtores entrevistados relatam que a mecanização das lavouras de grãos avança a passos largos e ocupa uma parcela expressiva das terras. Esta constatação é confirmada pelo levantamento do Censo Agropecuário do IBGE, PPM de 2022, que constatou um avanço expressivo de 2012 a 2022. Em 2012, o município de Floresta do Araguaia registrou o plantio de 950 hectares de grãos. Em 2022, esse número foi elevado para 8.574 hectares, um aumento de 8.025% nesse período.

Várias empresas do agronegócio de grãos já estão instaladas no município como a Cocal, Agropecuária Sul Pará Ltda, Grupo Teles, Fazenda Santa Cecília, Soy Brasil e AGR encontra-se instalados no município.

A procura por áreas de cerrado para monoculturas tem elevado bastante os preços de terras. Segundo dados da Secretaria de Agricultura, o preço por hectare de terra, considerando a localização e benefícios, era cotada em média entre R$ 60.000,00 e R$ 100.000,00. O avanço do cultivo de grãos aumentou significativamente o preço, favorecendo a especulação, forçando as famílias de agricultores a venderem suas propriedades para sojicultores.

Embora as monoculturas de grãos ainda sejam consideradas pequenas, o município vem registrando a devastação do cerrado e o desequilíbrio ambiental, incluindo o assoreamento de rios e igarapés. Em 2022, a região do Araguaia enfrentou um período de seca prolongada, resultando em queda de 30% na produção em relação a 2021.

> A soja está avançando no município, porém no momento a produção é pouca se comparado com o cultivo do abacaxi. Os produtores de soja compraram bastante terras, e devastaram toda a natureza, raramente se encontra uma arvore ou igarapé nessas terras, mas ainda não estão produzindo em larga escola. Mas sim, algumas famílias que produziam venderam suas terras e vieram morar na cidade e deixaram de plantar, E consequentemente perderam uma fonte de renda importante para o sustento de suas famílias. O plantio de soja até o momento não tomou o lugar do cultivo de abacaxi aqui no nosso município, ainda não se tem indícios de que as pessoas irão deixar de plantar abacaxi para produzir soja, até porque o custeio para produzir o abacaxi é menor que o da produção de soja (PECUARISTA 1, 2024).

A percepção de aumento das monoculturas de grãos também foi apontada pelo produtor familiar entrevistado G. P. ao narrar o aumento das áreas de lavouras de grãos em sua região, o que foi confirmado pela pesquisa do IBGE (PAM), que constatou um aumento da área plantada em 16,54% e 18.005 na safra de 2021 a 2022.

> Estou percebendo essa chegada da soja com força aqui no município, tem várias áreas aqui enormes plantadas e vocês sabem que para começar a colheita da soja tem que ser no mínimo uns 30 alqueires porque a máquina passa e sai muito rápido e acaba eles tendo prejuízo quando o terreno é muito pequeno. Então toma um espaço muito grande, só para você ter uma ideia, um alqueire de roça de muda de abacaxi plantado, chega quase a 200 mil pés, agora você imagina aí o tanto de gente que é necessário para fazer essa manutenção até a colheita. Já 200 alqueires de soja precisam só de duas pessoas, um no trator e outro no caminhão do lado para receber esses grãos que vão estar caindo aí, não é? Não está afetando ainda não, mas é um futuro, eu vejo um futuro meio desastroso para o município que vive dessa monocultura (PECUARISTA 2,2024).

Quanto à pecuária, o rebanho bovino do município expandiu-se de 166.227 cabeças em 2012 para 241.447 em 2022. Assim como em toda a região, o rebanho demonstra um quadro de estabilidade nos últimos 10 anos. Além da pecuária, segundo a Secretaria de Agricultura, o município ainda registra a presença de cerca de 30 apicultores que produzem anualmente 1,5 toneladas de mel. Já a piscicultura apresenta uma produção em torno de 150 toneladas anuais, destinadas ao abastecimento local e regional.

5.5 Um outro modelo de desenvolvimento é possível: As experiências de produção camponesa no Araguaia paraense

O território comum, ocupado por séculos por camponeses, extrativistas e ribeirinhos, e estruturado pelos movimentos sociais de luta e resistência na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, é formado basicamente pelos biomas cerrado e floresta amazônica, locais de expressiva diversidade distribuídos em dezenas de municípios. Os camponeses, somados aos novos migrantes e posseiros, enfrentaram no passado, e continuam enfrentando no presente, a violência e os conflitos, com destaque para aqueles gerados durante a implantação dos projetos de desenvolvimento pelos militares na década de 1960. As concessões de terras para grandes projetos consolidaram-se na economia pautada na pecuária extensiva, agroindústrias e, recentemente, no avanço das monoculturas de grãos. Assim, a complexidade da "marcha" bovina pela floresta e do uso de máquinas de última geração pelo cerrado constitui uma verdadeira tragédia que compromete a sobrevivência das gerações presentes e futuras.

O Araguaia paraense, pertencente há séculos aos povos indígenas, conviveu por muitas décadas com as migrações de camponeses pastoris, extrativistas, pequenos criadores e posseiros que avançaram pelo território desde o final do século XIX. No contexto regional, estes atores sociais ocupam hoje lugares expressivos no meio rural, devido às lutas pela conquista de assentamentos rurais, estabelecendo-se de formas diversas nas atividades de exploração extrativista, pecuária e pequena agricultura. Em linhas gerais, atuam ativamente em diversos movimentos sociais e espaços existentes nos rios, no meio rural e nos centros urbanos.

As rotinas diárias foram marcadas por problemas comuns, como a devastação, a concentração fundiária, a violência e o enfrentamento com o latifúndio e empresas de mineração. Mais recentemente, sofrem impactos das monoculturas e do uso intensivo de agrotóxicos. No entanto, os diversos movimentos sociais compreendem que a destruição do território e da Amazônia como um todo representa, na verdade, ataques contra os movimentos sociais de todo o planeta. Por isso, organizam-se e promovem a resistência contra todas as formas de dominação econômica, social e cultural.

Nos últimos 25 anos, o território do Araguaia tem sofrido ameaças decorrentes de múltiplas formas de exploração insustentável e ilegal, que geram impactos sociais diretos e indiretos, como a concentração fundiária, a mineração e o avanço acelerado das monoculturas de grãos. Essas atividades econômicas, apoiadas pelo uso intensivo de agrotóxicos, são responsáveis pelo aniquilamento da fauna e da flora, além do soterramento de calhas de rios e córregos. Um

modelo econômico predatório, sustentado por subsídios públicos e investimentos do capital privado que não se traduz em benefícios socioeconômicos significativos para a região.

Entretanto, apesar das ações promovidas pelo grande capital, os movimentos sociais se destacam como uma resistência ativa na defesa do território. Essa resistência é evidenciada nas práticas diárias de agricultura agroecológica e produção nos arranjos de sistemas agroflorestais (SAFs), bem como nas atividades de pequena pecuária, e agricultura familiar. Economia local que inclui ainda a produção de artesanatos, mel silvestre, doces, farinha de mandioca e rapadura. Além disso, de suas atividades diárias, os assentamentos priorizam o respeito aos territórios indígenas, à biodiversidade, a preservação dos recursos hídricos, fatores essenciais para a sustentabilidade e regulação climática do planeta.

Com o apoio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Copatiorô, os sistemas agroflorestais implantados na região têm conciliado produção com sustentabilidade ambiental desde 2001. Essas iniciativas, conforme relata um morador do assentamento Agropec, localizado no município de Santa Maria das Barreiras, demonstram que é possível desenvolver atividades produtivas que concilia a preservação ambiental e respeito à diversidade socioambiental da região conforme descrita pelo morador do assentamento AGROPEC.

> A história das SAFs surgiu aqui por volta de 2001, quando a CPT, Comissão Pastoral da Terra começou em Conceição do Araguaia e depois veio para Santa Maria das Barreiras. E foi o lugar até onde a gente fez o intercâmbio para poder começar a nossa criação de abelhas, criação de peixe, né? Os sistemas agroflorestais em si surgiram da necessidade de preservar a natureza e de brotar diversidade de produção. O grupo de produção da CPT, a qual a gente tem uma gratidão muito grande por ter vindo essa iniciativa pra cá, e nós começamos a plantar fruteiras, a criar abelha, peixe, galinha, caipira, sistema confinado, semiconfinado, postura e corte, e depois veio a Copatiorô, que continuou o trabalho da CPT, e o MPA junto, o Movimento de Pequenos Agricultores, a gente foi implantando cada vez mais SAFs (ASSENTADO 2, 2024)

,

Portanto, os movimentos sociais araguaianos configuram-se como espaços democráticos de debate e enfrentamento, buscando coibir impunidades e combater os processos de degradação socioambiental que avançam sobre os territórios. Esses movimentos também demandam do Estado brasileiro, nas esferas municipal, estadual e federal, a implementação de políticas públicas voltadas para práticas de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Exemplos disso podem ser observados nos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Floresta do Araguaia, onde algumas iniciativas de produção agroecológica vêm se desenvolvendo com relativo sucesso econômico.

> Todos os assentamentos, todos os trabalhadores que trabalham com agrofloresta, que trabalham com diversificação da produção, têm uma reserva, certo? A minha reserva

> chega a ser quase seis alqueires, junto com os SAFs, né? E aí tem aí uns quatro, uns quatro ou mais alqueires de abertura. Uns já enjuquirando, já vindo de regeneração natural, e outros que são área de pasto né? Onde tem um pasto rotacionado a gente cria um pouco de gado. Os SAFs, ele é uma diversidade de produtos. Temos de produção os citros, essa coisa aí da mexerica, do limão, da lima, da tangerina, da pocam, né? Também tem produção de coco, de acerola, de graviola, de manga, de goiaba, de pitanga, de cajá, caju, abacaxi em algumas áreas. E também se produz o açaí nas baixadas, cana de açúcar. Enfim, é uma infinidade de produtos que produz em volta do sistema agroflorestal (ASSENTADO 2, 2024).

Outro diferencial desenvolvido pelos camponeses nos assentamentos está relacionado aos aspectos socioambientais e aos compromissos com a inclusão social, bem como à valorização das potencialidades e vocações regionais. Essas práticas são pautadas pela diversidade cultural e aplicadas à realidade local, com destaque para o reconhecimento dos saberes tradicionais, associados ao ordenamento territorial, à regularização fundiária e ao enfrentamento de atividades insustentáveis, como o combate ao uso de agrotóxicos.

A assentada 1, residente no Assentamento Padre Josimo, no município de Conceição do Araguaia, descreve que o local onde reside no assentamento conta com várias associações. Um exemplo é a associação de mulheres, que desenvolve atividades econômicas aproveitando os produtos cultivados nas roças, como frutas, cereais e materiais utilizados para a confecção de artesanatos da própria comunidade. Essas mulheres produzem mandioca para a fabricação de farinha e polvilho, além de uma variedade de frutas e legumes que são transformados em doces, geleias, licores, paçocas e artesanatos, comercializados em feiras e mercados da região.

> Aqui a gente tem alguns produtores que plantam milho, o arroz, tem uma pequena produção de arroz, tem pequena produção de abóbora, batata, mandioca, farinha, entendeu? Aqui a gente tem grandes produtores de mandioca na região, nem só no assentamento, como em toda a região. A gente tem aqui os melhores farinheiros do município, está aqui no assentamento padre Josimo que tem o nome de farinha boa. Então, durante a pandemia, quem vendeu farinha foi só eles porque o pessoal sabe que a farinha deles é boa. Eles vendem farinha direto, nunca cai a produção. Então, é uma produção que dá subsistência para alguns moradores daqui. A farinha vende bem, e está com um bom preço. Tem plantio de batata, a psicultura, a fruticultura. Então, tem várias pessoas que têm esses plantios. Não é só o gado, tem de tudo. Eu só não tenho gado, mas o resto eu tenho na minha propriedade, um pouquinho de cada (ASSENTADA 1, 2024).

As articulações camponesas no Araguaia paraense têm evidenciado a importância da defesa de uma economia e de formas de produção diversificadas. Parte dessas iniciativas é desenvolvida em parceria com os setores público e privado, visando à aquisição de alimentos para o abastecimento de feiras e comércios locais. Além disso, os produtos oriundos da agricultura familiar desempenham um papel fundamental no abastecimento do PNAE (Figura 26).

Figura 26 - Produção das SAFs nos assentamentos no Araguaia paraense.

Fonte: Acervo do autor (2023), Ceará do Pará (2025)

De acordo com informações fornecidas pelas Secretarias Municipais de Agricultura, que promovem ações em diversos assentamentos rurais, um número expressivo de associações camponesas e produtores individuais fornece alimentos para a merenda escolar. Em entrevistas realizadas com os Secretários Municipais de Agricultura de oito municípios da região, foi registrada a existência de inúmeras iniciativas produtivas, como casas de farinha, criações de peixes, apiários, indústrias de queijos pré-cozidos, criações de aves e porcos, além da produção de polpas de frutas e uma diversidade de produtos hortifrutigranjeiros. Essas atividades não apenas abastecem feiras e mercados locais, mas também impulsionam a economia regional e garantem a sustentabilidade da agricultura familiar, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda.

> Aqui no assentamento padre Josimo, a produção é basicamente bovina, né? Tem o pessoal que faz queijo, o pessoal que faz requeijão, vende o leite, entrega o leite lá no laticínio. Tem também o pessoal que tem apicultura, piscicultura. Nós temos aqui até o vendedor do peixe, do alevino, ele já vende o juvenil porque quando você compra o juvenil, você tem uma produção melhor, que já vem produzindo. E tem as pessoas que têm a feira. Hoje nós temos a feira, que é onde a gente vende o excedente. Eu não vendo o excedente não, mas eu vendo o que eu produzo, que é o artesanato e bolo artesanal.

> Então é isso que a gente vende lá e vários outros alimentos, tem várias companheiras, cada um com o seu trabalho, tem o tempero, tem a farinha, tem a mandioca, a batata doce, a abóbora, tem de tudo. É isso, você quer tomar um café diferente, vai tomar o café na feira. Eu já me adaptei aqui. Então é isso que a gente tem de produção no nosso assentamento. A produção das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, dos pequenos (ASSENTADA 1, 2024).

Como mencionado, em Floresta do Araguaia, as lavouras de abacaxi são predominantemente de base familiar, e toda a produção se desenvolve associada a outras lavouras e à pecuária leiteira, além da produção de queijo. O mesmo cenário pode ser observado nos assentamentos rurais de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção. Essas lavouras se desenvolvem em pequenos lotes de assentamentos rurais, consorciados com o plantio de arroz, milho e mandioca. Além disso, a produção de abacaxi ocorre durante todo o ano devido à irrigação e ao foco na exportação, o que contribui significativamente para o aumento da renda familiar. O produtor 1, representante dos produtores de abacaxi, narra a importância do abacaxi para os camponeses assentados:

> O abacaxi aqui no município é uma atividade de base familiar, segundo estimativa da prefeitura, cerca de 7 mil famílias são beneficiadas diretamente. Nessa perspectiva abrange também os pequenos produtores, por se tratar de um fruto que pode ser cultivado sem a necessidade de grandes investimentos em equipamentos agrícolas, como quase toda a mão de obra é braçal, as famílias de baixa renda também conseguem plantar e produzir, basta ter ou arrendar um terreno e preparar o solo. Os fertilizantes para adubação atualmente estão mais acessíveis, isso contribui para que os pequenos produtores possam comprar os insumos agrícolas necessários para fazer uma lavoura de qualidade. No nosso caso o abacaxi ocupa a primeira colocação e principal fonte de renda do município, em seguida a pecuária, mineração, mandioca, soja, milho, melancia, banana, maracujá, arroz e feijão. (PRODUTOR 1, 2024)

Segundo informações das Secretarias Municipais de Agricultura da região do Araguaia, os assentamentos possuem uma importância econômica significativa para os municípios. Esses assentamentos se destacam pela produção de bezerros para recria, leite, frangos, porcos, queijo, farinha, mel e diversos outros produtos que abastecem, diariamente, redes de supermercados, comércios e feiras regionais.

Além do apoia a conquista da terra, a Igreja Católica através da CPT apoiou vários projetos sustentáveis de assessoria a grupos de camponeses assentados. Na década de 1990, por exemplo foram contratados assessores para auxiliar na fundação de cooperativas, incentivos a produção diversificada, combate a queimadas, organização de grupos de gestão de máquinas de arroz, cursos de psicultura, apicultura, em vários municípios da região do Araguaia.

> No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a Diocese de Conceição do Araguaia, preocupada com os conflitos no campo e o risco de êxodo rural decorrente da pressão

> pela reconcentração fundiária, desenvolveu, com ajuda financeira de entidades da Igreja Católica da Alemanha, um projeto de diversificação da produção da Agricultura familiar na região, principalmente em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Atuando nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Floresta do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, incentivou e apoiou financeiramente projetos de apicultura, piscicultura, fruticultura em Sistemas Agroflorestais e organização da comercialização. Posteriormente, este projeto teve continuidade através da Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô – COPATIORÔ. Infelizmente estas experiências não tiveram o efeito multiplicador esperado, porém, a grande maioria dessas famílias até hoje mantém as atividades implantadas e algumas até expandiram. Como o projeto se encerrou e não houve mais como serem monitoradas, não temos informações mais precisas de como estão atualmente. Atualmente o Governo Estadual tem estimulado a implantação de Sistema Agroflorestais com base no cacau para a regularização ambiental de áreas antropizadas, através do Programa Território Sustentáveis (TÉCNICO AMBIENTAL 1, 2024)

No aspecto organizacional e de reivindicações, a pesquisa realizada no Araguaia paraense identificou a presença de cerca de 300 associações camponesas e 80 grupos de criadores de peixes, entre pequenas e médias propriedades nos assentamentos. Além disso, associações, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas vêm desempenhando papéis importantes em parceria com outros movimentos sociais. Essas resistências organizadas se colocam contra o avanço do capital — seja na mobilização contra o uso de agrotóxicos, seja contra empreendimentos mineradores, como no caso ocorrido em Conceição do Araguaia, onde, desde 2023, uma empresa de exploração de níquel vem tentando retirar camponeses assentados no Assentamento Jocon, na Ocupação Capivara e no Projeto Talismã.

Portanto, as mudanças almejadas pelos movimentos sociais demandam transformações profundas na forma de interação entre o homem e a natureza, sendo viáveis apenas por meio da construção coletiva de projetos e da implementação de políticas públicas que considerem indicadores de sustentabilidade adequados às especificidades de cada região da Amazônia.

Experiências de desenvolvimento em um território demandam do Estado e dos atores envolvidos um compromisso com mudanças estruturais no contexto local. Isso requer uma ruptura radical com o modelo econômico predominante do grande capital, e sua substituição por alternativas que respeitem as tradições locais e as formas de organização e produção de populações camponesas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese das transformações socioambientais, econômica na região do Araguaia paraense ao longo das décadas.

	ATIVIDADES PRODUTIVAS	ELEMENTOS DO MEIO	PAISAGEM
1970 – 1980	Produção de arroz, milho, feijão e mandioca.	Ocupação e disputa pela terra; Organização sindical de camponeses, confrontos com o latifúndio.	Venda de madeira, derrubada da mata, queimadas. pequenas roças, casas provisórias.
1981 – 1990	Arroz, milho, feijão, mandioca, banana, aves, porcos e aquisição de gado.	Fundação da associação, Comunidades religiosas, organização sindical.	Ampliação das derrubadas, queimadas e pastagens.
1991 – 2000	Redução da venda de feijão, arroz e milho; Venda de leite, queijo e bezerros.	Conquista do crédito; Abertura de estradas; luta por regularização de lotes.	
2001 – 2010	Redução da venda de milho e arroz; Ampliação da venda de leite, queijo e bezerros; Venda de frutas, assessorias e capacitações.	Comercialização do leite; Reivindicações por melhores estradas, monoculturas de grãos, agrotóxicos.	Ampliação de pastagens e abertura de represas nos córregos, desmatamento no cerrado
2011 – 2023	Comercialização de bezerros, leite, queijo, verduras, mandioca, abacaxi, farinha, mel silvestre, rapadura, polpa de frutos, pequenos animais	Resfriadores de leite, créditos, enfrentamento de mineração e agrotóxicos, regularização fundiária (titulação), produção consorciada dos SAFs,	Pastagens, represas, mecanização, monoculturas, soterramentos de rios, desmatamento do cerrado, mudança na pastagem local.

Fonte: Dados de campo, 2023.

5.6 Sã Felix do Xingu: O paraíso da carne temperada, da concentração fundiária e do colapso ambiental

> *Na boca do rio, onde termina a estrada, e começa o encontro entre as águas do rio Xingu e Fresco está o município de São Félix do Xingu (Cardoso, 2023, p. 33).*

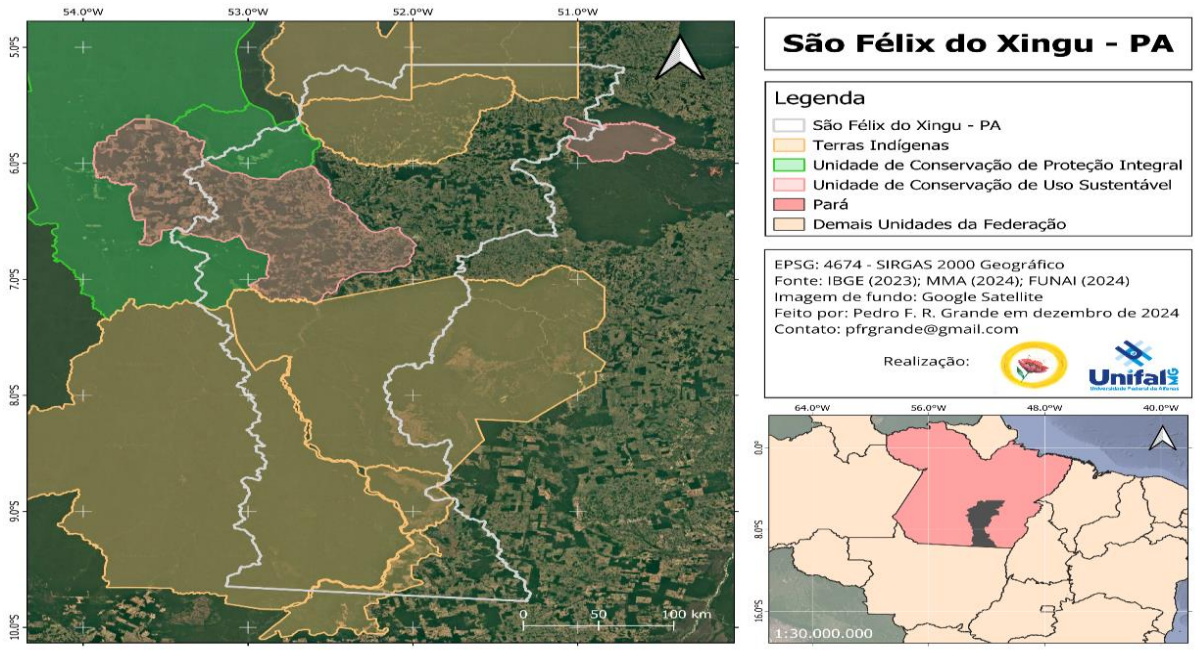
Segundo o IBGE (2022), São Félix do Xingu tornou-se município em 1961, desmembrado de Altamira. Localizado na Bacia do Médio Xingu na Amazônia Oriental, São Félix possui uma extensão territorial de 84.212,903 km² e população de 65.418 habitantes, o que representa uma queda de 28,48% em comparação com o censo de 2010. A densidade demográfica é de 0,78 habitantes por quilômetro quadrado, PIB per capita de R$ 14.802,13 e salário médio mensal de 2,5. Apesar de possuir o maior rebanho bovino do País, com cerca de 2,5 milhões de cabeças, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de apenas 0,594, considerado baixo.

A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total contabiliza cerca de 3,75%. Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o município registra cerca de 44,8% da população nestas condições. No aspecto da saúde, a taxa de mortalidade infantil média é de 21,36 para 1.000 nascidos vivos, e as internações devido a diarreias são de 2,4 para cada 1.000 habitantes. Quanto ao saneamento básico, o município

apresenta 22,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 22,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização.

Segundo Cardoso (2023), o município de São Félix do Xingu possui cerca de 70% das florestas protegidas pela União, notadamente terras indígenas, Parques Nacionais e Unidades de Conservação. Desse modo, cerca de 50% do território do Xingu pertence à União, levando em conta ainda as Unidades de Conservação e Assentamentos federais de reforma agrária (Figura 27).

Figura 27 - situação do município de São Felix do Xingu, com destaque para a parcela do território ocupada com áreas protegidas.



Fonte: IBGE (2023), MMA (2023), FUNAI, (2024) *apud* Andrade Junior, (2024).

Durante mais de um século, São Félix do Xingu permaneceu isolado de rodovias, mantendo a economia sustentada na exploração extrativista da borracha, da castanha-do-Pará e da pesca. As únicas vias de ligação com o município ocorriam através das centenas de canais fluviais existentes na floresta, com destaque para os rios Fresco e Xingu. As estradas para as zonas de exploração extrativista do município foram abertas de forma clandestina, tratando-se de picadas no meio da floresta construídas para o escoamento da produção extrativista, com destaque para a borracha, jaborandi, madeira, óleos, essências e garimpagem.

A abertura da única rodovia que dá acesso ao município ocorreu na década de 1970, período dos governos militares, quando a construção da rodovia PA 279, interligada à PA-150 (atual BR-155), retirou a região do Xingu do isolamento rodoviário. As consequências

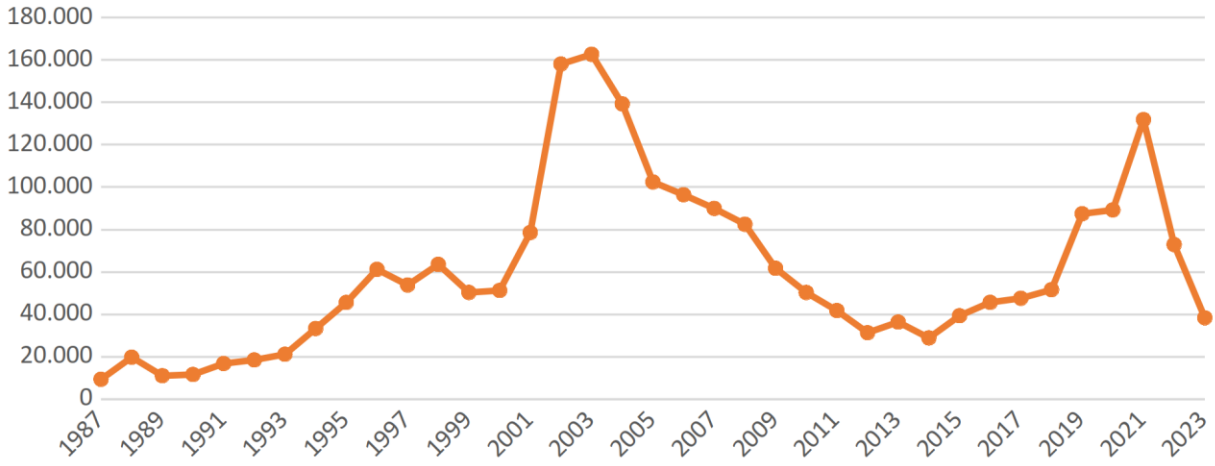
socioambientais tiveram custos desastrosos, de tal modo que São Félix hoje é conhecido internacionalmente como o epicentro de disputas fundiárias, grilagem e invasão de terras indígenasPortanto, São Félix do Xingu (PA) se transformou no município com maior índice de desmatamento, ocupando o primeiro lugar com um acumulado de 21.174,44 km² até o ano de 2023 (MapBiomas, 2024), incluindo áreas territoriais protegidas.

De acordo com Cardoso (2023), as terras indígenas do médio Xingu enfrentam atualmente constantes invasões em função da expansão da pecuária extensiva de grande porte, voltada para o mercado de exportação. O caso mais emblemático é a invasão da Terra Indígena (TI) Apyterewa, pertencente ao povo Paracanã, que atualmente enfrenta constantes invasões clandestinas por parte de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros ilegais, segundo Cardoso:

> Ao norte da área municipal, a invasão intensificada dos últimos anos tem mobilizado ações para revisão dos limites da terra indígena. Com cerca de 700 mil hectares, a dinâmica econômica local leva a inferir que a terra indígena Apyterewa deve representar, naquele contexto, um passivo sendo tornado ativo econômico, por meio de práticas ilícitas, cuja lucratividade acontece à medida que são combinadas às práticas listas (CARDOSO 2023, p. 17).

A onda de desmatamentos, invasões e disputa pela terra ocorrida no período de 1970 a 1990, durante os incentivos à ocupação e implantação de grandes projetos agropecuários, madeireiros e minerais, vem se repetindo em escala elevada desde o início do governo Bolsonaro em 2019, garantindo a São Félix do Xingu o título de campeão de desmatamento no país (Gráfico 28).

Figura 28 - Evolução do desmatamento em São Félix do Xingu-PA em vegetação primária e secundária (1987-2023).



Fonte: Andrade Júnior, apud MapBiomas, Brasil (2024), Apud Andrade Junior, (2024).

Como se observa na Figura 28, os números indicam uma análise histórica da evolução do desmatamento em São Félix do Xingu. Dados apresentados em 2023 pelo pesquisador Andrade Júnior, no artigo intitulado *"Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023)"*, indicam que houve uma ampliação do desmatamento entre 1987 e 2003, seguida por um período de contenção entre 2005 e 2015. A partir de então, o ritmo da devastação de áreas florestais voltou a crescer. Os picos mais altos ultrapassaram os 160.000 km², enquanto os menores quantitativos ficaram abaixo dos 20.000 km² de devastação por ano. Observa-se ainda que os desmatamentos entre 2019 e 2022 corresponde aos praticados nos períodos de 2001 a 2008, quando os maiores índices foram registrados, um período de intensas migrações advindas da garimpagem ilegal, implantação de projetos agropecuários e exploração madeireira. As menores taxas de desmatamento foram registradas entre 2011 e 2015, e a partir de 2016, voltaram a crescer, sobretudo após a posse do governo Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019, que diminuiu a fiscalização dos órgãos ambientais, e motivou grupos econômicos ligados a pecuária, garimpagem e exploração madeireira, especialmente em reservas indígenas, conforme descreve Cardoso.

> No ano de 2019 registrou-se um incremento recorde em relação aos anos anteriores de desmatamento em unidades de conservação e terras indígenas, sendo o Estado do Pará aquele com maior desmatamento na Amazônia Legal, uma área de 4.172 km² contra 2.744 km² no ano anterior, de 2018. Localizada em São Felix do Xingu, Pará, a área de proteção ambiental APA Triunfo do Xingu, criada em 2006, registrou 40% do desmatamento total em Unidades de Conservação, o que correspondeu a 436 km² de área desflorestada. Enquanto, também no topo da lista, as terras indígenas com mais altos índices: TI Ituna e Itatá, localizada no município de Altamira-PA, e senador José Porfirio, vizinhos a São Félix, registrou incremento de 260 km², prosseguida da Terra Indígena Apyterewa, com incremento de 85 km² (CARDOSO, 2023, p. 74).

Essa região do Xingu se converteu, atualmente a maior produtora de gado e, tem avançado na mecanização e plantios de monoculturas de grãos voltados para exportação, segundo Cardoso,

> Destaque sim algumas áreas onde houve a maioria dos alertas de desmatamento. A área na direção centro-oeste do município, por onde passa a estrada vicinal Trans-Ririí, região onde se localiza a APA Triunfo do Xingu e que vai em direção oeste, ou que corresponde a ali chamada Região do Iriri, onde a presença de áreas ainda não destinadas, também são registradas alertas ao sul, na direção das TIs Kayapó. Trata-se de onde vêm sendo implantadas, nesses últimos três anos, as primeiras fazendas voltadas para o monocultivo de soja do município. Um conjunto de fazendas cujos proprietários vão desde políticos a empresários locais e regionais, além de grupos empresariais de outras regiões do país e que ali, de forma pioneira, estão, desde 2020, produzindo as maiores safas de soja de São Felix do Xingu. A produção atual da soja se concentra na área central do município, onde o relevo é passível de agricultura mecanizada (CARDOSO, 2023, p. 72).

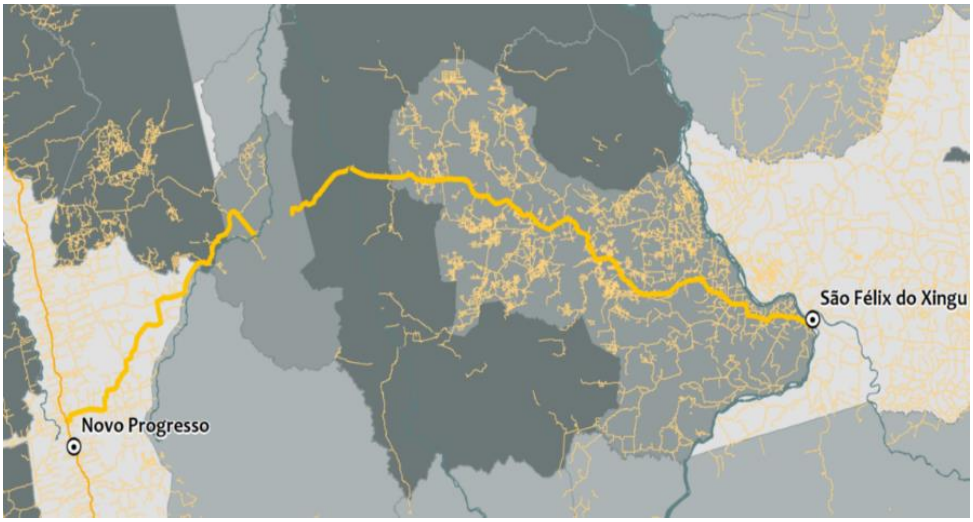
Cardoso (2023), em pesquisa sobre *"O paraíso do gado: A dinâmica geopolítica do município de São Felix do Xingu*", acrescenta que cerca de 70% do território municipal são áreas protegidas em nível federal, onde se localizam as Terras Indígenas, correspondendo a 51,9% (45 mil quilômetros quadrados), 20,6% são Unidades de Conservação (16 mil quilômetros quadrados), e 3,7% são territórios de assentamentos federais (1.128 quilômetros quadrados). Apesar da maioria das terras pertencerem a áreas federais e estaduais protegidas, as áreas destinadas aos estabelecimentos agropecuários são bastante expressivas e correspondem a um pouco mais de 23 mil km², dos quais mais de 90% já se converteram em áreas de uso agropecuário no município.

O desmatamento, a pecuária e os monocultivos de grãos no município de São Felix do Xingu estão pressionando cada vez mais as terras indígenas. Um dos projetos bastante preocupantes do ponto de vista ambiental é a abertura da "Estrada Transversal", um projeto cheio de controvérsias reivindicado pelos políticos locais, pecuaristas e até movimentos sindicais. O discurso para a realização deste empreendimento é que ele beneficiaria o agronegócio, pois pretende retirar São Felix do Xingu do isolamento através da construção de um corredor interligando a estrada com as maiores áreas do município convertidas em pastagens e monocultivos de grãos.

O discurso enfático de defesa deste corredor por políticos e ruralistas do município é que a estrada interligaria a PA 279 à BR 163 Cuiabá-Santarém, no município de Novo Progresso, e se converteria numa rota de escoamento de gado e grãos para o porto de Miritituba em Itaituba no Sudoeste Paraense. Em outras palavras, trata-se de oferecer aos ruralistas e empresários de grãos já instalados na conhecida "Terra do Meio" (expressão regional para designar a divisão entre as bacias dos rios Xingu e Tapajós).

A construção da rodovia, atravessando terras indígenas defendida por grupos ruralistas e políticos locais, ofereceria as condições ideais para o deslocamento de rebanhos bovinos e escoamento de grãos, o que implicaria em apropriar-se cada vez mais dos recursos naturais. Do ponto de vista ambiental, esta proposta constituiria um verdadeiro desastre para a rica biodiversidade local, já que essa região é composta por um mosaico de Unidades de Conservação estaduais e federais, e três Terras Indígenas, Xipaia, Cachoeira Seca e Curuaya. A liberação e abertura da referida rodovia requereria a destruição da floresta em cerca de 40 km dentro destas reservas (Figura 29).

Figura 29 - Avanço das monoculturas de soja na rota Terra do Meio em direção à BR 163.



Fonte: ISA 2023, adaptado pelo autor, 2024.

5.7 As frentes de destruição ambiental: Pecuária e monoculturas de grãos em São Felix do Xingu

O desmatamento e a ocupação pela pecuária em São Félix do Xingu iniciaram-se a partir da década de 1990, com a abertura da rodovia estadual PA 279, que ligou a então PA 150 (atual BR 155) à região do Xingu. Isso atraiu milhares de migrantes que se deslocaram para a região, fascinados pelos projetos de colonização, sobretudo o Projeto Tucumã, um empreendimento privado de colonização instalado numa zona de rico potencial madeireiro em plena floresta amazônica, concedido pelo Governo Militar. Com a abertura da rodovia até São Félix do Xingu, a região saiu do isolamento, e passou a receber migrantes e empresários do ramo madeireiro e de pecuária bovina. O pecuarista 2, que migrou de Goiás com a família para a região, retrata a transição da economia extrativista e o contexto de implantação dos projetos na região,

> Quando fala da implantação das grandes empresas de São Felix do Xingu, a primeira grande empresa que chegou lá foi a empresa Canopus Ltda. A Canopus era uma empresa de mineradora de produto de cassiterita e outros minérios. E ali na região São Félix de Xingu, na época de 1970, 1975, eles chegaram por lá e começaram a se implantar e tirava por água esse minério, as folhas de jaborandi também eram retiradas por água e a seringueira. Então tinha os beradeiros, que eles chamavam de beradeiros naquela época, que a população era muito pouca gente e ficava lá. Então quanto o agronegócio, a expansão mesmo, é o que eu te falo, é de 1997 pra cá, que começou realmente o desenvolvimento do crescimento do rebanho bovino (PECUARISTA 2, 2024).

A partir do prolongamento da rodovia PA 279 até às margens do Xingu, percebeu-se que essa via ampliou ainda mais o acesso à exploração madeireira, garimpagem e penetração de empreendimentos agropecuários de grande porte. Ela passou a ligar o território do Xingu aos

centros urbanos de exportação de commodities, madeira e carne bovina, privilegiando o modelo capitalista predominante de saque, imposição da pecuária extensiva e alargamento das frentes de desmatamento, conforme afirma Cardoso:

> A extração madeireira é apontada como primordial no processo de abertura de novas áreas de exploração, uma vez que abriu uma rede de estradas vicinais no interior do território municipal, incluindo as áreas indígenas, até então não homologadas. Junto a isso, as áreas de interesse de exploração mineral deixavam então de ser acessadas apenas por aeronaves, como ocorreu até os anos 1980. A partir dos anos 1990, a abertura de estradas vicinais por madeireiros, concomitante às novas áreas de garimpo, resultou no adensamento populacional e surgimento de novos núcleos urbanos nas frentes de expansão do desmatamento (CARDOSO, 2023, p. 74).

Cardoso (2023) complementa ainda que a implantação de polos agropecuários, seja no Araguaia ou no Xingu, concentrou nas décadas de 1970-80 as maiores fazendas do Brasil, notadamente subsidiadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Portanto, a Amazônia como um todo foi marcada pelas concessões de terras públicas a grupos econômicos envolvendo construtoras, empresas multinacionais como a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Liquigás, Nestlé, Goodyear, Ultra, Volkswagen, em busca de recursos naturais que visava basicamente o monopólio da terra a partir dos interesses e acumulação do capital.

5.8 Apyterewa: Grilagem, pecuária e desmatamento

No final da década de 1980, o Governo Federal, por meio do INCRA, concedeu 400 mil hectares de terras em São Félix do Xingu à construtora Andrade Gutierrez para a construção do projeto Tucumã, que incluía um loteamento particular e a criação de uma cidade planejada às margens da rodovia PA 279.

A Andrade Gutierrez por exemplo, pretendia estabelecer um assentamento privado, privilegiando apenas pessoas com condições financeiras para aquisição de lotes, principalmente famílias do Centro-Sul. No entanto, em pouco tempo, o projeto Tucumã se revelou um verdadeiro fracasso. A entrada da colônia, separada por um portão, conhecida popularmente como "guarita", deu origem a outra cidade formada pelos excluídos de entrar na colônia, denominada Ourilândia do Norte. Rapidamente, o projeto Tucumã foi invadido por milhares de migrantes, ampliando ainda mais a fronteira do Xingu.

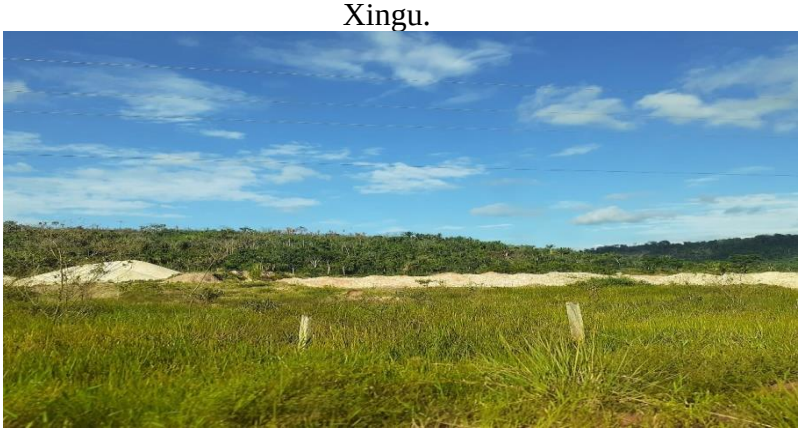
Na década de 1990, as frentes de ocupações agropecuárias e madeireiras já estavam presentes a cerca de 120 km de São Félix, avançando para o interior do município, que na época foram abertas dezenas de ramificações de estradas na região. A vila Taboca se tornou o epicentro de conflitos envolvendo moradores locais e as reservas indígenas. A Terra Indígena (TI)

Apyterewa que abrange 773 mil hectares e população de 1.383 habitantes indígenas foi uma das mais afetadas devido a invasão por grileiros e madeireiros que, apesar da área ter a situação jurídica homologada, cerca de 40% de suas terras foram devastadas pela pecuária, segundo Andrade Junior:

> Outro destaque importante sobre as terras indígenas formalizadas em São Félix do Xingu-PA relaciona-se com a TI Apyterewa, do povo Parakanã ocidental. O processo político que resultou na demarcação desta TI foi caracterizado por intensa conflitualidade, uma vez que a área foi objeto de significativa invasão desde a segunda metade da década de 1980, com parcela do território não sendo efetivamente controlada pelos Parakanã (proc. 2992/91, p. 287). Essa área é, desde então e até o presente momento, controlada por milhares de invasores, dentre os quais madeireiros, fazendeiros e colonos, incentivados a ocuparem a TI por políticos da região e por diretores regionais do INCRA (ANDRADE JUNIOR, 2024, p. 417)

De acordo com Andrade Junior (2024), a TI fica localizada a cerca de 10 km da vila Taboca, o que facilita o contato com a população da vila nas proximidades, sendo alvo de constantes invasões nos últimos 10 anos, devido às ações de grileiros, madeireiros e à presença ilegal da atividade pecuária desde 2013. A vila Taboca, habitada por aventureiros e migrantes de várias regiões do Brasil, possui cerca de 20 mil habitantes e se desenvolveu a partir da colonização, exploração de minérios, grilagem, garimpagem e pecuária (Figura 30).

Figura 30 - Escavações para exploração de cassiterita na região da vila Taboca, São Felix do Xingu.



Fonte: Acevo do autor, abril de 2019.

A construção de mais de 10 mil quilômetros de estradas vicinais, impulsionada por madeireiros e pela Prefeitura Municipal, foi um dos fatores que facilitaram a penetração de empreendimentos agropecuários e ocupações ilegais, transformando São Félix do Xingu em uma região marcada por violentos conflitos fundiários. Essas estradas contribuíram para a expansão de ocupações ilegais e grilagem de terras indígenas, tornando a reserva indígena Apyterewa o epicentro do desmatamento ilegal na última década.

A reserva Apyterewa se tornou alvo de controvérsias, inclusive envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF), quando o ministro Gilmar Mendes concedeu posse provisória, alimentando a esperança de regularização fundiária para os ocupantes na área conhecida como Paredão, onde invasores ilegais se estabeleceram nas proximidades do rio São Sebastião.

As grilagens, invasões e o avanço desenfreado sobre áreas de reservas indígenas e Unidades de Conservação no entorno da vila Taboca ganharam repercussão nacional, especialmente a partir de 2019, com a posse do governo Bolsonaro, mudando radicalmente a realidade ambiental do município, conforme Andrade Junior:

> [...] a mudança na realidade ambiental que marcou o Governo Bolsonaro (2019-2022) diz respeito ao crescimento do desmatamento nas áreas protegidas, terras indígenas e unidades de conservação. No contexto da diminuição da capacidade repressiva das instituições estatais e da ampliação da circulação de um discurso generalizado de deslegitimação das TI e das UC, houve aumento da devastação nas áreas protegidas em patamar bastante superior ao próprio aumento do desmatamento geral de São Félix do Xingu-PA (ANDRADE JUNIOR, 2024, p. 427)

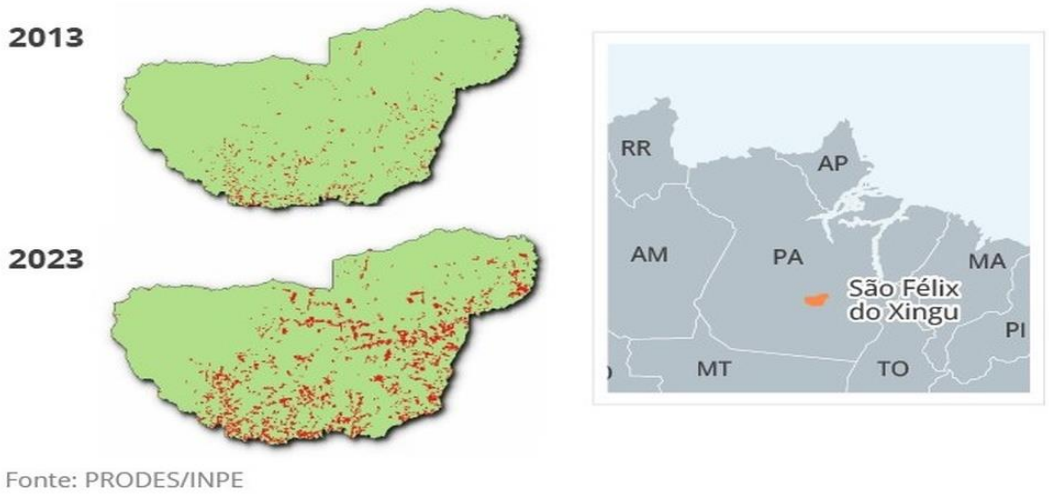
Representado pela figura do ministro Ricardo Salles, os órgãos ambientais de fiscalização tiveram suas equipes desmanteladas, o que inibiu a fiscalização e facilitou a grilagem, a expansão da pecuária, exploração de madeiras e garimpo ilegal (Figura 31).

Figura 31 - Escavações de garimpo ilegal na TI Apyterewa, São Felix do Xingu.

Fonte: Polícia Federal, 2023.

A pressão dos órgãos ambientais nacionais e internacionais, assim como do judiciário brasileiro, para a tomada de medidas urgentes devido aos elevados índices de desmatamento, não foram suficientes para sensibilizar o Governo Bolsonaro em relação à Terra Indígena Apyterewa. Essa resistência em agir diante da degradação ambiental evidencia a complexidade e os desafios enfrentados na proteção das terras indígenas e na preservação da Amazônia (Figuras 32).

Figura 32 - Evolução da área desmatada na TI Apyterewa.

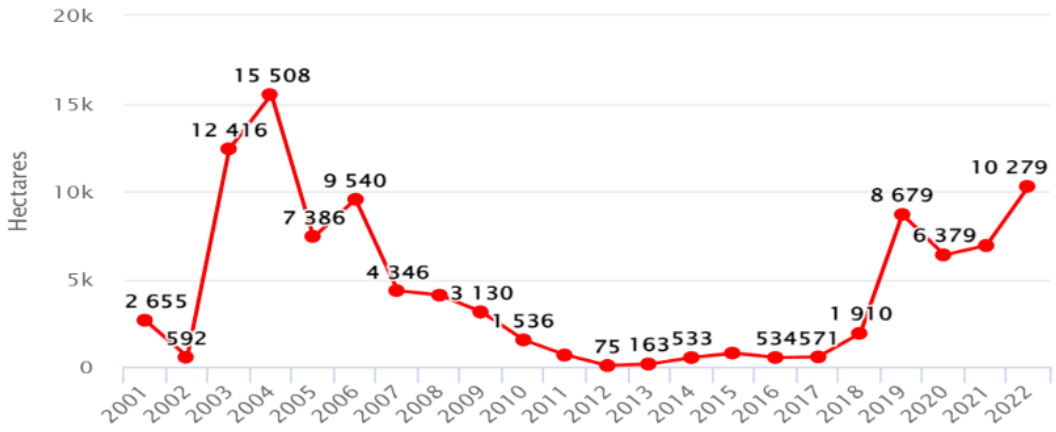


Fonte: PRODES/INPE, 2023.

Em 2023, com a posse do Presidente Luís Inacio Lula da Silva, organizou-se em nível nacional uma série de ações coordenadas pelo Secretário-Geral da Presidência da República, realizada em setembro de 2023, que resultou na retirada dos invasores da reserva Apyterewa. A operação, que teve início em 25 de setembro, envolveu a Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, INCRA, FUNAI e IBAMA. No entanto, as atividades de desocupação enfrentaram protestos, paralisações e confrontos incentivados por grupos bolsonaristas, moradores e políticos regionais. As ações dos grupos bolsonaristas efetuaram, até mesmo a construção de barricadas, obstrução de pontes e divulgação de vídeos e mensagens nas redes sociais convocando a população local para permanecer coma à ocupação ilegal da reserva Apyterewa, conforme noticiado pelo Jornal O Globo no início de 2024 (Gráfico 8).

> A operação de retirada de invasores da Terra Indígena Apyterewa, do povo Parakanã, localizada no município de São Félix do Xingu, no Pará, foi finalizada e zerou o desmatamento na região no último mês de janeiro. A área é considerada o território indígena mais desmatado da Região da Amazônia Legal dos últimos 10 anos, devido às invasões de grileiros, madeireiros e à presença ilegal da atividade pecuária, entre os anos de 2013 e 2023, segundo dados da plataforma Terra Brasilis do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (GUIMARÃES, 2024).

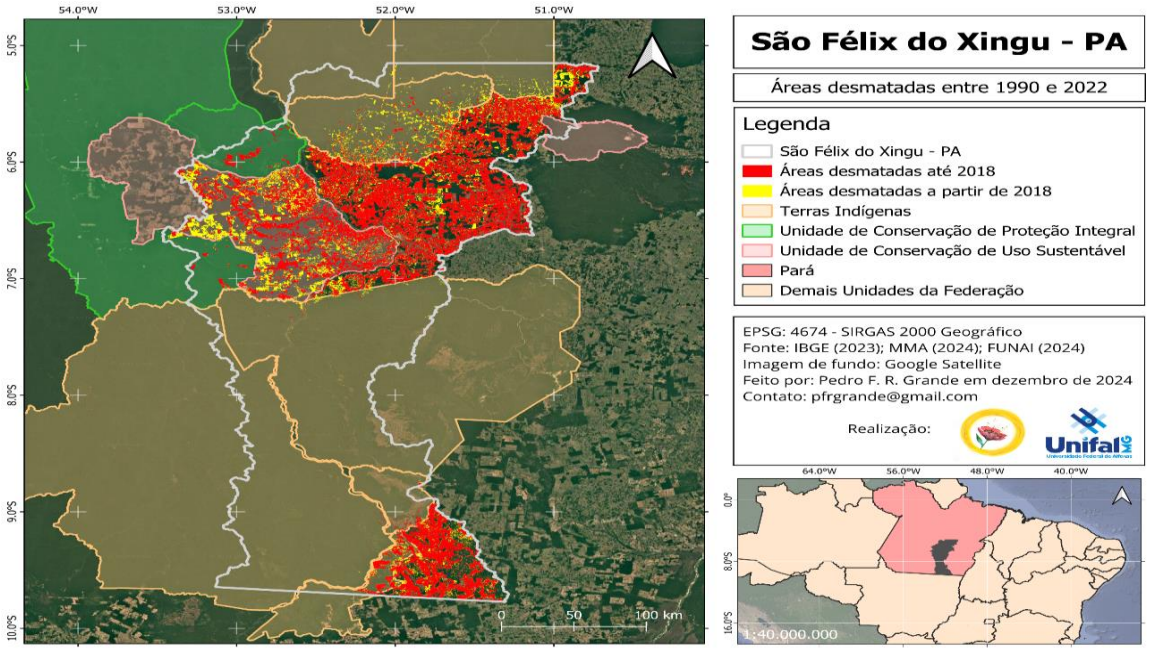
Gráfico 8 - Area desmatada na TI Apyterewa 2001-2022 (em hectares).



Fonte: INPE/Organização Instituto Socioambiental (ISA).

A queda significativa de 93,6% no desmatamento na Terra Indígena Apyterewa após a operação de desocupação, concluída no final de 2023, indica um impacto positivo das medidas tomadas (Figura 33).

Figura 33 - Desmatamento e áreas protegidas no município de São Félix do Xingu-PA.



Fonte: MapBiomas (2024) *apud* Andrade Junior (2024).

No entanto, apesar das ações conjuntas de diversos órgãos de proteção ambiental, é importante ressaltar que as terras indígenas ainda enfrentam ameaças de grupos criminosos, o

que destaca a necessidade de engajar a comunidade local nas discussões ambientais para atenuar os conflitos.

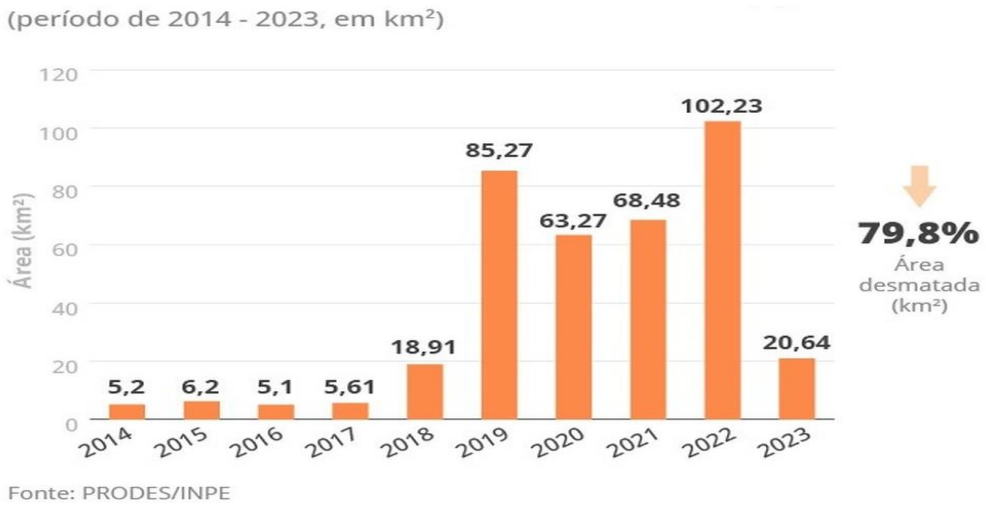
No tocante aos populares envolvidos, é essencial compreender que esses pequenos proprietários foram incentivados por grupos de grileiros e políticos locais a ocupar a área da Reserva Apiterewa, com a falsa promessa de legalização das terras. Ou seja, os populares foram usados como escudo para proteger atividades ilegais, como o comércio de madeira, a expansão de garimpos e da pecuária ilegais dentro da área indígena.

Porém, no futuro próximo, o governo federal precisa adotar medidas para assentar esses pequenos proprietários de forma legal e sustentável, ao mesmo tempo em que garante a proteção efetiva das terras indígenas contra futuras invasões. Isso pode envolver a implementação de políticas de regularização fundiária e o fortalecimento das instituições responsáveis pela fiscalização e proteção ambiental. Além disso, é crucial promover o diálogo e a cooperação entre os diferentes atores envolvidos, incluindo as comunidades indígenas, os pequenos proprietários, as autoridades locais e os órgãos governamentais. Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa torna-se possível enfrentar efetivamente os desafios de proteger terras indígenas a longo prazo.

> Então, os povos vão realmente sair de dentro, eles estão saindo já, tirando todo o seu rebanho, eles estão, não tem lugar para onde ir, e o governo tá se comprometendo de dar alguma coisa pra eles, mas até agora eles estão na esperança, o povo ainda não recebeu. Então essa questão da Apyterewa na região de São Félix Xingu, na parte da Apyterewa, é muito ruim, muito ruim mesmo. É uma diminuição de 200 mil hectares, já tem gente dentro de 200 mil hectares, entendeu?? O rebanho bovino lá naquela região é pra ter aí uns 200 mil cabeças de gado, dentro da área da região Apyterewa, mas eles estão tirando lá de dentro, né? tem gado nos corredores aí todo dia sai, e o projeto deles se não sair vai perder. Então eu acredito muito que o Governo Federal vai conseguir focar nisso de tirar o pessoal. Agora, se afrouxar um pouquinho volta todo mundo de novo (PECUARISTA 2, 2024).

A desocupação da TI Apyterewa efetuada pelo Governo Federal empossado em 2023, estabeleceu certa normalidade para a vila Taboca, ou seja, as ocupações e grilagem foram interrompidas e os direitos de domínio das terras indígenas devolvidos aos verdadeiros proprietários, os povos indígenas depois de mais de 20 anos de invasões e saques de suas riquezas naturais. O desmatamento, por exemplo, foi reduzido a níveis bastante expressivo conforme demostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 - Evolução do desmatamento na TI Apyterewa.



Fonte: PRODES/IMPE, 2023.

Esta constatação também foi confirmada pela reportagem do jornal O Globo de 22 de fevereiro de 2024:

> Além de devolver o território aos indígenas, a ação marcou o início de uma nova fase: a implementação de medidas robustas para impedir o retorno dos invasores e promover a conservação ambiental. A TI Apyterewa é considerada a terra indígena mais desmatada da Amazônia Legal, tendo sofrido nos últimos anos com a ação predatória de grileiros e madeireiros e com a presença ilegal da atividade pecuária. Desde que a operação do Governo Federal foi deflagrada, os alertas de desmatamento caíram vertiginosamente a partir de outubro de 2023, até zerarem em janeiro deste ano, segundo atesta relatório do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com dados do Inpe. O sucesso da operação simboliza um passo importante na defesa dos direitos dos povos originários, na preservação ambiental e para assegurar que as futuras gerações herdem um planeta saudável e equilibrado (BIASETTO; ASSAD, 2023).

No entanto, o domínio da pecuária encontra-se consolidado na região, e as autoridades ambientais permanecem preocupadas com a possibilidade de o rebanho avançar por novas terras, ou até mesmo alagar espaços nos assentamentos de reforma agrária. Isso se torna um dilema, uma vez que é necessário acomodar os rebanhos bovinos removidos da TI Apyterewa. O entrevistado pecuarista descreve que os produtores precisam alterar a forma de lidar com a produção bovina e demonstrar respeito ao meio ambiente, estabelecendo novas relações.

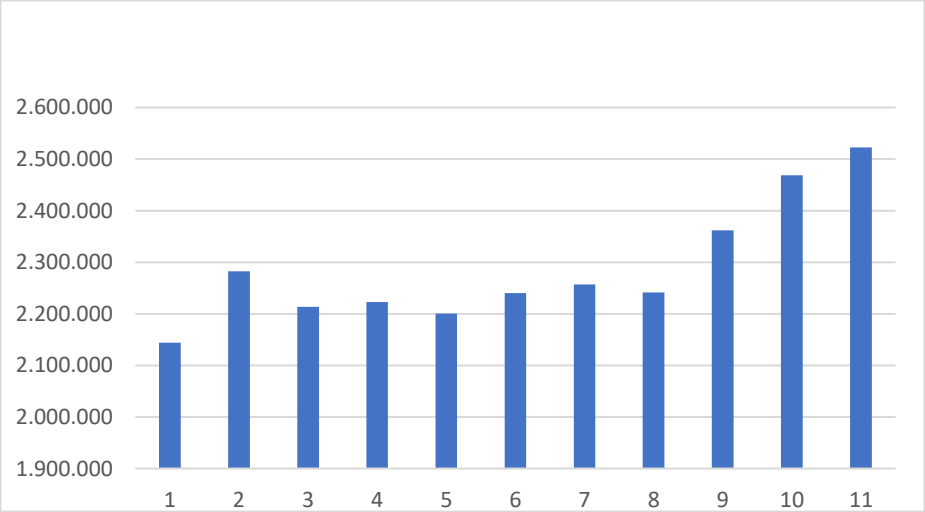
> Então, eu acredito que nós temos como, se o mundo aposta na Amazônia, eu acredito que ele vai dar uma luz para que nós possamos trabalhar meio ambiente e produção sustentável dentro da Amazônia, usando a própria Amazônia sem acabar com a Amazônia. E é o que tem que ser feito quando você começa a produzir grãos aqui em escala que dá pra você colocar em cem alqueires de terra, você colocar duas mil cabeças de gato, você produzindo grão aqui, nas terras que é plana você produz o grão e a outra terra você faz ali a cria do semiconfinamento e dá pra poder fazer isso sim, você fazer as duas coisas. O que falta é trazer tecnologia e dar condição pro produtor.

> Financiamento, trazer informação e trazer também financiamento, porque o produtor trabalha com o seu próprio ganho e o ganho dele tá pouco, aí o que ele vai fazer? (PECUARISTA 1, 2024).

Convém ressaltar que o avanço da pecuária na região do Xingu é resultado da implantação do polo Xingu-Araguaia, idealizado na década de 1970, através do Programa Federal Polamazônia, que visou à integração da região por meio de projetos de desenvolvimento voltados para a produção de commodities, especialmente madeira, minérios e carne bovina.

Segundo Cardoso (2023), a instalação de grandes empreendimentos agropecuários e o acelerado desmatamento a partir de 1990, bem como nos anos de 2012 e 2013, resultaram na maior evolução do rebanho bovino em São Félix do Xingu. Isso manteve a pecuária como atividade dominante, respondendo por 85,2% dos estabelecimentos e 93,47% das áreas ocupadas com agropecuária. A relação entre desmatamento e evolução do rebanho coloca São Félix do Xingu no ranking dos maiores rebanhos bovinos, ultrapassando 2,5 milhões de cabeças de gado (IBGE, PPM 2022) (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Evolução do rebanho bovino no município de São Felix do Xingu 2012-2022.



Fonte: IBGE, PPM, 2022.

Como observado no gráfico acima, o rebanho se consolidou a partir de 2012, com pequena variação até 2016. A partir desse ano, durante os governos Temer e, em 2019, com o início do governo Bolsonaro, a região do Xingu presenciou um aumento no desmatamento, redução da fiscalização dos órgãos ambientais, o que, consequentemente, aumentou a prática de grilagem e a ampliação do rebanho bovino em terras indígenas.

Desde 2009, o Ministério Público Federal (MPF) firmou acordos com centenas de agroindústrias frigoríficas que possuem unidades instaladas no estado do Pará, como a JBS,

Marfrig e Frigol, para cumprir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esse TAC foi estabelecido para impedir o abate de rebanhos bovinos provenientes de produtores ilegais em terras indígenas, reservas ambientais e fazendas que não possuíssem licenças ambientais ou que fossem flagradas em situações análogas ao trabalho escravo.

> O Poder Executivo barrou e ignorou demandas do MPF. Em 2018, o MPF demandou que o Ibama investigasse 56 empresas não signatárias do TAC, mas agências estaduais (...) não disponibilizaram os dados de transporte animal necessários. Além disso, em 2019, o MPF recomendou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) fiscalizasse, em conjunto com o Ibama, 46 empresas frigoríficas nos nove estados da região sem compromissos públicos de controle da origem do gado (Ministério Público Federal, 2019). O governo federal, que até 2022 explicitamente estimulava crimes ambientais (L. Amaral, 2019; Caetano, 2021), não atendeu a recomendação (IMAZON, 2023, p. 40).

O relatório intitulado *"A cadeia de produção de carne continua contribuindo para o desmatamento na Amazônia"*, publicado pelo IMAZON (2023), demonstra que pecuaristas e empresas frigoríficas têm buscado meios de burlar a legislação, incorporando bovinos retirados de áreas ilegais. Eles alocam esses animais desde a fase de crescimento até a fase intermediária em áreas de pastagens ilegais. Posteriormente, esses rebanhos são remanejados para fazendas regularizadas, onde são engordados e então abatidos nos frigoríficos. A partir de 2018, ocorreu um enfraquecimento total da fiscalização.

> No nível federal, representantes de fazendeiros e políticos pressionaram contra a transparência de dados sobre o Cadastro Ambiental Rural (Viegas, 2018), bem como de informações do transporte de gado (Guia de Trânsito Animal). Além disso, empresas frigoríficas e produtores fizeram parte do lobby para anistiar o desmatamento ilegal, adiar o cumprimento do Código Florestal, reduzir a área e o grau de proteção de unidades de conservação, facilitar a regularização de ocupações ilegais de terras públicas e reduzir a fiscalização ambiental (IMAZON, 2023, p. 40).

Vale ressaltar que o projeto de “passar a boiada” do ministro Ricardo Salles surtiu efeitos progressivos em favor do grande capital representado pelas empresas de carne e criadores de bovinos na Amazônia. Segundo o IMAZON (2023), em 2016 o Pará possuía 18 empresas frigoríficas aderidas ao TAC e 14 empresas que não haviam aderido. Em 2022, as empresas frigoríficas aderidas ao TAC aumentaram para 23 e as não aderidas subiram para 16. Outro dado revelado pelo IMAZON (2023) diz respeito ao aumento das unidades de plantas frigoríficas na Amazônia. Em 2016, a Amazônia contava com 127 unidades de plantas frigoríficas, número que aumentou para 145 em 2022. Com isso, a capacidade de abate ativo aumentou de 62.486 em 2016 para 65.336 abates por dia em 2022. No Estado do Pará, a capacidade de abate em 2016 era de 15.303, com um ligeiro declínio para 15.201 em 2022.

Segundo o IMAZON (2023), o governo federal empossado em 2023 tem avançado em medidas de combate ao desmatamento, retirando grileiros de áreas indígenas e combatendo o garimpo ilegal, aumentando a fiscalização, o que tem contribuído para a redução do desmatamento. No entanto, forças conservadoras no Congresso Nacional têm impedido avanços mais significativos na política ambiental brasileira. As iniciativas do Poder Judiciário e do Ministério Público, juntamente com os órgãos responsáveis pela gestão ambiental, precisam punir com maior rigor os infratores, assegurando a proteção de territórios indígenas e terras públicas, impedindo legislações e regularizações de áreas públicas ocupadas ilegalmente, e promovendo ações coordenadas em áreas de risco, impedindo o fornecimento de gado de áreas ilegais.

No contexto regional, o período de 2018 a 2022, foi marcado por um verdadeiro retrocesso nas questões socioambientais, com aumento elevado do desmatamento, grilagem de terras indígenas e desmantelamento das políticas públicas de combate aos crimes ambientais, enfraquecendo a fiscalização de empresas ligadas ao agronegócio de grãos e agroindústrias de carne.

No capítulo VI, efetuar-se-á a análise geral de dados do avanço do agronegócio de grãos nos 11 municípios do Araguaia paraense e São Felix do Xingu, com ênfase nas informações coletados nas instituições oficiais, Censos agropecuários do IBGE, PPM e PAM e de demais agências públicas e órgãos federal, estadual e municipal. Além disso, analisou-se os dados coletados nas visitas in loco em toda a região estudada. Efetuada a tabulação e organizados em tabelas e gráficos levando em conta também as informações de entrevistados e registros de diário de campo.

CAPÍTULO VI - O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO DO ARAGUAIA

Neste capítulo final, foi analisado com profundidade os dados obtidos na pesquisa de campo. a respeito do avanço do agronegócio na região do Araguaia paraense tendo como fundamentação os dados da Pesquisa da Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). Conforme definido na metodologia, utilizou-se ainda os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017. Em relação a esses últimos dados, é importante destacar que são censitários, realizados apenas de 10 em 10 anos. Nessa perspectiva, para entender a dinâmica dos últimos anos (2017-2022), complementou-se a análise dos dados censitários com as referidas e já citadas pesquisas PAM e PPM.

Em função da dinâmica econômica do agronegócio, que avança de forma acelerada desde os anos seguintes a 2017, a pesquisa PAM por oferecer melhores condições de análise da área plantada de grãos e da área colhida, independentemente do número de estabelecimentos. Em outras palavras, considerando que as informações censitárias possuem um hiato temporal, ou seja, o Censo Agropecuário ocorreu em 2017, prender-se a esses números prejudicaria a análise sobre o avanço do agronegócio na região e o entendimento da dinâmica da agricultura e pecuária dos municípios estudados. Assim, optou-se por trabalhar com fontes de dados da PAM, que trazem de maneira mais ilustrativa a dinâmica dos últimos dez anos, tomados como base para a construção da análise.

Buscou-se ainda analisar os dados fornecidos pelos relatórios de instituições do setor agropecuário nacional e local, como APROSOJA e FAEPA bem como os relatórios dos órgãos federais responsáveis pelas exportações e projeções de safras de grãos nos aspectos, áreas de plantio, produção e produtividade fornecidas pela CONAB.

Por fim, analisou-se o avanço do agronegócio na região do Araguaia paraense a partir da presença do capital mercantil, processo de combinação de atraso e modernidade presentes nas relações pré-capitalistas e capitalistas e seu envolvimento nos interesses privados entre o capital e o Estado.

6. O Avanço das monoculturas no Araguaia paraense

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, em 2017 havia na região do Araguaia paraense cerca de 22.194 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 6.507,61 hectares, dos quais 24.501 hectares eram ocupados com lavouras permanentes e 138.665 hectares com lavouras temporárias.

Com cerca de 40% de cerrado, as antigas áreas de ocupações pastoris, formadas por pastagens naturais na região do Araguaia paraense, representavam cerca de 486.490 hectares. Os 3.508.203 hectares restantes são de pastagens plantadas, ou seja, áreas que foram devastadas no processo de ocupação de áreas florestais do bioma amazônico no período de implantação dos grandes projetos na região.

Quando se trata do número de pessoas empregadas nos estabelecimentos agropecuários, 74.999 no período de apuração do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, observa-se que esses números são bastante inexpressivos do ponto de vista do emprego. Ou seja, o agronegócio, mesmo sob o domínio da pecuária, emprega um baixíssimo número de trabalhadores na região. No caso da soja, a situação dos empregos no campo pode piorar ainda mais, pois existe o período de defeso que ocorre após a colheita, quando os estabelecimentos são desmobilizados por um período de 120 dias (Tabela 8).

Tabela 8 - Dados estruturais dos estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica no Araguaia Paraense.

Utilização das terras Municípios (em ha)	Lavouras Perm.	Lavouras Temp.	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Área Estab. Agrop.	N° de Estab.	Pessoal ocupado
Conceição do Araguaia	2.458	11.846	41.611	154.294	344.172	3.388	10.171
Floresta do Araguaia	1.705	10.032	43.593	82.186	207.691	1.271	5.084
Piçarra	358	2.074	10.135	217.698	298.015	1.334	4.378
Pau D'arco	839	1.128	24.022	65.768	123.819	570	1.849
Redenção	595	4.650	39.170	119.928	245.824	986	2.841
Rio Maria	696	1.104	37.475	191.696	322.054	1.064	3.866
São Felix do Xingu	10.970	5.053	75.642	1.275.376	2.462.092	6.375	22.521
São Geraldo do Araguaia	1.620	1.158	-	183.325	254.157	1.213	4.649
Santa M. das Barreiras	1.141	37.536	126.601	376.482	798.318	2.788	9.630
Santana do Araguaia	3.333	61.428	37.092	410.880	857.854	2.051	5.859
Sapucaia	-	1.496	3.134	323.049	372.562	236	1.126
Xinguara	786	1.160	48.015	107.521	221.043	918	3.025
Total	**24.501**	**138.665**	**486.490**	**3.508.203**	**6.507.601**	**22.194**	**74.999**

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE.

No contexto regional, o debate em torno da produção de grãos ocorreu satisfazendo a lógica do capital, ganhando força com o crescimento de atividades ligadas ao agronegócio nacional, introduzindo a ideia de uma nova fronteira agrícola a ser explorada sem levar em conta os impactos econômicos e socioambientais para as populações locais, sobretudo os camponeses assentados pela reforma agrária.

Para Staevie (2018), a aquisição de terras para plantios visando à produção de biodiesel ganhou grandes proporções na década de 1990, quando essas atividades econômicas foram

introduzidas em várias regiões da Amazônia. Desse modo, a acumulação de capital direcionado para os mercados de óleos vegetais, produção de biodiesel e cultivo de grãos de exportação penetrou em grande escala na região. Ainda segundo este autor, no Pará, os primeiros registros de plantios de dendê ocorreram nos municípios de Igarapé-Açu, Tomé-Açu, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, seguidos pelos cultivos de soja em Santarém, Paragominas, Dom Eliseu e Rondon do Pará, com crescimento médio anual em torno de 15%.

Em meados da década de 1990, a região do Araguaia paraense recebeu os primeiros experimentos de grãos no município de Conceição do Araguaia, ampliando-se nos anos seguintes para Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção. Na virada do século, a região já registrava avanço significativo no bioma Cerrado do Araguaia. Dados da PAM (IBGE, 2002) demonstram que a região possuía, naquele período, cerca de 500 hectares de área plantada. Em 2022, esse número foi elevado para 213.066 hectares, um aumento de cerca de 200 vezes em pouco mais de duas décadas, demonstrando que o crescimento das áreas está bem acima da média nacional e do próprio estado do Pará.

A Tabela 9 demonstra uma estimativa de produção de grãos a partir dos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em relação à safra 2021/2022, o Brasil obteve uma variação de crescimento de 0,4%. Na região Norte e no estado do Pará, essa variação foi de 4,0%, respectivamente. Entretanto, na região do Araguaia paraense, a safra de grãos saltou de 129.426 hectares em 2021 para 213.066 hectares em 2022, uma variação de 12,47%, bem acima da média nacional e do próprio estado do Pará.

Tabela 9 - Estimativa, produção de grãos no Brasil, região Norte, Pará e Araguaia Paraense 2022/2023.

UF/Região, Estado, Território	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 21/22 (a)	Safra 22/23 (b)	VAR (b/a) - %)	Safra 21/22 (c)	Safra 22/23 (d)	VAR (d/c) - %)	Safra 21/22 (e)	Safra 22/23 (f)	VAR (f/e) - %)
Brasil	78548,5	78874,4	0,4	4073,488	3959,471	-2,8	319966,4	312300,9	-2,4
Região Norte	4791,3	4984,7	4	3499,656	3378,498	-3,5	16767,9	16840,8	0,4
Pará	1587,4	1650,7	4	2916,026	2905,737	-0,4	4628,9	4796,5	3,6
Araguaia Paraense	189.426	213.066	12,47	2.681	3.260	21,59	463.029	575.746	24,35

Fonte: CONAB. Estimativas de safra de grãos, dezembro de 2023. Adaptado pelo autor, 2024.

No item produtividade e produção, na safra 2022, a produtividade era de 2.681 kg/ha, elevando-se, na safra 2022/2023, para 3.260 kg/ha, uma variação de 21,59% em relação à safra anterior. Por fim, no item produção (em toneladas), na safra 2021/2022, a CONAB registrou a

produção em 463.029 toneladas, com projeção para 2022/2023 de 575.746 toneladas, uma variação de 25,35% na ampliação da produção (Tabela 9).

6.1 Nova fronteira especulativa: O agronegócio de grãos no Araguaia

O Brasil possui um montante de 55.761.998 hectares destinados a lavouras temporárias, isto é, para a produção de commodities. Em meio a esse montante, a sojicultura representa cerca de 61% de todas as áreas destinadas a lavouras temporárias, totalizando cerca de 45,3 milhões de hectares (IBGE, 2022). Observando os números da PAM, que são confirmados pelas agências e consultorias especializadas do setor de agricultura empresarial, percebe-se que, de 1990 a 2022, o Brasil teve um aumento de mais de 200% na área plantada de soja, subindo de 11,5 milhões de hectares para 44,22 milhões de hectares na safra de 2022/23. Estes números são estabelecidos pela CONAB, que realiza a estimativa da safra de grãos 2023/24, com previsão de cerca de 162,40 milhões de toneladas, um acréscimo de 5,1% em relação à safra anterior.

O aumento da produção de commodities tem sido prioridade do setor agroexportador, com apoio do Governo Federal por meio de incentivos financeiros do Plano Safra, uma lógica também reproduzida pelos governos estaduais em benefício do agronegócio. Segundo Kageyama (1993), essa política teve origem com o golpe militar de 1964, consolidando o modelo de agricultura empresarial voltado à exportação, conhecido como "modernização conservadora" ou "revolução verde". Esse modelo promoveu o uso de tecnologias avançadas no campo, beneficiando as elites agroexportadoras e fortalecendo o agronegócio. Ressalta-se que, para Vieira Filho (2016), o agronegócio no Brasil ganhou impulso com a criação da EMBRAPA em 1973, desenvolvendo tecnologias que favoreceram a produção de grãos, especialmente no cerrado. Isso atendeu à crescente demanda global por produtos como proteínas animais, óleos vegetais e biodiesel, marcando a expansão da agricultura intensiva no país.

Neste entendimento, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entidade que representa diversos setores do agronegócio no Brasil, compreende que a expansão da produção de grãos, a partir do aumento da demanda mundial por alimentos, permitiu ao Brasil competir no mercado de exportações. Aos olhos da ABAG, os avanços em tecnologia e a expansão das fronteiras agrícolas no país são vistos como cruciais para que a produção de grãos continue avançando, mantendo o Brasil no patamar de grande exportador de produtos agrícolas (ABAG, 2015). O pensamento expansionista da ABAG se expressa nos números da CONAB, que divulgou em seu último relatório que a soja, principal commodity agrícola, colheu na safra 2022/23 cerca de 154,6 milhões de toneladas, um crescimento de 23,2%.

Na Amazônia, desde a década de 1960, o Governo Federal deu início à ocupação da região incentivando o capital privado para exploração das commodities madeira e carne bovina, claro que acompanhado de grandes desmatamentos para a formação de pastagens que se tornaram os vilões do desenvolvimento. Contudo, a partir do início do século XXI, com a consolidação da pecuária, a região vem conhecendo nova expansão do capital, envolvendo o mercado nacional e internacional, fundamentada no aumento internacional da demanda por commodities, notadamente a produção de grãos. Desse modo, a partir da década de 1990, os grupos econômicos ligados ao setor agroexportador deram início à busca desenfreada por terras, proporcionando a expansão da fronteira agrícola em diversas regiões do país, com destaque para o avanço no Centro-Oeste e na Amazônia. Se analisarmos pela ótica do agronegócio, os dados das áreas de lavouras temporárias demonstram que o Estado do Pará possui áreas modestas espalhadas pelos 144 municípios. Assim, a capacidade de expansão de monoculturas apresenta um potencial para um crescimento imensurável.

O Pará possui larga experiência com a agroexportação de *commodities*, prática que herdou desde o período colonial (borracha, madeira, minério de ferro), e mais recentemente se apresenta como exportador de minério de ferro, carne bovina e grãos. Observando essa lógica pelo prisma do grande capital, a expansão das monoculturas de grãos no estado desponta como a nova fronteira agrícola do agronegócio a ser explorada.

Esta fronteira agrícola do agronegócio vem sendo planejada desde o início do século XXI, quando os órgãos públicos locais, como Emater, Sagre e Adepará, registraram os primeiros experimentos com grãos no município de Santarém, considerados promissores do ponto de vista econômico pelos governos seguintes. A partir das experiências com os grãos, os governos, nas esferas Federal e Estadual, passaram a aportar elevados recursos públicos de incentivos ao crédito às empresas privadas e de melhoria na infraestrutura da rede de rodovias e ferrovias, como a Norte-Sul, no Maranhão e Tocantins, visando beneficiar produtores de grãos e empresários do setor de logística e transportes (Figura 34).

Figura 34 - Estrutura de armazenamento de grãos no município de Conceição do Araguaia.

Fonte: Acervo do autor, março de 2022.

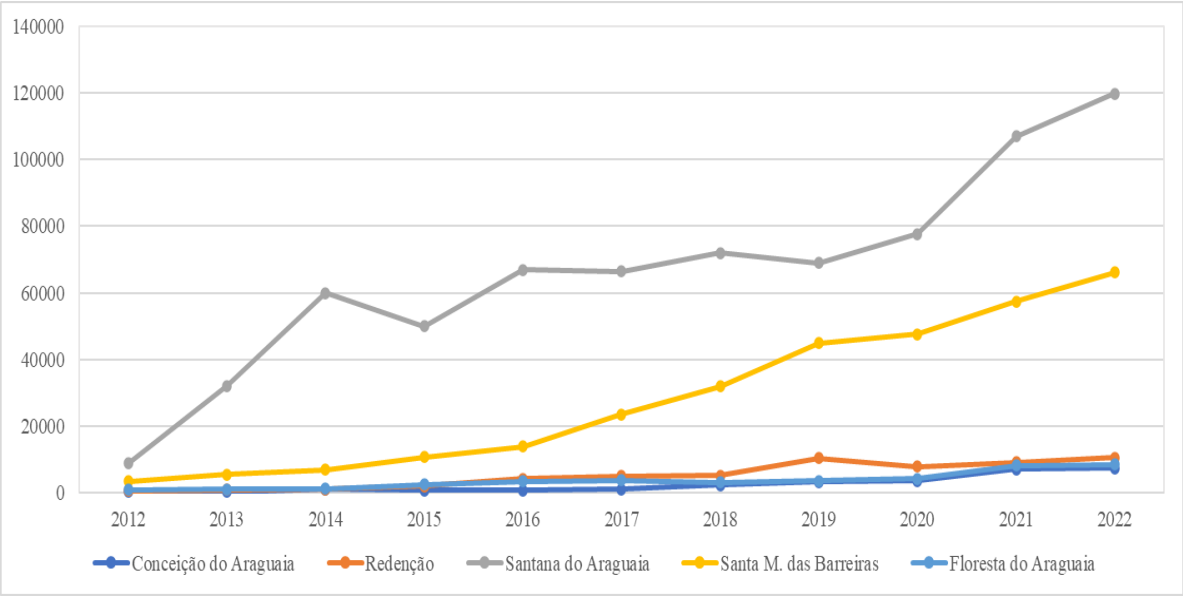
As monoculturas de grãos no Pará vêm se configurando em novas fronteiras agrícolas, com destaque para os municípios de Santarém, Paragominas, Rondon do Pará e mais seis municípios do Araguaia paraense, que nos últimos anos se tornaram detentores das maiores áreas plantadas e produção de grãos do estado. Da mesma forma que no restante do estado, e até com maior desenvoltura, o avanço da monocultura de grãos vem ganhando espaço no território do Araguaia desde o final da década de 1990. Essa dinâmica econômica tem proporcionado uma corrida desenfreada pelo mercado de terras, suscitando discussões e gerando conflitos entre movimentos sociais locais, assentados de reforma agrária e até mesmo insatisfações de setores empresariais ligados à pecuária (Figura 35).

Figura 35 - Monocultura de soja na região de Conceição do Araguaia Pará.

Fonte: Acervo do autor, março de 2022.

Segundo o IBGE, o Pará possuía 85.450 hectares de área plantada de soja em 2012 e teve sua área aumentada em 2022 para 839.560 hectares. Por sua vez, a área plantada de soja no Araguaia paraense atingiu 213.066 hectares. Do mesmo modo, a área de lavoura plantada de milho passou de 203.669 hectares em 2012 para 405.590 hectares em 2022, um aumento de 99,14%, quase o dobro em um período de dez anos (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Evolução da área plantada na região do Araguaia 2012-2022 (em ha).



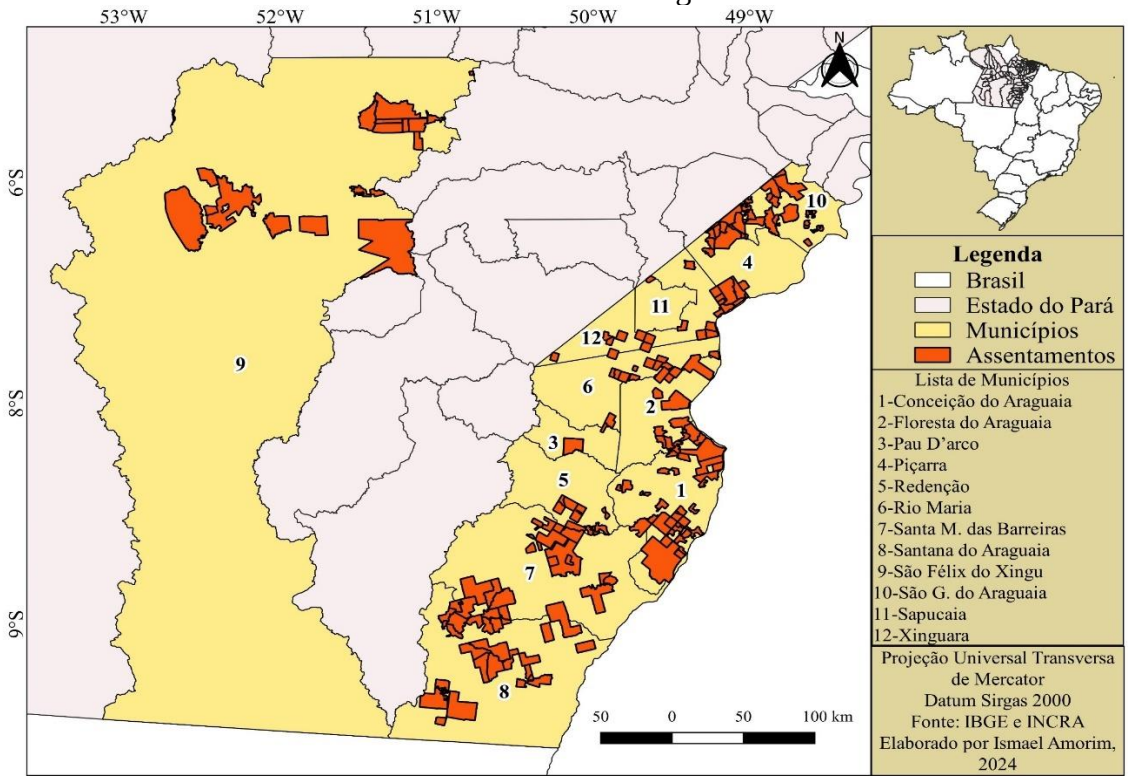
Fonte IBGE, Pesquisa PAM, 2022, adaptado pelo autor, 2024.

A presença da pecuária extensiva e o avanço do agronegócio de grãos no estado do Pará atualmente são representados por quatro polos de produção econômica, a partir da perspectiva capitalista de desenvolvimento. A região Oeste do estado, onde surgiram os primeiros experimentos de grãos na década de 1990, tem como referência o município de Santarém. A região Leste do estado, cujo maior produtor é o município de Paragominas, é seguida pela região do Araguaia paraense, que surge no cenário de commodities como uma nova fronteira de produção de grãos, destacando-se quatro municípios: Santana do Araguaia, maior produtor regional, Santa Maria das Barreiras, Redenção e Conceição do Araguaia.

Antelo, Michelotti e Contente (2021), em artigo sobre a expansão da soja e controle da terra no Sul do Pará, que abrange os municípios do Araguaia, consideram que o crescimento da conexão dos municípios paraenses produtores de grãos está diretamente ligado à visão expansionista do agronegócio nacional. Portanto, esse crescimento das lavouras de grãos na região se explica pela tentativa de frear a democratização da terra, que vinha sendo efetuada por meio de políticas de assentamentos rurais do INCRA.

O que se observa nos últimos dez anos é que a conquista da terra pelos camponeses tornou-se alvo de preocupação do setor ruralista. Isso se confirma ao observar os milhares de hectares de terras destinadas aos assentamentos rurais da região, notadamente fruto da organização e resistência camponesas e luta organizada dos movimentos camponeses, com apoio da CPT e STR, Fetraf, MST e Fetagri. Ressalta-se que o Araguaia paraense possui cerca de 166 assentamentos rurais, com área de 1.166.242 hectares distribuídos para 20.505 famílias cadastradas. No entretanto, segundo Antelo, Michelotti e Padilha (2021), entre 1995 e 2002 foram destinados 608 mil hectares para distribuição na região. Nos anos seguintes, ocorreu uma reversão dessa política pública, já que o INCRA distribuiu, respectivamente, apenas 135 mil e 48,9 mil hectares. Ou seja, houve uma queda acentuada na aquisição de terras para reforma agrária nos últimos anos, paralisando completamente em 2019 com a posse do governo Bolsonaro (Figura 36).

Figura 36 - Distribuição dos Assentamentos de reforma agrária na região do Araguaia paraense e São Felix do Xingu.



Fonte: IBGE 2024, Incra 2021 com dados da pesquisa de campo, 2024.

Contudo, a migração de empresas ligadas ao setor do agronegócio e sojicultores individuais nesse período ganhou força, provocando uma busca desenfreada por áreas para monoculturas. Assim, dezenas de empresas ligadas ao setor instalaram-se na região, sobretudo

nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção e Conceição do Araguaia, territórios de biomas de cerrado e zonas de transição. O agronegócio reforça o discurso de que as áreas estão consolidadas com pastagens de baixa qualidade nutricional, o que, segundo as consultorias dos ruralistas, propicia o uso de correção de solos, favorecendo o cultivo de grãos.

6.2 Empresas, pecuaristas e produtores de grãos no Araguaia

Segundo dados do Diretório Brasil e da Ecodata, pesquisados em 2024, as empresas que cultivam soja no estado do Pará contam atualmente com cerca de 56 unidades nacionais produtoras de grãos e 2 estrangeiras: a americana Cargill Agrícola S.A. e a holandesa Bunge Alimentos S.A. As empresas de grãos estão distribuídas entre os municípios maiores produtores: Santana do Araguaia com 17 unidades, Santa Maria das Barreiras com 16, Redenção e Conceição do Araguaia com 9 cada, Floresta e Pau d'Arco com 2 cada, e os demais municípios com 1 unidade cada (Figura 37).

Figura 37 - Empresas do ramo do agronegócio que atuam na região do Araguaia.

Empresas do Agronegócio que produzem soja na Região do Araguaia Paraense				
Município	**Empresa**	**Origem**	**Produção**	**Destino da produção**
Conceição do Araguaia	AGROPECUARIA GRAO PARA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	FERTIAGRO - AGROPECUARIA AGROFERTIL LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	FAZENDA FURNAS DO ARRAIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	FRONTEIRA COM DE CEREAIS E REP AGROP LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	RAIZES AGRO LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	AGRICOLA CAJIN - VFJ AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	AZN AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Conceição do Araguaia	JVP AGRO	Nacional	Soja e milho	Exportação
Floresta do Araguaia	B & L AGRICULTURA - B & D AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Floresta do Araguaia	AGROPECUARIA SULPARA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Pau D'arco	FAZENDA GEORGIA - PROCER AGRICOLA S/A	Nacional	Soja e milho	Exportação
Pau D'arco	AGRICAR PRESTADORA DE SERVICOS	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	THAL AGROPECUARIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	AGROPECUARIA CATARATAS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	SAO JOAQUIM AGRO INDUSTRIAL LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	ZATTA AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	AGRO TIRAXIMIM S.A.	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	ZATTA AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	AGROPECUARIA CATARATAS	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	FAZENDA PROCERES - PROCER AGRICOLA S/A	Nacional	Soja e milho	Exportação
Redenção	AGROPECUARIA GRAO PARA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Rio Maria	GRAOS DE OURO - R GOMES MALINSKI LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
São Felix do Xingu	AGROPECUARIA SS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	ALABAMA ATV. AGRICOLAS LTDA	Nacional	soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	AGRO TIRAXIMIM S.A.	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	AZN AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	ELO AGRONEGOCIOS E PARTIC. LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	AGROPECUARIA INVERNADINHA VILELA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	AGROPECUARIA CATARATAS	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	GRAO PARA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	ZATTA AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	SILVA AGROPECUARIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	GUARA IMOVEIS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	FRONTEIRA COMERCIO DE CEREAIS	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	RAIZES AGRO	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	AGROPECUARIA BETANIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	MARIA ELOIZA S. DE FREITAS E OUTROS	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	FAZENDA EMA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santa M das Barreiras	G+B19:B41AMOL	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Araguaia	GREEN AGROPECUÁRIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Praguaia	AGRO PARAISO	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	MPF AGRICOLA PROMOCAO DE VENDAS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Araguaia	NOVA FRONTEIRA AGROPECUARIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	SANTA BARBARA AGRONEGOCIOS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	RUARO AGRONEGOCIOS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	JGL PART. E AGROP. DE ARACATUBA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	ITA JOIAS – M. C. AGROPECUARIA LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA.	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	URUBUPUNGA PARTICIPACOES LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	GB AGRONEGOCIOS LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA.	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Araguaia	FORT AGROPECUARIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Araguaia	CEDRO AGROPECUARIA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Santana do Lraguaia	AGRO FORCA SOLUCOES LTDA	Nacional	Soja e milho	Exportação
Xinguara	DURLI AGRO S/A - DURLI AGROPECUARIA S/A	Nacional	Soja e milho	Exportação
Fonte: Diretório Brasil cultivo de soja no estado do Pará				

Fonte: Ecodata 2024.

Além de empresas, existe um número expressivo de produtores individuais de médio e grande porte com trajetórias diversas. Uma parcela deles são descendentes da primeira geração de pecuaristas que se estabeleceram na região e ampliaram seus investimentos na produção de grãos. Uma segunda parcela de produtores é formada por empresas e empreendedores individuais que migraram para a região a partir do ano 2000. Provenientes de regiões já consolidadas de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, esses grandes grupos de investidores adquiriram extensas áreas de terras com preços abaixo dos praticados nos seus estados de origem.

Segundo o Relatório de Valores de Terra publicado pelo Ministério da Economia e Receita Federal de 2023, considerando a média de sete municípios (Conceição do Araguaia, Rio Maria, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Santana do Araguaia, Sapucaia e Xinguara), os valores da terra nua para fins de aquisição, considerando terras de aptidão boa, em 2016, apresentavam um valor de R$ 4.610,17/ha. Em 2023, os valores se mantiveram em torno de R$ 5.395,14/ha para terras de aptidão boa, R$ 3.817,73/ha para terras de aptidão regular e R$ 4.600,24/ha para pastagens plantadas. Isso demonstra que a valorização de terras na região se manteve estável.

Convém mencionar que a escassez e sonegação de informações por alguns setores do agronegócio apresentam-se nesta pesquisa como um obstáculo a ser superado, visto que as visitas a campo apresentaram dificuldades na obtenção de dados e informações consistentes na realização de entrevistas com alguns setores do agronegócio. Este argumento também foi apresentado nos trabalhos de pesquisa de Antelo, Michelotti e Padilha (2021). No entendimento desses autores, a identificação e caracterização de empresas e produtores de grãos no Araguaia paraense é considerada uma tarefa arriscada devido à falta de dados e dificuldades na obtenção de entrevistas com os atores envolvidos.

O que se pode extrair deste setor é que, mesmo preliminarmente, a expansão da produção de commodities no Araguaia está sendo conduzida por atores sociais e grupos familiares já instalados na região, produtores da segunda geração de pioneiros da agropecuária que se estabeleceram nas décadas de 1960/70 e que atualmente associam a criação de gado bovino com a produção de grãos. Outros grupos são formados por familiares de produtores com experiência na produção de grãos, sojicultores do Centro-Oeste/Sul, e há um único caso de grupo (trans)nacional vinculado ao capital financeiro que já atuava na região como grande produtor de gado bovino e que agora vem migrando para a produção de grãos.

As categorias de produtores identificadas são atores econômicos de grande porte já instalados na região, como os grupos familiares que adquiriram grandes extensões de terras e que atuam como criadores de bovinos para engorda, muitos deles beneficiados pelos incentivos

fiscais dos projetos da SUDAM. A partir da introdução das lavouras de grãos, passaram a investir em produção mecanizada em suas áreas constituídas. Neste grupo, tem-se como exemplo as famílias Tenório, grupos empresariais representantes de concessionária de tratores e veículos em Redenção. Denominado grupo Raízes, essas famílias concentram em torno de 8.000 hectares nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção, onde exercem atividades de pecuária de elite em sistema de consórcio lavoura-pecuária.

Segundo informações da pesquisa de campo, que também foram registradas na pesquisa de Antelo, Michelotti e Padilha (2021), uma categoria relevante no setor do agronegócio é a família pioneira dos Vitório Guimarães, já mencionada no capítulo 3 desta pesquisa. De origem paulista, a família Guimarães foi pioneira na ocupação territorial da região e são herdeiros da segunda geração de pecuaristas tradicionais e que, recentemente, migraram para o cultivo de grãos. Trata-se de proprietários de várias fazendas, identificadas como Vitória Régia e Ouro Verde, em Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, estipuladas em 15.345 hectares.

Adeptos do ativismo político no contexto regional ligados ao agronegócio, o grupo Guimarães atuou no Sindicato Rural de Redenção e na Associação dos Produtores dos Campos do Araguaia (Aprocampo), uma organização responsável pela articulação de produtores de gado e soja no município de Santa Maria das Barreiras. Outra categoria de familiares, também descrita por Antelo, Michelotti e Padilha (2021), é composta por grupos de sojicultores que migraram para a região do Centro-Oeste/Sul em busca de maiores extensões de terras, ou seja, passaram de médias propriedades para grandes produtores, frente à possibilidade de aquisição de terras mais baratas. Esta categoria também possui larga experiência na produção de grãos em seus lugares de origem.

Neste setor se enquadra o grupo econômico Santana Rios, de Rodolfo Schlatter, que mais representa o setor do agronegócio. O grupo tem origem paranaense, estabelecendo-se como produtor de soja no Mato Grosso do Sul, onde possui sede e administra seus investimentos e áreas de produção em todo o país. A acumulação de grandes extensões de terras deste grupo econômico teve início em 2002, comprando propriedades da antiga fazenda Fartura, de criação bovina, formada no período dos projetos da SUDAM que posteriormente abandonou a região. Ao todo, este grupo acumula atualmente cerca de 19 propriedades, sendo o maior produtor de grãos da região, estabelecido nos municípios de Redenção, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, que somadas perfazem uma área de 63.432 hectares.

Também de origem paranaense, o Grupo Bocchi, da família de Edenilson Bocchi, migrou para o município de Santana do Araguaia, onde fixou residência e adquiriu a antiga fazenda Manah Agropecuária, além de mais dois imóveis localizados na região. Outro grupo, o CVR, de

Valdecir Rovaris, já é produtor de algodão e soja na região de Sorriso (MT). No Araguaia paraense, este grupo é proprietário, ao todo, de nove imóveis, incluindo as fazendas Cristo Rei e Furacão, localizadas em Santana do Araguaia, que somadas perfazem 12.401 hectares (Figura 38).

Figura 38 - Colheita de soja em Santana do Araguaia PA.

Fonte: Agronotícias, 2021.

A Agropecuária Cataratas (homenagem às Cataratas do Iguaçu), pertence à família Sarabia, e encontra-se instalado no Araguaia desde meados de 2015, com escritório em Redenção. O grupo empresarial atualmente planta 14 mil hectares de área agrícola, com destaque para as culturas de soja, milho, sorgo, feijão e gergelim. A empresa conta com cinco unidades produtivas, entre fazendas de produção e unidades de armazenamento de grãos. Na região, este grupo empresarial é conhecido como "os paraguaios" e seus proprietários residem fora do Brasil. Também prestam serviços de logística para grandes e médios proprietários. Suas instalações estão localizadas em pontos estratégicos, às margens da BR-158, no município de Redenção, onde possuem secador de grãos e armazéns de grande porte. Vale ressaltar que, além da atuação regional, o grupo Cataratas atua nos ramos de pecuária, comércio atacadista, defensivos agrícolas, produção de sementes, logística de transporte e pulverização aérea.

Outro grupo agropecuário é liderado pelo empresário e político Jocelito Krug. De família tradicional de sojicultores de Mato Grosso do Sul, foi prefeito de Chapadão do Sul de 2005-2012, pelo MDB, e participou da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul). Chegou à região do Araguaia em 2011, onde adquiriu a Fazenda Santa Fé, antiga Agropastoril Araguaia, uma fazenda bastante conhecida na região do período dos grandes projetos da SUDAM. Este grupo possui ainda as Fazendas São José em Santana do Araguaia, Solo Vermelho I, II e III em Santa Maria das Barreiras. Ao todo, o grupo acumula cerca de 36.322 hectares, onde planta grãos e exerce atividades de armazenamento.

Além de empresas e produtores individuais, identificou-se na região a atuação do setor empresarial representado por fundos financeiros que atuam na pecuária e produção de grãos. Um deles é a Agropecuária SB do Fundo Opportunity, do empresário e ex-banqueiro Daniel Dantas. Este grupo empresarial encontra-se instalado no Araguaia paraense, nos municípios de Santana do Araguaia e Xinguara. Ao todo, o grupo Opportunity possui 515 mil hectares, constituindo-se no quarto maior investidor de terras no Brasil, onde atua em fazendas de pecuária em São Félix do Xingu, com um rebanho bovino estimado em 170.000 cabeças. Em 2011, o grupo entrou no ramo de produção de grãos em Santana do Araguaia.

Em 2020, o grupo SB acumulou denúncias relacionadas a práticas de crimes ambientais em duas de suas propriedades no Xingu. Segundo fontes fornecidas no site De Olho nos Ruralistas, publicadas em 2020, as irregularidades foram registradas nas fazendas Lagoa do Triunfo IV e Lagoa do Triunfo V.

Os Quagliato como são conhecidos na região, estão localizados nos municípios de Sapucaia e Xinguara. Formado pelos irmãos Roque, Fernando, Francisco e Luiz, provenientes de Ourinhos, interior de São Paulo, controlam o grupo Quagliato com um plantel de cerca de 150.000 cabeças de bovinos distribuídos em oito fazendas localizadas na região do Araguaia. O grupo Quagliato é conhecido como pioneiro, tendo chegado à região em 1973, período da implantação de grandes projetos e incentivos fiscais da SUDAM. Atualmente, os estabelecimentos agropecuários acumulam uma área de 112.000 hectares de terras de pecuária e produção de grãos. Recentemente, o grupo adquiriu 27.000 hectares de pastagens pertencentes ao grupo SB, do ex-banqueiro Daniel Dantas.

Com relação à organização ruralista de produtores de gado e grãos do Araguaia, observou-se que todos os municípios possuem organização patronal, ou seja, Sindicatos Ruralistas. As entrevistas realizadas nas Secretarias Municipais de Agricultura demonstraram que, embora existam elos entre esses órgãos locais e os Sindicatos Patronais, as prefeituras executam as ações voltadas para a pequena agricultura familiar nos assentamentos, mantendo-se afastadas das entidades sindicais patronais. Na pesquisa, observou-se inclusive que os Sindicatos Patronais se mantêm afastados, inclusive no fornecimento de dados e informações sobre atividades de produção agrícola no município. A organização das festas, shows e feiras agropecuárias na região ocorre de forma independente do poder público local, ou seja, organizam suas ações como se fossem estruturas desvinculadas das comunidades locais.

Além do Sindicato Rural, identificou-se ainda a presença de uma associação de produtores de grãos, conhecida como Aprocampo, entidade que abriga grupos seletivos de produtores de grãos no município de Santa Maria das Barreiras. Observou-se que as atividades

de grãos vêm gerando disputas por espaços dentro dessas entidades (SR, Associações Patronais) entre pecuaristas e produtores de grãos pelas diretorias dos sindicatos, dividindo as categorias entre os tradicionais pecuaristas pioneiros e os modernos produtores de grãos.

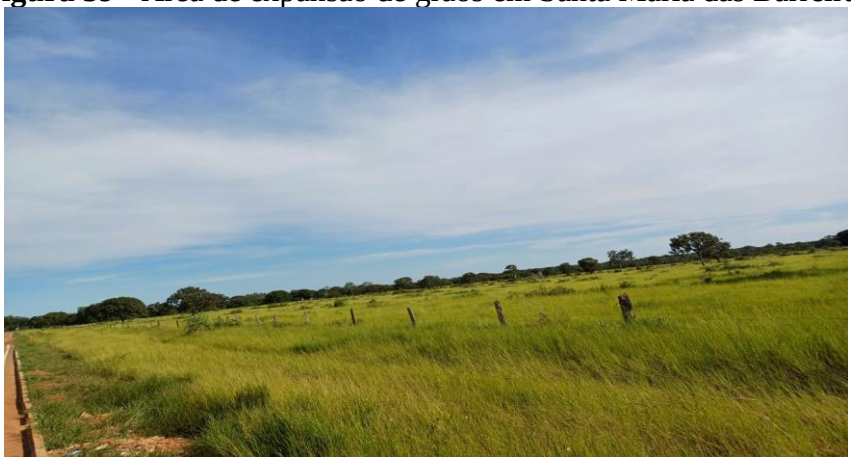
Porém, quando se refere à defesa dos interesses ruralistas, sobretudo na pauta pregada pela categoria como "segurança jurídica", ou seja, posicionamento contra o avanço da reforma agrária e democratização da terra, as divergências terminam aí. Ou seja, as pautas ruralistas na região do Araguaia giram em torno de impedir a conquista da terra pelos movimentos sociais, na melhoria de seus interesses econômicos, como a infraestrutura das rodovias de escoamento dos grãos, regularização fundiária (o que facilitaria a compra de mais áreas, inclusive em assentamentos já titulados, algo que já vem ocorrendo), e flexibilização da legislação ambiental (o que permitiria desmatamentos no bioma cerrado). Essas ações ampliariam ainda mais as áreas de cultivos mecanizados.

6.3 Monoculturas, agrotóxicos, reconcentração fundiária e tensões sociais

O avanço das culturas de grãos no Araguaia, atividade econômica que vem ocorrendo desde o ano 2000, tem mostrado sinais de que novas tensões sociais possam surgir em torno da acumulação da terra pelo capital, sobretudo na região de bioma cerrado onde esse processo de acumulação já se encontra consolidado ou em plena expansão. Estas tensões se explicam devido às insatisfações dos movimentos sociais do campo com a paralisação das políticas de democratização da terra. Este “freio” de conquista provocado a partir do golpe parlamentar de 2016 e ascensão da extrema direita no País, tem impedido avanços na conquista de assentamentos na região, ou seja, o retrocesso na democratização da terra teve início no mandato de Temer e ampliado no governo Bolsonaro.

Outra questão é o avanço da agricultura de grãos e o uso de agrotóxicos que estão afetando algumas áreas de assentamentos rurais e possibilitando tensões sociais em torno dos movimentos sociais do campo (STR, Fetraf, Fetagri), que reivindicam a continuidade das políticas de democratização da terra gerenciadas pelo Incra, créditos e direito de produzir com segurança, devido aos riscos de saúde dos assentados de reforma agrária provocados pelo uso de agrotóxicos nas proximidades dos PAs (Figura 39).

Figura 39 - Área de expansão de grãos em Santa Maria das Barreiras



Fonte: Acervo do autor, março de 2024.

O crescimento vertiginoso do agronegócio de grãos, com aumento das áreas de produtividade e melhorias na logística, tem alterado as configurações do cenário regional. Esse problema está muito além da capacidade de articulações locais desses atores, pois envolve interesses e estratégias de agremiações já estruturadas economicamente, como os sojicultores, unidades frigoríficas e outros grupos econômicos poderosos, incluindo grandes bancos e corporações transnacionais, que operam numa engrenagem que não depende apenas de decisões locais.

Nesse sentido, as novas configurações no cenário regional geram tensões entre as gerações tradicionais, como pequenos agricultores, assentados e pecuaristas, conhecidos como “os pioneiros”. Estes carregam consigo certa desconfiança e temem ser engolidos pelas lavouras empresariais, o que prejudicaria tanto os assentados de reforma agrária quanto os negócios envolvendo a criação bovina, forçando-os a uma nova migração para áreas de fronteira (Figura 40).

Figura 40 - Avanço do cultivo de grãos no cerrado paraense.

Fonte: Acervo do autor, 2022.

Assim, como perspectiva, o discurso disseminado na região pelos setores do agronegócio, representado pela agricultura de grãos e pecuária, é de que seria possível trabalhar os dois sistemas de produção de forma consociada entre lavoura, pecuária, semiconfinamento ou confinamento total, a partir da produção de resíduos de farelos gerados pelos grãos de soja agregados ao milho, o que evitaria a redução de pastagens e, consequentemente, a migração de rebanhos. Embora não tenha sido possível registrar na pesquisa o crescimento dos confinamentos, é notória a propaganda de produtos e insumos de engorda, o que indica o aumento de confinamento ou semiconfinamento, conhecido como sistema pasto-cocho. Os confinamentos ainda são uma atividade de um grupo seletivo de empresários e funcionam em instalações de propriedades de frigoríficos, grandes produtores e empresas de proteína animal, como a FRIGOL e a JBS.

O aumento desenfreado das áreas de cultivo de grãos é minimizado pelo discurso dos defensores da expansão da soja na região, que defendem a cultura de grãos, mesmo sendo implantada em áreas de pastagens antigas porque ela pode contribuir para a elevação da produtividade da pecuária com a melhoria das pastagens através da prática de correção de solos. Na visão dos sojicultores, isso diminuiria as possíveis dificuldades de abastecimento dos frigoríficos e a migração de rebanhos.

A respeito do processo de produção agrícola de grãos, observou-se que as áreas de lavoura de soja são semeadas geralmente no começo do inverno (novembro), seguido pelo milho. No caso de aproveitamento para pecuária, o capim é semeado junto com o milho safrinha e, após a colheita do milho (maio e junho), obtém-se a formação de boas pastagens temporárias. Nesse caso, o gado pastoreia por um período mais curto, já que em outubro efetua-se novamente a mecanização para o plantio da soja da safra seguinte.

Outra opção apontada pelos pecuaristas ouvidos nesta pesquisa diz respeito ao abandono da área com pastagem por alguns anos e a volta ao plantio alguns anos depois, ou mesmo a efetuação de um sistema de rotação de lavoura e pecuária, selecionando as áreas de maior aptidão para grãos. Uma terceira opção apontada pelos produtores aos quais se teve acesso seria o uso de milho e capim forrageiro colhido para a produção de silagem, utilizado nos plantéis de gado em confinamento.

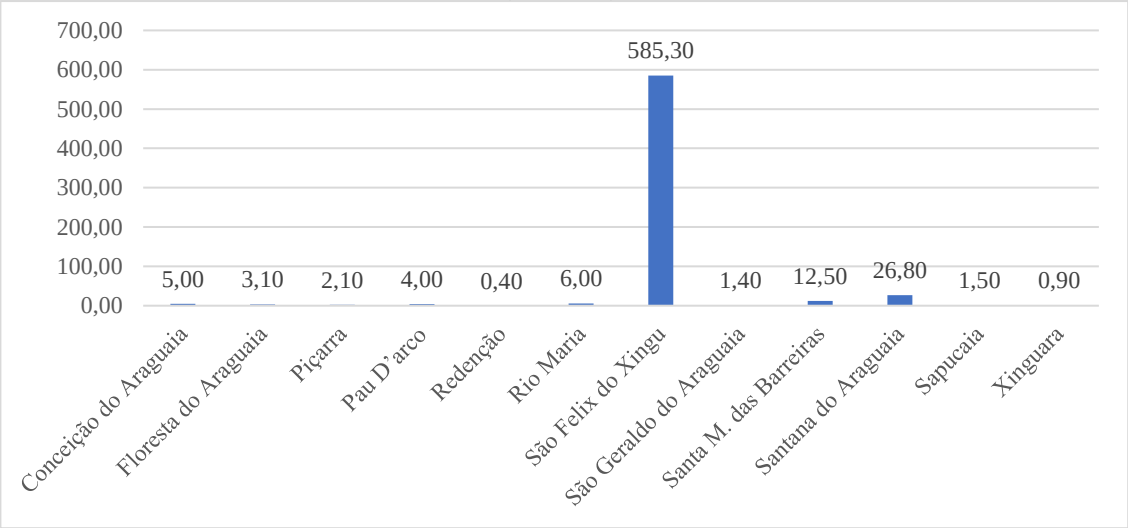
Nas entrevistas colhidas entre os pecuaristas, os mesmos assinalaram dificuldades em produzir a própria ração para alimentar o rebanho em sua propriedade, preferindo adquirir os grãos de milho de outros fornecedores. Os esclarecimentos apresentados são de que não é compensativo produzir a alimentação bovina na propriedade devido aos elevados custos de produção envolvendo mecanização, semeadura, fertilizantes e colheita. Os entrevistados

esclareceram ainda que não se torna compensativo produzir a própria ração devido à queda no preço da arroba do boi, que antes custava em média R$ 285,00 e hoje varia entre R$ 210,00 e R$ 230,00 nos frigoríficos.

Na temática desmatamento e focos de calor na região da pesquisa, os dados do Perfil Socioeconômico e Ambiental do Estado do Pará, divulgado pela FAPESPA (2023), no item destinado aos estudos da região do Araguaia paraense, mostram que, em 2021, o desmatamento no estado do Pará foi de 5.149,79 km² e ocorreram 41.421 focos de calor, dos quais 649 km² de desmatamento e 7.043 focos de calor ocorreram na área pesquisada.

Assim, do total de 649 km² de desmatamento, São Felix do Xingu desmatou 585,30 km², ou seja, 90,14% do total, seguido por Santana do Araguaia com 26,80 km² (4,13%) e Santa Maria das Barreiras com 12,50 km² (1,93%), números que demonstram estabilidade, conforme o Gráfico 12.

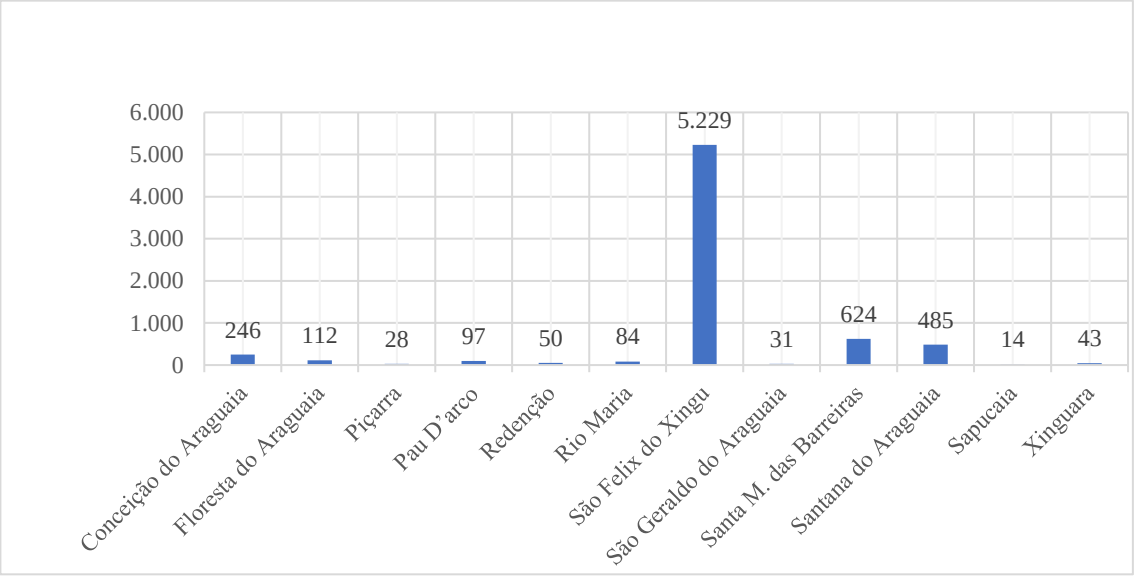
Gráfico 12 - Áreas de desflorestamento na região do Araguaia paraense e São Felix do Xingu (em km²).



Fonte: FAPESPA, 2023, elaborado pelo autor, 2024.

Ainda sobre os focos de calor, segundo relatório publicado pela FAPESPA em 2022, especificado no gráfico abaixo, observou-se que os municípios com o maior número de focos registrados totalizaram 6.584, dos quais 5.229 ocorreram em São Felix do Xingu, 624 em Santa Maria das Barreiras, 485 em Santana do Araguaia e 246 em Conceição do Araguaia. Como se percebeu no gráfico, São Felix do Xingu é, de longe, o maior detentor de desmatamento e focos de calor, deixando explícito que o município se apresenta na Amazônia como o epicentro da destruição ambiental e fronteira de expansão da pecuária bovina (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Número de focos de calor ocorridos na região do Araguaia paraense e São Felix do Xingu (2022).



Fonte: FAPESPA 2023. Adaptado pelo autor, 2024.

Conforme demonstrado no Gráfico 11, os municípios analisados — Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia — apresentam estabilidade em termos de desmatamento e focos de calor. De certa forma, com base nos dados dos entrevistados e cruzados com a pesquisa da FAPESPA (2023), é possível afirmar que as áreas de pastagens, já desmatadas, se tornaram o alvo dos produtores de grãos. Isso aparece visivelmente popularizado no discurso regional dos ruralistas e no imaginário social de que a expansão dos grãos no Araguaia não tem levado ao aumento do desmatamento.

Entretanto, a pesquisa de campo registrou dezenas de casos de desmatamento em áreas de pastagens nativas nos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia. Essa situação foi confirmada nos estudos de Antelo, Michelotti e Contente (2021), a qual demostra que as áreas de desmatamento no cerrado na região não são consideradas nas estatísticas do PRODES/INPE (órgãos de monitoramento de desmatamento na Amazônia), devido ao fato de esses órgãos monitorarem apenas as áreas de floresta, desconsiderando o desmatamento no bioma cerrado.

Além disso, a pesquisa de campo realizada junto aos moradores de Projetos de Assentamento (PAs) da região, ocorrida em março de 2024, detectou que a biodiversidade local, habitat de várias espécies de animais como o veado-campeiro, tatu, ema e variadas espécies de plantas nativas usadas na alimentação e medicina popular da população local, como o pequi, a macaúba, sucupira, tucumã e andiroba, estão sendo totalmente afetada pela devastação. Segundo o entrevistado, senhor F.W, alguns animais que antes não eram encontrados no bioma local

começaram a ser vistos no Assentamento onde ele reside; ou seja, animais nunca encontrados começaram a migrar para outros locais devido ao avanço do desmatamento (Figura 41).

> [...] aqui nessa região, tem acontecido algo estranho, certo? Muito estranho, que a gente fica preocupado. Com a devastação do cerrado, né? Para plantio de lavouras de grão, tem acontecido coisa dentro do bioma amazônico que a gente fica preocupado, porque aqui nunca ninguém tinha visto uma ema. Hoje você vê ema aqui por todo o canto dentro do bioma amazônico. Você nunca tinha visto um lobo guará dentro da mata amazônica. Hoje você vê dentro do bioma amazônico aquilo que se via no cerrado e se vê dentro do bioma amazônico. Tem uma ave aqui chamada azulona que quando nós chegamos a ver essa ave cantava por todo o canto aqui. Hoje ninguém vê nem falar numa azulona em nossa região (F. W. Assentado do PA Agopecus, entrevista a este autor realizada em março de 2024).

Figura 41 - Desmatamento do cerrado na região de Conceição do Araguaia.

Fonte, acervo do autor, 2024.

Segundo Antelo, Michelotti e Padilha (2021), a derrubada do cerrado esconde um fato relevante: a conversão de pastagens em áreas de lavouras. Esta conversão requer a supressão total de árvores para limpeza e mecanização da terra. O mesmo acontece nas áreas degradadas, e este artifício adotado pelos produtores escamoteia o desmatamento.

Os municípios de Redenção, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Pau-d'arco, Sapucaia e Xinguara aparecem neste contexto com elevada supressão florestal, o que indica a consolidação das áreas com pastagens. No caso de Floresta do Araguaia, a consolidação ocorreu nas de pastagens e avança nos plantios de abacaxi. Quanto ás monoculturas, o cultivo de grãos, observou-se na última década um crescimento acelerado neste município, de 950 ha em 2012 para 8.574 ha em 2022, um crescimento de 802,53%. Este crescimento vertiginoso pode comprometer, inclusive, as lavouras de abacaxi, que são, em sua maioria, propriedades de sustentação econômica do município.

Convém mencionar ainda que, dos 12 municípios estudados, o maior estoque de áreas florestais está localizado em São Felix do Xingu. Por isso, a continuidade da expansão das pastagens tende a ser o principal destino. Assim, o aumento das áreas de monoculturas em apenas 50% nestes 12 municípios estudados poderia provocar a migração de mais de 1 milhão de bovinos, fator que comprometeria o abastecimento das indústrias frigoríficas de carne bovina da região e pressionaria ainda mais o desmatamento em São Felix do Xingu. Poderia ainda levar a possíveis invasões de áreas de Unidades de Conservação e terras indígenas (Figura 42).

Figura 42 - Floresta de castanhais no Araguaia paraense.

Fonte: Acervo do autor, abril de 2024.

Além dos desmatamentos e focos de calor mencionados anteriormente, a expansão da soja tem levantado discussões e tensões entre os moradores de assentamentos (PA) e produtores de grãos devido ao uso massivo de agrotóxicos, efetivado através de drones e pulverizações aéreas. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, dos 22.199 estabelecimentos agropecuários existentes na região do Araguaia, 8.733 utilizaram agrotóxicos, ou seja, 39,34%. Os municípios que mais utilizaram agrotóxicos em seus estabelecimentos foram, nesta ordem: São Felix do Xingu (2.495), Santa Maria das Barreiras (1.013), Piçarra (931) e Conceição do Araguaia (791). Vale ressaltar que em 2017, período do Censo Agropecuário do IBGE, o uso de agrotóxicos registrados no Censo referia-se à aplicação em pastagem, como no caso do município de Piçarra, que possui áreas predominantemente de fazendas de gado, e, no entanto, foi o que e registrou o maior percentual de uso de agrotóxicos por estabelecimento, 69,79%.

Segundo Antelo, Michelotti e Padilha (2021), que consideraram apenas os dados dos estabelecimentos agropecuários patronais de lavouras de grãos da região, em Santana do

Araguaia e Santa Maria das Barreiras, os empreendimentos agropecuários empregam o pacote tecnológico de agrotóxicos por meio de pulverização aérea com aviões e drones. Desse modo, constata-se que, quanto maior a extensão do plantio, maior a frequência de uso de agrotóxicos devido à necessidade de apressar a colheita da soja por meio de desfolhantes proporcionando a morte de folhagens para apressar o plantio de milho safrinha.

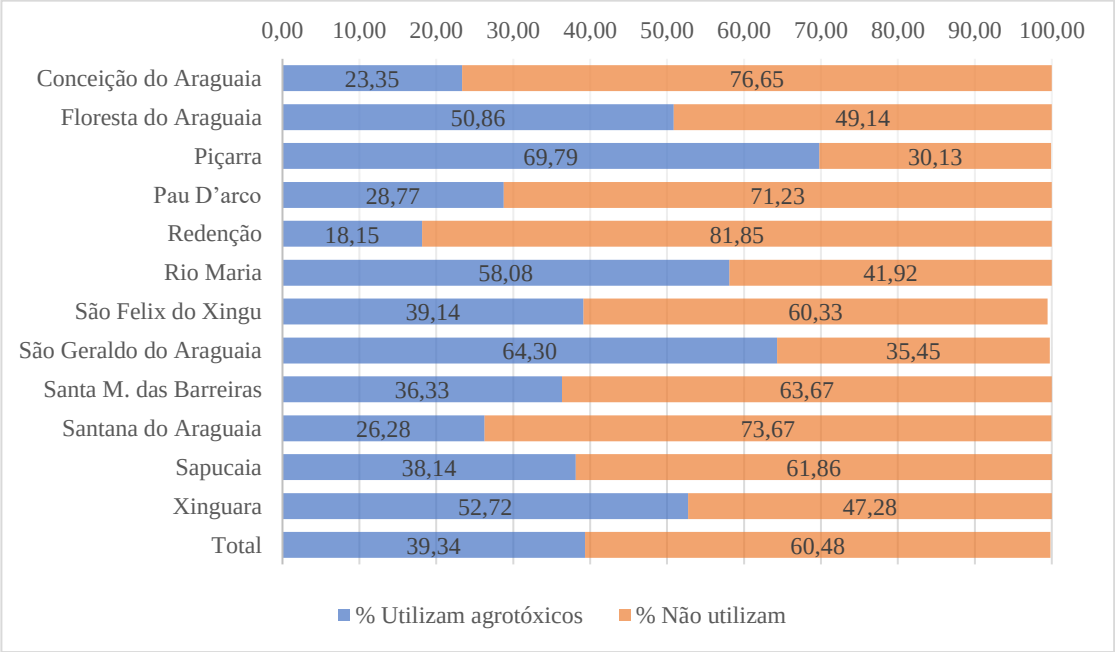
Por outro lado, os agricultores familiares residentes nos PAs Agopecus, em Santa Maria das Barreiras, e Padre Josimo, em Conceição do Araguaia estão sendo duramente atingidos pelas pulverizações. Eles vêm denunciando os impactos causados pela pulverização de agrotóxicos em suas lavouras e pomares. Segundo o apicultor F. W, várias denúncias já foram encaminhadas para o Ministério Público do Estado do Pará. F. W, que também desenvolve atividades econômicas sustentáveis no Sistema Agroflorestal (SAF) na área onde reside, relatou que a aplicação de agrotóxicos nas monoculturas de soja, vem ocorrendo há mais de 10 anos e, a cada ano, essas lavouras se aproximam ainda mais das roças e pomares dos assentados e têm afetado também os apicultores, provocando a mortandade de abelhas e prejudicando financeiramente os criadores, que em função destas aplicações de agrotóxicos, perderam quase a metade da capacidade de produção.

> A nossa associação, o nome é APIFAM, Associação dos Apicultores, Meliponicultores e de produção agroecológica, nós estamos aqui com 60 produtores, 60 produtores de mel, uns maiores, outros menores, uns já produzindo e outros ainda em estudo, outros ainda estão aprendendo, nós estamos ensinando aqui como criar, e a última produção que nós vendemos para o PNAE, para esse programa do Governo da Merenda Escolar, nós vendemos 17 toneladas de mel. Mas aí com aumento desse negócio do agronegócio aqui, com aumento dessas coisas aí, começou a matar muito pasto apícola, começou a diminuir muito, matar abelha também, né? E a nossa produção diminuiu. Hoje nós estamos aí em torno de 8 a 10 toneladas, não é mais do que isso não, diminuiu muito, caiu quase pela metade, muitas pessoas venderam as terras, foram embora, decepcionado aí com o uso indiscriminado de veneno (ASSENTADO 2, 2024).

Esta constatação também é confirmada nos PAs do município de Conceição do Araguaia, onde se registraram prejuízos nas plantações de milho, mandioca, feijão e outros legumes, utilizados tanto para a venda quanto para a sustentação alimentar dos assentados (Gráfico 14).

> A maioria das pessoas que hoje a gente tem um grande problema, inclusive lá na minha região, o que que acontece? O cara bate o veneno hoje com drone na sua soja. E o cara lá, o pequeno, tem uma terra pegado a ele lá, com 400 metros de distância, aquele veneno atinge a plantação dele, que nem se ele plantou um pé de arroz lá, se ele plantou um milho sem ser transgênico, não dá, a sua abóbora, a sua mandioca, o seu feijão, a sua hortaliça, as coisas de casa, digamos, manga, laranja, morre tudo, sabe, é um descaso, está sendo um descaso aqui na nossa região. (SINDICALISTA, 2024).

Gráfico 14 - Percentual de Estabelecimentos agropecuários uso de agrotóxico na região pesquisada.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

6.4 Mercado de terras e conflitos sociais recentes no território do Araguaia

A respeito do mercado de terras e das tensões sociais decorrentes do desmatamento no cerrado, do avanço da mineração nas proximidades de assentamentos e do uso intensivo de agrotóxicos, observou-se que o avanço das lavouras de grãos tem levado ao aumento da aquisição de terras destinadas a essa atividade. Esse fenômeno é mais acentuado em áreas de baixa declividade, ou seja, terras planas de cerrado localizadas na parte leste de Santana do Araguaia, no cerrado e savana de Santa Maria das Barreiras, na região da margem da PA-287 em direção a Conceição do Araguaia, nas proximidades do rio Arraias, e nos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, e atualmente se estendendo até Rio Maria.

Além dessas áreas, a pesquisa de campo observou a aquisição de terras planas, tituladas de antigos PAs, como os registrados no PA Santo Antônio e Padre Josimo. Nestes locais, foram detectadas compras de dezenas de lotes e um crescimento e assédio dos agricultores familiares para venderem seus lotes a grandes sojicultores, conforme descreve o entrevistado:

> Meu amigo, deixa eu lhe falar que nós temos hoje vários assentamentos com plantação de soja. Eu vou começar daqui de pertinho de Conceição do Araguaia. Nós temos hoje com grande plantação de soja o assentamento São Domingos, né? É um assentamento que hoje a soja está tomando de conta. Assentamento Ingá que é um assentamento que hoje a soja está tomando de conta. O PA Nazaré assentamento do INCRA cheio de soja, São Jacinto, cheio de soja. PA Bradesco, que é a região do PA Josimo Tavares, o maior assentamento que tem dentro de Conceição do Araguaia. A soja está tomando de conta. Todos esses assentamentos possuem plantio de soja e estão se dando em Projetos de Assentamento em

> município de Conceição do Araguaia todos esses que eu te citei são PAs (SINDICALISTA, 2024).

A acumulação de terras por grupos empresariais e fazendeiros ganhou enormes proporções a partir da posse do governo Bolsonaro em 2019, quando o mesmo desmantelou os órgãos responsáveis pelo acesso às políticas públicas de crédito e apoio aos PAs, travando, dessa forma, a possibilidade de criação de novos assentamentos.

Diante desse cenário de retrocessos sociais, as ocupações camponesas perderam a capacidade de gerar desapropriações, reforçando o ímpeto de grupos empresariais que vislumbraram, no novo governo possibilidades maiores de expansão. Assim, a pressão de grandes grupos empresariais e fazendeiros pela apropriação de áreas em territórios de assentamentos vem ocorrendo de forma crescente, com um fator a ser considerado: o crescimento do mercado de terras legalizadas, ou seja, tituladas, o que torna a possibilidade de retomada pelos camponeses pouco provável.

Em pesquisa realizada em quatro municípios da região, onde o avanço da soja está em fase de consolidação, Antelo, Michelotti e Padilha (2021) descrevem que, em 2002, o INCRA, para efeito de aquisição de terras, avaliou o preço da terra nua na região em R$ 779,15. Em 2016, essa mesma terra nua foi elevada para R$ 4.710,17, indicando uma valorização de 113,54% ao ano. Considerando a Tabela de Valores de Terra Nua, atualizando esses dados para o exercício de 2022 pela nova tabela publicada pelo Ministério da Economia e Receita Federal, os valores médios em hectare em sete municípios pesquisados da região referentes à aquisição de terra de aptidão boa estão avaliados em R$ 5.395,14 por hectare, uma valorização de 14,54% em relação a 2016. A terra de aptidão regular está avaliada em R$ 3.817,73 por hectare, e a pastagem plantada, em R$ 4.600,24 por hectare, também sofreram considerável valorização em relação a 2016.

Se no passado a aquisição de terras na região ocorreu em função da abundância e do "vazio demográfico", como pregavam os governos militares, no presente, essa aquisição ocorre através do uso de agências e consultorias especializadas que se apresentam como intermediários, corretores e especuladores locais que atuam na busca de áreas apropriadas para o plantio de grãos. Esses intermediários são responsáveis pelas informações e contatos com os moradores locais, onde oferecem valores abaixo dos praticados na região, com a condição de acumular vários lotes na mesma região e realizar a venda de todos de uma só vez, formando assim uma grande propriedade.

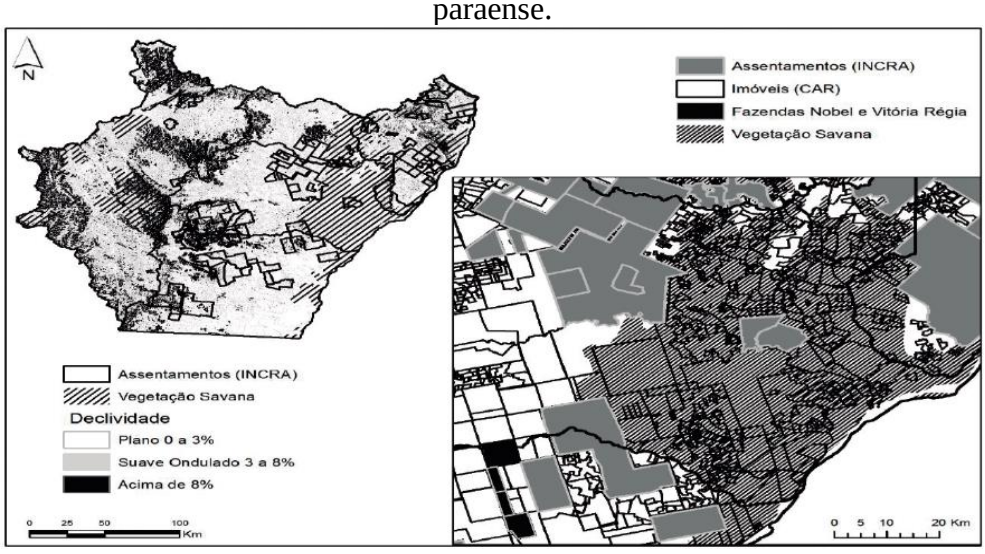
Segundo informações obtidas por moradores locais, o mercado de terras continua aquecido em virtude da capitalização, refletindo diretamente no próprio processo de aquisição

por meio de agiotagem e ganhos para atender as empresas do Centro-Sul. Ou seja, a corrida pela aquisição de terras envolve assédio e preferência por áreas com titulações efetuadas pelo governo e já ocupadas por camponeses que, no passado, dedicaram-se à pequena agricultura de subsistência e criação extensiva de gado em pastagens naturais. Margulis (2003), ao abordar a questão do mercado de terras para pastagens em São Felix do Xingu, argumenta que essa mesma dinâmica é aplicada em toda a Amazônia Oriental. Segundo este autor:

> Historicamente, o aumento do preço das terras do sul em relação às do Norte foi uma força de expulsão de migrantes. ...um pequeno fazendeiro no Sul poderia dobrar sua propriedade migrando do Sul para o norte em 1970: em meados dos anos 80, ele poderia quase multiplicar por 15. Isto vai tornando estas terras crescentemente inacessíveis para os agricultores pobres e sem-terra e além disto desloca usos menos intensivos, como a pecuária, para regiões onde o preço da terra é menor, pressionando a expansão da fronteira, ou seja, aumentando os desmatamentos (MARGULIS, 2003, p. 42).

Por fim, o que se observa no Araguaia paraense em relação à acumulação da terra pelo grande capital é que as tensões sociais tendem a crescer, pois ainda são registradas áreas de conflito, algumas delas de ocupações recentes, de acordo com informações da Comissão Pastoral da Terra. Assim, o avanço do agronegócio de grãos representa uma repetição desastrosa do que ocorreu nos governos militares nas décadas de 1960/70, com a priorização do grande capital e o abandono total pelo governo das áreas de PAs conquistadas com muita luta e às custas de dezenas de vidas humanas. O período de 2018-2022, marcado pela perseguição implacável aos movimentos sociais e pela ausência de políticas públicas de apoio à reforma agrária, reflete na retomada de terras e expansão do agronegócio de grãos de forma avassaladora e muitas vezes irreversível (Figura 43).

Figura 43 - Manchas de relevo e vegetação favoráveis à expansão da soja no Araguaia paraense.

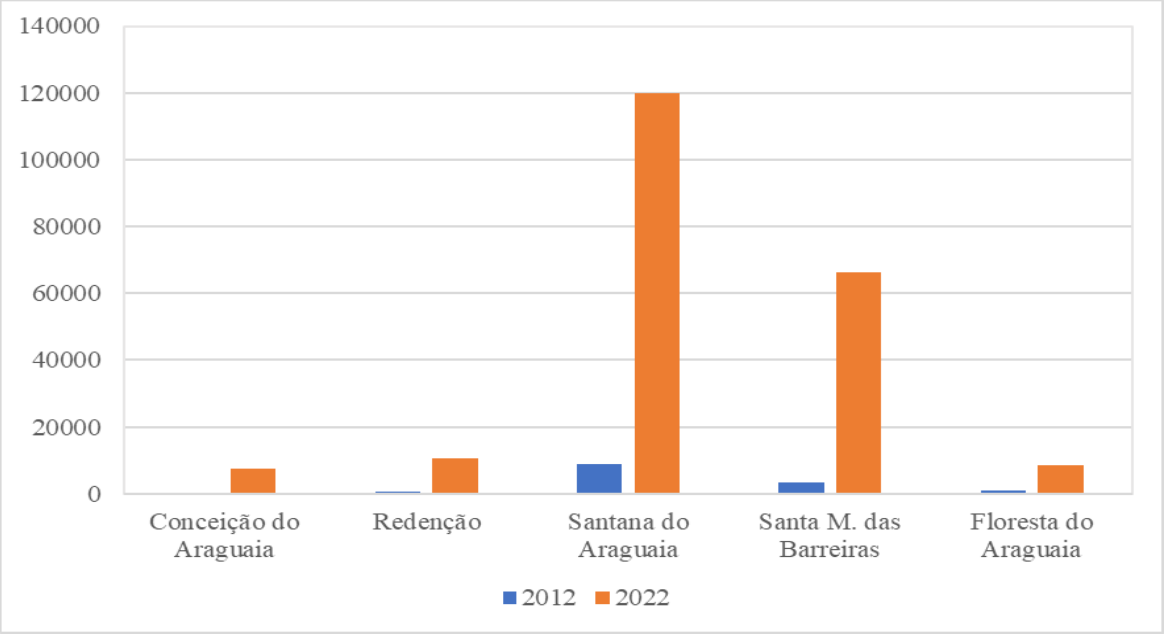


Fonte: Antelo, Michelotti e Contente (2021).

6.5 Monoculturas em expansão: dados, perspectivas e riscos

A partir da pesquisa PAM e PPM do IBGE, tomamos como marco temporal o período que corresponde aos plantios e produção de 2012 a 2022 para a tabulação e projeção dos dados do avanço do agronegócio de grãos no Araguaia paraense. Os dados demonstrados no Gráfico 15 evidenciam elevada taxa de crescimento das áreas considerando o período de 10 anos. No item área plantada com soja, os municípios de Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras se apresentam como as maiores áreas de plantio de soja do Araguaia paraense. O primeiro possuía área plantada de 8.900 hectares em 2012, e expandiu-se para 119.840 hectares em 2022, um aumento de 1.246,85% no espaço de dez anos. No contexto da região, Santana do Araguaia concentra 56% da área plantada de soja, Santa Maria das Barreiras, 31%, Redenção 5%, Conceição do Araguaia 4%, e Floresta do Araguaia 4%, respectivamente (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Evolução de área plantada de soja 2012-2022 (em ha).

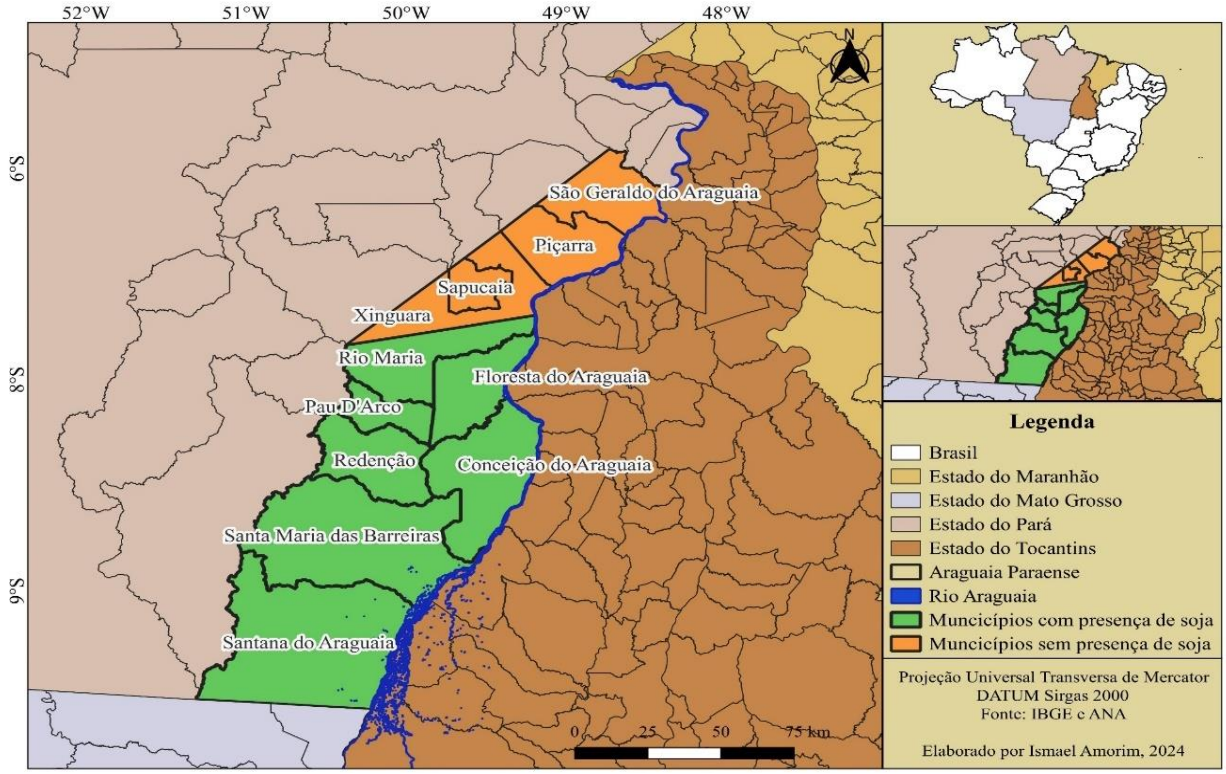


Fonte: IBGE, PAM, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

No item área plantada com milho, em 2012, Santana do Araguaia possuía uma área plantada de 2.270 hectares, que se elevou para 66.500 hectares em 2022, representando um aumento de 2.830,40% nos últimos 10 anos. Já Santa Maria das Barreiras se coloca como o segundo município em termos de aumento da área plantada. Em 2012, este município possuía uma área de 5.000 hectares de soja, que expandiu para 66.115 hectares em 2022, um aumento de cerca de 1.222,30% nos últimos 10 anos. Neste mesmo período, a área de milho registrava apenas

80 hectares e elevou-se para 37.000 hectares em 2022, um aumento de 46.125,00% em 10 anos (Figura 44).

Figura 44 - Expansão de áreas e produção de grãos na região sentido curso do rio Araguaia.



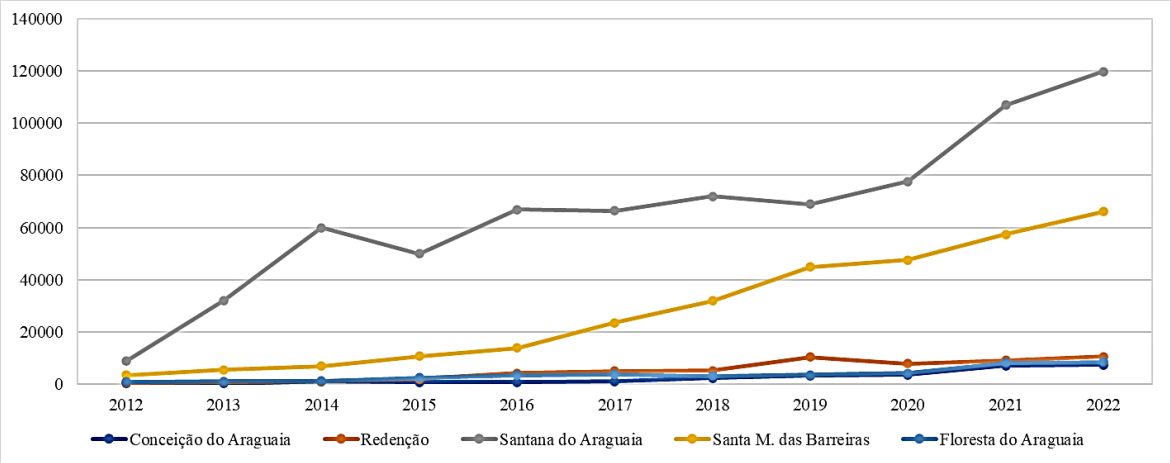
Fonte: IBGE, 2024, adaptado pelo autor.

O terceiro município em expansão de área plantada de soja e milho é Conceição do Araguaia. Em 2012, este município possuía uma área plantada de soja de 1.000 hectares e elevou-se para 7.766 hectares em 2022, um aumento de 676,60%. Quanto ao milho, em 2012 a área plantada era de 1.500 hectares e elevou-se para 864 hectares em 2022, ou seja, ocorreu uma redução de -42,40% na produção de milho. Porém, vale ressaltar que a queda na produção de milho está associada à redução da produção nos assentamentos. Se verificarmos nos anos seguintes, é possível observar que ocorreu um aumento da produção nos cultivos associados à soja, como milho-safrinha, sobretudo nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção.

Em Redenção, por exemplo, a produção de soja em 2012 era de 1.750 toneladas e elevou-se para 22.199 toneladas em 2022, um aumento de 1.168,51%. Quanto ao milho, em 2012 a produção era de 30.000 toneladas e reduziu-se para 7.033 toneladas em 2022, uma queda de -76,6%.

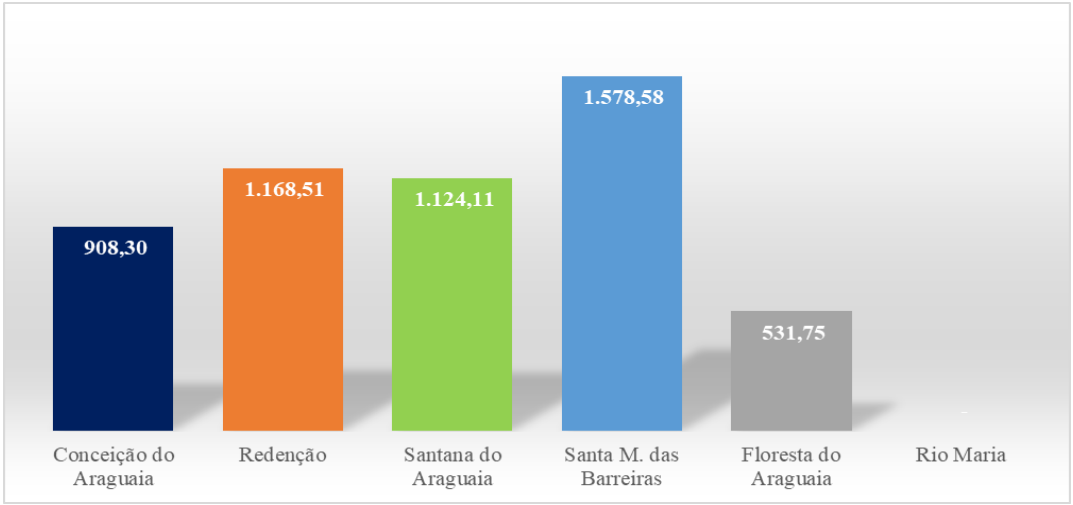
Ademais, aparecem os municípios onde a expansão ainda é menor nos aspectos de produção e área com monoculturas de grãos. É o caso de Floresta do Araguaia, que apesar deste município ter no abacaxi a principal atividade econômica, o cultivo de grãos vem demonstrando avanço significativo. Em 2012, este município produziu 2.850 toneladas de soja e elevou sua produção em 2022 para 18.005 toneladas, um aumento de 531,6%. Quanto ao milho, em 2012 a produção era de 8.100 toneladas e reduziu-se para 2.146 toneladas em 2022, uma queda expressiva de -73,4% na produção de milho. Neste caso, a redução da produção e cultivo de milho é uma queda que pode estar associada à monocultura do abacaxi, que concorre com o milho e deve voltar a crescer nos próximos anos (Gráficos 16 e 17).

Gráfico 16 - Evolução da área plantada de soja nos municípios do Araguaia paraense 2012-2022 (Em ha).



Fonte: IBGE, 2022. Dados de campo organizados pelo auto, 2024.

Gráfico 17 - Evolução em percentuais de área plantadas de soja na região do Araguaia 2012-2022.



Fonte: IBGE, PAM 2022 organizados pelo autor, 2024.

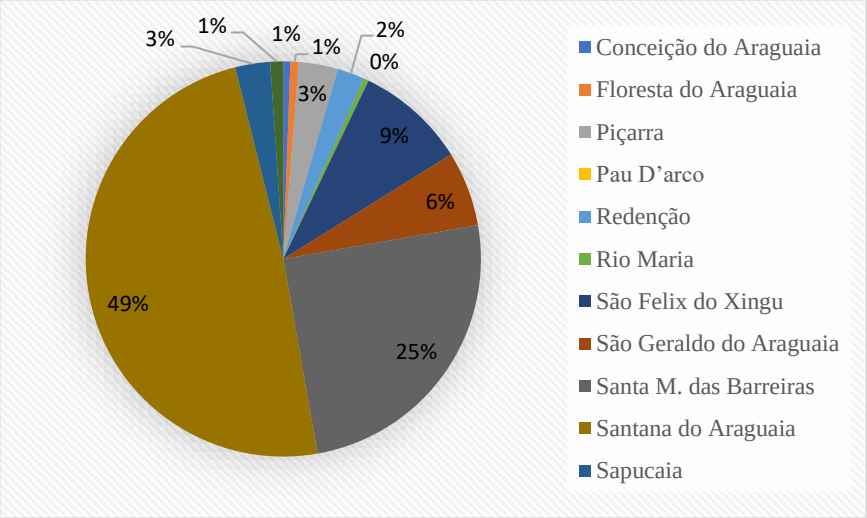
Analisando os aspectos da produção de soja a partir do levantamento realizado no Censo Agropecuário PAM (2022) do IBGE, nos principais municípios produtores do território do Araguaia paraense, constatou-se que ela avançou de forma expressiva nos últimos dez anos, saindo de 44.978 toneladas em 2012 para 557.746 toneladas em 2022, um aumento de 1.136,68%. Da mesma forma, a produção de milho também aumentou consideravelmente. Em 2012, esta região produziu 139.462 toneladas de milho, elevando-se para 318.025 toneladas em 2022, um acréscimo de 128% no período de 10 anos.

O município de Santana do Araguaia é, sem dúvida, onde se registra a maior produção com 29.370 toneladas de soja, coletadas na safra de 2012, expandindo-se para 359.520 toneladas em 2022, um aumento exorbitante de 1.123,7% nos últimos dez anos.

Por sua vez, Santa Maria das Barreiras se coloca como o segundo na região no item produção de soja. Em 2012, este município produziu 9.453 toneladas de soja e expandiu sua produção para 158.676 toneladas em 2022, um aumento de cerca de 1.578,5% nos últimos 10 anos.

Com relação à produção de milho, em 2012, Santana do Araguaia produziu cerca de 10.896 toneladas e elevou sua produção para 155.370 toneladas em 2022, um aumento de 1.326% nos últimos 10 anos. Já Santa Maria das Barreiras se coloca como o segundo da região em termos de produção de milho em 2012, com 11.700 toneladas, elevando-se para 79.407 toneladas em 2022, um aumento de 578,3% em 10 anos. Conceição do Araguaia aparece em terceiro, com produção em 2012 de 5.180 toneladas, apresentando redução para 1.824 toneladas em 2022, com queda de 65% na produção (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Participação percentual da produção de milho em grãos por município (em t).



Fonte: Pesquisa PPM, IBGE 2022. Organizados pelo autor, 2024.

Dados de 2022 da pesquisa do Censo Demográfico do IBGE demonstraram que o avanço das áreas de monoculturas poderá refletir drasticamente na queda da população dos municípios onde as atividades econômicas de grãos avançam com maior rapidez. Três exemplos expressivos estudados nesta pesquisa merecem destaque: Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu. O caso mais significativo em queda da população é o caso dos municípios de Santana do Araguaia, segunda cidade do Brasil que mais perdeu população.

Em 2010, o Censo Demográfico do IBGE registrou que a população de Santana do Araguaia era de 56.153 habitantes. Em 2022, a população foi reduzida para 32.413 habitantes, uma queda expressiva de -42%. Em Santa Maria das Barreiras, em 2010, o IBGE registrou uma população de 17.206 habitantes, e em 2022, a população foi reduzida para 16.548 habitantes, uma queda de -3,82%. O terceiro foi São Félix do Xingu, que tinha uma população de 91.340 habitantes em 2010 e teve sua população reduzida para 65.418 habitantes em 2022, representando uma queda de -28,38%. Em outras palavras, o que se observou nos dois municípios onde as lavouras de grãos estão consolidadas, Santana do Araguaia perdeu 23.740 habitantes, Santa Maria das Barreiras 3.658 habitantes, e São Félix do Xingu perdeu 25.922 habitantes, números bastante expressivos que carece aprofundamento para se descobrir os fatores dessa queda e se existe alguma relação com a concentração fundiária da terra.

A pesquisa PAM demonstrou que, apesar do avanço das áreas de lavouras de grãos de 14.350 mil hectares de soja plantada em 2012 para 213.066 hectares em 2022, envolvendo os sete municípios do Araguaia paraense e São Félix do Xingu, o cenário da pecuária bovina nos últimos dez anos demostra estabilidade, ou seja, não se torna possível confirmar que ocorreu deslocamento de rebanho bovino para áreas de fronteira em função deste aumento progressivo das áreas de monocultivos de grãos.

Em expansão avançada estão os municípios de Conceição do Araguaia e Redenção. Mesmo no município de Floresta do Araguaia, conhecido nacionalmente pela produção de abacaxi, a pesquisa registrou a presença de monoculturas em áreas crescentes de cerrado desde 2015. Na pesquisa de campo, alguns agricultores familiares entrevistados que cultivam o abacaxi demonstraram preocupação com o avanço do cultivo de grãos.

O município de Floresta do Araguaia é destaque nacional na produção de abacaxi, economia que se sustenta basicamente na pequena e média propriedade. Assim, o avanço das monoculturas de grãos poderá impactar, num futuro próximo, a produção familiar que é responsável pela geração de milhares de empregos e sustentação da economia do município.

Das primeiras experiências de cultivo de grãos ocorridas em meados da década de 1990 em Santana do Araguaia, até os dias atuais, percebe-se que o sistema de pecuária já consolidado

por pastagens plantadas ou naturais de bioma cerrado e zona de transição propiciou o avanço das culturas de grãos, que vem encontrando nessa região as condições adequadas para crescer: bioma, clima, recursos hídricos, baixo preço das terras. Daí porque hoje o avanço das monoculturas já se encontra presentes em sete municípios.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da compreensão da questão agrária nacional e regional, ancorada nas construções teóricas de autores com concepções sócio-históricas e dialéticas da ciência, preocupados em explicar os efeitos da concentração fundiária no Brasil e suas correlações com as políticas de desenvolvimento presentes nas relações entre os homens e o meio natural.

Assim, o objetivo principal da pesquisa foi analisar o processo histórico de expansão das frentes pastoris, que adquiriu, na região, características particulares ao consociar, no mesmo espaço, criação pastoril, agricultura de subsistência e extrativismos diversos. O território do Araguaia paraense foi, portanto, ocupado no contexto da expansão nacional da pecuária pelo interior do Brasil. De maneira específica, o objetivo foi analisar o avanço do agronegócio sobre o território do Araguaia paraense, no sul do Pará, buscando identificar os impactos da simbiose entre as modernas forças de produção e o capital mercantil sobre o desenvolvimento territorial dessa região. Além disso, procurou-se refletir sobre a intervenção do capital mercantil para compreender como se deu a combinação entre atraso e modernidade nas relações pré-capitalistas e capitalistas, e de que forma essas correlações de forças se ajustaram aos interesses do Estado e do capital privado.

As trajetórias das frentes pastoris rumo à Amazônia Oriental ocorreram a partir de longas migrações pelo sertão central, protagonizadas por grupos de criadores que carregavam consigo experiências seculares de pecuária extensiva, mantendo a raça de gado conhecida como “pé duro” — animais adaptados a ambientes selvagens e típicos de criação em campos naturais. Os deslocamentos dessas frentes, entre os séculos XVII e XIX, partiram da Bahia, mais precisamente da costa baiana para o vale do rio São Francisco. O desdobramento dessas frentes seguiu rumo noroeste, contornando o rio Parnaíba, e avançou pelos campos naturais maranhenses, num processo de expansão pelos rios Mearim, Grajaú e Itapecuru, onde fundaram-se vilas e povoados na região de Pastos Bons, considerada favorável à criação de rebanhos por apresentar planícies úmidas com boas condições de pastagem.

Posteriormente, as frentes se espalharam pelo norte goiano, em uma trajetória que se configurou como um prolongamento da expansão boiadeira do final do século XIX, adentrando o vale dos rios Tocantins e Araguaia, onde fundaram Boa Vista, no norte de Goiás.

Evidenciou-se, portanto, que a migração dessas frentes para o Araguaia paraense, no início do século XX, ocorreu em virtude de disputas entre oligarquias e coronéis pelo controle do Vale do Araguaia e, especialmente, pela exploração extrativista da borracha, que atraiu milhares de migrantes. Isso transformou a região em um ambiente de disputas econômicas e políticas, rompendo com a calmaria dos campos naturais e instaurando um cenário de violência constante, convertendo a região em uma verdadeira "terra sem lei", onde nem mesmo os religiosos dominicanos — que exerciam um certo controle social sobre os habitantes locais — foram capazes de impedir as atrocidades e a exploração da mão de obra indígena nos campos de extração da borracha.

Constatou-se que a atuação dos dominicanos na catequese indígena no Araguaia ocorreu por meio da pedagogia de evangelização de São Tomás de Aquino, utilizada amplamente na catequização indígena na América Latina. Por essa razão, apesar dos conflitos e da violência generalizada provocados pelo processo de exploração extrativista, os religiosos desempenharam um papel fundamental na proteção dos indígenas, por compreenderem que a convivência em seu lugar de origem — isto é, nas aldeias — era essencial para sua preservação.

O território do Araguaia paraense foi incorporado ao contexto nacional a partir da década de 1960, quando o governo brasileiro buscava atrair capital nacional e internacional por meio de concessões de terras, com a participação direta do governo do Pará. Desse modo, a expansão da fronteira agrícola foi modelada a partir da disponibilidade de terras devolutas e recursos naturais abundantes; do crédito subsidiado por meio de incentivos fiscais da SUDAM; e, especialmente, da construção de infraestrutura de estradas para o escoamento de commodities (madeira, carne bovina, minério).

A questão agrária no Brasil, desde sua origem, sempre foi colocada em segundo plano, à medida que as oligarquias portuguesas adotaram um modelo de distribuição de terras baseado nas Capitanias Hereditárias, ainda no primeiro século de colonização, priorizando as monoculturas de cana-de-açúcar cultivadas em latifúndios. No período monárquico, instituiu-se a Lei de Terras de 1850, que serviu apenas para garantir a permanência do latifúndio, sustentado no trabalho escravo. Porém, observou-se que, apesar do predomínio da grande propriedade rural em todos os períodos da história do Brasil, os camponeses expropriados da terra ofereceram resistência por meio de diversas formas de organização. Embora duramente reprimidos pelas forças policiais do Estado, esses camponeses resistiram por meio de grupos armados ou mobilizações pacíficas pela

conquista da terra e pela construção de um modelo de distribuição fundiária que contemplasse seus interesses.

No aspecto da legislação agrária no Brasil, notou-se que a Lei de Terras de 1850 nasceu da intenção das elites de regulamentar a propriedade rural no país, adequando-a às novas transformações sociais e econômicas que o mundo vivia em meados do século XIX. Ou seja, ela foi ajustada às mudanças no ordenamento jurídico, passando do domínio da Coroa portuguesa para o domínio público republicano. Nesse novo rearranjo jurídico, a terra passou a ser adquirida mediante compra ou explorada lucrativamente, deixando de ser um bem doado pela Coroa para se transformar em um ativo de natureza comercial e mercantil.

Se compararmos a Lei de Terras de 1850, no Brasil, com a Lei de Propriedade Rural nos Estados Unidos, chega-se à conclusão de que, ao contrário daquele país, a legislação brasileira, mais uma vez, privilegiou as oligarquias que detinham o poder econômico e o prestígio social. A aquisição da terra no Brasil se dava mediante compra ou herança, de forma que apenas um número restrito de pessoas gozava desse privilégio, perpetuando a concentração fundiária nas mãos de grandes latifundiários. Mesmo a abolição da escravidão não representou um avanço na estrutura agrária brasileira. Pelo contrário, contribuiu para o fortalecimento das formas capitalistas de produção mercantil, uma vez que esse sistema se reproduz social e economicamente através do trabalho livre. Ou seja, a libertação dos escravos representou apenas uma mudança na forma de exploração: de mão de obra escrava para mão de obra livre, mas igualmente explorada.

No tocante às lutas camponesas e ao latifúndio, constatou-se que, durante boa parte da história do Brasil, as formas de organização e rebeldia no campo restringiam-se praticamente aos movimentos messiânicos e ao cangaço. No entanto, a partir de meados do século XX, diversas lutas contra os latifundiários — especialmente os proprietários de agroindústrias de açúcar — lideradas pelas Ligas Camponesas fortaleceram as organizações de trabalhadores rurais, que passaram a se mobilizar pela conquista da terra, expandindo-se posteriormente por todo o território nacional.

Nesse campo de atuação dos movimentos sociais e de enfrentamento à ditadura militar, a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1969 e 1972, representou um marco importante na resistência camponesa contra os latifundiários na Amazônia. Apesar da intensa repressão do Exército, que incluiu tortura e execução de líderes, os camponeses participaram ativamente dos conflitos, contribuindo para o fortalecimento da organização e do enfrentamento às milícias armadas por fazendeiros. Em linhas gerais, os movimentos

agrários de democratização da terra no Brasil — diante da concentração fundiária verificada durante a Monarquia, a República e a Ditadura Militar — exerceram um papel relevante como força política, servindo de inspiração para gerações de camponeses que continuaram se organizando e lutando pela terra, por meio de sindicatos de trabalhadores rurais, confederações e outras organizações campesinas.

No que se refere à política agrícola no país, o incentivo à modernização da agricultura empresarial — o agronegócio de grãos — promovido pelos militares na década de 1960, impulsionou o processo conhecido como Revolução Verde. Subvencionado com recursos públicos e disseminado por meio de forte propaganda, esse modelo promoveu a ideia de progresso e desenvolvimento, ampliando a produção em larga escala com o uso de tecnologias (o chamado pacote tecnológico). Apesar dos avanços na produtividade, essa modernização não se traduziu em benefícios concretos para a eliminação das desigualdades sociais e econômicas no país. Além disso, a Revolução Verde segue sendo dependente de recursos públicos, condicionada à liberação de créditos governamentais para a aquisição de máquinas, insumos químicos e industriais.

Portanto, o agronegócio, que se configurou como uma solução econômica para a fome no mundo, foi impulsionado por incentivos financeiros direcionados às lavouras comerciais. Sua ideologia sustenta-se na defesa da produção em larga escala e no discurso de que os problemas de escassez de alimentos seriam solucionados a curto prazo. No entanto, esse discurso caiu por terra, pois a Organização das Nações Unidas (ONU) vem demonstrando, por meio de estudos e estatísticas, que a fome continua presente na maioria dos países pobres, sobretudo na África e na América Latina — desmascarando a ideia de que o agronegócio solucionaria o problema da fome e das desigualdades sociais no planeta.

No que diz respeito à aplicação da reforma agrária na Amazônia, os projetos de ocupação da terra concebidos pelos militares tinham como base política a legislação do Estatuto da Terra — um ordenamento jurídico que visava à modernização da agricultura nos moldes capitalistas de produção. Na prática, priorizava os latifúndios e operava como instrumento eficiente para implementar grandes projetos de colonização. Ou seja, a aplicação do Estatuto da Terra beneficiou apenas os grandes proprietários, pois não teve efeitos concretos nem justa aplicabilidade. Atuou com grandes contradições entre o discurso de reforma agrária e sua não realização, uma vez que a ideia central dos militares era distribuir terras e modernizar a agricultura empresarial, mantendo, contudo, a concentração fundiária e reprimindo as organizações camponesas.

No período posterior a 1950, sobretudo a partir do golpe militar de 1964, a Amazônia — em especial a região do Araguaia paraense — foi incorporada a planos governamentais que atenderam aos interesses do grande capital nos aspectos políticos e econômicos. Essa ocupação foi conduzida com o Estado brasileiro atuando como tutor do desenvolvimento, a serviço do capital nacional e internacional. Em contraposição a esse modelo, emergiram os movimentos sociais e as ações de grupos de camponeses e migrantes em busca de terra e melhores condições de vida, assessorados por agentes sociais e religiosos ligados à Diocese de Conceição do Araguaia. Essa atuação imprimiu novos sentidos ao processo de disputa territorial, fortalecendo a presença de entidades sindicais, associações de camponeses e movimentos de mulheres no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado.

A respeito dos conflitos sociais no campo brasileiro, um fator de tensionamento foi o surgimento da entidade União Democrática Ruralista (UDR), que, sob a liderança do político Ronaldo Caiado, instituiu-se em 1985. Esta entidade de defesa do latifúndio surgiu a partir da junção de federações de criadores de gado e grandes proprietários de terras em regiões de conflito na Amazônia Oriental. A entidade nasceu, portanto, com o objetivo de conter o avanço das desapropriações de terras previstas no I Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que pretendia implementar uma reforma agrária progressista que beneficiasse os camponeses. A UDR cresceu enquanto entidade a partir do envolvimento de personalidades ultraconservadoras ligadas à Tradição, Família e Propriedade (TFP), responsável por realizar mobilizações contra a reforma agrária e apoio ao Golpe Militar de 1964. Na região do Araguaia e sudeste do Pará, participaram figuras de expressão regional conhecidas, que integraram a diretoria nacional da UDR. O discurso da UDR era forjado na defesa da propriedade da terra e, nos casos de regiões de conflito na Amazônia Oriental, visava manter as áreas que ainda não estavam totalmente institucionalizadas, isto é, que não apresentavam segurança jurídica em favor do latifúndio.

No Brasil como um todo, após a abertura política de 1985 e a aprovação da Constituição de 1988, que garantiu eleições livres para presidente, as demandas dos camponeses nos governos FHC, Lula e Dilma buscaram atender os movimentos sociais mediante a criação do PNRA I e II, que promoveu o estabelecimento de algumas metas para cumprir as promessas feitas aos movimentos sociais do campo, facilitar o acesso à terra e melhorar as unidades produtivas. Porém, destaca-se que a política de reforma agrária desses governos tivera como principal característica a não realização de

desapropriações de terras, priorizando o fornecimento de subsídios financeiros e a regularização de áreas já ocupadas. Ou seja, os governos democráticos de FHC, Lula e Dilma optaram por não confrontar os grandes latifundiários nem abordar os problemas históricos de concentração da terra no Brasil, acumulados desde a colonização. Optaram-se, portanto, por soluções paliativas para questões estruturais graves relacionadas à distribuição de terras.

A partir de 2018, com a chegada de Bolsonaro ao poder representou um verdadeiro retrocesso na questão agrária nacional. As forças conservadoras, como um todo, promoveram um retrocesso e o aparelhamento ideológico do Estado brasileiro, envolvendo a atuação de setores ultraconservadores da cidade e do campo. Entre essas forças, destacam-se militares, empresários ligados ao capital nacional e internacional, correntes religiosas da Igreja Católica, igrejas evangélicas, defensores do nazifascismo e ruralistas patrocinadores da violência no campo — a exemplo da antiga UDR, da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados — que já tentavam impedir o avanço das políticas de reforma agrária nos assentamentos rurais do país.

Enfim, a gestão Bolsonaro desaparelhou o funcionamento do INCRA, tornando-o inoperante, especialmente a partir das diretrizes administrativas instituídas no novo Regimento Interno, nas quais se demonstrou claro desrespeito ao princípio constitucional da função social da terra — princípio essencial para a implantação dos assentamentos rurais. Ao partilhar da discordância quanto a esse conceito, o governo Bolsonaro passou a promover ataques diários à reforma agrária e aos movimentos sociais, ataques esses reforçados por setores das mídias sociais e por líderes religiosos evangélicos que se encarregaram de combater duramente as conquistas alcançadas no campo por governos de tendência progressista.

Portanto, o governo Bolsonaro, além de radicalizar a tendência em curso de redução das políticas públicas de reforma agrária, promoveu a titulação definitiva de alguns assentamentos, retirando do governo federal a responsabilidade social e incentivando a mercantilização das terras tituladas.

A respeito dos conflitos agrários no Araguaia paraense, eles são resultado da ruptura entre o modelo tradicional de produção extrativista e a modernização conservadora da agricultura, marcada pela chegada do grande capital. O fator principal para o agravamento desses conflitos foi a instituição da Ditadura Militar de 1964, período

em que a Amazônia, de maneira abrangente, testemunhou a ampliação das concessões de terras e dos benefícios fiscais destinados às empresas de grande capital.

Um marco relevante na história regional do Araguaia paraense foi a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em junho de 1975. A instalação da CPT no Araguaia ocorreu num período de intensos conflitos agrários, violência e assassinatos. Por mais de 40 anos de atuação, ela prestou assessoria aos trabalhadores rurais e exerceu papel determinante no apoio jurídico e na defesa de direitos, na conquista da terra e na formalização de denúncias, violações de direitos humanos, bem como em campanhas educativas e de conscientização contra o trabalho análogo ao de escravo. Ou seja, no cenário local do Araguaia paraense, as conquistas da terra pelos camponeses advêm da ocupação, pressão e luta de várias organizações e, caso essas mobilizações não tivessem ocorrido, a situação agrária do presente teria sido desfavorável, pois, apesar dos avanços alcançados com a Constituição de 1988, vários obstáculos foram colocados na prática para impedir a efetivação das desapropriações e assentamentos de reforma agrária.

A sólida atuação da Igreja Católica em defesa dos posseiros provocou intensas perseguições às ações sociais e religiosas de padres e dirigentes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), obrigando a CNBB a encaminhar inúmeras denúncias amplamente documentadas sobre as violações e práticas cruéis de violência perpetradas por Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como “Major Curió”, um coronel da reserva do Exército amplamente reconhecido no Araguaia pelos atos brutais de tortura e perseguições contra posseiros e religiosos, incluindo assassinatos e desaparecimentos de corpos que, até os dias atuais, ainda não foram localizados. Mas, apesar das intimidações e perseguições, a Igreja Católica manteve uma posição consistente em defesa dos camponeses, contribuindo significativamente para a conquista da terra e para importantes avanços na reforma agrária.

Sobre a temática da agricultura familiar, observou-se que ela representa, atualmente, a sustentação alimentar e a base da produção dos alimentos consumidos, garantindo o sustento das famílias e o abastecimento da população — mesmo ocupando pouco espaço na economia local e nacional, em virtude da concentração da terra nas mãos dos latifúndios. Embora os recursos financeiros para os programas de apoio à agricultura familiar venham aumentando, o acesso aos recursos do Pronaf ainda enfrenta restrições de crédito e de incentivo governamental.

No tocante à questão ambiental, a pesquisa de campo foi estendida para a região do Médio Araguaia, a partir de visita à Ilha do Bananal, no estado do Tocantins, onde se

evidenciou que as áreas preservadas daquela região vêm enfrentando uma série de ações predatórias, em função do avanço das monoculturas de grãos. Atualmente, as áreas preservadas se restringem ao Parque Nacional do Araguaia, administrado pelo ICMBio, e à Unidade de Conservação gerenciada pela Naturatins. No que diz respeito às parcerias estabelecidas permanentemente com os indígenas Javaés e Karajás, habitantes da Ilha do Bananal, elas têm se configurado como importantes avanços no sentido de manter esses territórios preservados. Contudo, a região próxima à Ilha do Bananal enfrenta pressões diárias de setores ligados ao agronegócio, caçadores e pescadores ilegais, com práticas de incêndios florestais — muitas vezes intencionais —, dificultando as ações para manter a integridade total do Parque e das unidades de conservação.

Acerca do avanço do agronegócio de grãos, ressalta-se que, nos governos FHC, Lula e Dilma, ele continuou ganhando força, aprofundando as tendências que vinham se delineando desde o governo FHC, estendendo-se pelos dois mandatos dos governos Lula e Dilma. Ou seja, mais do que ruptura com as oligarquias agrárias, ocorreu continuidade, já que as atividades econômicas ligadas às monoculturas e à produção de commodities continuaram a expandir-se, ampliando ainda mais as lavouras de exportação e recebendo recursos públicos e subsídios agrícolas. Ou seja, as políticas agrícolas desses governos, salvo algumas exceções, contribuíram para a expansão das monoculturas, com destaque para o avanço nas regiões de fronteira agrícola, como o Centro-Oeste e o Norte.

O agronegócio irrigado nas proximidades da Ilha do Bananal, com cultivo intensivo de grãos (sementes de arroz e soja), no Projeto Formoso, no Tocantins, tem gerado graves impactos nos sistemas hídricos das bacias dos rios Formoso e Javaés, que enfrentam situação crítica de escassez hídrica, sobretudo durante o período de estiagem, comprometendo ainda mais a ecologia da Ilha do Bananal, que depende do pulso dessas águas. Neste aspecto, observou-se que, infelizmente, as monoculturas destinadas à produção de sementes de arroz e soja são práticas comerciais que priorizam o lucro a qualquer custo, colocando em risco a biodiversidade do Parque Nacional do Araguaia (PNA), já que a produção, por meio de cultivo irrigado de grãos, retira dos rios grandes volumes de água. As empresas que usufruem dessa exploração hídrica exercem práticas predatórias e insustentáveis, desconsiderando a preservação dos rios e das espécies de animais que dependem da floresta e da água para sobreviver.

No Araguaia paraense, sobretudo nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção e Conceição do Araguaia, o agronegócio de grãos vem disputando espaço com a pecuária, que abastece as agroindústrias frigoríficas — atividade

econômica que, apesar da exploração de trabalhadores e dos baixos salários, gera empregos em alguns setores da população. Nesse sentido, as frações que controlam o capital mercantil de grãos conseguem ser mais excludentes e arcaicas do que a própria pecuária extensiva. Outra perspectiva no cenário econômico é a ampliação dos confinamentos de gado bovino, prática já adotada por grandes e médios pecuaristas, ou mesmo a migração da pecuária extensiva para regiões de fronteira, como ocorreu com o avanço da cana no interior de São Paulo e em outras regiões.

No tocante às agroindústrias de carne bovina, a expansão da pandemia de Covid-19 no país, em 2020, demonstrou aspectos das condições desumanas de trabalho nesse setor, em virtude do aumento da demanda do mercado internacional por proteína animal. Essa situação provocou contaminações pelo vírus, internações e mortes, além da pressão dessas empresas para que os trabalhadores cumprissem jornadas excessivas de trabalho, expondo-se ao risco de contaminação.

Em relação ao discurso de desenvolvimento associado ao agronegócio de carne e grãos, constatou-se que ele promove desigualdades sociais e não se sustenta enquanto alternativa econômica quando se observam os dados socioeconômicos do Censo Demográfico do IBGE de 2022, os quais demonstram as péssimas condições de vida da maioria da população da região. Portanto, o discurso do agronegócio como um todo reforça a ideia de um suposto desenvolvimento que contradiz a realidade, já que o agronegócio beneficia apenas um grupo restrito de privilegiados, mostrando, assim, que esse discurso é positivado como instrumento de manipulação e dominação econômica em favor dos interesses dominantes.

No tocante às ações dos movimentos sociais, elas se destacam como uma resistência ativa na defesa do território. Essa resistência é evidenciada nas práticas diárias de agricultura agroecológica, por meio de arranjos produtivos, sistemas agroflorestais (SAFs), bem como de atividades relacionadas à pecuária, produção de cacau, banana e abacaxi. Trata-se de uma economia local que inclui ainda a produção de artesanatos, mel silvestre, doces, farinha de mandioca e rapadura. Além disso, os arranjos produtivos priorizam a relação de respeito aos territórios indígenas, à biodiversidade e à preservação dos recursos hídricos, que garantem a sustentabilidade e a regulação climática do planeta.

Atualmente, os arranjos produtivos demandam transformações profundas na forma de interação entre o ser humano e a natureza, sendo essas mudanças possíveis apenas por meio da construção coletiva de projetos e da implementação de políticas públicas que considerem indicadores de sustentabilidade adequados às especificidades de

cada região. Para que isso ocorra, faz-se necessário construir novas alternativas que respeitem as tradições locais e as formas de organização e produção de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

A reordenação do território, em torno de novas dinâmicas econômicas como os SAFs, a pequena pecuária de leite e a produção diversificada em áreas de assentamentos, como o cultivo de abacaxi de base familiar, poderá, pela amplitude e características que vem assumindo, tornar-se um componente importante do processo de desenvolvimento regional. Esse processo poderá ocupar espaços nas dinâmicas social, política e econômica, determinando redefinições no tocante ao enfrentamento do modelo de desenvolvimento capitalista predominante no território.

Os desafios contemporâneos apontados pelos pesquisados incluem a capacidade de organização e gestão da produção sustentável na terra, a exemplo dos sistemas SAFs, cooperativas, associações, entre outros. Quanto à mineração, ela surge como um obstáculo a ser enfrentado pelos camponeses assentados, que, apesar de conquistarem a terra, ainda enfrentam a ameaça constante de expulsão, insegurança e risco de desterritorialização.

Quanto à análise dos dados do IBGE de 2022, a região do Araguaia se apresenta como uma área onde uma parcela importante da população enfrenta sérios problemas sociais, detectados no Censo Demográfico. Indicadores como rendimento médio, saúde, educação e renda per capita se mostraram bastante inexpressivos, especialmente quando se trata de uma região da Amazônia riquíssima em recursos naturais. Quando se compara esse volume de riquezas produzidas com a situação das populações urbanas, evidencia-se que a grande pecuária, agroindústria e as monoculturas de grãos — idolatradas pelas elites locais — não têm proporcionado melhorias nas condições de vida da maioria da população.

Os dados econômicos pesquisados, relacionados à pecuária e à agricultura no último Censo de 2017 e nas pesquisas PAM e PPM do IBGE, evidenciam que a concentração fundiária, as péssimas condições de moradia, saneamento básico e os serviços de saúde ofertados à população local colocam o território numa encruzilhada entre o que se prega como modelo de desenvolvimento — na “pata do boi” — e o que se observa no cotidiano dos moradores locais. Baixa remuneração nas agroindústrias, falta de acesso ao crédito nos assentamentos, péssimas condições das estradas para escoamento da produção são obstáculos enfrentados diariamente pela população.

Constatou-se que as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais dos setores urbano e rural, no contexto regional das últimas décadas, constituíram uma força política de enfrentamento aos setores retrógrados das elites rurais, contribuindo para a conquista, a duras penas, de cerca de 1.380 mil hectares de terras e a instalação de 186 assentamentos de reforma agrária no Araguaia paraense e em São Félix do Xingu. Conquistas essas que contribuíram para que milhares de famílias de camponeses pobres pudessem trabalhar e produzir alimentos.

Os camponeses que permanecem nos assentamentos, como estratégia de sobrevivência, desenvolveram atividades produtivas que consociaram, num primeiro momento, a derrubada da mata, o plantio de roças de subsistência e o plantio de pastagens para a pecuária. Seguindo essa lógica, uma parcela se mantém na terra retirando produtos para o consumo próprio e, num segundo momento, comercializando leite e bezerros. Assim, a ampliação da renda por meio da pecuária é direcionada à acumulação de patrimônio por meio da criação de gado, o que lhes garante segurança financeira no curto prazo e viabiliza condições mais favoráveis de sobrevivência. Portanto, os camponeses também seguiram a lógica do discurso da pecuária, por considerarem-na uma atividade que fornece segurança financeira em caso de problemas de saúde, além de facilitar o deslocamento dos animais para a comercialização, diante do abandono das estradas nos assentamentos rurais.

As entrevistas de campo demonstraram que as dificuldades de assistência técnica, escoamento da produção, péssimas condições das estradas, saúde e escola fizeram com que a pecuária se expandisse pelos assentamentos.

O Estado, por meio das agências de financiamento, foi responsável pela constituição do rebanho bovino, mediante subsídios e fundos constitucionais (PROCERA, FNO, PRONAF), que permitiram a capitalização dos camponeses, contribuindo para estabelecer ou ampliar a pecuária por meio da produção comercial de bezerros, leite e queijo. De tal modo, a expansão da produção leiteira na região está relacionada diretamente à constituição de agentes de comercialização e unidades locais de resfriamento e processamento, que mantêm baixos os preços pagos ao produtor. Apesar da baixa rentabilidade, essa produção permite aos camponeses uma renda permanente para o custeio das despesas de manutenção da família — sendo importante, assim, a participação dessas famílias como consumidoras no comércio local.

A dinâmica do abacaxi enfrenta um processo complexo devido à existência de uma rede de atravessadores e intermediários, desde a colheita na propriedade até a

entrega para compradores externos. Os produtores de maior poder econômico comercializam diretamente com os compradores contratados pelas Centrais de Abastecimento S/A (CEASA) ou por meio de gerentes de redes de supermercados. Por outro lado, os produtores de menor poder econômico enfrentam sérios problemas de comercialização e riscos de calote.

Porém, apesar dos problemas enfrentados, a lavoura do abacaxi representa uma fatia importante da economia da agricultura familiar: ela gera empregos, fortalece o comércio local e proporciona melhoria da qualidade de vida. A produção do fruto atingiu níveis que mobilizam dezenas de agentes envolvidos — lojas agropecuárias, serviços de assistência técnica, rede bancária, transporte, mão de obra e amplo apoio de agências governamentais como a Emater, Sagre e Adepará. Tais ações vêm demonstrando que "esse apoio" contribui para o crescimento do agronegócio de commodities, já que os frutos de melhor qualidade são destinados à exportação, não constituindo, portanto, uma estratégia que contribua de fato para atividades econômicas que promovam o verdadeiro desenvolvimento. Nesse aspecto, deve-se considerar a necessidade de criar perspectivas econômicas mais favoráveis que envolvam os camponeses produtores de abacaxi, ampliando possibilidades de renda e controle do processo de produção, comercialização e distribuição dos frutos, por meio de órgãos associativos.

As ações promovidas pelos camponeses no enfrentamento ao Estado resultaram na atual reestruturação fundiária no território do Araguaia e contribuíram para o desenvolvimento da economia local, à medida que esses indivíduos, marginalizados socialmente pelo processo de repressão e negação, promoveram a legitimação do direito de ocupação da terra. Avançou-se, ainda, em termos de desenvolvimento regional, pois houve melhoria na qualidade de vida de uma parcela significativa da população excluída do acesso à terra, levando-se em conta que os camponeses demonstraram a capacidade de promover mudanças construídas coletivamente, mediante enfrentamento e resistência, edificando caminhos que demonstram ser possível a construção de novos processos de desenvolvimento.

Dois modelos de produção de riquezas se desenvolveram na região: o modelo capitalista de saque se sobrepôs ao modelo de subsistência dos primeiros ocupantes, por meio da imposição da pecuária extensiva. Nas configurações mais recentes, as monoculturas de grãos avançam a passos largos e representam a continuidade da evasão de riquezas para fora da região. Trata-se de uma combinação de atraso e modernidade tecnológica que transporta tudo o que produz para os portos, sendo ainda mais perverso

que a pecuária, pois essas monoculturas não distribuem riquezas e empregam pouquíssimas pessoas.

Constatou-se que o modo de vida dos camponeses do Araguaia foi, em parte, incorporado ao discurso dos movimentos sociais e de setores da Igreja Católica alinhados à prática da Teologia da Libertação, que, durante quase meio século, conseguiram disputar espaços no campo da visibilidade social, política e na luta pela conquista da terra. Um exemplo disso são os projetos de assentamentos rurais, que representam uma conquista significativa e continuam sendo um contraponto ao modelo de desenvolvimento predominante do grande capital.

Averiguou-se, nos dados do INCRA, que existem cerca de 24.398 famílias assentadas, residindo em 186 assentamentos conquistados por meio de ocupações envolvendo disputas com latifundiários, despejos, ameaças e assassinatos — aos quais frei Henri se referia como assentamentos de reforma agrária, nos quais nenhum deles foi distribuído gratuitamente pelo governo ou pelos latifundiários. Foram conquistados com luta e sacrifícios humanos.

Constatou-se que, apesar da situação de abandono das estradas, da falta de escolas e de serviços de saúde, os camponeses permanecem produzindo na terra. O exemplo mais evidente é o município de Conceição do Araguaia, que, em função da forte organização dos camponeses, teve dezenas de assentamentos rurais instalados, correspondendo a cerca de 226.260 hectares — cerca de 20% das terras do município —, uma fatia expressiva do território convertida em terras destinadas ao cultivo e à produção de alimentos.

Com relação ao avanço das monoculturas de grãos, os empresários descreveram, em suas entrevistas, que a produção de grãos pode trazer sérias consequências para a pecuária. Porém, afirmaram que as monoculturas exigem elevados volumes de recursos, ou seja, trata-se de uma atividade que requer investimentos como mecanização, fertilizantes, calagem para correção de solos, máquinas e implementos agrícolas e aplicação de agrotóxicos. Nesse processo, somente os empresários de maior poder aquisitivo — os grandes produtores — se enquadram nesse padrão de produção, excluindo, assim, a maioria dos médios e pequenos agricultores.

As aplicações de agrotóxicos nas monoculturas são um desafio a ser enfrentado pelos produtores de grãos. Primeiro, porque se trata de uma região de alta pluviosidade, o que requer maiores cuidados devido aos riscos de contaminação de lençóis freáticos e de nascentes de rios importantes que deságuam no Araguaia, constituindo um desafio ambiental a ser enfrentado a médio e longo prazo. Segundo, pelos riscos de contaminação

de moradores locais, além de prejuízos a pequenas lavouras e pomares de áreas de assentamentos.

As entrevistas de campo, realizadas nos assentamentos, revelaram que as monoculturas de grãos cultivadas nas proximidades de assentamentos de reforma agrária preocupam os pequenos e médios produtores, uma vez que já foram constatados prejuízos financeiros devido à mortandade de abelhas em apiários, destruição de pomares de plantas frutíferas e mortandade de peixes em tanques de produção. Esses fatores têm colocado em risco a permanência nas pequenas propriedades, facilitando ainda mais a reconcentração da terra e o aliciamento para a venda a empresas de grãos — fato já verificado em alguns assentamentos.

Percebeu-se que os setores econômicos de linha conservadora e os analistas de mercado, ancorados no discurso do agronegócio na região, veem a expansão das commodities pelo território com bons olhos, reforçando um discurso ideológico que vai muito além de dimensões locais. Se, na década de 1960, os militares justificavam a ocupação do "vazio demográfico" pelo incentivo à pecuária e promoção do desenvolvimento "na pata do boi", outros atores, ligados às correntes ideológicas progressistas, defendiam uma produção pautada no desenvolvimento local.

Nesta seara de disputas políticas, a maioria das populações locais tem optado por eleger representantes conservadores para os cargos de governador, prefeitos, deputados e senadores, o que reforça ainda mais a expansão das atividades econômicas da grande pecuária e das monoculturas. O crescimento econômico dos setores do agronegócio ligados à pecuária, agroindústria frigorífica e monoculturas de grãos se deve também aos baixos custos da terra, em comparação com o Centro-Sul e o Centro-Oeste. Nesse caso, a tendência é que o agronegócio avance cada vez mais, ampliando as áreas de monoculturas de grãos — o que já vem ocorrendo em larga escala em Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia e outros municípios.

A análise realizada nesta pesquisa permitiu identificar um processo complexo de interações entre os diferentes agentes e forças econômicas na região do Araguaia paraense. O avanço do agronegócio, em particular, traz consigo uma combinação paradoxal de modernização tecnológica e exclusão social, ampliando as desigualdades e perpetuando um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento da sustentabilidade social e ambiental.

Percebe-se que, apesar das dificuldades enfrentadas atualmente, a resistência dos camponeses e a atuação dos movimentos sociais exigem desses atores desafios cruciais

na atualidade, diante das pressões do capital mercantil. A luta por um desenvolvimento territorial justo e equitativo continua sendo o objetivo a ser perseguido, demandando uma organização social robusta, capaz de contrapor as forças hegemônicas do agronegócio.

Quanto às análises acerca do município de São Félix do Xingu, a reserva Apyterewa enfrentou recentemente uma situação complexa e cheia de controvérsias, envolvendo até mesmo o Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu posse provisória a ocupantes, alimentando a esperança de regularização fundiária em área demarcada. Nesse aspecto, ficou demonstrado que as grilagens, invasões e o avanço desenfreado em áreas de reservas indígenas e Unidades de Conservação no entorno da vila Taboca ganharam repercussão nacional, sobretudo nos aspectos de grilagem e queimadas, entre 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro. Nesse período, os órgãos ambientais de fiscalização tiveram suas equipes desmanteladas, o que facilitou a expansão da pecuária, a exploração de madeiras e os garimpos ilegais nas terras indígenas.

Constatou-se ainda que a região enfrenta uma série de problemas ambientais causados pela desestruturação das políticas voltadas para a preservação ambiental, como a edição de decretos, o desrespeito às legislações ambientais e o desaparelhamento dos órgãos de combate aos crimes ambientais (IBAMA, ICMBio). Ou seja, o governo Bolsonaro (2019–2022) foi marcado pelo aumento expressivo de queimadas e devastação florestal, fruto do desmantelamento da política ambiental brasileira e de estímulos à ocupação de áreas protegidas — especialmente aquelas localizadas nas regiões de fronteira, conhecidas como “arco da destruição”, no Xingu.

Apesar da constante vigilância no contexto atual e da retirada dos invasores da reserva indígena Apyterewa, efetuada pelo Governo Federal em 2023, as ameaças de invasão permanecem constantes. Ainda existem riscos de novas ocupações, em razão de incentivos e apoio financeiro de grandes criadores de gado que têm interesse em deslocar parte de seus rebanhos para áreas de reserva que foram convertidas em pastagens.

Conclui-se, ao fim, que as iniciativas de camponeses assentados, que se empenham nas atividades econômicas de produção sustentável por meio dos SAFs e de pequenas propriedades rurais organizadas coletivamente — ligadas à produção de mel, farinha, polvilho, cultivos de frutos diversos e criação de pequenos animais —, podem se tornar uma alternativa importante no abastecimento das cidades da região com produtos saudáveis. Esses alimentos podem ser disponibilizados em feiras regionais, redes de comércio e na merenda escolar, constituindo fatores positivos que contribuem para o processo de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **O futuro da soja nacional**. ABAG. 2015. Disponível em: http://www.abag.com.br/media/images/0-futuro-da-soja-nacional---ieag---abag.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2022.

ABIEC. Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes. **Perfil da pecuária no Brasil: relatório anual 2020**. 2020. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.abiec.com.br/publicacoes/ Acesso em: 19 nov. 2022.

ABRANCHES, D. **A esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.

ADEPARÁ. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. **Relatório de Monitoramento do Trânsito Pecuário, ano de 2020**. 2020. Disponível em https://www.adepara.pa.gov.br/relat%C3%B3rio-de-monitoramento-do-transito-pecuario. Acesso em 8 de abril de 2024.

ADEPARÁ. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. **Trânsito Agropecuário – Bovídeos**. Relatório de Monitoramento, Belém, 2021.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P**.** Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023). Boletim Campineiro de Geografia, v. 14, n. 2, 2024**.**

ALENTEJANO, P. R. **A política de assentamentos rurais do Governo FHC e os desafios da reforma agrária no brasil do século XXI**. AGRÁRIA, nº 1, p. 2-15, 2004.

ALENTEJANO, P. R. As Políticas do Governo Bolsonaro para o Campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**. v.16. nº. 29, p. 353 - 392, ANO 2020. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. Acesso mar. de 2022.

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? OKARA: **Geografia em debate (UFPB)**, v. 12, p. 308-325, 2018.

ALMEIDA, A. W. B. **Carajás:** A guerra dos mapas. 2. ed. Belém: Supercores, 1995.

ARLINDO, M. A. S.; ALMEIDA, R. A. Contribuições para a compreensão da questão agrária e campesinato no Brasil. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, p. 66-86, 2016.

ALVES NETO J. L. **Novo Boitel atenderá região com cerca de oito milhões de cabeças no Pará.** Girodoboi. Publicado em: 21/07/2021. https://girodoboi.canalrural.com.br/pecuaria/novo-boitel-atendera-regiao-com-cerca-de oito-milhoes-de-cabecas-no-para/. Publicada em 21/07/2021. Acesso em 4 de abr. de 2024.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais:** a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental. Marabá (PA) e Macapá (AP), 2010. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil:** regiões hidrográficas brasileiras – Edição Especial. Brasília: ANA, 2014.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023). Boletim Campineiro de Geografia, v. 14, n. 2, 2024

ANTELO, F. D. S. F. S.; MICHELOTTI, F.; PADILHA, S. P. C. Expansão da soja e controle da terra no Sul do Pará. CONEXÕES (BELÉM), **Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**, UFPA, v. 9, p. 13-38, 2021.

ARAUJO, M**. Descontrole ambiental e estiagem no sul do Pará causa seca no rio Arraias.** Jornal A Notícia. Publicada em: 26/09/2019. Descontrole ambiental e estiagem no sul do Pará causa seca no rio Arraias. Disponível em https://www.an10.com.br/descontrole-ambiental-e-estiagem-no-sul-do-para-causa-seca-no-rio-arraias/. Acesso em 12 de fev. de 2022.

ARAÚJO JÚNIOR, C. R.; OLIVEIRA, D.M.; KATLHEN, M.; AVIZ, M. A. B**. Análise de produção da cultura do abacaxi (Ananas comosus L. Merril) no município de Floresta do Araguaia/PA e estado da Paraíba**. Tópicos em Ciências Agrárias - Volume 6. 2020. DOI: 10.36229/978-65-86127-68-3.

ARNAUD, E. **A AÇÃO INDIGENISTA NO SUL DO PARA**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, 1971.

AUDRIN, J. M. **Entre sertanejos e índios do norte:** O Bispo missionário Dom Domingos Carrerot. Rio de Janeiro: Púgil Ltda., 1946.

AUDRIN, J. M. **Sertanejos que eu conheci.** Rio de Janeiro: José Olympio, Col. Documentos Brasileiros), 1963.

BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia:** Geopolítica na virada do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BEUS, C. E.; DUNLAP, Riley E. Conventional versus alternative agriculture: the paradigmatic roots of the debate. **Rural Sociology**, v. 55, n. 4, p. 590-616, 1990.

BIASETTO, D.; ASSAD, P. **Ação para retirada de invasores em Terra Indígena no Pará tem prisão de fazendeiro e ex-vereadora foragida**. Publicado em: 03/10/2023. Jornal O Globo, 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/10/03/acao-para-retirada-de-invasores-em-terra-indigena-no-para-tem-prisao-de-fazendeiro-e-ex-vereadora-foragida.ghtml// . Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial da União**, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Decreto lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, **Diário Oficial da União**, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 91.755, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 out. 1985.

BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Disponível em: www.mda.gov.br/arquivos/I-PNRA.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **O que é Terra Indígena.** *In*: _____. Portal Eletrônico da Fundação Nacional do Índio. 2012. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 02 jan. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp93.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos [...] **Diário Oficial da União**, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_ 03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 05/01/ 2023.

BRASIL. Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972: Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1972. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5851.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério Da Economia - Refeita Federal. **Relatório de Valores de Terra 2023.** Receita Federal. 2023. Disponível em https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos/vtn.// Acesso em 5 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Fundação Nacional De Saúde (FUNASA). **População Kayapó do Sul do Pará**. FUNASA, 2010. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo/179. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília: Versal Multimídia, 2005.

BRANDÃO, C. A. Pacto de dominação interna e o papel do capital mercantil ontem e hoje no Brasil: dialogando com Wilson Cano. In: Adroaldo Quintela Santos, Antônio Carlos F. Galvão, César Ricardo Siqueira Bolão, Cid Olival Feitosa, Inês Patrício, Mariano de Matos Macedo, Nelson V. Le Cocq D'Oliveira. (Org.). Wilson Cano - **A questão Regional e Urbana no Brasil.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 1, p. 178-205.

BRUNO, R. A. L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 10, p. 154-189, 2003.

BUCKAR, B, K. **Araguacema:** 200 anos de História, 1811-2011.Goiania, Editora Helps, 2011.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 27, p. 29-57, 2010.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, (1930-1970; 1970-1995)**. 2 ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

CARDOSO, N. V. **O paraíso do gado:** A dinâmica geoeconômica do município de São Felix do Xingu na atualidade. Tese (doutorado em geografia) Instituto de geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

CARVALHO, J. G. D.; MOLINA, W. D. S. L.; CUNHA, S. F. D. Poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, p. 22-43, 2021.

CARVALHO, J. G. Palestra. Agronegócio. In: **Anais...** X Simpósio Reforma Agrária e questões Rurais. Novembro de 2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zY6xEeQ0_f0// Acesso em 26 de novembro de 2022.

CATTELAN, R.; MORAES, M. L. de; ROSSONI, R. A. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

CORMINEIRO, O. M. M. Trilhas **Veredas e ribeiras:** os modos de viver dos sertanejos. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**, Brasília, DF, v. 11, safra 2023/24, n. 4, quarto levantamento, janeiro 2024. Acesso em 29 de jan. 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Perspectivas para a agropecuária**. v.6 – safra 2022/2023. Disponível em: https://url.gratis/KLvE4. Acesso em: 11 de ago. 2022.

COSTA, E.V. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. Unesp, 1999.

COUDREAU, H. **Voyage au Tocantins-Araguaia**. 31 décembre 1896 – 23 mai 1897, A. Lahure, Paris, 1987.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo. Centro de Documentação Dom Tomás Babuíno**. CPT Nacional, 1985 a 2019. 247 p. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 11 jun. 2022.

CUNHA, E. **Os Sertões:** Campanha de Canudos. 39ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Publifolha. (Original publicado em 1902), 2000.

DATALUTA**. Banco de dados da luta pela terra:** Relatório Brasil 2016. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/datalutabrasil_2016.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

DAVIS, J. H.; GOLBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Harvard University: Boston, 1957.

DE ABREU, J. C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.

DELGADO, G. C. **O que significa agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. Disponivel em: Deolhonosruralistas.com.fazendas-da-agrosb-de-danieldantas-desmataram-mil-hectares-em-area-de-conservacao-no-para/. Acesso em: 14 maio 2024.

DINO, S. **Parsondas de Carvalho - Um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz, MA, Estampa, 2021.

DOMINGUES, E. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Contestado e Canudos:** algumas reflexões sobre a religiosidade. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP. 2005. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/domingues01.htm 40. Acesso em: 20 jan. 2023.

DOURADO, M. A luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar. **Campos**, v. 15, n. 2, p. 99-120, 2017.

DUNCK, F. M., E. A. **Sistema produtivo agrário Brasileiro Consumidor de Agrotóxicos como fonte de violência**. 82 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

DURÃES F. B. **Caracterização socioeconômica de um projeto de Assentamento rural.** O caso do Assentamento vermelho e Preto, município de Xinguara PA, TCC, UFPA, 2000.

DURÃES, F. B. A "pata do boi" e os impactos ambientais na região do Araguaia paraense. Paco editorial. Jundiaí, SP, 2016.

ECODATA. **Ranking das 100 Maiores Empresas de Soja no Pará por faturamento.** 2024. Disponivel em: https://www.econodata.com.br/maiores-empresas/pa/soja. Acesso em: 25 mar. 2024.

EMMI, M. F. A **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhai**s. 1a.. ed. Belém-PA: Gráfica e Editora Universitária, v. 1000. 196p, 1988.

EMMI, M. F., M., R. E. A.; Bentes, R. S. O Polígono Castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. **Pará Agrário**, v. 2, p. 12-21, 1987.

FERNANDES, Marcionila, **Donos de terras:** trajetória da União Democrática Ruralista – UDR- Belém: NAEA – UFPA, 1999.

FIGUEIRA, R. R. **A Justiça do lobo:** posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIRA, R. R. Gringo e Oneide, uma história no Araguaia. *In*: Rogério Almeida; Elias Sacramento. (Org.). **Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra**. 1ed.Santarém, Pará: Ed. dos autores, 2022, v. 1, p. 37-74.

FIGUEIRA, R. R. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIORINI. V. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: da invasão ao século XXI uma história de espoliação. **Revista Resistência Litoral**, v.1, n.1, p.10-28, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i1.8273. Acesso em: 3 maio 2023.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editeis Nacional, 2003.

GALLAIS, E. M. **Entre os índios do Araguaya.** Tradução: Octaviano Esselin. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1903.

GALLAIS, E. M. **O apóstolo do Araguaia:** Frei Gil Vilanova missionário dominicano. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

GIRARDI, E. P; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008.

GUIMARAES, L. **Após retirada de invasores, Terra Indígena Apyterewa registra desmatamento zero.** O Globo. Publicado em: 20/02/2024. https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/02/26/sem-invasores-terra-indigena-campea-de-derrubada-na-amazonia-zera-desmatamento.ghtml.https://terrasindigenas.org.br//. Acesso em: 29 de abril de 2024.

HÉBETTE, J. A questão da terra. *In*: **Estudos e problemas amazônicos:** História social e política e temas especiais. Belém, Cejup, 1992. p.125-127.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia volume III. Belém: EDUFPA, 2004.

HORIZONTE Minerals: Equipamentos percorrem 18 mil quilômetros da China até Conceição do Araguaia. Blog do Zé Dudu. Publicado em 29/06/2023. Disponível em

https://www.zedudu.com.br/horizonte-minerals-equipamentos-percorrem-18-mil-quilometros-da-china-ate-conceicao-do-araguaia// Acesso em 4 de março de 2024.

IANNI, O. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 1975, 1985, 1995/96, 2006 e 2017**. Disponível em: www.ibge. gov.br. Acesso em: 21 jan. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2018**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/263. Acesso em: 06 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: disponível em https://www.ibge.gov.br/ Acesso em 5 de outubro de 2022.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento**. Belém: 2012. Disponível em: http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/sad-alerta. Acesso em: 12 set. 2022.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Cadeia de produção de carne continua contribuindo para o desmatamento na Amazônia [**livro eletrônico] Paulo Barreto [et al.]. - Belém, PA, 2023. Disponivel em: https://www.google.com/searchIMAZONcadeiadacarnecontinuacontribuindocomodesmatamento//. Acesso em: 20 de abr. 2023.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Números da Reforma Agrária**. 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em: 10 abr. 2022.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.23, n.3, p.5-17, 1993.

LEAL, S. P. V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE MORAES, J. A. **Apontamentos de Viagem**. Companhia das Letras, 1995.

LEITE, S.P; MEDEIROS, L. S. Agronegócio *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário de educação no campo**. 2ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

LIMA, M. **Serra dos Pilões**: Jagunços e Tropeiros. Gurupi: Gráfica e Editora Cometa, 1995.

LOPES, M. H.; FRANCO, J. L. A.; COSTA, K. S. Expressões da Natureza no Parque Nacional do Araguaia: Processos geoecológicos e diversidade da vida. **História Ambiental Latinoamericana y Caribea (HALAC)**, v. 7, p. 65-100, 2017.

LOUREIRO, V. R**. Amazônia: Estado – Homem – Natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, *[S. l.]*, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071. Acesso em: 30 maio. 2023.

MACHADO, M. F.R. **Salvemos nossos índios. Uma interpretação da atuação evangelizadora da Ordem Dominicana francesa entre índios do Brasil na passagem do século XIX para o século XX**. Dissertação de mestrado, Unicamp – Campinas, 1983.

MAGALHÃES, G. C. **Viagem ao Araguaya**. Companhia Editora Nacional, 1934.

MAIA, J. M. E. **Estado, território e imaginação espacial**. O caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MAPBIOMAS. **Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8**. 2024. Disponível em: https://mapbiomas.org/download-dos-atbds. Acesso em: 19 fev. 2024.

MARIANO, A. J.; TEIXEIRA, J. C. A reforma agrária nos governos pós regime militar no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 38, n. 1, 2021.

MARGULI, S. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. 1ª edição - Brasília – 2003.

MARQUES, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª Edição, Editora Unicamp, Campinas, São Paulo, 642 p., 2019.

MARTINS, J.S. **Poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010 (288p.) Revista Espaço Acadêmico.

MARTINS, J.S. **O cativeiro da terra**. 2ª ed. São Paulo: LECH; Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 187p.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, J, S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, p. 25-70, 1996.

MARTINS, J, S. **A militarização da questão agrária no Brasil:** Terra e poder, o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATOS, V. **Moradores sofrem com poeira após chegada da Horizonte Minerals a Conceição do Araguaia (PA) Amazonia Real.** Publicado em: 07/07/2023 às 17:56. Disponível em https://amazoniareal.com.br/moradores-sofrem-com-poeira-apos-chegada-da-horizonte-minerals-a-conceicao-do-araguaia-pa//. Acesso em: 19 mar. 2024.

MEDEIROS, E. A**. ENCONTROS DE SANGUE:** Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930. 281f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2012.

MELO, A.L.P. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento:** a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia – PA. Rio de Janeiro:1999. Dissertação Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFR -RJ, Rio de Janeiro.

MIRANDA, H. S, MICHELLOTI, F, GOMES JÚNIOR, E. Crise e impasses estruturais na Amazônia brasileira: algumas notas sobre a problemática do avanço da fronteira pós-1970. *In*: Wilson Cano: **A questão regional e urbana no Brasil** / Adroaldo Quintela Santos ... [et al.] – São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021. p. 339-361, 2021.

MONTEIRO, M. A.; BAHIA, Mirleide Chaar; CASTRO, Edna M. R. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás**. NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 25, p. 11-34, 2023.

MORAIS, J. de A. L. **1833-1895 - Apontamentos de viagem. de S. Paulo á capital de Goyaz, desta á do Pará, pelos rios Araguaya e Tocantins, e do Pará á Côrte**. Considerações administrativas e políticas, Companhia das Letras, 1995.

MOREIRA NETO, C. A. **A Cultura Pastoril do Pau d'Arco.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. INPA, CNPq, n. 10, março, 1960.

MOREIRA, P. A. M. S.; GERMANI, G. I. Retrocessos ou continuidade? Questão agrária e a propriedade privada no Brasil e suas repercussões na Política Nacional de Reforma agrária no estado da Bahia. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 276-290, Dossiê, 2021.

MUTRAN, Val-André. **Horizonte Minerals:** Equipamentos percorrem 18 mil quilômetros da China até Conceição do Araguaia. Publicado em 29/06/2023, 2023. Blog Ze Dudu. Disponível em: https://www.zedudu.com.br/horizonte-minerals-equipamentos-percorrem-18-mil-quilometros-da-china-ate-conceicao-do-araguaia// . Acesso em: 10 maio 2024.

NATURATINS. **"Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão/Revisão".** (Palmas, 2015), 101p., 2015.

NUNES, A. M. B.; MAIA, K. F. O sertão revisitado: novos caminhos de pesquisa contra velhas narrativas sobre o mundo rural no semiárido nordestino. *In:* **Anais...** 42 Encontro Anual da Anpocs, 2018, Caxambu (MG). 42 Encontro Anual da Anpocs, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia** / Campinas, SP: Papirus, 1988.107 p.

OLIVEIRA, A. U de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. 2001, v.15, n.43, p. 185-206. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/ LABUR Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês**. AGRÁRIA, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2011.

OLIVEIRA, L. M.; Mineração e Assentamento da Reforma Agrária: Conflitos, Território e (des) envolvimento no município de Conceição do Araguaia - Pará. **Anais...** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária - VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 11 - Mineração, Agroenergia e Conflitos Territoriais, 2017.

OLIVEIRA, P. C. F. A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988). **Revista Tempos Históricos (EDUNIOESTE)**, v. 22, p. 161-183, 2018.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEREIRA A. R. Conflitos de terra e violência no Sul do Pará (1975-1990). **Anais...** X Encontro nacional de História Oral: Testemunhos, história e política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais//. Acesso em: 20 de set. 2022.

PEREIRA, A. dos R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará:** migrações, conflitos e violência no campo. Recife, 2013. 265 f. Tese (Doutorado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2013.

PEREIRA, A. dos R. **Do Posseiro ao Sem-terra:** a luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, A. dos R. **O papel dos mediadores dos conflitos pela posse da terra na região do Araguaia |Paraense:** O caso da fazenda Bela Vista. Viçosa: UFV, 2004, 205 p.

PINTO, L. F. **A Amazônia em Questão:** Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PINTO. **A questão do estado do trópico úmido. Seminário sobre Tecnologia para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido**. Brasília, CEPAL-IPEA, abr./1987.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Ambiente (meio ambiente). *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário de educação no campo**. 2ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 94-103.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense São Paulo: 2004.

PRIETO, G. F. T. **Aliança entre terra e capital e terra na Ditadura Brasileira**, Mercator, Fortaleza, v. 16, UFC, 2017.

PUPIO, E. G. S. **Ação Local Territorial:** um estudo em Conceição do Araguaia (PA). Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2018.

RAMOS, S. de A. "**Pelas trilhas do sertão maranhense**". – São Luís, 2020. 48 f.

RIGOTTO, R. M.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. *In*: Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1ª ed. Rio de Janeiro e Sâo Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012, p. 86-94.

ROMAN, C. **Xingu por um fio! Estrada ilegal rompe importante barreira de proteção da Amazônia. Sob Bolsonaro, invasores cortaram ao meio um dos maiores maciços florestais do mundo, acelerando o ponto de não retorno que pode desertificar a Amazônia.** Publicado em 24/08/2022. Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/xingu-por-um-fio-estrada-ilegal-rompe-importante-barreira-de-protecao-daAmazônia/. Acesso em: 19 abr. 2024.

SADER. R. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social**, v. 2, p. 115-125, 1990. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/8479. Acesso em: 23 de set. 2023.

SANTOS, C. A. P.; SANO, E. E. Formação da Frente de Expansão, Frente Pioneira e Fronteira Agrícola no Oeste da Bahia**. Boletim de Geografia (Online)**, v. 33, p. 68-83, 2015.

SANTOS, E. M. As Políticas Agrárias do Partido dos Trabalhadores (1989- 2002). **Anais...** Simpósio, 2013.

SANTOS, E. A. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930).** Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

SEGATA, J. **Passando a boiada na indústria da carne no sul do Brasil:** A Covid e os emaranhados de risco e destruição. "lecture" (palestra), Universidade de Araraquara, Araraquara SP. Data: 29 de outubro 2021.

SHIVA, V. **A violência da Revolução Verde:** agricultura, ecologia e política do terceiro mundo. Tradução de Luís Humberto Teixeira. Portugal: Edições Mahatma, 2015.

SILVA, F. C. da. **Capitalismo na floresta:** história econômica e social do município de Redenção, Sul do Pará. – Belém PA: NAEA, 2019.

SILVA, Hermano R. **Nos Sertões do Araguaia**. Narrativas das Expedições às Glebas Bárbaras do Brasil Central. São Paulo, Saraiva, 1935.

SILVA, J. G. de. **Reforma agrária no Brasil:** frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

STAEVIE, P. M. Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira. **REVISTA NERA (UNESP)**, v. 22, p. 98-112, 2018.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil:** O debate na esquerda – 1960-1980/ João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) 2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

TERENCE, M. F. **Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará**: um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-28082013-130807. Acesso em: 23 ago. 2016.

VAZ, V. **A formação dos latifúndios no Estado do Pará**: terra, pecuária e desflorestamento. 167 p. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2013.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura Agrária**: Estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p.

VIANNA, U. de S. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. Ed. Nacional, 1935.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil:** desafios e perspectivas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, p.36, 2016.

VIEIRA, L. A. T. **Uma comarca fora da lei:** a guerra do leda no sertão do maranhão. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em História) – UEMA, 2015.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BOAS, C. **A marcha para o oeste:** a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**.** São Paulo: Globo, 1994.

WHITAKER, D. C. A. A desinvenção da Tradição: esquecimento e memória na história do Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. *In*: _____. **Ideologia e esquecimento:** aspectos negados da memória social brasileira. (Orgs.) Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.

WHITAKER, D. C. A. As relações campo cidade em discussão: superando dualidades. Conferência de abertura solene - IX Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais. Dias 18 e 19 de novembro de 2020. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 24, n.1, 2021.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C.; GRISI, T. M. V. **Ideologia e esquecimento - aspectos negados da memória social brasileira**. (Orgs.) Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.

ANEXOS

Anexo I - Questionário elaborado para entrevistas com lideranças regionais do campo do pensamento progressista que atuam em movimentos (sociais, sindicais, religiosos, educacionais, associativos) na região.

Entrevista realizada com _____ no dia ___ de _____ de 2023 na cidade de _____

1 - Essa região foi ocupada a partir dos grandes projetos de desenvolvimento que atraíram migrações de populações para a área. Como o(a) senhor(a) analisa os resultados socioeconômicos desses projetos de desenvolvimento na região?

2 - Neste sentido, podemos dizer que, em parte, o Estado foi responsável pela situação social de violência, desmatamento e concentração de terras no Araguaia paraense. Como o(a) senhor(a) analisa essa situação da ocupação da terra?

3 - Os órgãos do Estado, como o INCRA, GETAT e IBAMA, tiveram um papel durante o período dos conflitos. Como o(a) senhor(a) analisa a atuação fundiária e o papel desses órgãos no contexto das últimas três décadas na região?

4 - Sabemos que hoje em dia uma boa parte das propriedades utiliza agrotóxicos na limpeza de pastagens e nas lavouras mecanizadas. Com relação ao meio ambiente, como o(a) senhor(a) observa essa questão, considerando que atualmente as lavouras mecanizadas de soja e milho já estão sendo pulverizadas com agrotóxicos?

5 - A pecuária bovina se consolidou na região. Como o(a) senhor(a) avalia a situação econômica da produção de gado nas comunidades assentadas e nas pequenas propriedades atualmente?

6 - A ideia do "progresso na pata do boi" foi amplamente difundida pelo agronegócio na região. Como o(a) senhor(a) avalia a predominância dos pequenos produtores optarem pela pecuária em vez de escolherem outras atividades econômicas, como a agricultura, por exemplo?

7 - Recentemente, a pecuária na região tem passado por mudanças em sua dinâmica. Ao invés de exportar o gado vivo para fora, agora ocorre o abate nas indústrias locais, devido à instalação de agroindústrias de frigoríficos na região. Como o(a) senhor(a) compreende esse novo cenário das indústrias locais em termos de emprego, meio ambiente e qualidade de vida para a população?

8 - A partir da década de 1980, as agroindústrias começaram a se instalar na região (indústrias frigoríficas, laticínios, curtumes). Como o(a) senhor(a) analisa a chegada dessas empresas para a região em termos de geração de emprego?

9 - Como você analisa os problemas nas relações de trabalho nas indústrias frigoríficas da região?

10 - Diante da situação atual que enfrentamos, como a seca e a redução das chuvas, quais perspectivas podem ser imaginadas no cenário regional em relação à pecuária e agricultura, tanto para grandes, médios quanto para pequenos agricultores na região?

11 - Existem algumas experiências socioeconômicas na região além da pecuária? O(a) senhor(a) poderia relatar alguma dessas experiências de produtores que já estão sendo desenvolvidas, produzindo alimentos que não sejam relacionados à criação de gado?

12 - No contexto atual, alguns agricultores de assentamentos estão enfrentando problemas com a mineração. Como o(a) senhor(a) analisa a questão dos conflitos na mineração e quais são as perspectivas do ponto de vista econômico e socioambiental em relação a esse tema?

13 - Para concluir nossa conversa, é comum dizer que o Araguaia não se resume apenas ao rio. Ao mencionar o rio, surgem em nossa imaginação figuras marcantes na luta pela terra, muitas delas assassinadas, como Gringo e os irmãos Canutos, entre outros. Também há figuras lendárias, como Manelão, que foi muito popular na região, além dos povos indígenas, pescadores, garimpeiros, enfim, o rio testemunhou acontecimentos históricos, alguns de boas lembranças e outros muito tristes. O(a) senhor(a) gostaria de destacar algum aspecto em termos de memória quando se fala no Araguaia paraense?

Anexo II - Questionário elaborado para autoridades ligadas à questão ambiental, como IBAMA, ICMBio, Secretarias de Meio Ambiente (SEMA), e lideranças ambientalistas com atuação na região.

Entrevista realizada com _____ no dia ___ de _____ de 2023 na cidade de _____

1 - Esta região do Araguaia foi ocupada a partir de 1960 por meio da implementação de grandes projetos de desenvolvimento, que também atraiu populações para a área. Como o(a) senhor(a) avalia o resultado desses projetos de desenvolvimento em relação à questão ambiental?

2 - A partir das décadas de 1980 e 1990, o Estado brasileiro incentivou a ocupação pela pecuária bovina no Centro-Oeste e Norte do Brasil, principalmente nos territórios próximos ao rio Araguaia. Como o(a) senhor(a) analisa o avanço dessa dinâmica de mecanização da soja, milho e abacaxi na região no século XXI?

3 - O ICMBio atua há vários anos na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. Como o(a) senhor(a) analisa, do ponto de vista dos impactos ambientais e sociais, o avanço do agronegócio (mecanização para plantio de soja, milho, arroz, abacaxi) nessa bacia hidrográfica como um todo?

4 - Sabemos que hoje em dia uma boa parte das propriedades utiliza agrotóxicos na limpeza de pastagens e lavouras mecanizadas. Como o(a) senhor(a) compreende essa questão do uso de agrotóxicos nas pastagens e, sobretudo, nas lavouras mecanizadas de soja e milho, levando em conta a questão ambiental?

5 - A pecuária bovina acabou se consolidando na região, sobretudo a de grande porte. Como o(a) senhor(a) analisa a opção econômica pelo gado feita também pelas populações camponesas de pequenas propriedades ou assentamentos?

6 - Existem alguns exemplos de formas de produção sustentável de base familiar na região que o senhor(a) conhece e que gostaria de relatar como experiências econômicas bem-sucedidas?

7 - Ultimamente a pecuária na região em vez de exportar o boi vivo pra fora, estão abatendo nas indústrias da região, temos agora os frigoríficos instalados em toda região. Como o senhor compreende esse novo cenário das agroindústrias locais em termos de impactos ao meio ambiente.

8 - Diante da situação atual que estamos enfrentando (seca, redução das chuvas, clima), que perspectivas no cenário regional são possíveis imaginar na questão da pecuária e das grandes lavouras mecanizadas para a bacia Tocantins-Araguaia e para o próprio rio Araguaia?

9 - Gostaria que o senhor fizesse um pequeno apanhado (análise) do ponto de vista ambiental dessa região em termos de perspectivas futuras com relação aos povos indígenas, às Áreas de Preservação Permanente (APPs) e aos Parques Nacionais.

10 - Para encerrar nossa conversa, costumamos dizer que os rios Araguaia e Tocantins não são apenas rios. Ao observarmos esses rios, surgem em nossa imaginação figuras marcantes na luta pela terra, muitas delas assassinadas, como Gringo, os irmãos Canutos e tantos outros. Também surgem figuras lendárias, como Manelão, que foi muito popular na região, além dos povos indígenas, pescadores, garimpeiros. Em outras palavras, os rios testemunharam muitas histórias, tanto boas quanto tristes, como a expulsão de povos que habitavam essa região, como indígenas, ribeirinhos e criadores pastoris. Como o(a) senhor(a) compreende este contexto do ponto de vista da memória e socioambiental na bacia Tocantins-Araguaia.

Anexo III - Questionários para entrevistas com lideranças e autoridades ruralistas ligadas ao agronegócio, presidente de Sindicato Rural, fazendeiros, associados de sindicatos patronais, líderes de Associações comerciais com atuação na região.

Entrevista realizada com _____ no dia ___ de _____ de 2023 na cidade de _____

1 - A pecuária bovina, tanto de pequeno, médio quanto de grande porte, se consolidou em nossa região. Após essa consolidação, surgiram as agroindústrias de carne, frigoríficos, laticínios e curtumes. Como o(a) senhor(a) avalia o futuro da pecuária na região diante do avanço das agroindústrias?

2 - Alguns municípios da região, como Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção, por exemplo, já vêm desenvolvendo plantios mecanizados de soja e milho. Como o(a) senhor(a) analisa o avanço dessa nova dinâmica produtiva, a partir da mecanização e produção de grãos na região?

3 - O crescimento das lavouras mecanizadas vai ocupar o lugar da pecuária? Como o senhor(a) compreende a questão do avanço dessas lavouras em relação à pecuária? O rebanho de gado bovino vai ser reduzido ou vai mudar de lugar?

4 - Sabemos que hoje em dia uma boa parte das propriedades utiliza agrotóxicos na limpeza de pastagens, e o mesmo ocorre com as lavouras mecanizadas para a produção de grãos. Como o(a) senhor(a) analisa a questão do uso de agrotóxicos na região?

5 - Como o(a) senhor(a) analisa a situação econômica da produção de gado em pequenas áreas, nos assentamentos, na atualidade? Os pequenos também vão optar pela mecanização?

6 - A ideia do "progresso na pata do boi" foi pregada durante muito tempo pela grande pecuária em toda a região. Como o(a) senhor(a) avalia essa ideia de optar pela pecuária em vez da agricultura, por exemplo?

7 - Ultimamente, os produtores agropecuários da região, em vez de exportarem o boi vivo, estão realizando o abate nas agroindústrias instaladas em toda a região. Como o(a) senhor(a) compreende esse novo cenário das agroindústrias locais em termos de impactos ao meio ambiente, bem como em relação à lucratividade, oportunidades de emprego e renda?

8 - As empresas têm recebido reclamações de produtores rurais com relação à poluição de rios e córregos, ao mau cheiro na cidade, entre outros problemas. Como o(a) senhor(a) analisa essa situação do ponto de vista ambiental e se algo está sendo feito para atenuar essa situação?

9 - Como o(a) senhor(a) analisa a questão do desenvolvimento econômico das cidades da região a partir do agronegócio? Existe alguma relação entre as agroindústrias de frigoríficos, as feiras agropecuárias e a produção de soja, milho e abacaxi com o desenvolvimento regional das cidades?

10 - Diante da situação climática, ambiental que estamos enfrentando na atualidade (seca, redução das chuvas clima) que perspectivas no cenário regional o senhor imagina na questão da pecuária e mecanização da agricultura na região?

11 - Eu gostaria que o(a) senhor(a) fizesse um breve resumo (análise) em termos de perspectivas de desenvolvimento para o futuro dessa região do Araguaia, tão famosa e conhecida no Brasil.

12 - Para encerrar nossa conversa, é comum dizer que o Araguaia não é apenas um rio. Ao contemplar o rio, surgem em nossa imaginação lembranças dos primeiros pioneiros, desbravadores que enfrentaram situações difíceis. Gostaria que o(a) senhor(a) comentasse sobre as recordações e memórias do passado e do presente quando se fala dessa região do Araguaia paraense.

Anexo IV - Questionário elaborado para entrevistas com Secretários Municipais de Agricultura da região do Araguaia paraense.

Entrevista realizada com _____ no dia ___ de _____ de 2023 na cidade de _____

I – Dados do Município com relação a pecuária

1 – Existe confinamento bovino no município, quantos,

2 – Como funciona a cadeia de venda das crias do gado, bezerros e bezerras

3 - Valor de mercado hoje do bezerro, bezerra

4 - Quantidade de tanques de resfriamento de leite –

3 – Para quem o pequeno produtor vende o bezerro(a) Laticínio ou queijaria da própria propriedade ou irregular

II - Agricultura:

1 - Principais produtos produzidos

2 – Frutas, principais produtos produzidos

III - Questão Fundiária local

1 – Qual o número de assentamentos de reforma agrária no município:

2 – Qual a atividade econômica principal a que se dedica os agricultores destes assentamentos

3 – Quantidade de associações de agricultores no município

IV – Preço da terra por alqueires ou hectare

Custo de um alqueire considerando a menor distância e a maior distância

V – Existência de Lavouras de grãos

1 - Existe plantio de milho soja nos municípios, quais propriedades

2 – Xinguara, soja no município

3 – Existe plantações permanentes (cacau, pequi, laranja, limão etc)

VI – Piscicultura no município

1 – Número de criadores,

2 – Número de tanques de criatórios,

3 - Produção anual em toneladas (t

VII – Agroindústrias em funcionamento

1 – Número de frigoríficos

2 – Laticínios

3 – Curtumes

4 – Casa de Farinha

5 – Outras

VIII – Apicultura 1

1 – Número de criadores,

2 – Número de associação

3 – Número de caixas em produção

XIX – Confinamento

1 – Qual o número de confinamento bovino no município

2 - Quantidade de cabeças confinadas

3- Semi confinamento

4 – Números de cabeças semiconfinadas

Anexo V - Questionário de entrevistas dirigido para com líderes de movimentos sociais, rurais, sindicatos de trabalhadores rurais a respeito da dinâmica socioeconômica de São Geraldo do Araguaia e região da Diocese de Conceição do Araguaia

1 – A senhor (a) conhece a região desde criança. Quais as primeiras imagens que vem na sua lembrança quando se fala da floresta amazônica e do meio ambiente nessa região que a senhora viveu e conheceu? (natureza, floresta rios)

2 – Sobre as primeiras aberturas de roças e fazendas nessa região que lembranças vêm na sua memória desse período?

3 – A senhor (a) poderia contar algumas lembranças sobre as roças, a produção, como era feito o plantio, a colheita, o transporte e venda.

4 – O senhor (a) conheceu alguns córregos ou pequenos riachos nessa região? Como eram eles antigamente e a senhora sabe como eles como estão hoje?

5 – Que lembranças a senhora tem de como era o rio Araguaia antigamente, mudou em relação a questão ambiental nestes últimos anos?

6 – A senhor (a) poderia relatar como era a vegetação (árvores, espécies de árvores de madeira nobre, frutíferas, como era essa floresta?

7 – Quais espécies de animais eram mais comuns, que tinham (aves, peixes e bichos) que habitavam a região.

8 – A senhor (a) poderia contar sobre a rotina dos posseiros, trabalhadores na busca pela sobrevivência, alimentos, caçadas as pescarias, ou enchentes no Araguaia?

9 – O que viu acontecer de alteração ambiental da década de 1970 pra cá com relação ao rio Araguaia e outros pequenos rios de sua região?

10 – Sobre a ideia de progresso, de desenvolvimento da região. O senhor (a) lembra dos grandes projetos agropecuários que foram implantados na sua região, o que aconteceu com eles?

11 – A senhor (a) poderia contar sobre a organização dos trabalhadores na conquista da terra? Que apoios foram importantes nestas conquistas?

12 - O nome dos principais latifúndios (grandes propriedades) e o que aconteceu com elas

13 – No trecho entre Piçarra e Vila rio Vermelho ocorreram bastante conflito entre posseiros, pistoleiros e fazendeiros. O senhor (a) poderia contar sobre a luta dos posseiros e trabalhadores rurais nessa região?

14 – Como o senhor (a) analisa a situação dos assentamentos hoje no município e se estes assentamentos contribuem para a fixação do homem na terra nos dias atuais?

15 – Hoje, quais as atividades econômicas dos assentamentos no município? (produzem e vivem de que?)

16 – O senhor (a) poderia relatar sobre o papel da Igreja Católica, das Cebs e da Teologia da Libertação no apoio aos conflitos agrários na Diocese e na região de São Geraldo como um todo?

17 – Poderia contar sobre o papel desempenhado pelo Exército na repressão aos posseiros e lideranças sindicais e religiosas na região do Araguaia?

18 – Poderia contar obre a repressão aos posseiros e prisão dos padres franceses no período de repressão da Ditadura Militar em São Geraldo?

19 – O que o senhor (a) lembra bases organizadas da Igreja Católica no apoio às organizações sindicais, eleições sindicais na região?

20 - Essa região foi ocupada a partir dos grandes projetos de desenvolvimento que atraíram migrações de populações para a área. Como o senhor (a) analisa os resultados socioeconômicos desses projetos de desenvolvimento na região?

21 - Neste sentido, podemos dizer que, em parte, o Estado foi responsável pela situação social de violência, desmatamento e concentração de terras no Araguaia paraense. Como o (a) senhor(a) analisa essa situação da ocupação da terra?

22 - Os órgãos do Estado, como o INCRA, GETAT e IBAMA, tiveram um papel durante o período dos conflitos. Como o senhor (a) analisa a atuação fundiária e o papel desses órgãos no contexto das últimas três décadas na região?

23 - Sabemos que hoje em dia uma boa parte das propriedades utiliza agrotóxicos na limpeza de pastagens e nas lavouras mecanizadas. Com relação ao meio ambiente, como o senhor (a) observa essa questão, considerando que atualmente as lavouras mecanizadas de soja e milho já estão sendo pulverizadas com agrotóxicos?

24 - A pecuária bovina se consolidou na região. Como o senhor (a) avalia a situação econômica da produção de gado nas comunidades assentadas e nas pequenas propriedades atualmente?

25 - A ideia do "progresso na pata do boi" foi amplamente difundida pelo agronegócio na região. Como o senhor (a) avalia a predominância dos pequenos produtores optarem pela pecuária em vez de escolherem outras atividades econômicas, como a agricultura, por exemplo?

26 - Recentemente, a pecuária na região tem passado por mudanças em sua dinâmica. Ao invés de exportar o gado vivo para fora, agora ocorre o abate nas indústrias locais, devido à instalação de agroindústrias de frigoríficos na região. Como o senhor (a) compreende esse novo cenário das indústrias locais em termos de emprego, meio ambiente e qualidade de vida para a população?

27 - A partir da década de 1980, as agroindústrias começaram a se instalar na região (indústrias frigoríficas, laticínios, curtumes). Como o senhor (a) analisa a chegada dessas empresas para a região em termos de geração de emprego?

28 - Como o senhor (a) analisa os problemas nas relações de trabalho nas indústrias frigoríficas na sua cidade e da região?

29 - Diante da situação atual que enfrentamos, como a seca e a redução das chuvas, quais esperanças podem ser imaginadas no cenário regional em relação à pecuária e agricultura familiar, tanto para grandes, médios quanto para pequenos agricultores na região?

30 - Existem algumas experiências socioeconômicas na região além da pecuária? a senhora poderia relatar alguma dessas experiências de produtores que já estão sendo desenvolvidas, produzindo alimentos que não sejam relacionados à criação de gado?

31 - No contexto atual, alguns agricultores de assentamentos estão enfrentando problemas com a mineração. Como o senhor (a)a analisa a questão dos conflitos na mineração e quais são as perspectivas do ponto de vista econômico e socioambiental em relação a esse tema?

32 - Para concluir nossa conversa, é comum dizer que o Araguaia não se resume apenas ao rio. Ao mencionar o rio, surgem em nossa imaginação figuras marcantes na luta pela terra, muitas delas assassinadas, como Gringo e os irmãos Canutos, entre outros. Também há figuras lendárias, como Manelão, que foi muito popular na região, além dos povos indígenas, pescadores, garimpeiros, enfim, o rio testemunhou acontecimentos históricos, alguns de boas lembranças e outros muito tristes. O senhor (a) gostaria de destacar algum aspecto em termos de memória quando se fala da palavra Araguaia paraense?